



## Caracterização da Estrutura Económica do Algarve



**UAlg**  
UNIVERSIDADE DO ALGARVE



**cria**  
Centro Regional para a Inovação do Algarve



# Caracterização da Estrutura Económica do Algarve



## **Ficha Técnica**

### **Designação**

Caracterização da Estrutura Económica do Algarve

### **Coordenação Científica**

João Guerreiro

### **Coordenação Operacional**

Hugo Pinto

João Amaro

### **Investigação**

Ana Paula Barreira

Ana Rita Cruz

Ângelo Teixeira

Hugo Pinto

João Nuno Neves

Jorge Andraz

Paulo Rodrigues

### **Design**

Helder Rodrigues

### **Promotor**

NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve

### **Conclusão**

Junho de 2008

**Ana Paula Catarino Barreira** (aprodrig@ualg.pt), doutorada em Economia, professora auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, tem leccionado as disciplinas de Política Económica, Microeconomia e Economia Monetária e Financeira, no primeiro ciclo de Economia, e de Finanças Locais, no Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional. Tem desenvolvido investigação em duas vertentes: na vertente dos ciclos político-eleitorais, nomeadamente nas despesas públicas em geral e muito em particular, no contexto da União Europeia, e na vertente do federalismo fiscal, com especial incidência nos municípios portugueses.

**Ana Rita Cruz** (arcruz@ualg.pt) é licenciada em Sociologia e mestranda em Gestão e Desenvolvimento dos Destinos Turísticos da Universidade do Algarve. Tem colaborado na execução de estudos e avaliações relacionados com temas da Sociologia do Território e Turismo com a Universidade do Algarve e o ISCTE.

**Ângelo Teixeira** (angelo.teixeira@ine.pt) é licenciado em Economia e mestre em Economia Regional e Desenvolvimento Local pela Universidade do Algarve. Colaborador actual do ISEGI – Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação, da Universidade Nova de Lisboa, desenvolve a sua actividade, desde Outubro de 2002, no Instituto Nacional de Estatística, primeiro no gabinete regional de estudos, de Faro, e actualmente no Departamento de Estatísticas Económicas, serviço de Comércio, Turismo e Transportes.

**Hugo Pinto** (hpinto@ualg.pt) é licenciado em Economia e mestre em Economia Regional e Desenvolvimento Local pela Universidade do Algarve. Foi Gestor de Projectos no BIC - Business Innovation Centre Algarve-Huelva e Gestor de Ciência e Tecnologia no CCMAR - Centro de Ciências de Mar. Colabora desde 2006 com o CRIA - Centro Regional para a Inovação do Algarve. Actualmente prepara doutoramento no CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra sobre Inovação e Transferência de Conhecimento tendo obtido uma bolsa da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia na área científica de PACT - Promoção e Administração de Ciência e Tecnologia.

**João Nuno Neves** (joao.neves@iefp.pt) é licenciado em Economia e Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela Universidade do Algarve. Foi Técnico Superior no NERA (Associação Empresarial da Região do Algarve) onde desempenhou funções de responsável pelo Gabinete de Apoio ao Empresário e Feiras e na CCDR Algarve onde analisou projectos de investimento (RIME). Desde 2000 no IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) foi Chefe de Divisão de Informática e Controlo de Gestão e actualmente é Técnico Superior na Direcção de Serviços de Gestão.

**Jorge Andraz** (jandraz@ualg.pt, página Web: <http://w3.ualg.pt/~jandraz>) é doutorado em Economia e Mestre em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade do Algarve e licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. É professor auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve onde tem leccionado disciplinas ligadas aos temas do Crescimento Económico e Economia Pública. A sua actividade de investigação foca os impactos económicos dos investimentos públicos em infra-estruturas. A modelação de ciclos económicos e a avaliação dos efeitos das reformas da Segurança Social na performance das economias é outro dos seus interesses actuais.

**Paulo Rodrigues** (prodrig@ualg.pt) é doutorado em Econometria e mestre em Economia e Econometria pela Universidade de Manchester. A sua formação de base é em Gestão de Empresas onde se licenciou pela Universidade do Algarve. É professor agregado da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. As suas áreas de interesse são ligados aos métodos quantitativos aplicados à Economia, em particular, a análise, monitorização e modelação de ciclos económicos, o desenvolvimento e análise de técnicas de combinação de previsões, como soluções para a melhoria de previsões e a modelação e previsão macroeconómica. Os seus trabalhos têm sido publicados internacionalmente em revistas da área consideradas de topo.



# Índice

Índice de Tabelas .....	7
Índice de Figuras e Gráficos .....	10
Lista de Abreviaturas e Símbolos .....	13
Introdução .....	12
<b>Capítulo 1. Caracterização Geral do Algarve.....</b>	<b>20</b>
<b>1.1. População e Território .....</b>	<b>22</b>
<b>1.2. Mercado de Trabalho .....</b>	<b>25</b>
<b>1.3. Energia .....</b>	<b>27</b>
<b>1.4. Construção e Habitação .....</b>	<b>29</b>
<b>1.5. Comércio Internacional .....</b>	<b>32</b>
<b>1.6. Turismo .....</b>	<b>33</b>
<b>1.7. Empresas.....</b>	<b>36</b>
<b>1.8. Mercado Monetário e Financeiro .....</b>	<b>38</b>
<b>1.9. Finanças Autárquicas.....</b>	<b>39</b>
<b>1.10. Saúde.....</b>	<b>41</b>
<b>1.11. Protecção Social .....</b>	<b>43</b>
<b>1.12. Educação .....</b>	<b>45</b>
<b>1.13. Ambiente .....</b>	<b>47</b>
<b>1.14. Actividade Económica .....</b>	<b>49</b>
<b>Capítulo 2. Uma Região de Disparidades Locais? .....</b>	<b>52</b>
<b>2.1. População .....</b>	<b>52</b>
<b>2.2. Mercado de Trabalho .....</b>	<b>56</b>
<b>2.3. Energia .....</b>	<b>60</b>
<b>2.4. Construção e Habitação .....</b>	<b>63</b>
<b>2.5. Turismo .....</b>	<b>69</b>
<b>2.6. Empresas.....</b>	<b>73</b>
<b>2.7. Mercado Monetário e Financeiro .....</b>	<b>78</b>
<b>2.8. Finanças Autárquicas.....</b>	<b>81</b>
<b>2.9. Saúde.....</b>	<b>87</b>
<b>2.10. Protecção Social .....</b>	<b>89</b>
<b>2.11. Educação .....</b>	<b>93</b>
<b>2.12. Ambiente .....</b>	<b>97</b>
<b>2.13. Poder de Compra .....</b>	<b>101</b>
<b>2.14. Agrupamento de concelhos do Algarve .....</b>	<b>101</b>
2.14.1. Variáveis de Análise (Análise Factorial).....	101
2.14.1.1. Selecção das variáveis de análise.....	102
2.14.1.2. Cálculo da matriz de correlações e adequação da AFPC.....	104
2.14.1.3. Extracção de componentes principais .....	104
2.14.1.5. Estimação dos valores dos factores .....	107
2.14.2. Metodologia de agrupamento dos Concelhos (Análise de Clusters) .....	107
2.14.2.1. Objectos agrupados e variáveis de classificação.....	107
2.14.2.2. Medida de semelhança ou distância entre dois concelhos .....	108
2.14.2.3. Método de agregação ou desagregação dos objectos .....	108
2.14.2.4. Determinação do número de clusters.....	108
2.14.2.5. Validação dos resultados.....	111
2.14.3. Perfil sócio-económico dos clusters .....	111
2.14.3.1. Distribuição espacial dos clusters .....	111
2.14.3.2. Variáveis base .....	112
2.14.3.3. Perfil dos clusters.....	113
<b>Capítulo 3. A Evolução do Trabalho Qualificado no Algarve .....</b>	<b>121</b>
<b>3.1. Introdução.....</b>	<b>121</b>
<b>3.2. O Mercado de Trabalho .....</b>	<b>122</b>
<b>3.3. A População Activa .....</b>	<b>123</b>
<b>3.4. O Emprego .....</b>	<b>126</b>
<b>3.5. O Desemprego .....</b>	<b>133</b>
<b>3.6. Conclusão .....</b>	<b>140</b>
<b>Capítulo 4. Dinâmicas Sectoriais da Região do Algarve.....</b>	<b>142</b>
<b>4.1. Introdução.....</b>	<b>142</b>
<b>4.2. Metodologia .....</b>	<b>142</b>
<b>4.3. Análise empírica .....</b>	<b>145</b>

<b>4.3 Padrões de localização e de especialização produtiva.....</b>	<b>151</b>
4.3.1 Análise preliminar dos dados.....	151
4.3.2 Os padrões de localização e de especialização .....	152
<b>4.4 A dinâmica do crescimento sectorial regional .....</b>	<b>157</b>
<b>4.4. Conclusões.....</b>	<b>161</b>
<b>Capítulo 5. Avaliação do Quadro Fiscal Regional: Localização Empresarial e Finanças Locais .....</b>	<b>162</b>
<b>5.1. Enquadramento .....</b>	<b>162</b>
<b>5.2. As Receitas Municipais.....</b>	<b>165</b>
<b>5.3. O papel das transferências da Administração Central .....</b>	<b>173</b>
<b>5.4. A composição dos impostos municipais .....</b>	<b>177</b>
<b>5.5. A dinâmica empresarial e as finanças locais .....</b>	<b>188</b>
<b>5.6. Conclusões.....</b>	<b>202</b>
<b>Capítulo 6. Inovação numa Região Turística: um Desafio no Algarve.....</b>	<b>204</b>
<b>6.1. Uma Síntese sobre a Situação da Inovação em Portugal.....</b>	<b>205</b>
<b>6.2. Construir um Sistema de Inovação no Algarve .....</b>	<b>206</b>
6.2.1. O Algarve: Caracterização Regional .....	206
6.2.2. A Noção de Sistema de Inovação e o Algarve .....	217
<b>6.3. A Importância Regional do Turismo.....</b>	<b>219</b>
6.3.1. A Composição das Actividades Turísticas .....	219
6.3.2. Expressão Regional.....	221
6.3.3. Elementos de Inovação no Turismo.....	222
6.3.4. Competências Técnicas das Actividades do Turismo no Algarve .....	226
<b>6.4. Perspectivas de Futuro para um Turismo mais Inovador .....</b>	<b>226</b>
<b>6.5. Conclusões.....</b>	<b>228</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>230</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>235</b>
<b>A1 – Análise Factorial - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO .....</b>	<b>235</b>
<b>A2 – Análise Factorial – Factores, valores próprios e variância .....</b>	<b>237</b>
<b>A3 – Análise Factorial – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings .....</b>	<b>240</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1.1 – Indicadores populacionais e territoriais – 2005 .....	22
Tabela 1.2 – Indicadores das famílias residentes – 2005 .....	23
Tabela 1.3 – População Activa, Empregada, Desempregada e Inactiva – 2005 .....	25
Tabela 1.4 – Indicadores de actividade da população – 2005 .....	25
Tabela 1.5 – Consumo de energia eléctrica – 2005 .....	27
Tabela 1.6 – Dimensão do parque habitacional – 2001 .....	29
Tabela 1.7 – Edifícios licenciados pelas câmaras municipais para construção segundo o tipo de obra – 2005 .....	30
Tabela 1.8 – Indicadores do parque habitacional – 2001 .....	30
Tabela 1.9 – Comércio internacional – 2005 .....	32
Tabela 1.10 – Procura e Oferta turística – 2005 .....	33
Tabela 1.11 – Indicadores do turismo – 2005 .....	34
Tabela 1.12 – Dimensão do parque empresarial – 2005 .....	36
Tabela 1.13 – Indicadores das empresas – 2005 .....	36
Tabela 1.14 – Indicadores do mercado monetário e financeiro – 2005 .....	38
Tabela 1.15 – Indicadores do mercado monetário e financeiro – 2005 .....	39
Tabela 1.16 – Situação orçamental nas autarquias – 2005 .....	39
Tabela 1.17 – Indicadores das autarquias – 2005 .....	40
Tabela 1.18 – Indicadores de saúde – 2005 .....	41
Tabela 1.19 – Indicadores de saúde e do parque hospitalar – 2005 .....	42
Tabela 1.20 – Valor médio anual das retribuições pagas – 2005 .....	43
Tabela 1.21 – Número de Pensionistas – 2005 .....	44
Tabela 1.22 – Indicadores de Educação – 2005/2006 .....	45
Tabela 1.23 – População segundo o nível de qualificação – 2001 .....	46
Tabela 1.24 – Indicadores de Ambiente – 2005 .....	47
Tabela 1.25 – Indicadores de Ambiente – 2005 .....	48
Tabela 1.26 – Indicadores de Contas Regionais – 2004 .....	49
Tabela 1.27 – Indicadores de Contas Regionais – 2004 .....	50
Tabela 2.1 – Indicadores populacionais – 2005 .....	53
Tabela 2.2 – Ranking concelhio por indicador – 2005 .....	55
Tabela 2.3 – Variação percentual dos indicadores no período 1995 – 2005 .....	55
Tabela 2.4 – População Activa, Empregada, Desempregada e Inactiva – 2001 .....	56
Tabela 2.5 – Indicadores de actividade da população – 2001 .....	57
Tabela 2.6 – Ranking concelhio por indicador – 2001 .....	59
Tabela 2.7 – Variação percentual dos indicadores no período de 1991 – 2001 .....	60
Tabela 2.8 – Consumo de energia eléctrica – 2005 .....	60
Tabela 2.9 – Consumo de combustíveis fósseis por habitante – 2005 .....	61
Tabela 2.10 – Ranking concelhio por indicador – 2005 .....	62
Tabela 2.11 – Variação percentual dos indicadores no período 1995 – 2005 .....	63
Tabela 2.12 – Edifícios licenciados pelas câmaras municipais para construção segundo o tipo de obra – 2005 .....	64
Tabela 2.13 – Dimensão do parque habitacional – 2001 .....	65
Tabela 2.14 – Indicadores do parque habitacional – 2001 e 2005 .....	66
Tabela 2.15 – Ranking concelhio por indicador – 2001 .....	68
Tabela 2.16 – Variação percentual dos indicadores no período 1991 – 2001 .....	69
Tabela 2.17 – Procura e Oferta turística – 2005 .....	69
Tabela 2.18 – Indicadores do turismo – 2005 .....	70
Tabela 2.19 – Ranking concelhio por indicador – 2005 .....	72
Tabela 2.20 – Variação percentual dos indicadores no período 1995 – 2005 .....	73
Tabela 2.21 – Dimensão do parque empresarial – 2005 .....	74
Tabela 2.22 – Indicadores das empresas – 2005 .....	75
Tabela 2.23 – Ranking concelhio por indicador – 2005 .....	77
Tabela 2.24 – Variação percentual dos indicadores no período 1995 – 2005 .....	78
Tabela 2.25 – Indicadores do mercado monetário e financeiro – 2005 .....	78
Tabela 2.26 – Indicadores do mercado monetário e financeiro – 2005 .....	79
Tabela 2.27 – Ranking concelhio por indicador – 2005 .....	81
Tabela 2.28 – Variação percentual dos indicadores no período 1995 – 2005 .....	81
Tabela 2.29 – Situação orçamental nas autarquias – 2005 .....	82
Tabela 2.30 – Indicadores das autarquias – 2005 .....	83
Tabela 2.31 – Ranking concelhio por indicador – 2005 .....	86
Tabela 2.32 – Variação percentual dos indicadores no período 1995 – 2005 .....	86
Tabela 2.33 – Indicadores do parque hospitalar – 2005 .....	87
Tabela 2.34 – Indicadores de saúde – 2005 .....	88
Tabela 2.35 – Ranking concelhio por indicador – 2005 .....	89
Tabela 2.36 – Variação percentual dos indicadores no período 1995 – 2005 .....	89
Tabela 2.37 – Número de Beneficiários por 1000 habitantes – 2005 .....	90
Tabela 2.38 – Valor médio das retribuições pagas – 2005 .....	90
Tabela 2.39 – Número de Pensionistas – 2005 .....	91
Tabela 2.40 – Ranking concelhio por indicador – 2005 .....	92
Tabela 2.41 – Variação percentual dos indicadores no período 1995 – 2005 .....	93

Tabela 2.42 – População segundo o nível de qualificação – 2001 .....	93
Tabela 2.43 – Número de Estabelecimentos de Ensino – 2005/2006 .....	94
Tabela 2.44 – Número de Alunos matriculados – 2005/2006 .....	95
Tabela 2.45 – Ranking concelhio por indicador – 2005/2006 .....	96
Tabela 2.46 – Variação percentual dos indicadores no período entre os seguintes anos lectivos 1998/1999-2005/2006	97
Tabela 2.47 – Indicadores de Ambiente – 2005 .....	98
Tabela 2.48 – Despesas dos municípios em Ambiente por 1000 habitantes – 2005 .....	99
Tabela 2.49 – Ranking concelhio por indicador – 2005 .....	100
Tabela 2.50 – Variação percentual dos indicadores 1998-2005 .....	100
Tabela 2.51 – Indicadores seleccionados para a Análise Factorial.....	103
Tabela 2.52 – Coeficiente de fusão .....	110
Tabela 2.53 – Clusters identificados.....	110
Tabela 2.54 – Método Ward vs Outros Algoritmos de classificação .....	111
Tabela 3.1 - População total, activa, empregada, desempregada e inactiva por região NUTS II (NUTS-2002).....	122
Tabela 3.2 - Taxa de actividade, emprego, desemprego e inactividade por região NUTS II (NUTS-2002) .....	123
Tabela 3.3 - População activa por NUTS II, segundo o nível de escolaridade completo, 1998 e 2007.....	123
Tabela 3.4 - População activa por NUTS II, segundo o nível de escolaridade completo, 1998 e 2007.....	124
Tabela 3.5 - Evolução da População activa no Algarve, segundo o nível de escolaridade completo, 1998-2007.....	125
Tabela 3.6 - Evolução da População empregada em Portugal, Continente e Algarve por Nível de escolaridade mais elevado completo, 1998-2007.....	127
Tabela 3.7 - Evolução da População empregada no Algarve por Nível de escolaridade mais elevado completo, 1998-2007.....	127
Tabela 3.8 - Evolução da Taxa média de emprego anual no Algarve por Nível de escolaridade mais elevado completo, 1998-2007 .....	128
Tabela 3.9 - Evolução da População empregada em Portugal, Continente e Algarve por Profissão, 1998-2007.....	129
Tabela 3.10 - Evolução da População empregada no Algarve por Profissão, 1998-2007 .....	130
Tabela 3.11 - Evolução do Rendimento médio mensal líquido da população empregada em Portugal, Continente e Algarve por conta de outrem e Profissão, 1998-2007 .....	131
Tabela 3.12 - Evolução do Rendimento médio mensal líquido da população empregada em Portugal, Continente e Algarve por conta de outrem e Sector de actividade económica (CAE Rev. 2.1), 1998-2007.....	132
Tabela 3.13 - Evolução da População desempregada em Portugal, Continente e Algarve por Sexo, 1998-2007.....	133
Tabela 3.14 - Evolução do peso dos Desempregados Qualificados inscritos no total do Desemprego no final do Mês de Dezembro - País e Algarve.....	133
Tabela 3.15 - Evolução da Média anual dos Desempregados Qualificados inscritos no final do Mês - Algarve .....	134
Tabela 3.16 - Evolução da Média anual dos Desempregados Qualificados inscritos no final do Mês por Sexo e Escalão Etário - Algarve .....	134
Tabela 3.17 - Evolução da Média anual dos Desempregados Qualificados inscritos no final do Mês por Motivo de Inscrição - Algarve.....	135
Tabela 3.18 - Evolução da Média anual dos Desempregados Qualificados inscritos no final do Mês por Tempo de Inscrição - Algarve .....	135
Tabela 3.19 - Evolução do Peso da média anual dos Desempregados inscritos no final do Mês por Tempo de Inscrição - Algarve .....	136
Tabela 3.20 - Evolução da Média anual dos Desempregados Qualificados inscritos no final do Mês por Situação Face ao Emprego - Algarve.....	136
Tabela 3.21 - Desempregados Qualificados inscritos no final do Mês por principais CNP a 4 dígitos - Algarve.....	137
Tabela 3.22 - Desempregados Qualificados inscritos no final do Mês pelos principais Cursos - Algarve.....	138
Tabela 3.23 - Desempregados Qualificados inscritos no final do Mês pelos principais Cursos e Tempo de Inscrição - Algarve .....	139
Tabela 4.1: Distribuição espacial do VAB por sectores de actividade no período 1995-2003 (%).....	151
Tabela 4.2 Distribuição sectorial do VAB por regiões no período 1995-2003 (%).....	152
Tabela 4.3 Valores médios dos indicadores de localização, no período 1995-2003.....	153
Tabela 4.4: Indicadores de localização, por concelhos, para o ano de 2001.....	155
Tabela 4.5: Sectores de especialização por concelhos em 2001 .....	156
Tabela 4.6: Coeficiente de associação geográfica entre os diferentes sectores ao nível regional, em 2001 .....	157
Tabela 5.1 - Taxas de Crescimento das Receitas Totais, a preços constantes.....	173
Tabela 5.2 - Taxa de variação das transferências da Administração Central, a preços constantes .....	176
Tabela 5.3 - Taxas de crescimento da Contribuição Autárquica e da Sisa por tipo de Município do Algarve, a preços constantes.....	185
Tabela 5.4 - Taxas de variação do número de empresas e de sociedades.....	190
Tabela 5.5 - Importância dos impostos sobre a propriedade para os cinco municípios com maior volume de receita da região do Algarve, em 2005.....	202
Tabela 6.1 - O Algarve na União Europeia - Síntese de indicadores estatísticos .....	207
Tabela 6.2 - Factores de Impedimento (valores em %) .....	216
Tabela A1.1 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema População .....	235
Tabela A1.2 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema Mercado de Trabalho .....	235
Tabela A1.3 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema Energia.....	235
Tabela A1.4 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema Construção e Habitação .....	235
Tabela A1.5 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema Empresas.....	235
Tabela A1.6 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema Mercado Monetário e Financeiro.....	236
Tabela A1.7 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema Finanças Autárquicas.....	236
Tabela A1.8 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema Saúde .....	236
Tabela A1.9 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema Educação .....	236
Tabela A1.10 - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO - Tema Ambiente .....	236

Tabela A2.1 – Factores, valores próprios e variância – Tema População.....	237
Tabela A2.2 – Factores, valores próprios e variância – Tema Mercado de Trabalho .....	237
Tabela A2.3 – Factores, valores próprios e variância – Tema Energia .....	237
Tabela A2.4 – Factores, valores próprios e variância – Tema Construção e Habitação.....	238
Tabela A2.5 – Factores, valores próprios e variância – Tema Empresas .....	238
Tabela A2.6 – Factores, valores próprios e variância – Tema Mercado Monetário e Financeiro .....	238
Tabela A2.7 – Factores, valores próprios e variância – Tema Finanças Autárquicas .....	238
Tabela A2.8 – Factores, valores próprios e variância – Tema Saúde .....	239
Tabela A2.9 – Factores, valores próprios e variância – Tema Educação .....	239
Tabela A2.10 – Factores, valores próprios e variância – Tema Ambiente.....	239
Tabela A3.1 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema População .....	240
Tabela A3.2 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Mercado de Trabalho.....	241
Tabela A3.3 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Energia .....	242
Tabela A3.4 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Construção e Habitação .....	243
Tabela A3.5 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Empresas .....	244
Tabela A3.6 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Mercado Monetário e Financeiro.....	245
Tabela A3.7 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Finanças Autárquicas.....	245
Tabela A3.8 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Saúde .....	247
Tabela A3.9 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Educação .....	247
Tabela A3.10 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Ambiente .....	249

## Índice de Gráficos

Gráfico 1.1 – Índice de Envelhecimento populacional – 2005 .....	23
Gráfico 1.2 – Taxa de natalidade e Taxa de mortalidade – 2005 .....	24
Gráfico 1.3 – Proporção da população por meio de vida – 2001 .....	24
Gráfico 1.4 – Qualificação dos recursos humanos empregados – 2005.....	26
Gráfico 1.5 – Ganho médio mensal dos trabalhadores – 2005 .....	26
Gráfico 1.6 – População empregada segundo o sector de actividade económica – 2005 .....	27
Gráfico 1.7 – Consumo de combustíveis fósseis por habitante – 2005 .....	28
Gráfico 1.8 – Consumo de combustível automóvel por habitante – 2005 .....	28
Gráfico 1.9 – Indicadores do parque habitacional – 2005 .....	31
Gráfico 1.10 – Valor médio dos prédios transaccionados – 2005 .....	31
Gráfico 1.11 – Alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação – 2001 .....	32
Gráfico 1.12 – Indicadores do comércio internacional – 2005 .....	33
Gráfico 1.13 – Estada média (noites) – 2005 .....	35
Gráfico 1.14 – Distribuição das dormidas, em estabelecimentos hoteleiros e similares, por países de residência – 2005 .....	35
Gráfico 1.15 – Indicadores de inovação e conhecimento nas empresas nacionais – 2005 .....	37
Gráfico 1.16 – Proporção de empresas segundo a classificação das actividades económicas – 2005 .....	37
Gráfico 1.17 – Indicadores das autarquias – 2005 .....	41
Gráfico 1.18 – Indicadores de saúde – 2005 .....	42
Gráfico 1.19 – Número de Beneficiários por 1000 habitantes – 2005.....	44
Gráfico 1.20 – Nº de estabelecimentos de ensino por 10.000 habitantes – 2005/2006 .....	46
Gráfico 1.21 – Despesa dos municípios por habitante – 2005 .....	48
Gráfico 1.22 – Repartição do VAB por sector de actividade económica – 2004 .....	50
Gráfico 1.23 – Indicador de poder de compra – 2004.....	51
Gráfico 2.1 – Taxa de natalidade e Taxa de mortalidade – 2005 .....	53
Gráfico 2.2 – Proporção da população por meio de vida – 2001 .....	54
Gráfico 2.3 – População empregada segundo o sector de actividade económica – 2001 .....	58
Gráfico 2.4 – Ganho médio mensal dos trabalhadores – 2005 .....	58
Gráfico 2.5 – Consumo de combustível automóvel por habitante – 2005 .....	62
Gráfico 2.6 – Valor médio dos prédios transaccionados – 2005.....	66
Gráfico 2.7 – Alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação – 2001 .....	67
Gráfico 2.8 – Estada média (nº de noites) – 2005 .....	71
Gráfico 2.9 – Distribuição das dormidas por países de residência – 2005 .....	72
Gráfico 2.10 – Indicadores de inovação e conhecimento nas empresas nacionais – 2005 .....	75
Gráfico 2.11 – Empresas segundo a classificação das actividades económicas – 2005 .....	76
Gráfico 2.12 – Número de bancos e terminais multibanco por 10 000 habitantes – 2005 .....	80
Gráfico 2.13 – Indicadores das autarquias – 2005 .....	84
Gráfico 2.14 – Indicadores das autarquias – 2005 .....	85
Gráfico 2.15 – Indicadores de saúde – 2005 .....	88
Gráfico 2.16 – Valor médio mensal dos subsídios – 2005.....	92
Gráfico 2.17 – Indicadores de Educação - 2005/2006.....	96
Gráfico 2.18 – Situação orçamental dos municípios em matéria de Ambiente – 2005 .....	99
Gráfico 2.19 – Indicador de poder de compra per capita – 1995, 2004 .....	101
Figura 2.1 – Dendograma .....	109
Figura 2.2 – Clusters identificados – 2 Clusters .....	112
Figura 2.3 – Clusters identificados – 4 Clusters .....	112
Gráfico 2.20 – Valor médio dos factores identificados.....	114
Gráfico 2.21 – Valor médio dos factores identificados.....	115
Gráfico 2.22 – Valor médio dos factores identificados.....	117
Gráfico 2.23 – Valor médio dos factores identificados.....	118
Gráfico 3.1 - Evolução da População activa no Algarve com nível de escolaridade superior, 1998-2007 .....	126
Gráfico 3.12 - Evolução da População empregada no Algarve com nível de escolaridade superior, 1998-2007 .....	128
Gráfico 4.1 - Número de sociedades por município da sede .....	146
Gráfico 4.2 - Dimensão relativa dos sectores de actividade .....	147
Gráfico 4.3: Volume de negócios por sector de actividade.....	147
Gráfico 4.4: Repartição do emprego regional por concelhos .....	148
Gráfico 4.5: Repartição do emprego por sector de actividade .....	148
Gráfico 4.6: Produtividade dos sectores de actividade .....	149
Gráfico 4.7: Vantagens comparativas reveladas por factores-chave de competitividade.....	150
Gráfico 4.8: Indicador de intensidade de exportação por regiões .....	150
Gráfico 4.9 Evolução do quociente de localização nos sectores com maior concentração .....	154
na região do Algarve .....	154
Gráfico 4.10: Relação entre a taxa de variação do VAB entre 2000 e 2005 e o peso de cada região .....	158
no VAB nacional em 2005.....	158
Gráfico 4.11: Decomposição do crescimento regional.....	159
Gráfico 4.12: Decomposição do crescimento da região do Algarve por sectores .....	160
Gráfico 5.1 - Receitas Totais por NUTS II, a preços constantes.....	166
Gráfico 5.2 - Receita média dos municípios por NUTS II, a preços constantes .....	167

Gráfico 5.3 - Receitas Totais per capita, incluindo população flutuante, por NUTS II, a preços constantes.....	168
Gráfico 5.4 - Composição das Receitas Totais .....	169
Gráfico 5.5 - Receitas Totais dos Municípios do Algarve, a preços constantes.....	171
Gráfico 5.6 - Distribuição das Receitas Totais pelos Municípios do Algarve.....	172
Gráfico 5.7 - Distribuição das Receitas Totais por NUTS II.....	172
Gráfico 5.8 - Transferências da Administração Central, por NUTS II, a preços constantes .....	175
Gráfico 5.9 - Transferências da Administração Central per capita, incluindo população flutuante, por NUTS II, a preços constantes.....	176
Gráfico 5.10 - Total dos 4 impostos: Sisa, C.Aut., Imp. s/ Veic. e Derrama, por NUTS II, a preços constantes .....	177
Gráfico 5.11 - Total dos 4 impostos: Sisa, C. Aut., Imp. s/ Veículos e Derrama, per capita, incluindo pop. flutuante, por NUTS II, a preços constantes.....	178
Gráfico 5.12 - Peso dos 4 impostos nas receitas totais, por regiões NUTS II.....	179
Gráfico 5.13 - Composição das receitas fiscais .....	179
Gráfico 5.14 - Contribuição Autárquica por NUTS II, a preços constantes.....	180
Gráfico 5.15 - Contribuição Autárquica per capita, incluindo população flutuante, por NUTS II, a preços constantes...180	
Gráfico 5.16 - Sisa, por NUTS II, a preços constantes .....	181
Gráfico 5.17 - Sisa per capita, incluindo população flutuante, por NUTS II, a preços constantes .....	181
Gráfico 5.18 - Repartição da Contribuição Autárquica e da Sisa pelas diferentes tipologias de Municípios do Algarve .....	182
Gráfico 5.19 - Evolução dos principais impostos nos municípios com mais receita no Algarve .....	183
Gráfico 5.20 - Evolução dos principais impostos nos municípios com valor intermédio de receita no Algarve.....	184
Gráfico 5.21 - Repartição por Regiões das Receitas provenientes da Derrama.....	185
Gráfico 5.22 - IRS por NUTS II, a preços constantes .....	186
Gráfico 5.23 - IRS per capita, por NUTS II, a preços constantes .....	187
Gráfico 5.24 - Evolução do número de empresas e sociedades, por regiões NUTSII .....	189
Gráfico 5.25 - Repartição por municípios das empresas e sociedades da Região do Algarve.....	191
Gráfico 5.26 - Evolução do número de empresas e de sociedades do sector do turismo, por NUTS II.....	192
Gráfico 5.27 - Número de Dormidas, por NUTS II .....	193
Gráfico 5.28 - Evolução do número de empresas e de sociedades do sector do turismo, por municípios do Algarve ...194	
Gráfico 5.29 - Repartição do número de empresas e de sociedades do sector do turismo por municípios do Algarve, em 2005.....	195
Gráfico 5.30 - Repartição das dormidas por municípios do Algarve, em 2005 .....	195
Gráfico 5.31 - Volume de negócios das sociedades do sector do turismo, por NUTS II, a preços constantes .....	195
Gráfico 5.32 - Projecção do volume de negócios das sociedades do sector do turismo com base na distribuição das dormidas, por NUTS II, a preços constantes .....	197
Gráfico 5.33 - Repartição projectada do volume de negócios do sector do turismo, por NUTS II, com base na distribuição das dormidas, em 2005.....	198
Gráfico 5.34 - Repartição do volume de negócios do total da actividade económica, por NUTS II, em 2005 .....	199
Gráfico 5.35 - Repartição projectada do imposto de derrama por NUTS II, corrigida pela repartição do volume de negócios das empresas e sociedades do sector do turismo, em 2005 .....	200
Gráfico 5.36 - Repartição das receitas fiscais da região do Algarve, em 2005 .....	201
Gráfico 6.1 - Crescimento Económico vs. Variação de Despesas em I&D.....	208
Figura 6.1 - Performance Regional Inovadora.....	209
Gráfico 6.2 - Evolução das Despesas em I&D em Percentagem do PIB .....	210
Gráfico 6.3 - Evolução dos Recursos Humanos (ETI) em I&D em Permilagem da População Activa.....	211
Gráfico 6.4 - Sectores de execução da I&D (valores em %) .....	211
Gráfico 6.5 - Financiamento da I&D (valores em %) .....	212
Gráfico 6.6 - Actividades Inovadoras (valores em %).....	213
Gráfico 6.7 - Tipos de Despesas em Inovação (valores em %) .....	213
Gráfico 6.8 - Empresas que obtiveram financiamento para I&D (valores em %) .....	214
Gráfico 6.9 - Fontes de Inovação (valores em %) .....	214
Gráfico 6.10 - Cooperação (valores em %) .....	215
Gráfico 6.11 - Efeitos da Inovação (valores em %) .....	215
Gráfico 6.12 - Protecção de Propriedade Industrial - Empresas Inovadoras (valores em %) .....	216

## Índice de Figuras

Figura 6.2: Integração do SRI com o Sistema de Turismo.....	228
Figura A3.1 – Factor – Dinâmica Populacional .....	240
Figura A3.2 – Factor – Multiculturalidade .....	240
Figura A3.3 – Factor – Emprego .....	241
Figura A3.4 – Factor – Desemprego .....	241
Figura A3.5 – Factor – Consumo de combustíveis fósseis.....	242
Figura A3.6 – Factor – Consumo de energia eléctrica .....	242
Figura A3.7 – Factor – Intensidade de construções .....	243
Figura A3.8 – Factor – Conforto e Encargos com Alojamento.....	243
Figura A3.9 – Factor – Emprego em Sociedades e Conhecimento.....	244
Figura A3.10 – Factor – Procura de Serviços Financeiros .....	245
Figura A3.11 – Factor – Oferta de estabelecimentos financeiros e terminais multibanco .....	245
Figura A3.12 – Factor – Incapacidade fiscal local .....	246
Figura A3.13 – Factor – Receita per capita.....	246
Figura A3.14 – Factor – Situação orçamental e estrutura de despesa .....	246
Figura A3.15 – Factor – Disponibilidade de cuidados/serviços de saúde .....	247
Figura A3.16 – Factor – Qualificações académicas .....	248
Figura A3.17 – Factor – Sucesso escolar.....	248
Figura A3.18 – Factor – Disponibilidade de serviços/equipamentos ambientais.....	249
Figura A3.19 – Factor – Despesa ambiental .....	249



## Lista de Abreviaturas e Símbolos

...	Confidencial
€	Euro
Agri.	Agricultura
Agric.	Agrícola
Aloj.	Alojamento
Biod.	Biodiversidade
Cons.	Consumo
Consu.	Consumidor
Const.	Construção
Cx.	Caixa
Desp.	Despesa(s)
Eco.	Económica
Elect.	Eléctrica
Emp.	Empregada
Ens.	Ensino
Est.	Estabelecimentos
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
Hab.	Habitante
Hot.	Hoteleiros
Ind.	Indústria
INE	Instituto Nacional de Estatística
Kg	Quilograma
Km <sup>2</sup>	Quilómetro quadrado
KW	Quilowatt
Kw/h	Quilowatt hora
m <sup>3</sup>	Metro cúbico
Munic.	Município
Nº	Número
N.D.	Não disponível
NUTS	Núcleo de Unidades Territoriais para fins estatísticos
PIB	Produto Interno Bruto
Pop.	População
P.P.	Ponto percentual
Prop.	Porporção
Prot.	Protecção
R.A.	Região Autónoma
RDB	Rendimento Disponível Bruto
SBA	São Brás de Alportel
Silv.	Silvicultura
Sim.	Similares
SREA	Serviço Regional de Estatísticas dos Açores
SREM	Serviços Regional de Estatísticas da Madeira
Tep	Tonelada equivalente de petróleo
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
Tx.	Taxa
VAB	Valor Acrescentado Bruto
Var.	Variação
VRSA	Vila Real de Santo António

## Introdução

### O Âmbito do Estudo

O NERA, enquanto associação empresarial multi-sectorial, entendeu caracterizar de forma pormenorizada a estrutura económica do Algarve de forma a facilitar intervenções futuras na região. Para esse efeito, o NERA preparou uma proposta para um estudo designado "Caracterização da Estrutura Económica do Algarve" para o qual convidou a Universidade do Algarve.

O objectivo geral do estudo apontava para a caracterização de forma aprofundada da estrutura económica do Algarve e em termos específicos procurou-se i) comparar o comportamento da região através de indicadores socio-económicos relevantes com a média nacional e com outras regiões NUTS II, ii) analisar sinteticamente indicadores de performance das várias freguesias do Algarve; iii) quantificar a destruição/criação líquida de postos de trabalho qualificados; iv) perceber as relações intersectoriais fundamentais na região; v) problematizar os impactes da localização das sedes fiscais das empresas que se situam (actuam) no Algarve; e vi) entender a dinâmica das empresas da região na inovação e que relações existem entre a capacidade inovadora, a criação de vantagens competitivas e o desempenho.

O interesse do NERA em desenvolver um estudo de forma a caracterizar a estrutura económica regional tem uma relevante justificação, porque permite perceber e caracterizar as forças dominantes do Algarve e como estas se relacionam com a região. O estudo não tem a pretensão de ser uma caracterização exaustiva da realidade económica e social do Algarve, mas apenas, com a informação disponível, consolidar o conhecimento existente sobre uma série de questões, contribuindo para uma consciência regional responsável, um contributo para a criação de uma visão da região sobre si mesma, um possível ponto de partida para estudos futuros.

### A Estrutura do Estudo

O estudo estrutura-se em seis capítulos.

O primeiro capítulo "**Caracterização Geral do Algarve**", da autoria de Ângelo Teixeira, baseia-se num conjunto alargado de indicadores e variáveis estatísticas, referentes ao ano de 2005 e procede à caracterização das 7 NUTS II de Portugal. O Algarve, consoante a temática ou a perspectiva de análise, assume diferentes posições relativas no *ranking* nacional comparativamente com as demais regiões nacionais. Com uma população residente de 416.847 habitantes e uma extensão de 4995,9 km<sup>2</sup>, a região algarvia cotava-se como uma das que registava uma menor densidade populacional, ao mesmo tempo que manifestava uma situação algo preocupante em termos de envelhecimento populacional, atenuado, em certa medida, pelo bom desempenho da taxa de natalidade. Ao nível do mercado de trabalho, se por um lado, o Algarve apresentava os mais baixos níveis nacionais na taxa de actividade, por outro lado, a taxa de emprego situava-se acima da média de Portugal. No que concerne às qualificações dos recursos humanos empregados, o Algarve apenas era ultrapassado, no *ranking* nacional, pela região de Lisboa.

Do ponto de vista da eficiência energética o Algarve denotava algumas fragilidades, evidenciadas pelo facto de se tratar da região com os maiores índices de consumo doméstico de energia eléctrica por habitante, enquanto que no consumo de combustível automóvel *per capita* era a terceira região do continente com os maiores valores.

Com um parque habitacional em crescimento acentuado nos últimos anos, o Algarve caracterizava-se, do ponto de vista da construção, por apresentar os mais elevados índices nacionais no valor das rendas dos alojamentos, carências relativas no indicador de conforto dos alojamentos, uma idade média dos edifícios intermédia, um elevado valor médio comparativo dos prédios transaccionados, um nível médio de alojamentos por pavimento acima do registo nacional, alojamentos com um número de divisões comparativamente inferiores ao registo nacional e um elevado predomínio de alojamentos de cariz sazonal. Relativamente ao comércio internacional o Algarve não tinha praticamente qualquer expressão no contexto nacional, ao mesmo tempo que era a região de Portugal com a maior concentração relativa no que concerne às origens e destinos das mercadorias transaccionadas.

No contexto nacional o Algarve assumia-se como a região dominante no sector do turismo apresentando a maior capacidade de alojamento, o maior volume de dormidas e de hóspedes, assim como das mais elevadas estadas médias na hotelaria classificada. Do ponto de vista empresarial, no Algarve localizam-se 5,4% e 4,6%, respectivamente, das empresas e sociedades nacionais. À data do período em análise a região algarvia cotava-se como a que menor proporção de emprego em sociedades anónimas apresentava, ao mesmo tempo que superava as demais congéneres no nível de empreendedorismo.

No que respeita aos índices de inovação no contexto empresarial o Algarve registava carências nítidas face às demais NUTS II, nomeadamente na proporção de emprego em actividades TIC, ou na percentagem de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento. A região do Algarve apresentava, em 2005, um nível comparativamente mais elevado do que as demais NUTS II no que concerne à oferta de estabelecimentos bancários e de terminais Multibanco por cada 1000 habitantes, situação igualmente extensível ao volume de operações e de levantamentos nacionais por habitante nos terminais Multibanco. A região algarvia encontrava-se igualmente nas posições cimeiras no volume de crédito à habitação por habitante, assim como na taxa de crédito à habitação. Tal como a maioria das NUTS II nacionais, o Algarve, registava uma situação orçamental nas autarquias deficitária, sendo todavia a região que exibia a melhor relação entre receitas e despesas totais. Comparativamente com as demais regiões, o Algarve destacava-se pelo nível relativamente baixo do índice de carência fiscal, pelo peso comparativamente elevado dos impostos nas receitas, pela fraca importância relativa das despesas com pessoal na estrutura das despesas e pelo nível relativamente elevado de despesas na aquisição de bens de capital.

Na saúde, o Algarve continuava a manifestar, em 2005, algumas carências comparativas, face às demais congéneres regionais, evidenciadas por indicadores como o número de internamentos por 1000 habitantes, o número de intervenções por dia, a taxa de mortalidade infantil, o número de camas por cada 1000 habitantes, o número de consultas por habitante, ou a disponibilidade de enfermeiros e médicos por cada 1000 habitantes. No campo da protecção social a região do Algarve evidenciava um valor médio das retribuições pagas aquém do nível médio nacional, seja nas pensões, seja nos subsídios de desemprego ou de doença. Acresce referir que o Algarve era das regiões nacionais com o maior número de beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes. Relativamente aos indicadores de educação, o Algarve cotava-se como uma das regiões com os mais baixos índices de taxa de pré-escolarização, assim como da taxa de transição/conclusão no ensino secundário, situação contrária à constatada na taxa bruta de escolarização ou na taxa de retenção e desistência no ensino básico onde a região algarvia surgia no extremo oposto do *ranking*. Destaque-se, todavia os bons índices

que o Algarve conseguia em termos nacionais no que respeita à percentagem de população com o ensino secundário ou com o ensino superior na população residente. Em comparação com as demais NUTS II, o Algarve encontrava-se acima dos níveis médios nacionais no que concerne à percentagem de população servida por sistemas de abastecimento de água, por sistemas de drenagem de águas residuais, ou por estações de tratamento de águas residuais. O Algarve apresentava-se igualmente como a região nacional com os maiores índices de consumo de água residencial e dos serviços por habitante, assim como no nível de resíduos urbanos produzidos por habitante, ou ainda nas despesas por habitante na gestão de resíduos, na gestão de águas residuais, ou na protecção da biodiversidade e da paisagem.

Finalmente, ao nível da actividade económica, o Algarve representava, em 2004, 4,1% do PIB nacional, registando o terceiro valor mais elevado em termos *per capita*, ao mesmo tempo que era a segunda região com o mais elevado valor no rendimento disponível bruto *per capita* e no indicador de poder de compra. Em termos de produtividade e de remuneração média o Algarve ocupava as últimas posições do ranking das NUTS II nacionais.

O Capítulo dois "**Uma Região de Disparidades Locais?**", do mesmo autor, parte de uma análise efectuada aos 16 concelhos da região, no período de 1995 a 2005, nas várias temáticas abordadas para identificar dinâmicas distintas e diferentes estados de desenvolvimento local. Se, por um lado, existiam concelhos com acréscimos significativos da população residente e com quebras nas taxas de mortalidade, outros havia onde a natalidade estava em queda e a população idosa atingia uma importância significativa junto da população residente. No campo do mercado de trabalho, os concelhos da região apresentaram uma tendência para o acréscimo da taxa de actividade e para a taxa de emprego, sendo que ao nível da população empregada por sector de actividade assistiu-se a uma quebra notória da população empregada na "agricultura, silvicultura e pesca" em todos os concelhos e da "indústria, construção, energia e água" em cerca de metade dos municípios da região. Do ponto de vista do consumo de energia, eléctrica e de combustíveis fósseis, o Algarve apresentou uma nítida diferenciação de consumo entre os concelhos do litoral e os concelhos do barrocal e da serra algarvia, facto a que não é alheia a distribuição da população residente pela região e a localização dos principais empreendimentos turísticos.

No que concerne à construção e habitação contrapõem-se duas realidades distintas. Ao litoral, relativamente denso em construção, alvo da especulação imobiliária, onde predomina a construção em altura e os alojamentos com as menores médias de divisões por alojamento, opõe-se o barrocal e serra algarvias em risco de desertificação, dos pequenos povoados, com baixas rendas e encargos mensais, o alojamento de residência habitual e os edifícios envelhecidos. No domínio do turismo existe uma concentração clara deste sector num número reduzido de concelhos do litoral, nomeadamente, Albufeira, Loulé e Portimão. Os concelhos do Algarve, salvo raras excepções, incrementaram os seus recursos e os seus resultados neste sector no período em análise. Em termos empresariais, a região apresentava como principais pólos os concelhos de Albufeira, Faro, Loulé e Portimão, concentrando-se nestes municípios o maior número de empresas, sociedades, pessoal ao serviço e volume de vendas da região. Todavia, no que respeita a indicadores de inovação, não existe um domínio geográfico na região de municípios mais beneficiados, ao mesmo tempo que se constata uma localização preferencial por alguns concelhos de certos sectores de actividade. O Algarve apresentava, em 2005, uma distribuição equilibrada pelo seu território no que respeita à oferta de estabelecimentos bancários quando comparado com a realidade nacional. Nos concelhos mais populosos, localizados no litoral, existe um maior

predomínio na utilização dos terminais Multibanco e nos montantes de crédito à habitação concedido por habitante.

Dos 16 concelhos da região, somente 7 apresentavam, em 2005, uma situação orçamental superavitária. No seio da região existiam algumas diferenças significativas no que toca à distribuição das receitas e das despesas dos municípios, nomeadamente na maior ou menor dependência face aos fundos municipais, nos níveis de endividamento anual, ou no índice de carência fiscal. Relativamente ao sector da saúde eram evidentes discrepâncias na região ao nível da disponibilidade de recursos humanos e consequentemente ao nível das consultas prestadas. A concentração da população no litoral leva a que as principais infra-estruturas de saúde se localizem em concelhos como Faro, Portimão e Lagos. Ao nível da protecção social o Algarve expunha, no período em análise, uma situação diferenciada em domínios como os montantes médios das retribuições pagas pela segurança social, com benefícios evidentes do litoral face ao interior, mas também no número de beneficiários do rendimento social de inserção, neste caso sem nenhuma concentração geográfica, ou ainda nos beneficiários do subsídio de desemprego, com predomínio em alguns dos concelhos mais populosos da região. O perfil de uma população envelhecida e de territórios com reduzidas ofertas de trabalho em alguns dos concelhos da região, caso da serra algarvia, releva as naturais diferenças existentes no Algarve no domínio da educação, nomeadamente nos níveis de qualificação da população residente, no sucesso escolar, assim como na dimensão do parque escolar. Os recursos financeiros que têm afluído à região nos últimos anos, nomeadamente no âmbito da política regional da UE, têm sido aplicados também em áreas ambientais levando a que um nível significativo da população beneficie destes serviços. Todavia, registavam-se ainda algumas diferenças ao nível da proporção da população que beneficia dos sistemas de abastecimento de água, dos sistemas de drenagem de águas residuais, assim como das estações de tratamento de águas residuais, sendo que somente uma minoria de concelhos do litoral conseguem servir pelo menos 95% da população com estes serviços.

Através do recurso a técnicas de estatística multivariada procedeu-se a um exercício de classificação dos concelhos da região tendo sido possível identificar 4 grupos de concelhos distintos. Um dos grupos é constituído pelos concelhos de Faro e Portimão, sendo aquele que concentra alguns dos principais recursos da região, exhibe o maior poder de compra do Algarve, ao mesmo tempo, que dispõe de indicadores de vitalidade económica, competências e dinâmica populacional que os coloca no mais elevado patamar regional. Um segundo grupo de concelhos é composto por Vila do Bispo, Lagos, Lagoa, Albufeira e Loulé. Tratam-se de municípios de cariz essencialmente urbano, com forte presença de população não residente, dispõem de um nível de vida acima da realidade regional, possuem um parque habitacional extenso, de volumetria elevada e com elevados níveis de conforto, sendo igualmente detentores de um mercado de trabalho dinâmico. Silves, São Brás de Alportel, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António compõem o terceiro grupo de concelhos identificados. Trata-se de um grupo de concelhos "mistos", integrando tendências e dinâmicas do litoral povoado e urbano e do interior desertificado. Finalmente, os concelhos de Aljezur, Monchique, Alcoutim e Castro Marim compõem o grupo do denominado "Interior Despovoado", integrando freguesias em cenário de "morte social", compostas por territórios em risco de desertificação, carentes de actividades económicas, serviços e infra-estruturas de apoio à população.

O Capítulo três "**A Evolução do Trabalho Qualificado no Algarve**" da autoria de João Nuno Neves, procura abordar a evolução do mercado de trabalho na região Algarvia nos últimos 10 anos (1998 a 2007), dando um especial enfoque ao trabalho qualificado. Neste sentido foram analisados diversos indicadores que permitem comparar a evolução do mercado de trabalho algarvio com o Continente, sob

diversos pontos de vista. A partir dos elementos disponíveis (fundamentalmente do INE e do IIEFP) procurou-se analisar alguns indicadores-chave, nomeadamente a População Activa (subgrupo da População Residente e que representa os indivíduos com mais de 15 anos e disponíveis para trabalhar), o Emprego (parte da população activa que se encontra empregada), e o Desemprego (parte da população activa que se encontra desempregada). As conclusões do estudo mostram como os dez anos em análise foram um período de forte crescimento da população com mais de 15 anos (+ 15,5%) na região Algarvia, enquanto que o País crescia 6,2%. Como consequência deste forte crescimento, a população activa aumentou 22,1%, a população empregada cresceu 21,3%, a população desempregada subiu 35,5% e a população inactiva teve um acréscimo de 6,7%. Neste período o emprego qualificado aumentou bastante na região algarvia. Em 1998 tínhamos uma população activa com qualificação ao nível do ensino superior de 12.800 indivíduos e em 2007 já era de 24.400. Esta forte evolução na população activa "arrastou" o nível de qualificação da população empregada que passou de 12.400 para 23.300. Refira-se que o nível máximo nestes dois indicadores se deu em 2005, tendo vindo a diminuir até 2007.

Nestes dez anos a população empregada algarvia qualificou-se bastante, reduzindo para quase metade os indivíduos sem habilitação (de 14.700 para 8.100) e diminuindo também os indivíduos empregados com habilitações ao nível do "Básico - 1º ciclo". Nos escalões com maior qualificação, o número de indivíduos aumentou consideravelmente. A população algarvia empregada era em 2007 bastante mais qualificada do que em 1998.

No que concerne ao rendimento médio mensal, o Algarve está ao nível do País (-1,2€ em 2007), mas com rendimento inferior nos quadros superiores (-37€ em 2007). Quando a abordagem se faz em termos de sectores de actividade, no Algarve o rendimento médio mensal é superior ao País nos sectores primário (+10,3€ em 2007) e secundário (+5,5€ em 2007), mas inferior no sector terciário (-29,5€ em 2007). Como consequência do aumento dos indivíduos com qualificação superior na população activa, deu-se um forte aumento dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, havendo em 2007 mais do dobro dos inscritos que existia em 1998. No entanto o peso dos desempregados qualificados é inferior no Algarve em relação ao País (7,2% do total de desempregados inscritos nos Centros de Emprego contra 10,2%, em Dez-07). Mas, o tempo de inscrição destes indivíduos é normalmente inferior a 12 meses, e menor do que o dos indivíduos com menos habilitações, significando que a qualificação superior auxilia bastante na obtenção de emprego. Temos em 2007 um Algarve mais qualificado do que em 1998. As populações activa e empregada apresentam diminuições nos escalões menos qualificados e aumentos nos mais qualificados e o rendimento médio mensal está ao nível do País. O trabalho qualificado apresentou uma tendência de crescimento forte entre 2001 e 2005 e desde esse ano tem vindo a diminuir, em valores reais e no peso total do emprego. Uma situação preocupante e que deverá ser mantida sob vigilância.

O Capítulo quatro, da responsabilidade de Paulo Rodrigues e Jorge Andraz, reflecte sobre as "**Dinâmicas Sectoriais da Região do Algarve**". O VAB da região representa 3,7% do VAB nacional e é essencialmente gerado nos sectores Alojamento e restauração, Construção, Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico e ainda nos serviços de públicos pertencentes aos sectores Administração pública, defesa e segurança social obrigatória e Educação, que representam 39,6% do VAB regional e estabelecem a diferenciação estrutural da região face ao país. São identificados alguns sectores com um certo grau de concentração, nomeadamente ao nível dos sectores da Agricultura, produção animal, caça e silvicultura (nos concelhos de Alcoutim, Aljezur,

Monchique e Castro Marim), pesca (nos concelhos de Aljezur, Olhão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António), indústrias extractivas (nos concelhos de Monchique e de São Brás de Alportel) e hotelaria e restauração (nos concelhos da faixa litoral). O sector do Alojamento e Restauração apresenta um elevado grau de associação geográfica com vários outros sectores, nomeadamente, os sectores das Indústrias transformadoras, da Produção e distribuição de electricidade, gás e água, da Construção, do Comércio por grosso e a retalho, dos Transportes, armazenagem e comunicações, das Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e de outros serviços. Conclui-se assim que na região estes são os sectores mais que mais beneficiam do desenvolvimento do turismo.

O Algarve foi uma das regiões que registou um maior crescimento, tendo o mesmo sido devido a uma especialização da região nos sectores mais dinâmicos da economia nacional e à existência de vantagens locais. Os sectores que mais contribuíram para este resultado foram a Produção e distribuição de electricidade, gás e água, Famílias com empregados domésticos, Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, Actividades financeiras e Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, que no conjunto representam 21,0% do VAB regional. Estes sectores têm constituído oportunidades de crescimento da região por serem sectores de elevado dinamismo nacional e, ao mesmo tempo, têm-se revelado como pontos fortes em que a região deve continuar a apostar pois têm beneficiado de importantes vantagens competitivas. São assim sectores em que a região exhibe vantagens competitivas especializadas. Os sectores do Alojamento e restauração e dos Transportes, armazenagem e comunicações, presentes na região em grande escala, têm contribuído igualmente para o elevado crescimento regional mas têm subsistido entraves de natureza local que têm impedido um crescimento na região superior ao registado ao nível nacional. São portanto sectores de especialização da região mas em relação aos quais não existem vantagens competitivas. A região apresenta desvantagens competitivas nos sectores da Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, da Pesca, das Indústrias extractivas e das Indústrias transformadoras, os quais também não têm constituído uma aposta em termos de especialização produtiva regional.

No Capítulo quinto “**Avaliação do Quadro Fiscal Regional: Localização Empresarial e Finanças Locais**” Ana Paula Barreira discute como as finanças locais de qualquer governo local, em qualquer parte do mundo, são, por um lado, afectadas pela actividade empresarial, através das receitas fiscais que a mesma gera, sendo, por outro lado, igualmente, a actividade empresarial afectada pelas decisões de política fiscal que os governos locais adoptam. Analisar esta dupla relação constituiu o objectivo central deste trabalho. Usando o caso do Continente de Portugal e, mais em particular, o caso da região do Algarve, região onde a principal actividade económica é o turismo, relaciona-se onde as empresas e sociedades decidem ter a sua sede social relativamente ao local onde exercem a sua actividade económica, com as consequentes implicações ao nível dos enviesamentos causados nas receitas fiscais. A análise permitiu identificar diversos enviesamentos na forma de financiamento dos governos locais, dos quais se destacam: 1) a decisão, da quase totalidade, dos governos locais da região do Algarve, de isentarem da cobrança da receita de derrama, as empresas e sociedades com sede nos seus municípios não foi condição suficiente para que mesmas colocassem a sua sede na região; 2) a receita de derrama não cobrada na região do Algarve acabou por ser cobrada por outros municípios fora de região, beneficiando municípios que não suportaram o encargo da provisão de bens públicos locais, indispensáveis ao exercício da actividade económica daquelas empresas e sociedades; 3) os governos locais dos municípios da região do Algarve, situados junto ao litoral, ao captarem mais pessoas e actividade económica usufruem, numa percentagem muito significativa das suas receitas, de impostos

que recaem sobre a propriedade, gerando o incentivo para a maximização dos orçamentos desses municípios através do crescimento da ocupação do território. A ausência de mecanismos de correcção dos referidos enviesamentos, criando as condições para a diversificação das fontes de financiamento de alguns municípios, pode conduzir a um modelo de desenvolvimento económico regional não sustentável a prazo, comprometendo, inclusive, a sustentabilidade da actividade económica, por excelência, da região, uma vez que o turismo de qualidade exige condições particulares, não coadunáveis com a massificação da ocupação do solo.

No Capítulo final **“Inovação numa Região Turística: um Desafio no Algarve”**, Hugo Pinto e Ana Rita Cruz tentam contribuir para a reflexão sobre o papel que a inovação poderá ter no desenvolvimento do Algarve conhecida pela sua especialização turística baseada em serviços de baixo valor acrescentado. As políticas públicas têm focado muita atenção na inovação, reforçando a centralidade que este fenómeno assume enquanto potenciador de competitividade no território, algo que pode ser evidenciado pelo actual QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional. Diversos estudos recentes têm mostrado a limitada performance inovadora do país e das suas regiões, evidenciando no entanto uma tendência positiva de *catching-up*. O Algarve apresenta-se neste contexto com potencialidades e restrições específicas para construir um sistema regional de inovação, pretensão visível nos documentos de estratégia regional, como o Plano Operacional Algarve XXI e o PRIAlgarve – Plano Regional de Inovação. Neste capítulo são apresentados aspectos caracterizadores da inovação na região, como a evolução de indicadores estatísticos, com enfoque na Investigação e Desenvolvimento, assim como a discussão de alguns factores de natureza institucional que favorecem a aplicação do conceito de sistema regional de inovação no território algarvio, como o reforço das componentes do sistema, a identidade regional ou a definição administrativo-funcional. O Turismo é apresentado enquanto motor do desenvolvimento regional, que deverá incorporar lógicas e rotinas inovadoras para garantir um *upgrade* do sector, através da diferenciação e introdução de novos produtos, possibilitando uma compatibilização e reforço positivo entre sistemas – o sistema regional de inovação e o sistema de turismo.

### **As Conclusões do Estudo**

A realização deste trabalho permitiu consolidar um conjunto de ideias centrais em torno dos temas abordados nos vários capítulos:

- 1 - O Algarve apresenta indicadores estatísticos - numa diversidade de temas - que explicitam uma boa performance em termos médios face à realidade das outras regiões portuguesas e média nacional.
- 2 - A boa posição média do Algarve esconde, contudo, uma relevante heterogeneidade intra-regional, ilustrada pelas dissemelhanças entre concelhos do litoral, interior e principais pólos urbanos.
- 3 - O trabalho qualificado cresceu muito na região na última década mas tem revelado uma evolução preocupante de diminuição, detectada nos dois últimos anos para os quais há disponibilidade de informação.



4 - O Algarve apresenta uma forte especialização em actividades económicas ligadas ao sector do Turismo, baseada em vantagens comparativas relacionadas com os Recursos Naturais. Este facto leva a que muitos indicadores sejam artificialmente sobreavaliados e de difícil comparação.

5 - A decisão municipal de isenção da receita de derrama não parece influenciar fortemente a decisão de localização das empresas e sociedades na região. Pelo contrário, o crescimento verificado nos impostos que recaem na propriedade, que constituem a principal parcela das suas receitas, tem registado ritmos de progressão muito superiores às médias nacionais.

6 - Os municípios do Algarve situados junto ao litoral, ao captarem mais pessoas e actividade económica, são caracterizados numa percentagem significativa das suas receitas, por impostos sobre a propriedade, gerando um incentivo para o aumento dos seus orçamentos através do crescimento da ocupação do território.

7 - A situação relativamente débil do Algarve em indicadores de inovação traduz uma limitada capacidade de incorporação de I&D e de investimento em actividades inovadoras.

8 - O Turismo, visto muitas vezes como um sector moderadamente inovador e capaz de gerar pouco valor acrescentado, deve criar maior capacidade competitiva, quer seja pelo *upgrade* do próprio destino, com ofertas mais diferenciadas e qualificadas, quer pela interligação a outras actividades de cariz mais tecnológico, como a utilização de TIC, Energias Renováveis ou Agro-alimentar.

## Capítulo 1. Caracterização Geral do Algarve

Neste capítulo procede-se à análise comparativa da região do Algarve com as restantes NUTS II nacionais no que toca a um conjunto alargado de indicadores estatísticos de 14 temas distintos: População e Território, Mercado de Trabalho, Energia, Construção e Habitação, Comércio Internacional, Turismo, Empresas, Mercado Monetário e Financeiro, Finanças Autárquicas, Saúde, Protecção Social, Educação, Ambiente e Actividade Económica. Pretende-se por esta via obter um retrato comparativo da realidade regional, referente ao ano de 2005, susceptível de avaliar a situação socio-económica do Algarve.

### 1.1. População e Território

Em 2005 residiam na região do Algarve 416.847 habitantes, aproximadamente 4% da população total de Portugal, tal como pode ser observado na tabela 1. A população jovem assumia uma importância relativa no Algarve de cerca de 15%, representando a população em idade activa 67%, o segundo valor mais baixo em termos nacionais. O Algarve era a terceira região nacional seguida do Alentejo e da região Centro, que mais mostrava o fenómeno do envelhecimento populacional assumindo a população idosa um peso relativo de 20% na população total. Comparativamente com as demais regiões o Algarve registava uma densidade populacional relativamente baixa, pouco mais de 83 habitantes por cada km<sup>2</sup>, um valor somente superior ao registo do Alentejo. Evidencia-se, deste modo, a concentração populacional (no litoral) na região Algarve a que muitos agentes locais fazem frequentemente referência. Destaque-se ainda o facto do Algarve possuir em 2001, à data do último recenseamento geral da população, a maior proporção de população residente de nacionalidade estrangeira, aproximadamente 6% do total da população.

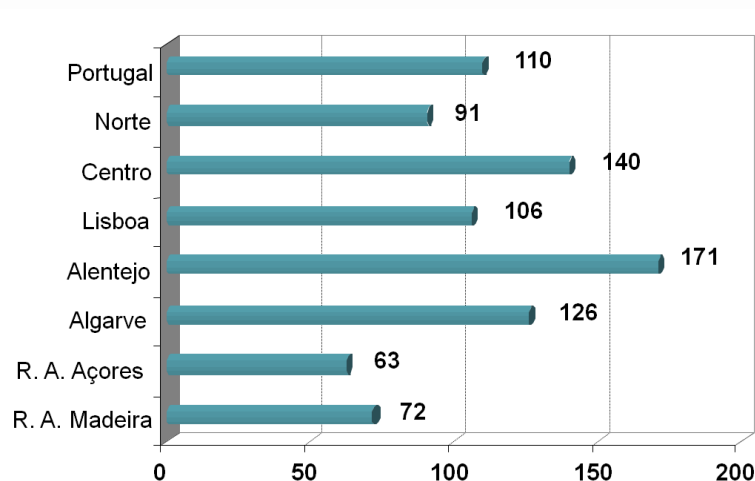
Tabela 1.1 – Indicadores Populacionais e Territoriais – 2005

Região	Área (Km <sup>2</sup> )	População residente				Densidade Populacional (hab./km <sup>2</sup> )	% pop. nac. Estrangeira (2001)
		Total	Jovem (0-14 anos)	Idade Activa (15-64 anos)	Idosa (+ 65 anos)		
Portugal	92.089,7	10.569.592	1.644.231	7.115.261	1.810.100	114,8	2,2
Norte	21.285,8	3.737.791	612.961	2.567.646	557.184	175,6	0,9
Centro	28.198,4	2.382.448	341.704	1.561.927	478.817	84,5	1,2
Lisboa	2.934,8	2.779.097	432.767	1.888.219	458.111	947,0	4,7
Alentejo	31.551,8	765.971	102.688	487.913	175.370	24,3	1,2
Algarve	4.995,9	416.847	62.008	276.601	78.238	83,4	6,0
R. A. Açores	2.322,0	242.241	47.581	164.518	30.142	104,3	1,0
R. A. Madeira	801,0	245.197	44.522	168.437	32.238	306,1	1,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

De acordo com o índice de envelhecimento, apresentado no gráfico 1.1, existiam, em 2005, no Algarve 126 idosos por cada 100 jovens, um valor apenas ultrapassado pelo Alentejo e pela região Centro, respectivamente com 171 e 140 idosos por cada 100 jovens.

Gráfico 1.1 – Índice de Envelhecimento Populacional – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

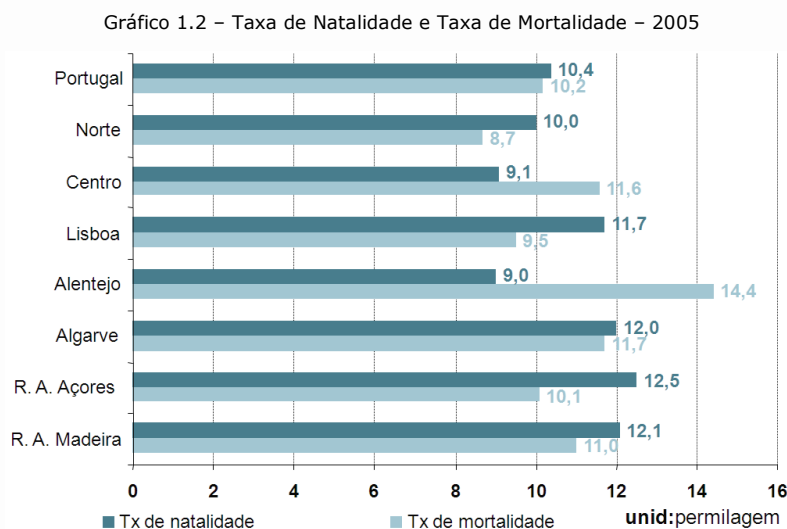
O Algarve registava em 2005, de acordo com a tabela 1.2, um total de 149.369 famílias residentes, das quais 149.238 eram consideradas famílias clássicas, o que representa 4,1% do total de famílias do país. A região algarvia, a par de Lisboa e do Alentejo eram as regiões nacionais cujas famílias registavam, em média, um menor número de elementos, aproximadamente 2,6 elementos. Em consonância com a situação anterior está a predominância maior que se assinalava na região do Algarve de famílias clássicas unipessoais, as quais assumiam uma importância relativa de 21% no total das famílias clássicas, valor muito acima dos 13,2% no caso da região do Norte.

Tabela 1.2 – Indicadores das Famílias Residentes – 2005

Região	Famílias - Total	Famílias Clássicas	Dimensão Média das famílias clássicas	unid: nº
				Proporção de famílias clássicas unipessoais
Portugal	3.654.633	3.650.757	2,81	17,3
Norte	1.211.590	1.210.631	3,02	13,2
Centro	848.286	847.265	2,74	17,9
Lisboa	1.006.810	1.005.671	2,62	20,9
Alentejo	292.898	292.487	2,61	20,0
Algarve	149.369	149.238	2,62	21,0
R. A. Açores	71.963	71.846	3,33	13,8
R. A. Madeira	73.717	73.619	3,29	13,9

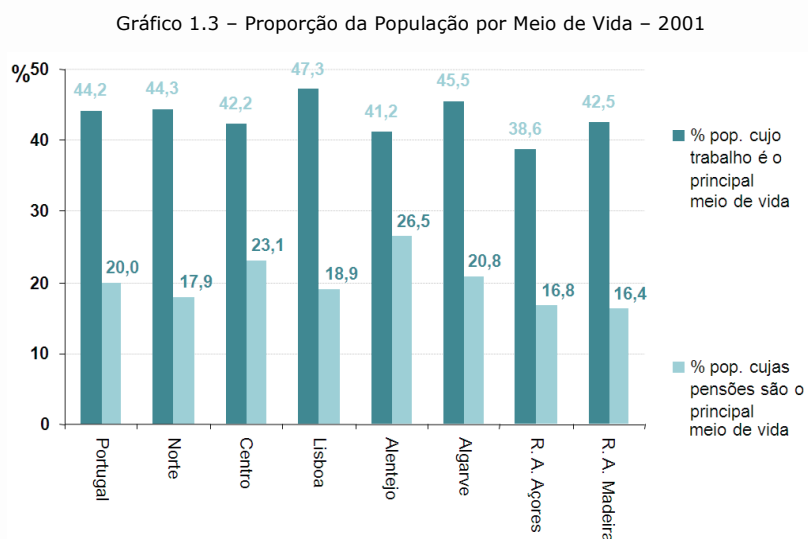
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Tal como pode ser observado no gráfico 1.2, em Portugal a taxa de mortalidade fixou-se nos 10,2‰, em 2005, um valor inferior ao verificado no Algarve o qual se cifrou nos 11,7‰ o segundo valor mais elevado em termos nacionais apenas suplantado pelo registo do Alentejo 14,4‰. Relativamente à taxa de natalidade o Algarve apresentava o valor mais elevado do continente 12,0‰, sendo apenas ultrapassado pelos registos das regiões dos Açores e da Madeira, com valores de 12,5‰ e 12,1‰, respectivamente.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

À data do último recenseamento geral da população, Lisboa era a região nacional que registava a maior proporção de população cujo trabalho é o principal meio de vida (47,3%), seguindo-se o Algarve com 45,5% (gráfico 1.3). Em termos nacionais, 20% da população residente tinha como suporte principal de meio de vida uma pensão, proporção excedida em três das regiões nacionais casos do Alentejo (26,5%), Centro (23,1%) e Algarve (20,8%).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

## 1.2. Mercado de Trabalho

Em 2005, a população activa total, que constitui a força de trabalho disponível, da região do Algarve cifrava-se nos 206,7 milhares, dos quais 193,9 milhares correspondiam a população empregada e 12,8 milhares a população desempregada (tabela 1.3). Por sua vez, a população inactiva totalizava os 207 milhares no Algarve.

Tabela 1.3 – População Activa, Empregada, Desempregada e Inactiva – 2005

Região	População			
	Activa	Empregada	Desempregada	Inactiva
Portugal	5.544,9	5.122,6	422,3	5.018,2
Norte	1.971,9	1.797,9	174,0	1.770,3
Centro	1.343,6	1.273,9	69,6	1.036,9
Lisboa	1.411,5	1.290,3	121,2	1.361,4
Alentejo	378,7	344,1	34,6	389,0
Algarve	206,7	193,9	12,8	207,0
R. A. Açores	109,8	105,3	4,5	131,9
R. A. Madeira	122,7	117,1	5,6	121,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

Tal como pode ser constatado através da tabela 1.4, o Algarve cotava-se, em 2005, como uma das regiões com a mais baixa taxa de actividade total e taxa de actividade das mulheres, respectivamente 50,0% e 43,2%, valores aquém dos níveis nacionais, respectivamente, 52,5% e 47,4%. Relativamente ao desemprego, o Algarve registava uma situação comparativamente mais favorável do que a média nacional. Relativamente à taxa de desemprego esta situava-se nos 6,2%, em 2005, menos 1,4 p.p. do que o registo nacional. Mercê, em parte, da situação de emprego sazonal da região algarvia, esta apresentava a menor proporção de desemprego de longa duração (34,1%). Finalmente, ao nível da taxa de emprego o Algarve destacava-se por possuir o segundo valor mais elevado em termos nacionais (68%), registo somente ultrapassado pelo valor da região Centro (71,4%).

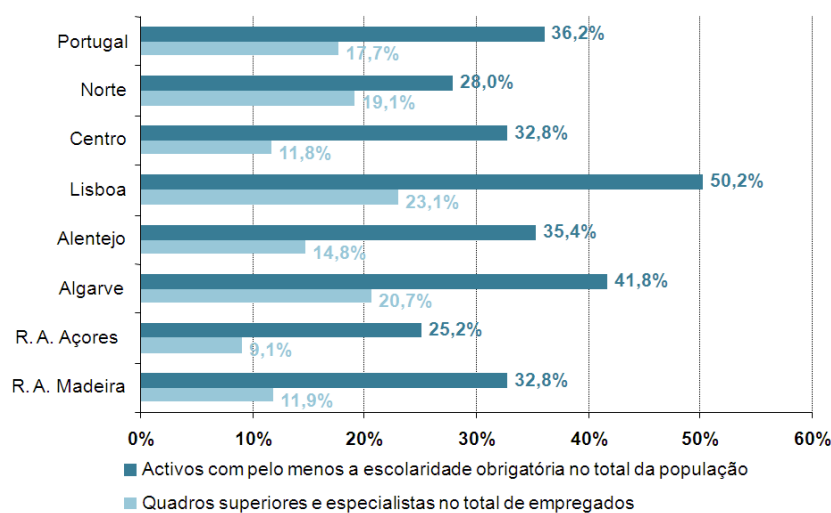
Tabela 1.4 – Indicadores de Actividade da População – 2005

Indicador	unid: %							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Taxa de actividade - Total	52,5	52,7	56,4	50,9	49,3	50,0	45,4	50,2
Taxa de actividade - Mulheres	47,4	47,7	51,6	46,8	42,5	43,2	33,8	44,1
Taxa de Desemprego - Total	7,6	8,8	5,2	8,6	9,1	6,2	4,1	4,5
Taxa de Desemprego - Mulheres	8,7	10,4	6,3	8,8	10,6	7,7	6,4	4,9
Proporção de desemprego de longa duração	49,9	54,1	46,7	49,4	43,3	34,1	46,1	51,2
Taxa de emprego (15 a 64 anos)	67,5	65,9	71,4	66,8	67,0	68,0	63,0	67,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

Ao nível da qualificação dos recursos humanos empregados o Algarve denotava uma situação comparativamente favorável no cômputo nacional sendo apenas ultrapassado pela região de Lisboa. Se atentarmos na proporção de quadros superiores e especialistas no total de empregados, o Algarve apresentava um valor de 20,7%, acima dos 17,7% nacionais (gráfico 1.4). No que respeita à proporção de activos com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população, a região algarvia regista 41,8%, valor aquém dos 50,2% apresentados por Lisboa, mas acima dos 36,2% do nível nacional.

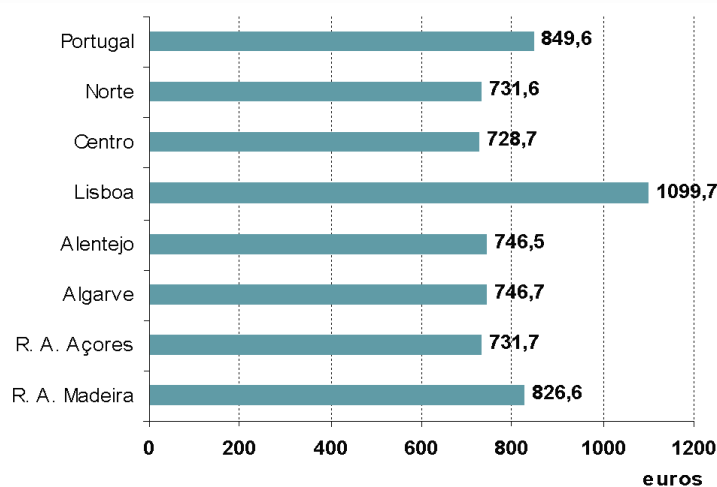
Gráfico 1.4 – Qualificação dos Recursos Humanos Empregados – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

Em média cada trabalhador empregado ganhava em Portugal, em 2005, € 849,6 mensais (gráfico 1.5). Por regiões, verifica-se que Lisboa com um ganho médio mensal de € 1099,7, era aquela que registava o valor mais elevado, enquanto que o Algarve quedava-se pela terceira posição com € 746,7 mensais.

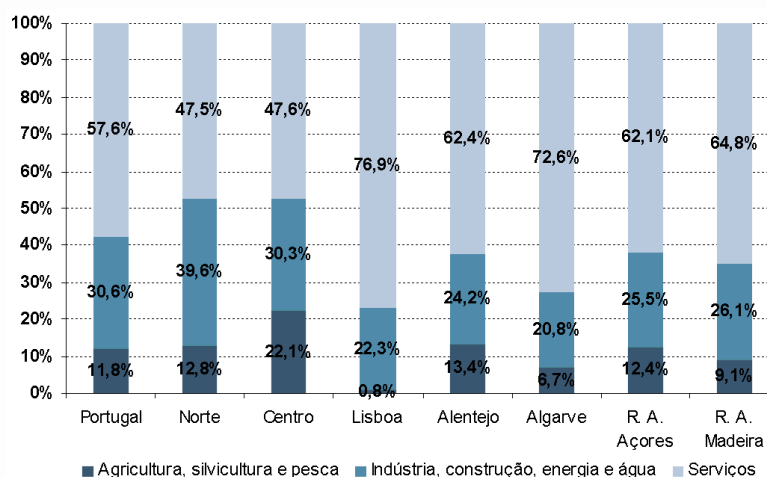
Gráfico 1.5 – Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

Comparativamente com os valores nacionais, revelados no gráfico 1.6, a região do Algarve destacava-se, em 2005, por apresentar uma proporção relativamente superior de população empregada no sector dos “Serviços” (72,6%), sendo apenas superada, em termos nacionais, pela região de Lisboa. Relativamente ao sector primário, o Algarve apresentava um peso relativo da população empregada de 6,7%, menos 5,1 p.p. do que o registo nacional, situação com um défice comparativo ainda mais evidente se atentarmos na proporção de empregados na “Indústria, construção, energia e água” o qual se cifrava nos 20,8%.

Gráfico 1.6 – População Empregada Segundo o Sector de Actividade Económica – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

### 1.3. Energia

A região algarvia era aquela que, em 2005, denotava o menor consumo de energia eléctrica por consumidor, registando um total de 5,7 milhares de KW (tabela 1.5). Se no caso do consumo na indústria o Algarve ficava bastante aquém dos níveis médios nacionais, já no que concerne ao consumo doméstico cotava-se entre as regiões que mais elevados valores registava. Relativamente ao consumo doméstico de energia eléctrica por habitante, o Algarve apresentava o maior valor em termos nacionais, ou seja, 2 milhares de KW face aos 1,3 milhares da média nacional.

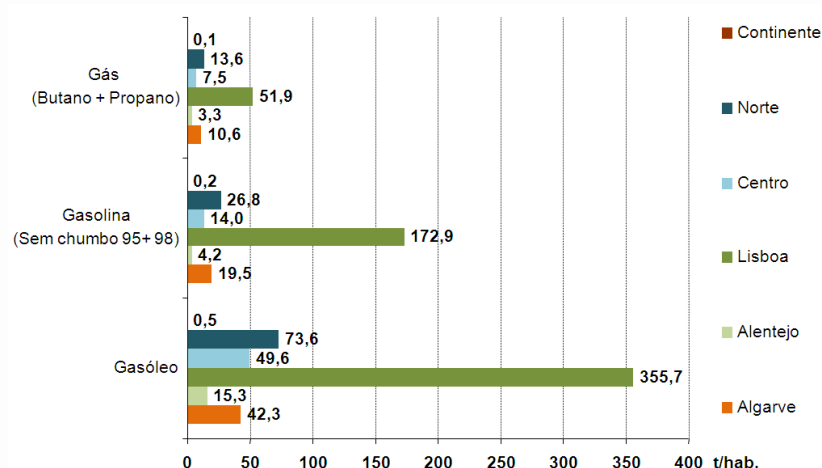
Tabela 1.5 – Consumo de Energia Eléctrica – 2005

Região	Consumo de energia eléctrica por consumidor:				Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante
	Total	Doméstico	Agricultura	Indústria	
Portugal	7,6	2,6	5,9	127,0	1,3
Norte	7,5	2,9	3,0	96,7	1,3
Centro	7,9	2,3	4,2	148,9	1,2
Lisboa	7,9	2,4	10,4	193,5	1,2
Alentejo	8,5	2,5	14,0	166,6	1,3
Algarve	5,7	2,6	7,8	35,5	2,0
R. A. Açores	6,1	2,5	19,3	89,5	0,9
R. A. Madeira	6,5	2,3	6,4	44,4	1,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

Se atentarmos nos níveis de consumo de combustíveis fósseis por habitante, evidenciados no gráfico 1.7, verificamos que o Algarve exibia níveis de consumo intermédios em termos das regiões do continente. Se no caso do consumo de gás e de gasolina o Algarve era a terceira região com os níveis mais elevados, com respectivamente, valores de 10,6 e 19,5 toneladas por habitante, já no que respeita ao consumo médio de gasóleo o Algarve apresentava o segundo valor mais baixo, com somente 42,3 toneladas por habitante, quando comparado com os níveis de Lisboa de 355,7 toneladas por habitante.

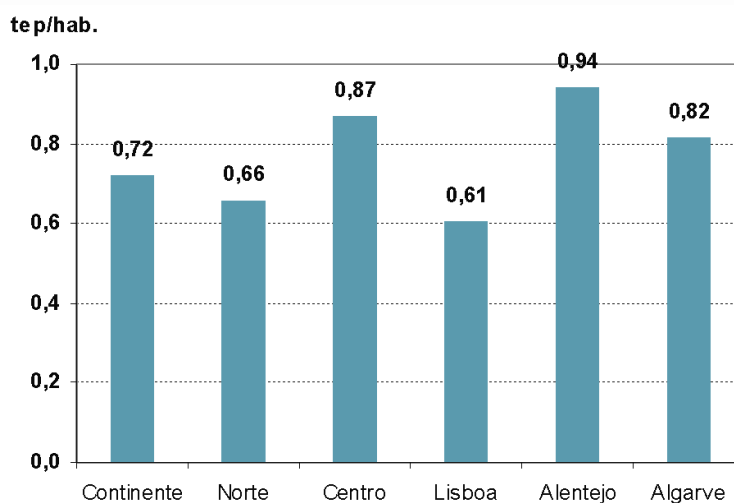
Gráfico 1.7 – Consumo de Combustíveis Fósseis por Habitante – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

Finalmente, quando a análise incide sobre o consumo de combustível automóvel por habitante, gráfico 1.8, verifica-se que o Algarve ostentava um valor médio acima do registo do Continente, 0,82 toneladas equivalente a petróleo por habitante (tep/hab) face aos 0,72 tep/hab do Continente. De entre as regiões com os maiores níveis de consumo destacava-se o Alentejo com um total de 0,94 tep/hab.

Gráfico 1.8 – Consumo de Combustível Automóvel por Habitante – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)



## 1.4. Construção e Habitação

Tendo como referência os dados do último recenseamento geral da habitação, expressos na tabela 6, observa-se que no Algarve existiam, em 2001, um total de 160.543 edifícios e 278.418 alojamentos, o que representa sensivelmente 5% do total das construções nacionais. O Algarve, a par do Alentejo, era a região do país que denotava a mais baixa densidade de edifícios por km<sup>2</sup>, com valores de respectivamente, 32,1 edif/km<sup>2</sup> e 11,1 edif/km<sup>2</sup>. Já no que concerne à densidade dos alojamentos, reflexo da predominância de construções em altura em algumas zonas do litoral, o Algarve apresentava um nível sensivelmente semelhante ao do país, 55,7 alojamentos por km<sup>2</sup>.

Tabela 1.6 – Dimensão do Parque Habitacional – 2001

Região	Edifícios	Alojamentos		Densidade	
		Total	Familiares Clássicos	Edifícios (Edif./km <sup>2</sup> )	Alojamentos (Aloj./km <sup>2</sup> )
Portugal	3.160.043	5.054.922	5.019.425	34,3	54,9
Norte	1.100.329	1.613.781	1.605.157	51,7	75,8
Centro	992.321	1.254.701	1.248.486	35,2	44,5
Lisboa	394.520	1.295.832	1.281.891	134,4	441,5
Alentejo	349.946	423.641	420.910	11,1	13,4
Algarve	160.543	278.418	276.093	32,1	55,7
R. A. Açores	87.585	93.308	92.617	37,7	40,2
R. A. Madeira	74.799	95.241	94.271	93,4	118,9

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Em 2005 foram emitidas 3.670 licenças de construção de edifícios no Algarve, dos quais 3.227 se destinavam a habitação familiar, o que representa aproximadamente 8% do total de licenças emitidas em termos nacionais (tabela 1.7). Se atentarmos nas licenças emitidas para construções novas de fogos para habitação familiar, o Algarve registou 8.887 licenças, ou seja, 12,3% do total de licenças emitidas, uma percentagem que é mais do dobro da importância relativa do parque habitacional da região quando comparado com o total nacional. Este facto denota assim a tendência de crescimento que o parque habitacional da região algarvia registou nos últimos anos.

Tabela 1.7 – Edifícios Licenciados pelas Câmaras Municipais para Construção Segundo o Tipo de Obra – 2005

Região	Total		Construções novas		Fogos para habitação familiar
	Edifícios		Edifícios		
	Total	Para habitação familiar	Total	Para habitação familiar	
Portugal	49.543	39.014	37.962	31.857	71.922
Norte	16.205	12.571	12.428	10.499	20.398
Centro	15.011	11.323	11.439	9.142	17.282
Lisboa	6.065	5.418	4.859	4.527	14.990
Alentejo	5.332	3.882	3.935	3.044	5.436
Algarve	3.670	3.227	2.891	2.654	8.877
R. A. Açores	2.033	1.527	1.487	1.160	1.798
R. A. Madeira	1.227	1.066	923	831	3.141

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

A análise de alguns indicadores do parque habitacional, apresentados na tabela 1.8, evidencia que a região do Algarve denota algumas carências comparativas com o resto do país. Se atentarmos no caso do indicador de conforto o Algarve com um registo de 96,3 é a segunda região do país com o valor mais baixo o que reflecte o facto de ainda existirem muitos alojamentos sem electricidade, água canalizada, instalações sanitárias, banho e duche e sistema de esgotos. No que concerne à idade do parque habitacional o Algarve encontrava-se numa posição intermédia. Já no que respeita ao valor das rendas com habitação o Algarve, com um registo mensal de € 164 era a região que apresentava o mais alto registo, situação não verificada se a análise incidir sobre os encargos com a compra de habitação na qual a região algarvia constava somente na quinta posição com um valor de € 265 mensais.

Tabela 1.8 – Indicadores do Parque Habitacional – 2001

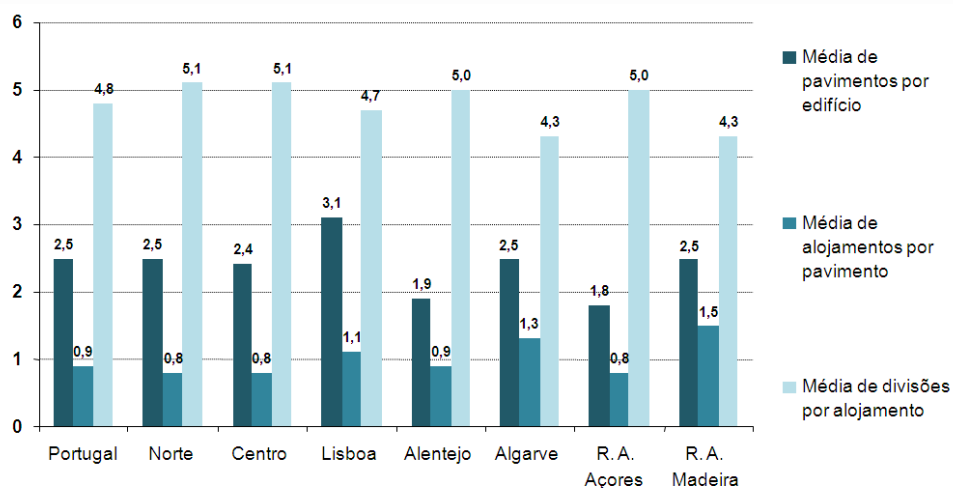
Região	Indicador de conforto	Índice de envelhecimento dos edifícios	Renda média mensal dos aloj. fam. clássicos (€)	Encargos médios mensais com aloj. fam. clássicos (€)
Portugal	97,5	98,7	123,0	291,0
Norte	97,0	87,0	114,0	303,0
Centro	97,0	101,4	134,0	274,0
Lisboa	99,2	85,0	126,0	304,0
Alentejo	95,6	155,5	97,0	233,0
Algarve	96,3	92,0	164,0	265,0
R. A. Açores	98,2	94,5	149,0	221,0
R. A. Madeira	97,7	83,2	115,0	344,0

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

A análise do gráfico 1.9 permite evidenciar que o Algarve apresentava um parque habitacional com uma altura ao nível da média nacional, denotando uma média de pavimentos por edifícios de 2,5. Se atentarmos na média de alojamentos por pavimento verifica-se que o Algarve possui um registo de 1,3, valor acima da média nacional (0,9). Quando comparado com as demais regiões do país o Algarve, a par

da R.A. da Madeira, é aquela que apresenta os alojamentos com o menor número de divisões, em média, 4,3.

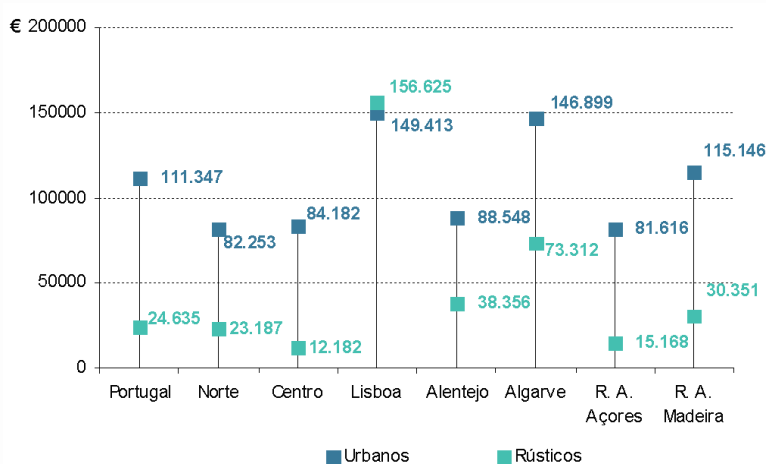
Gráfico 1.9 – Indicadores do Parque Habitacional – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Consequência da pressão urbanística que é exercida na região do Algarve o valor médio dos prédios transaccionados nesta região, o que pode ser observado no gráfico 1.10, encontrava-se entre os mais elevados do país, sendo apenas ultrapassados pelos níveis da região de Lisboa. Em média, em 2005, os prédios urbanos da região do Algarve eram vendidos por € 146.899, enquanto os prédios rústicos atingiam os € 73.312, valores bastante acima dos níveis nacionais de, respectivamente, € 111.347 e € 24.635.

Gráfico 1.10 – Valor Médio dos Prédios Transaccionados – 2005

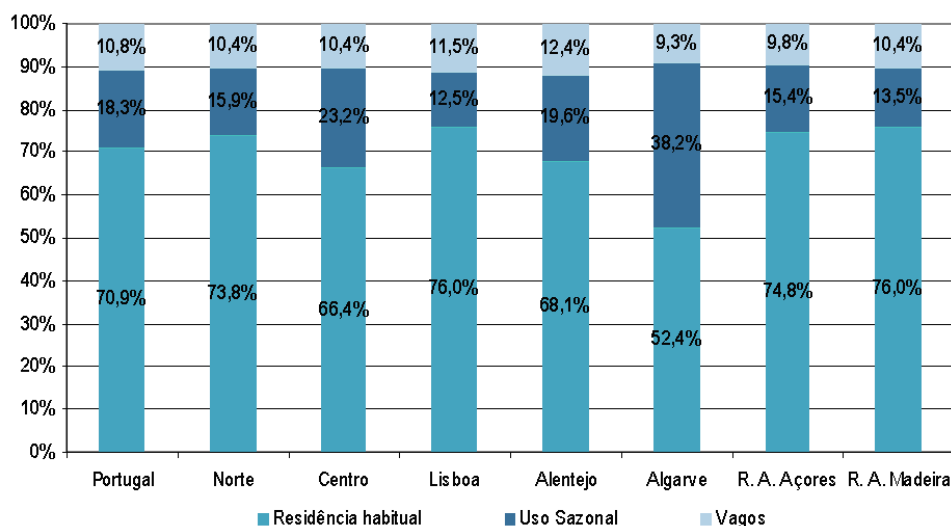


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

Tendo como suporte a informação do último recenseamento geral da habitação evidenciada no gráfico 1.11, constata-se que a região algarvia destaca-se das demais por ser aquela que apresentava a maior predominância de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (38,2%). Por contrapartida, a

importância relativa dos alojamentos de residência habitual no Algarve registava um valor que era inferior em 18,5 p.p. do registo nacional (52,4%).

Gráfico 1.11 – Alojamentos Familiares Clássicos Segundo a Forma de Ocupação – 2001



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

## 1.5. Comércio Internacional

O Algarve apresentava, em 2005, um volume de comércio internacional, comparativamente com as demais regiões do Continente, irrisório, o qual representava menos de 1% do volume total (tabela 1.9). Se no caso do comércio extracomunitário a taxa de cobertura das entradas pelas saídas rondava os 74% e excedia os níveis do continente (53%) já no comércio intracomunitário quedava-se pelos 43% menos 22 p.p. do que os níveis do continente.

Tabela 1.9 – Comércio Internacional – 2005

unid: milhares de euros

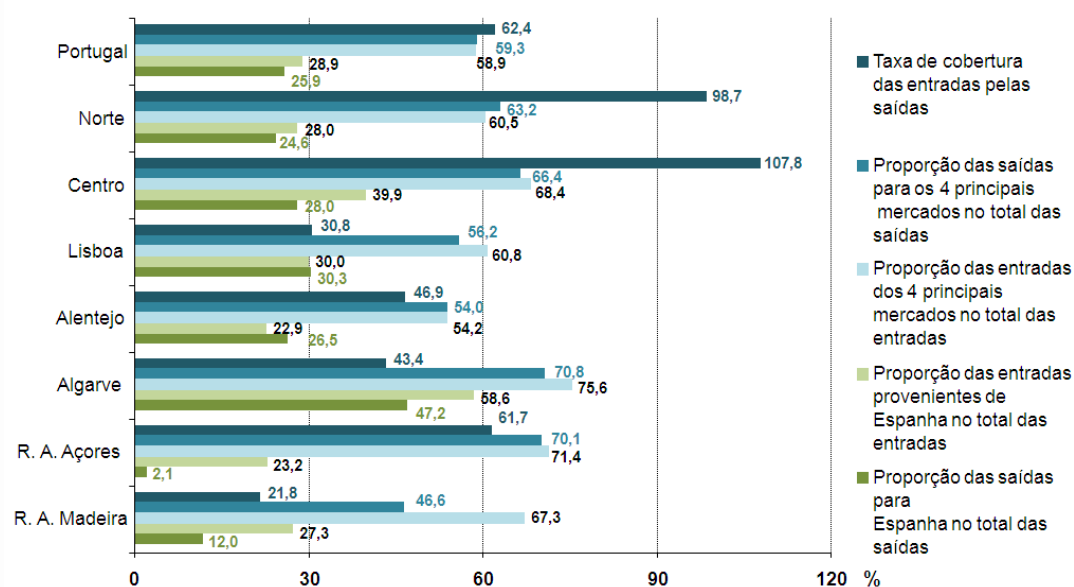
Região	Comércio Intracomunitário			Comércio Extracomunitário		
	Expedições	Chegadas	Saldo	Exportações	Importações	Saldo
Continente	23.435.347	35.974.549	- 12.539.202	5.966.794	11.232.015	- 5.265.221
Norte	9.939.821	9.273.854	665.967	2.617.765	1.820.115	797.650
Centro	5.302.634	4.564.502	738.132	1.038.003	983.063	54.940
Lisboa	6.221.113	19.933.059	- 13.711.946	1.951.131	8.217.057	- 6.265.926
Alentejo	1.898.769	2.034.227	- 135.458	346.585	193.719	152.866
Algarve	73.010	168.907	- 95.897	13.310	18.061	- 4.751

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

O Algarve era, em 2005, a região que apresentava a maior concentração relativa no seu comércio internacional (gráfico 1.12). A Espanha representava aproximadamente 48% das saídas totais da região

e 59% das entradas. Se estendermos a análise aos 4 principais países observa-se que o Algarve denotava uma concentração das entradas dos 4 principais mercados de 75,6% e de 70,8% das saídas.

Gráfico 1.12 – Indicadores do Comércio Internacional – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

## 1.6. Turismo

A região algarvia assumia, em 2005, uma posição dominante no que toca aos principais indicadores de oferta e de procura turística o que pode ser constatado na tabela 1.10. Existiam, neste ano, no Algarve um total de 433 estabelecimentos hoteleiros o que representava 21,5% da oferta total. Para além disso, o Algarve apresentava uma capacidade de alojamento na ordem das 100.000 camas, as quais permitiram gerar um volume de dormidas totais de cerca de 14.000.000, o que correspondeu a aproximadamente 2.700.000 hóspedes, ou seja, 23% do total.

Tabela 1.10 – Procura e Oferta Turística – 2005

Região	Estabelecimentos Hoteleiros	Capacidade de Alojamento	Dormidas	unid: Nº
				Hóspedes
Portugal	2.012	263.814	35.520.631	11.469.314
Norte	450	34.631	3.438.518	1.925.667
Centro	418	35.539	3.297.407	1.769.586
Lisboa	303	48.095	7.257.148	3.237.308
Alentejo	134	9.036	939.270	578.009
Algarve	433	99.982	13.814.274	2.629.836
R. A. Açores	83	8.438	1.135.588	316.987
R. A. Madeira	191	28.093	5.638.426	1.011.921

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

A análise de alguns indicadores da actividade turística no país, evidenciados na tabela 1.11, permite constatar que o Algarve era a região de Portugal com a maior capacidade de alojamento por 1000 habitantes, na ordem dos 239,9, valor mais do dobro da segunda região com o valor mais elevado, a R.A. da Madeira com 114,6. O Algarve e a R.A. da Madeira, conjugam a forte oferta turística com o reduzido efectivo populacional o que explica a situação relatada.

No que toca ao número de hóspedes por habitante, fixado em 26,8 em 2005 e ao número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e similares por 100 habitantes, na ordem das 3314, verificou-se igualmente uma supremacia do Algarve sobre a realidade média do país. Relativamente à proporção de hóspedes estrangeiros constatou-se que aproximadamente somente um terço dos hóspedes da região reside em Portugal, um valor que apenas era inferior na R.A. da Madeira onde o peso relativo não ia além dos 25%. Finalmente, ao nível da taxa de ocupação cama (bruta) importa evidenciar o facto do Algarve registar o segundo valor mais elevado, 42,5%, registo acima da realidade média nacional de 39,1%.

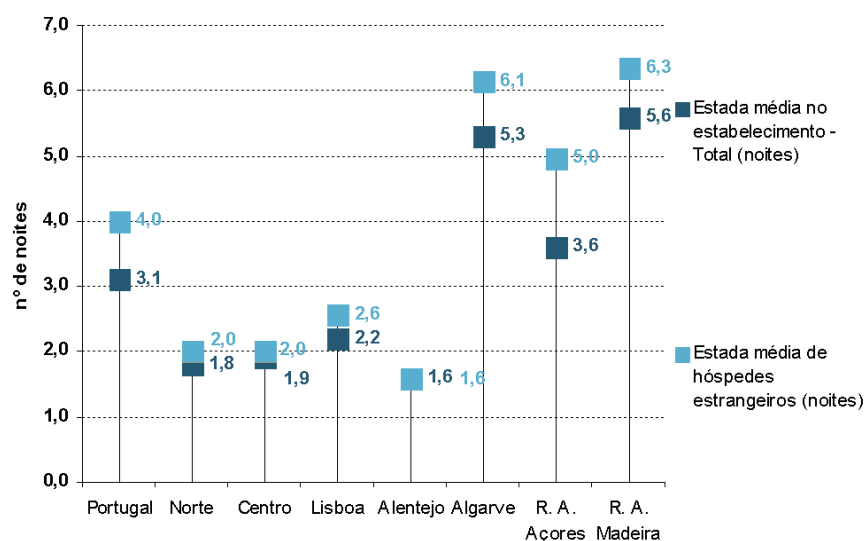
Tabela 1.11 – Indicadores do Turismo – 2005

Região	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Dormidas em estab. hoteleiros e similares por 100 habitantes	Taxa de ocupação-cama (bruta) - Total
	N.º	h/hab	%	Nº	%
Portugal	25,0	1,1	51,9	336,1	39,1
Norte	9,3	0,6	32,9	92,0	28,0
Centro	14,9	0,5	30,3	138,4	26,9
Lisboa	17,3	1,5	62,0	261,1	41,6
Alentejo	11,8	1,1	26,4	122,6	28,8
Algarve	239,9	26,8	65,9	3314,0	42,5
R. A. Açores	34,8	1,4	41,6	468,8	38,5
R. A. Madeira	114,6	2,4	75,3	2299,5	55,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

A análise das estadas médias nos estabelecimentos hoteleiros e similares, apresentado no gráfico 1.13, evidencia que o Algarve, com uma estada média total de 5,3 noites, a par da R.A. da Madeira com uma estada média total de 5,6 noites, eram as duas regiões do país com os maiores valores.

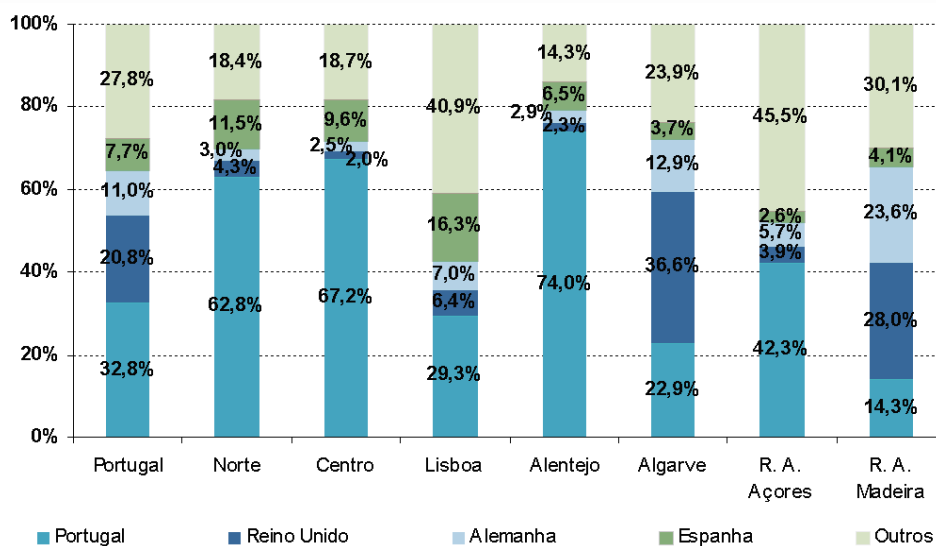
Gráfico 1.13 – Estada Média (Noites) – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h) e (2006f)

O principal mercado emissor de hóspedes na região do Algarve era o Reino Unido, o qual foi responsável por aproximadamente 37% do total de dormidas da região, mais 17 p.p. do que a importância relativa deste mercado na média nacional. Outro dos países de residência que assumiu um peso relativo na região, em termos de dormidas, comparativamente superior às demais regiões foi a Alemanha, a qual foi responsável por cerca de 13% das dormidas. Apesar de em termos absolutos as dormidas, no Algarve, geradas por turistas residentes em Espanha serem o segundo maior valor do ponto de vista nacional, aproximadamente 509.000, em termos relativos o Algarve apresentava a segunda menor importância relativa de dormidas deste país (4%), sendo apenas menor na R.A. dos Açores, as quais tinham um peso relativo de 3%.

Gráfico 1.14 – Distribuição das dormidas, em estabelecimentos hoteleiros e similares, por países de residência – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

## 1.7. Empresas

Em 2005, localizavam-se no Algarve um total de 64.456 empresas e 18.697 sociedades, as quais representavam 5,4% e 4,6%, respectivamente, do volume total existente no país (tabela 1.12). A informação mais recente revela ainda que nas sociedades do Algarve encontravam-se ao serviço 97.731 trabalhadores e que o respectivo volume de vendas nas sociedades da região algarvia cifrou-se nos 6.803.076 milhares de euros, ou seja, 2,2% do total gerado em Portugal.

Tabela 1.12 – Dimensão do Parque Empresarial – 2005

Região	Nº de Empresas (2005)	Nº de Sociedades (2005)	Pessoal ao serviço nas sociedades (2004)	Volume de Vendas nas sociedades (2004)
	Nº			milhares euros
Portugal	1.190.032	404.224	2.885.763	309.671.025
Norte	378.460	126.446	963.781	77.449.135
Centro	269.555	79.842	508.121	44.859.580
Lisboa	333.092	138.437	1.078.677	149.641.176
Alentejo	94.123	23.584	128.873	12.535.807
Algarve	64.456	18.697	97.731	6.803.076
R. A. Açores	24.541	3.992	39.312	4.007.104
R. A. Madeira	25.805	13.226	69.268	14.375.146

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

O Algarve era, nesse mesmo ano, a região do país com a menor proporção de emprego em sociedades anónimas, somente 16,5%, face aos 31% da média nacional (tabela 1.13). Já no que se refere ao emprego de sociedades maioritariamente estrangeiras, o Algarve assumia-se como a segunda região de Portugal com o valor mais elevado, 5,8%, percentagem apenas superada pela região de Lisboa com 12,6%. No ano de 2005 o Algarve cotou-se como a região de Portugal, mais empreendedora, tendo-se verificado a maior taxa de constituição de sociedades, 6,5% e o terceiro menor registo na taxa de dissolução de sociedades 4%.

Tabela 1.13 – Indicadores das Empresas – 2005

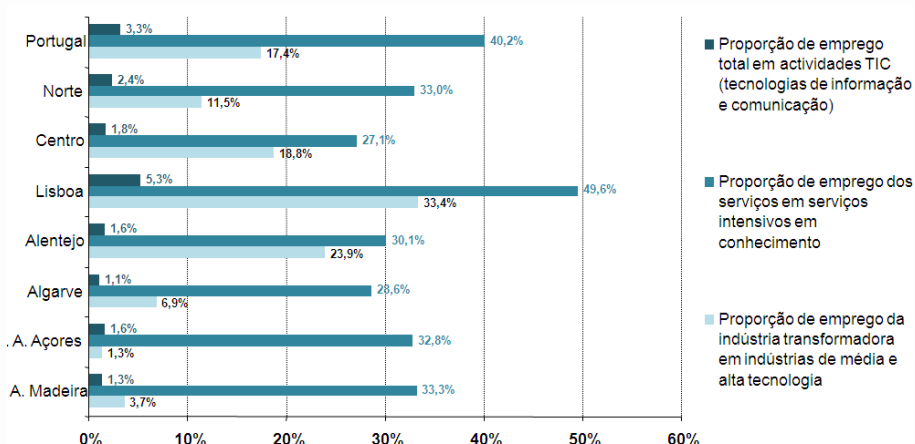
Região	unid: %			
	Proporção de emprego em sociedades anónimas	Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	Taxa de constituição de sociedades	Taxa de dissolução de sociedades
Portugal	31,0	6,9	5,5	4,3
Norte	27,8	3,1	5,7	4,8
Centro	23,7	3,7	5,2	4,7
Lisboa	39,9	12,6	5,3	3,8
Alentejo	20,9	4,9	5,2	4,5
Algarve	16,5	5,8	6,5	4,0
R. A. Açores	34,3	1,9	6,5	2,9
R. A. Madeira	26,8	2,4	6,5	4,1

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)



Relativamente a alguns dos principais indicadores de inovação e conhecimento nas empresas nacionais, apresentados no gráfico 1.15, o Algarve revela algumas carências comparativas em termos nacionais. Se atentarmos na proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia, constata-se que o Algarve apresentava o menor peso relativo do continente, somente 6,9%. No que concerne à proporção de emprego total em actividades TIC e à proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento, a região do Algarve era aquela que registava as menores importâncias relativas em termos nacionais, respectivamente, 1,1% e 28,6%.

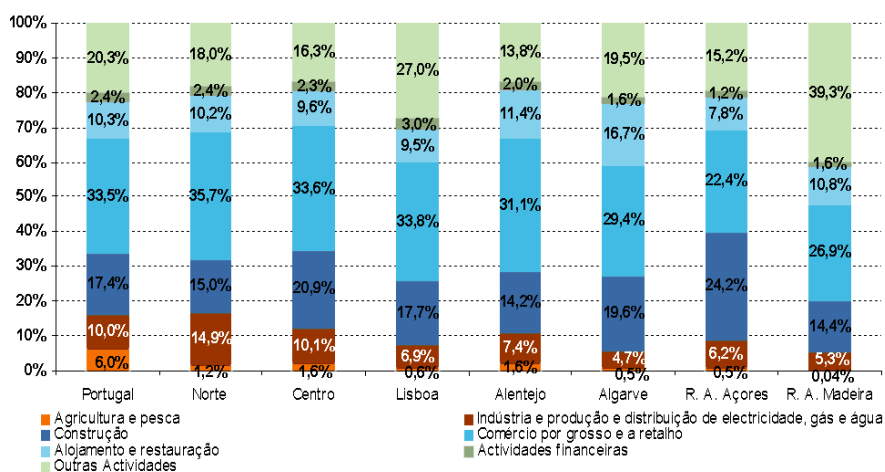
Gráfico 1.15 – Indicadores de Inovação e Conhecimento nas Empresas Nacionais – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

O Algarve à semelhança da grande maioria das demais regiões apresentava uma predominância de empresas de “comércio por grosso e a retalho” (29,4%). Comparativamente com a realidade nacional o Algarve destacava-se por apresentar uma importância relativa superior de empresas ligadas à “construção” e ao “alojamento e restauração”, com pesos relativos, respectivos, de 19,6% e 16,7%. Por seu lado, o Algarve, face às demais regiões nacionais, denotava uma carência relativa de empresas da “indústria e produção e distribuição de electricidade, gás e água”, as quais representavam apenas 4,7% do parque empresarial da região.

Gráfico 1.16 – Proporção de Empresas Segundo a Classificação das Actividades Económicas – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

## 1.8. Mercado Monetário e Financeiro

A acessibilidade dos portugueses aos equipamentos e serviços bancários assumia valores relativamente próximos nas várias regiões do país tal como pode ser observado na tabela 1.14. No ano de 2005, o Algarve e a R.A. dos Açores eram as duas regiões nacionais com o maior número de estabelecimentos do sector monetário e financeiro por cada 10.000 habitantes, na ordem dos 6,9, quando a média nacional não ia além dos 5,3. Aproximadamente 46,2% do crédito concedido na região do Algarve destinou-se ao crédito à habitação, o terceiro mais baixo rácio em termos nacionais. Todavia quando a análise incide sobre o montante de crédito à habitação por habitante o Algarve surge como uma das regiões com os maiores valores, aproximadamente, € 5.541,2.

No que se refere à rede de caixas automáticas Multibanco, o Algarve encontrava-se, em termos nacionais, como a região que mais dispunha de terminais por cada 10.000 habitantes (14), ao mesmo tempo que se encontrava no topo, quer das regiões onde mais operações são efectuadas por habitante (91,3), quer no total de levantamentos por habitante (€ 2677). A preponderância que o Algarve assume nestes indicadores encontra-se certamente associada à forte afluência de turistas à região.

Tabela 1.14 – Indicadores do Mercado Monetário e Financeiro – 2005

Região	Estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo por 10000 habitantes	Taxa de crédito à habitação	Crédito à habitação por habitante	Rede de Caixa Automático Multibanco		
				Terminais por 10 000 habitantes	Operações por habitante	Levantamentos nacionais por habitante
				Nº	Nº	€
Portugal	5,3	37,2	6598,1	10,2	68,2	1980,8
Norte	4,6	48,0	5290,8	8,0	55,3	1702,8
Centro	5,2	50,4	4795,8	9,7	58,9	1703,3
Lisboa	5,6	29,7	10877,2	12,7	91,9	2555,8
Alentejo	5,6	53,6	4648,5	11,0	63,8	1868,6
Algarve	6,9	46,2	5541,2	14,0	91,3	2677,0
R. A. Açores	6,9	45,0	4489,7	11,6	59,0	1461,5
R. A. Madeira	6,3	17,0	5787,5	9,9	70,0	2098,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

Em termos absolutos, existiam, em 2005, na região do Algarve, um total de 4.889.837 milhares de euros em depósitos, 52.117 milhares de euros em juros e 6.129.480 milhares de euros de crédito concedido, o que representava aproximadamente 3% dos montantes citados em termos nacionais (tabela 1.15).

Tabela 1.15 – Indicadores do Mercado Monetário e Financeiro – 2005

**unid: milhares de euros**

Região	Depósitos total	Juros de depósitos	Crédito concedido total	Crédito concedido a clientes no ano à habitação
Portugal	146.585.913	2.017.174	242.291.028	21.026.445
Norte	36.757.064	403.581	46.453.397	5.330.051
Centro	22.153.940	265.644	26.303.520	3.462.276
Lisboa	59.391.299	816.289	128.549.779	9.173.979
Alentejo	6.242.477	72.627	7.959.846	1.154.450
Algarve	4.889.837	52.117	6.129.480	882.963
R. A. Açores	2.379.412	35.592	3.421.155	470.654
R. A. Madeira	14.771.881	371.324	23.473.853	552.072

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

## 1.9 Finanças Autárquicas

De acordo com a tabela 1.16, as autarquias da região do Algarve beneficiaram, em 2005, de aproximadamente 418.675 milhares de euros de receitas totais, tendo as mesmas realizado um total de despesas na ordem dos 482.722 milhares de euros. Decorreu da situação anterior uma situação orçamental deficitária, de aproximadamente 1.047 milhares de euros, tal como na grande maioria das demais regiões do país. Destaque-se todavia o facto da situação deficitária da região do Algarve decorrer do desequilíbrio existente na componente das despesas de capital.

Tabela 1.16 – Situação Orçamental nas Autarquias – 2005

**unid: milhares de euros**

Região	Receitas		Despesas		Saldo
	Correntes	Capital	Correntes	Capital	
Portugal	4.864.759,4	1.913.848,4	4.056.378,3	2.749.144,6	- 26.915,2
Norte	1.418.783,9	572.757,4	1.153.061,8	911.884,3	- 73.404,8
Centro	1.016.805,5	470.434,8	851.081,9	645.955,1	- 9.796,6
Lisboa	1.397.172,9	377.070,4	1.138.291,5	533.408,7	102.543,0
Alentejo	444.593,8	240.866,8	441.062,8	277.394,9	- 32.997,1
Algarve	378.323,4	103.351,0	291.396,4	191.325,3	- 1.047,3
R. A. Açores	94.035,7	69.711,6	80.368,0	88.774,4	- 5.395,1
R. A. Madeira	115.044,3	79.656,3	101.116,0	100.401,9	- 6.817,3

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a), (2007b), (2007c), (2007d) e (2007e), SREA (2007) e SREM (2007)

De entre as várias regiões nacionais que apresentavam em 2005 uma situação orçamental deficitária, o Algarve era aquela que exibia a melhor relação entre receitas e despesas totais (99,8%), ao mesmo tempo que possuía o maior montante de receitas por habitante, € 1.156,2, face a € 641,9, de média nacional (tabela 1.17). Por sua vez, se a análise se limitar à relação entre receitas e despesas correntes o Algarve com 129,8%, consegue inclusive um rácio superior à região de Lisboa. No que toca ao endividamento anual por habitante, o valor do Algarve, em 2005, cifrou-se nos € 10,9, um valor que era três vezes superior à média nacional. O peso dos impostos no total das receitas na região do Algarve fixou-se no ano em análise nos 41,5%, um valor apenas superado pela região de Lisboa com 44,4%. Finalmente, a análise do índice de carência fiscal, utilizado nos critérios de atribuição do fundo de coesão municipal e que corresponde à diferença entre a capitação média nacional das colectas dos impostos e a respectiva capitação municipal daqueles impostos, evidencia que o Algarve era a região do país com o maior valor negativo deste indicador (-€ 317,6) o que evidenciava que a colecta de impostos por habitante nesta região superou o valor médio nacional.

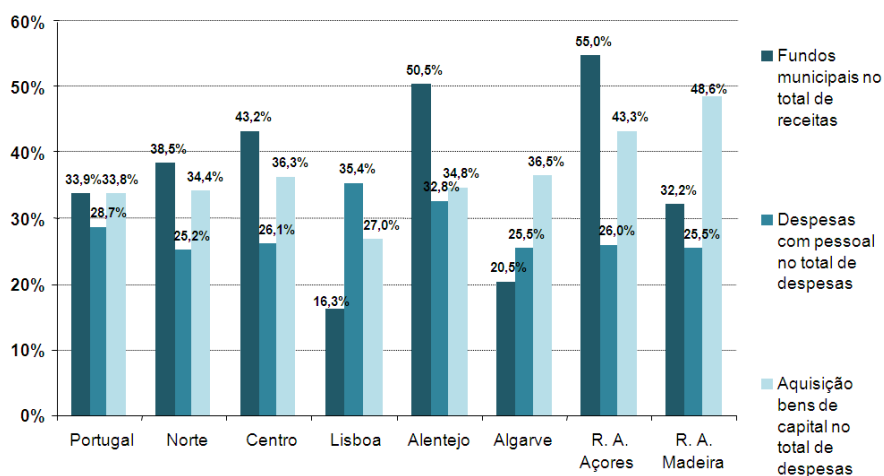
Tabela 1.17 – Indicadores das Autarquias – 2005

Região	Relação entre receitas e despesas	Receitas por habitante	Endividamento anual por habitante	Relação entre receitas e despesas correntes	Impostos no total de receitas	Índice de carência fiscal
	%	€		%		€ por hab.
Portugal	99,7	641,9	3,9	119,9	28,5	-
Norte	96,5	533,1	8,2	123,0	25,1	40,9
Centro	99,4	624,8	5,3	119,5	20,0	48,0
Lisboa	106,3	639,3	15,0	122,7	44,4	72,3
Alentejo	95,4	895,3	37,2	100,8	14,3	47,5
Algarve	99,8	1.156,2	10,9	129,8	41,5	317,6
R. A. Açores	96,9	676,4	12,5	117,0	10,5	92,7
R. A. Madeira	96,7	794,4	14,3	113,8	15,9	29,4

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a), (2007b), (2007c), (2007d) e (2007e), SREA (2007) e SREM (2007)

Tal como é evidenciado no gráfico 1.17, o Algarve encontrava-se, em 2005, entre as regiões nacionais com o menor peso relativo dos fundos municipais no total das receitas (20,5%), menos 14 p.p. do que o registo nacional. Aproximadamente um quarto das despesas totais realizadas pelas autarquias do Algarve referia-se a despesas com pessoal, um valor ligeiramente abaixo da média das restantes regiões do país. As regiões autónomas da Madeira e dos Açores e o Algarve foram as regiões nacionais que maior percentagem de despesas efectuaram na aquisição de bens de capital, com valores respectivos de, 48,6%, 43,3% e 36,5%.

Gráfico 1.17 – Indicadores das Autarquias – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a), (2007b), (2007c), (2007d) e (2007e), SREA (2007) e SREM (2007)

## 1.10 Saúde

Em 2005, tal como pode ser observado na tabela 1.18, o Algarve registava um número de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes semelhante ao observado na média nacional, na ordem das 0,3. No mesmo ano foram efectuados 89,3 internamentos por cada 1.000 habitantes, um valor comparativamente baixo, apenas mais reduzido no caso do Alentejo (70,4). O Algarve foi a região do continente com o menor número de intervenções de grande e média cirurgia por dia, somente 49,1, o que representou 2,5% do total de cirurgias do país. De entre as várias regiões de Portugal, o Algarve foi aquela que apresentou, em 2005, a maior taxa de ocupação (camas), na ordem dos 81,1%, ao mesmo tempo que dispunha da terceira maior taxa de mortalidade infantil 3,6‰.

Tabela 1.18 – Indicadores de Saúde – 2005

Região	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Internamentos por 1000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia	Taxa de ocupação (camas)	Taxa de mortalidade infantil
	Nº	Nº	Nº	%	‰
Portugal	0,3	116,5	1938,8	75,5	3,5
Norte	0,2	112,8	717,4	73,1	3,8
Centro	0,3	112,2	394	73,1	2,8
Lisboa	0,3	141,4	635,6	79,1	3,3
Alentejo	0,4	70,4	79,5	72,7	3,5
Algarve	0,3	89,3	49,1	81,1	3,6
R.A. Açores	0,3	125,4	30,3	71,9	6,3
R.A. Madeira	0,2	114,8	32,8	81,7	3,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

O Algarve possuía em 2005 um total de 7 hospitais, os quais detinham 849 camas e 16 salas de operação (tabela 1.19). Na região algarvia efectuaram-se 286.919 consultas externas nos hospitais da região, o que representava 2,4% do total de consultas efectuadas nos hospitais nacionais. Em 2005 foram ainda contabilizados 16 centros de saúde e 68 extensões, no Algarve. Nesta região efectuaram-se 4.910 dos 108.371 partos realizados no país em 2005.

Tabela 1.19 – Indicadores de Saúde e do Parque Hospitalar – 2005

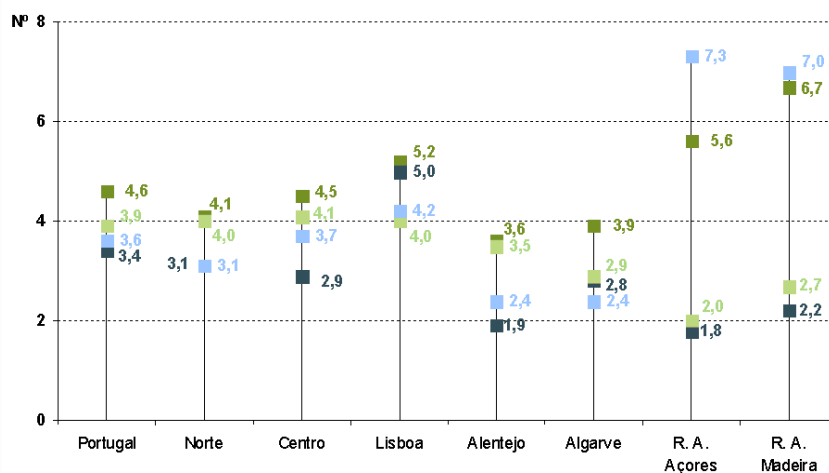
Região	Hospitais				Centros de Saúde		Médicos	Partos
	Total	Camas	Salas de operação	Total de consultas externas	Total	Extensões		
Portugal	204	37.330	757	11.936.987	379	1.930	36.138	108.371
Norte	63	11.215	246	4.488.610	110	439	11.672	36.926
Centro	50	8.594	168	2.174.481	109	767	6.881	21.517
Lisboa	59	11.738	263	3.989.396	54	168	14.002	32.221
Alentejo	10	1.767	31	455.262	59	347	1.425	6.849
Algarve	7	849	16	286.919	16	68	1.164	4.910
R.A. Açores	8	1.494	19	193.836	17	105	448	2.990
R.A. Madeira	7	1.673	14	348.483	14	36	546	2.947

unid: Nº

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

Da análise do gráfico 1.18 é evidenciada a carência comparativa que o Algarve apresenta em alguns indicadores de saúde face às demais regiões do país. O Algarve era a região do país com o menor número de camas por cada 1.000 habitantes, somente 2,4, enquanto que a média nacional atingia os 3,6. A região algarvia era ainda a região de Portugal continental com o menor número de consultas por habitante, 2,9 o que evidencia um pior acesso comparativo regional da população aos serviços de saúde. Em termos nacionais existiam 4,6 enfermeiros por cada 1.000 habitantes e 3,4 médicos por 1.000 habitantes, valores que não iam além dos 3,9 e 2,8, respectivamente, no Algarve, em 2005.

Gráfico 1.18 – Indicadores de Saúde – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

## 1.11 Protecção Social

Comparativamente com o valor médio das retribuições pagas em termos nacionais, o Algarve, em 2005, cotava-se como uma das regiões com os mais baixos valores. O valor total médio anual das pensões pagas no Algarve cifrou-se nos € 3.352,3, aquém dos € 3.779,1 em termos nacionais. O maior diferencial absoluto das pensões pagas, entre a média nacional e o valor da região do Algarve, ocorreu nas pensões de velhice, nas quais a diferença foi de € 537,5. No Algarve assim como na grande maioria das outras regiões nacionais o valor médio das pensões de velhice superavam as pensões de invalidez e de sobrevivência, excepto nos Açores.

No que respeita ao subsídio de desemprego o Algarve apresentava um valor médio inferior à média nacional na ordem dos € 714,3, fixando-se nos € 2.758 anuais, valor apenas inferior na região dos Açores.

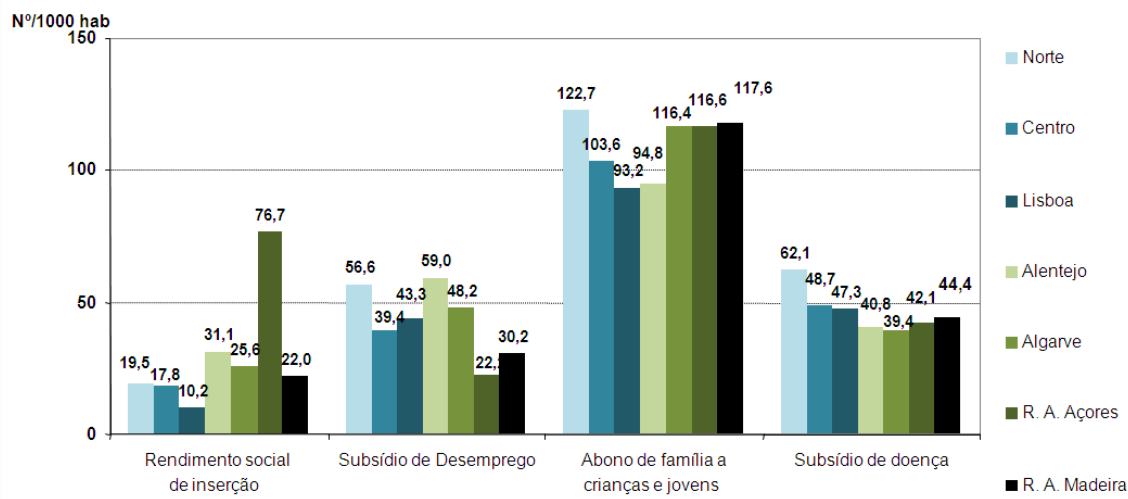
Tabela 1.20 – Valor Médio Anual das Retribuições Pagas – 2005

Região	Valor médio anual das pensões				Valor médio anual do subsídio de desemprego	Valor médio anual do subsídio de doença	Número médio de dias de subsídio de desemprego
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência			
	euros						
Portugal	3.779,1	3.858,5	4.379,5	2.203,4	3.472,3	829,2	236,9
Norte	3.571,1	3.666,9	4.143,7	2.099,4	3.351,9	842,9	246,6
Centro	3.366,4	3.685,1	3.817,2	2.030,8	3.138,0	672,1	222,2
Lisboa	4.797,4	4.382,6	5.683,7	2.658,0	4.343,1	993,4	246,4
Alentejo	3.380,4	3.731,2	3.811,8	2.049,0	2.820,0	667,5	219,2
Algarve	3.352,3	3.621,7	3.842,1	1.997,2	2.758,0	715,6	199,6
R. A. Açores	3.282,4	3.998,0	3.721,3	2.121,7	2.570,5	746,8	196,9
R. A. Madeira	3.364,5	3.711,4	3.979,8	1.974,3	3.021,4	892,0	209,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

De acordo com o gráfico 1.19, o Algarve era, em 2005, a terceira região do país, seguida da R.A. dos Açores e do Alentejo, com o maior número de beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 habitantes (25,6). Acresce referir que, por cada 1000 residentes no Algarve, 48 eram beneficiários do subsídio de desemprego, em 2005. De entre as várias regiões do país, o Algarve era aquela que dispunha de um menor número de beneficiários por 1.000 habitantes no que toca ao subsídio de doença, com um rácio de 39,4 o qual era inferior em 58% ao valor da região do Norte, aquela que possuía o maior registo.

Gráfico 1.19 – Número de Beneficiários por 1000 Habitantes – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

No Algarve residiam, em 2005, aproximadamente 4% do total de pensionistas do país, ou seja, 102.713, dos quais 8.132 usufruíam de uma pensão de invalidez, 68.286 de uma pensão de velhice e 26.295 de uma pensão de sobrevivência. Esta distribuição apresentava valores relativos sensivelmente semelhantes nas demais regiões nacionais, exceção feita à região autónoma dos Açores onde os beneficiários de pensão de velhice registavam um valor comparativamente inferior (tabela 1.21).

Tabela 1.21 – Número de Pensionistas – 2005

Região	Pensionistas			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
	Nº			
Portugal	2.758.895	318.635	1.755.347	684.913
Norte	895.271	117.019	554.766	223.486
Centro	696.895	72.485	453.895	170.515
Lisboa	671.192	77.475	430.427	163.290
Alentejo	266.806	25.873	176.822	64.111
Algarve	102.713	8.132	68.286	26.295
R. A. Açores	48.545	8.523	25.226	14.796
R. A. Madeira	64.510	7.797	37.963	18.750

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)



## 1.12 Educação

A tabela 1.22 apresenta alguns dos principais indicadores de educação referentes ano lectivo 2005/2006. Neste ano lectivo o Algarve apresentava uma taxa de pré-escolarização de 76%, o que a colocava como a terceira região nacional com o valor mais baixo. Já no que se refere à taxa bruta de escolarização, seja do ensino básico, seja do ensino secundário, o Algarve, com valores respectivos de 130,7% e 115,3%, surgia como a segunda região com os valores mais elevados. Comparativamente com as demais regiões nacionais o Algarve revelava possuir uma taxa de retenção e desistência no ensino básico (11,8%), medida através da percentagem de alunos matriculados que não transitaram de ano de escolaridade, das mais elevadas do país, apenas ultrapassada pelos registos da R.A. da Madeira e pelo Alentejo. No que respeita à avaliação do aproveitamento escolar dos alunos destaque-se o facto de somente cerca de 64% dos alunos terem transitado/concluído o ensino secundário no ano lectivo de 2005/2006, valor este ligeiramente aquém da média nacional situada nos 68,9%.

Tabela 1.22 – Indicadores de Educação – 2005/2006

Região	Taxa de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	Total
Portugal	78,6	116,6	99,5	10,7	68,9
Norte	75,6	114,2	87,3	10,3	70,9
Centro	90,5	115,1	104,0	9,1	69,5
Lisboa	69,9	117,6	112,6	11,6	68,3
Alentejo	91,1	118,3	98,5	12,5	68,4
Algarve	76,0	130,7	115,3	11,8	64,3
R. A. Açores	85,4	115,7	85,3	8,4	63,3
R. A. Madeira	89,3	132,1	119,7	15,2	61,5

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a), (2007b), (2007c), (2007d) e (2007e), SREA (2007) e SREM (2007)

À data do último recenseamento geral da população cerca de 25,8% da população residente do Algarve tinha como qualificação o 1º ciclo do ensino básico, 11,8% o 2º ciclo do ensino básico e 14,2% do 3º ciclo do ensino básico (tabela 23). No que concerne ao ensino secundário, o Algarve possuía um registo acima da média nacional, cifrando-se em 11,5% a população residente com este nível de ensino quando o peso relativo em Portugal não ia além dos 10,8%. O Algarve com uma importância relativa de 5,4% era, em 2001, a segunda região do país com a mais elevada percentagem de população residente com o

ensino superior. Ainda neste ano, cerca de 9% da população residente no Algarve total não sabia ler nem escrever.

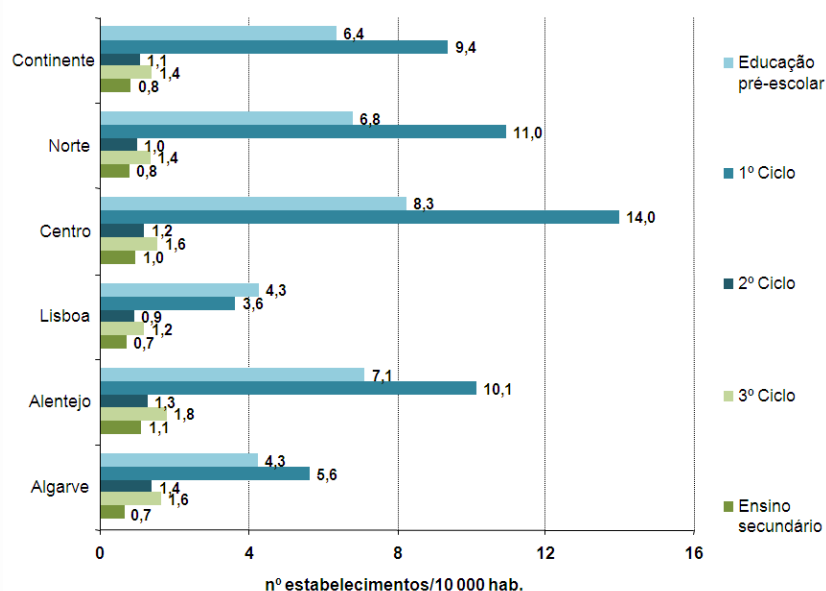
Tabela 1.23 – População Segundo o Nível de Qualificação – 2001

Região	População segundo nível de qualificação						Analfabetos (com 10 ou mais anos)
	Básico - 1º ciclo	Básico - 2º ciclo	Básico - 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior	
%							
Portugal	27,3	13,5	13,5	10,8	0,6	6,4	7,9
Norte	29,5	16,0	12,0	9,1	0,5	5,1	7,3
Centro	28,6	13,7	12,6	9,3	0,5	5,2	9,7
Lisboa	22,7	10,3	16,5	15,2	1,0	10,0	4,9
Alentejo	28,9	12,8	12,8	9,5	0,4	4,5	14,7
Algarve	25,8	11,8	14,2	11,5	0,6	5,4	9,0
R. A. Açores	29,7	16,1	12,1	7,2	0,5	4,2	8,1
R. A. Madeira	27,6	13,9	12,8	9,1	0,4	4,7	11,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

De entre as cinco regiões do continente o Algarve era aquela que registava o menor rácio de número de estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico por cada 10.000 habitantes, com valores respectivos de 4,3 e 5,6 estabelecimentos (gráfico 20). Quando a análise se centra no 2º e 3º ciclos do ensino básico o Algarve encontra-se acima do registo médio nacional, situação que não é verificada quando analisamos a oferta de estabelecimentos do ensino secundário, onde o rácio queda-se nos 0,7 e no continente este cifra-se nos 0,8.

Gráfico 1.20 – Nº de Estabelecimentos de Ensino por 10.000 Habitantes – 2005/2006



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a), (2007b), (2007c), (2007d) e (2007e), SREA (2007) e SREM (2007)

## 1.13 Ambiente

Em 2005, 93% da população da região do Algarve encontrava-se servida por sistemas de abastecimento de água, 84% beneficiava de sistemas de drenagem de águas residuais e 79% estava abrangida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR), valores comparativamente mais elevados do que os verificados na média nacional (tabela 24).

De entre as 7 regiões NUTS II de Portugal, o Algarve era aquela que registava o maior consumo de água residencial e dos serviços por habitante, com um valor próximo dos 90 m<sup>3</sup> quando em Portugal o valor não excedia os 47 m<sup>3</sup>. A este último facto não é alheia a vocação turística que o Algarve, tal como as regiões autónomas, apresenta o que suscita o acréscimo do consumo de água.

Tabela 1.24 – Indicadores de Ambiente – 2005

Região	População servida por			Consumo de água residencial e dos serviços por habitante
	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)	
	%			m <sup>3</sup>
Portugal	92,0	76,0	64,0	46,8
Norte	84,0	64,0	55,0	33,6
Centro	97,0	73,0	63,0	43,9
Lisboa	99,0	96,0	77,0	54,3
Alentejo	95,0	84,0	70,0	49,0
Algarve	93,0	84,0	79,0	90,4
R. A. Açores	88,0	35,0	21,0	70,3
R. A. Madeira	98,0	60,0	54,0	87,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

Tal como é evidenciado na tabela 1.25, as Câmaras municipais da região do Algarve despenderam no decorrer do ano de 2005 um total 52.118 milhares de euros em despesas com o ambiente, tendo arrecadado como receitas na mesma área um total de 44.151 milhares de euros. Das várias regiões do país o Algarve foi aquela que observou a melhor relação entre receitas e despesas em matéria de ambiente com um valor de 85%.

Em média, cada habitante da região do Algarve produziu 728,4 kg de resíduos urbanos o que constitui o mais elevado valor em termos nacionais. Aproximadamente 6,5% dos resíduos urbanos eram recolhidos selectivamente na região do Algarve em 2005.

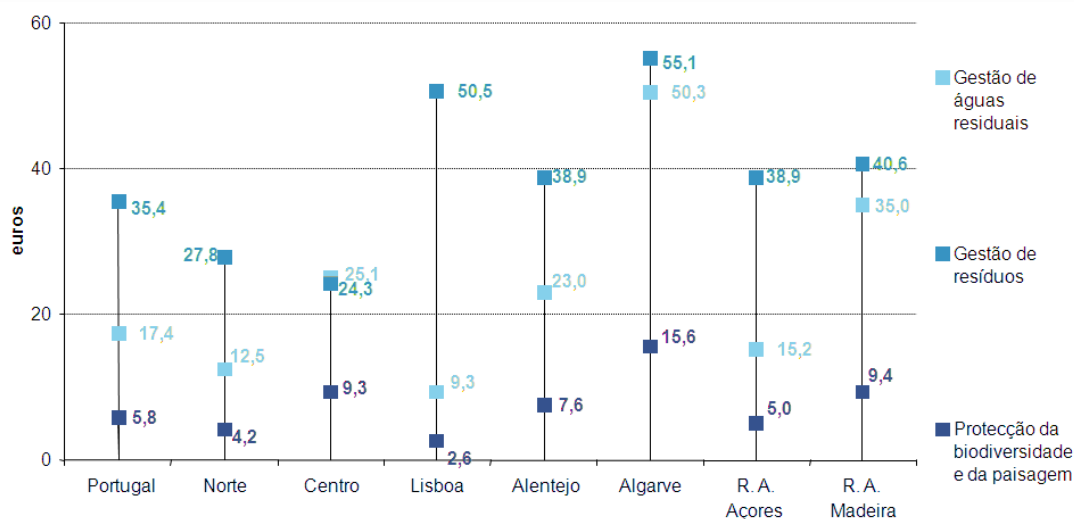
Tabela 1.25 – Indicadores de Ambiente – 2005

Região	Receitas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	Despesas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	Resíduos urbanos por habitante	Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente
	1 000 Euros	1 000 Euros	kg	%
Portugal	298.052	640.613	444,9	6,0
Norte	69.473	172.645	388,8	5,6
Centro	57.911	141.141	387,5	4,7
Lisboa	86.060	181.136	515,2	7,1
Alentejo	23.875	55.472	482,1	4,1
Algarve	44.151	52.118	728,4	6,5
R. A. Açores	3.586	15.546	261,5	6,5
R. A. Madeira	12.995	22.552	648,8	10,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

Em média, em 2005 os municípios do Algarve gastavam € 55,1 por cada habitante com a gestão de resíduos, um valor que excedia em cerca de € 20 por habitante a despesa de todos os municípios do país. O Algarve era igualmente a região de Portugal com a maior despesa por habitante no que respeita à gestão de águas residuais (€ 50,3), para além de ser a região cujos municípios mais despesas realizavam por habitante na protecção da biodiversidade e da paisagem (€ 15,6), com um valor médio três vezes superior à média do país.

Gráfico 1.21 – Despesa dos Municípios por Habitante – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

## 1.14 Actividade Económica

De acordo com a tabela 26, o PIB regional do Algarve atingiu em 2004 um total de 5.852 milhões de euros, ao passo que o VAB regional se cifrou nos 5.088 milhões de euros. O Algarve foi uma das regiões do país onde se verificou a menor importância relativa do total de remunerações pagas no total da riqueza gerada, cerca de 43,5%, o que em termos absolutos significou 2.546 milhões de euros. Do total dos 98.728 milhões de euros de rendimento disponível bruto (RDB) nacional, 4,2% foi distribuído pela região do Algarve. Finalmente, importa ainda destacar o volume da formação bruta de capital fixo (FBCF) gerado na região do Algarve, o qual totalizou os 1.604 milhões de euros.

Tabela 1.26 – Indicadores de Contas Regionais – 2004

Região	PIB	VAB	Remunerações	RDB	FBCF
	milhões de euros			milhões de euros	
Portugal	144.128	125.310	71.811	98.728	32.581
Norte	40.421	35.143	20.824	29.447	8.444
Centro	27.717	24.099	13.595	20.521	6.899
Lisboa	53.208	46.261	27.333	33.013	9.819
Alentejo	9.722	8.453	4.180	6.869	3.270
Algarve	5.852	5.088	2.546	4.170	1.604
R. A. Açores	2.887	2.510	1.423	2.165	1.036
R. A. Madeira	4.156	3.613	1.780	2.448	1.502

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Em 2004, o Algarve representava em termos de riqueza produzida, aproximadamente 4,1% do PIB nacional, sendo que em termos *per capita* o PIB atingiu os 14,3 milhares de euros na região, o terceiro valor mais elevado, atrás dos registos da região de Lisboa e da R.A. da Madeira (tabela 1.27). No ano em análise, o Algarve registou somente o quarto mais elevado valor em termos de produtividade, o qual confronta o PIB gerado na região e o nível de emprego correspondente (24,6 milhares de euros) e a segunda mais baixa remuneração média por trabalhador remunerado (15 milhares de euros). Todavia, em termos de Rendimento disponível bruto *per capita*, indicador que procura reflectir o nível de vida das famílias dado que incorpora as transferências ocorridas entre diferentes agentes económicos e entre as regiões, o Algarve dispõe do segundo valor mais alto em termos nacionais, 10,2 milhares de euros.

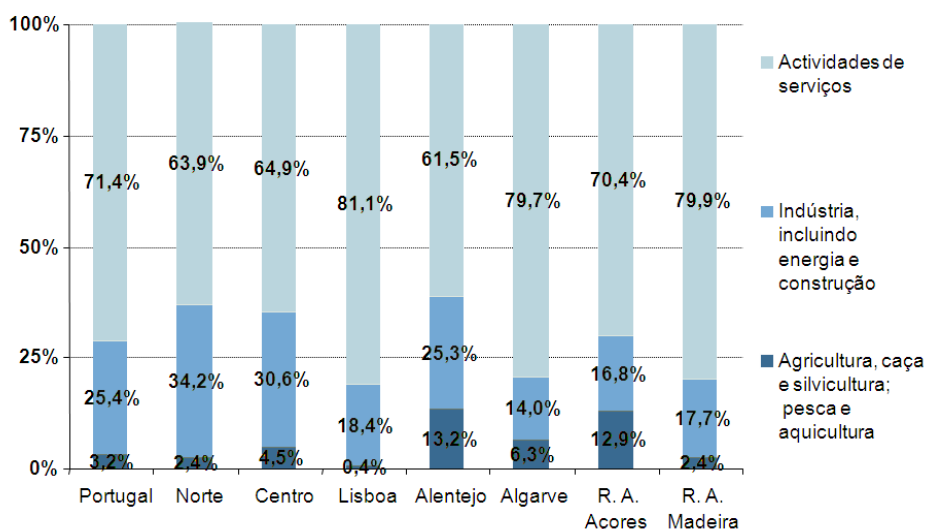
Tabela 1.27 – Indicadores de Contas Regionais – 2004

Região	PIB			Produtividade (VAB/Emprego)	Remuneração média	RDB per capita
	Em % do total de Portugal	per capita				
		Em valor	Índice de disparidade (Portugal=100)			
	%	milhares de euros	%			
Portugal	100,0	13,7	100,0	24,5	17,4	9,4
Norte	28,0	10,9	79,3	20,0	15,0	7,9
Centro	19,2	11,7	85,3	19,5	15,8	8,7
Lisboa	36,9	19,4	141,1	33,9	21,8	12,0
Alentejo	6,7	12,7	92,4	26,7	16,1	8,9
Algarve	4,1	14,3	104,5	24,6	15,0	10,2
R. A. Açores	2,0	12,0	87,5	24,3	17,3	9,0
R. A. Madeira	2,9	17,1	124,4	29,1	17,6	10,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Aproximadamente 79,7% do VAB gerado no Algarve em 2004 provinha do sector dos serviços, percentagem que em termos nacionais se cifrou nos 71,4% (gráfico 1.22). O Algarve era a região do país cujo VAB proveniente do sector da indústria assumia a menor importância relativa regional, somente 14%. Finalmente, a “agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura” foi responsável por 6,3% do VAB criado na região algarvia.

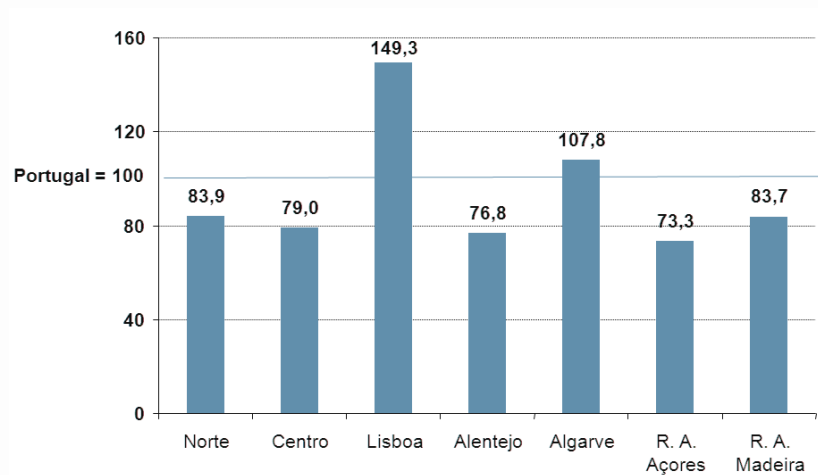
Gráfico 1.22 – Repartição do VAB por Sector de Actividade Económica – 2004



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Dados do INE, retratados no gráfico 1.23, permitem verificar que o Algarve era, em 2004, a segunda região do país com o mais elevado poder de compra *per capita*, sendo uma das duas regiões com um índice acima da média nacional e como tal a evidenciar um nível de vida das suas populações comparativamente superior.

Gráfico 1.23 – Indicador de Poder de Compra – 2004



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

## Capítulo 2. Uma Região de Disparidades Locais?

Neste segundo capítulo procura-se, por um lado, identificar as principais diferenças existentes entre os concelhos do Algarve e por outro compreender a evolução regional verificada na última década. Para este efeito foram calculados sensivelmente os mesmos indicadores do capítulo 1 e construídos quadros síntese, por indicador, com rankings dos concelhos do Algarve e com as taxas de variação do período em análise. No último ponto do capítulo apresenta-se um exercício de classificação e agrupamento dos concelhos da região de acordo com o seu perfil socio-económico.

### 2.1. População

Em 2005, de acordo com as estimativas do INE evidenciadas na tabela 2.1, residiam no Algarve 416.847 habitantes dos quais aproximadamente 51% se encontravam concentrados em somente 4 concelhos da região, Faro, Loulé, Olhão e Portimão. Os concelhos de Albufeira, Lagos, Olhão e Portimão eram aqueles que registavam a maior importância relativa de população jovem, com pesos de relativos entre os 16% e os 18%, valores quase superiores em mais do dobro aos registados nos concelhos de Alcoutim e Monchique. O fenómeno do envelhecimento populacional está a atingir proporções preocupantes em concelhos como Alcoutim, Aljezur e Monchique, concelhos do interior da região onde a população idosa excedia em mais de 30% a população total.

O concelho de Olhão, a par dos concelhos de Vila Real de Santo António (VRSA) e de Faro, eram os três municípios com as mais elevadas densidades populacionais da região do Algarve com valores respectivos de, 327,1 hab/km<sup>2</sup>, 297,8 hab/km<sup>2</sup> e 290,5 hab/km<sup>2</sup>. Em três concelhos do Algarve, a saber, Albufeira, Vila do Bispo e Lagos, aproximadamente 10% da população residente tinha nacionalidade estrangeira.



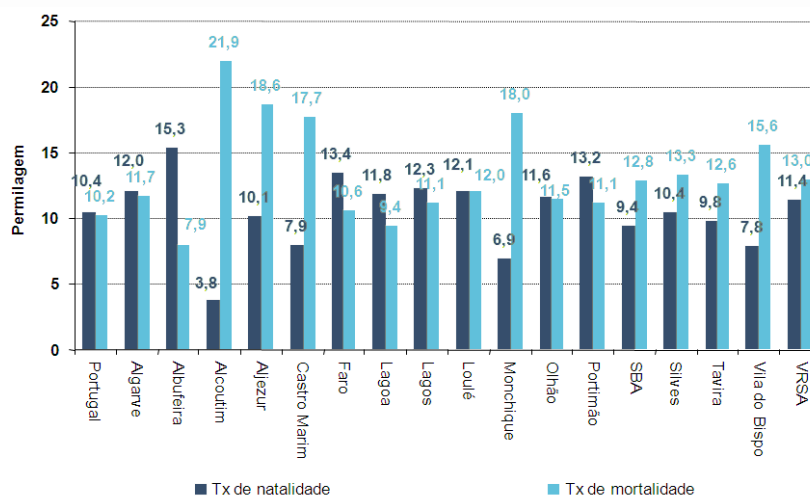
Tabela 2.1 – Indicadores Populacionais – 2005

Região/Concelho	População residente				Densidade Populacional (hab./km <sup>2</sup> )	% pop. nac. Estrangeira (2001)
	Total	Jovem (0-14 anos)	Idade Activa (15-64 anos)	Idosa (+ 65 anos)		
Portugal	10.569.592	1.644.231	7.115.261	1.810.100	114,8	2,2
Algarve	416.847	62.008	276.601	78.238	83,4	6,0
Albufeira	36.334	6.515	24.839	4.980	258,5	9,4
Alcoutim	3.347	247	1.764	1.336	5,8	1,7
Aljezur	5.336	582	3.068	1.686	16,5	9,0
Castro Marim	6.482	745	4.037	1.700	21,6	2,0
Faro	58.554	8.808	40.374	9.372	290,5	3,8
Lagoa	23.265	3.565	15.820	3.880	263,6	9,0
Lagos	27.545	4.341	17.971	5.233	129,4	8,7
Loulé	63.138	9.727	41.330	12.081	82,6	7,7
Monchique	6.343	600	3.849	1.894	16,1	5,0
Olhão	42.817	6.711	29.003	7.103	327,1	3,7
Portimão	47.925	7.610	32.152	8.163	263,2	5,7
São Brás de Alportel	11.552	1.600	7.366	2.586	75,3	7,0
Silves	35.323	4.501	22.819	8.003	51,9	6,0
Tavira	25.248	3.039	16.326	5.883	41,6	5,0
Vila do Bispo	5.402	630	3.503	1.269	30,2	8,8
Vila Real de Santo António	18.236	2.787	12.380	3.069	297,8	2,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Os concelhos do interior e da serra algarvia, como Alcoutim, Monchique, Aljezur e Castro Marim, eram aqueles que apresentavam, em 2005, os mais elevados registos na taxa de mortalidade com valores de 21,9%, 18,6%, 18% e 17,7%, respectivamente (gráfico 2.1). Por seu turno, três concelhos urbanos do litoral, casos de Albufeira, Faro e Portimão registavam os mais elevados valores nas taxas de natalidade com registos médios acima da região e do país.

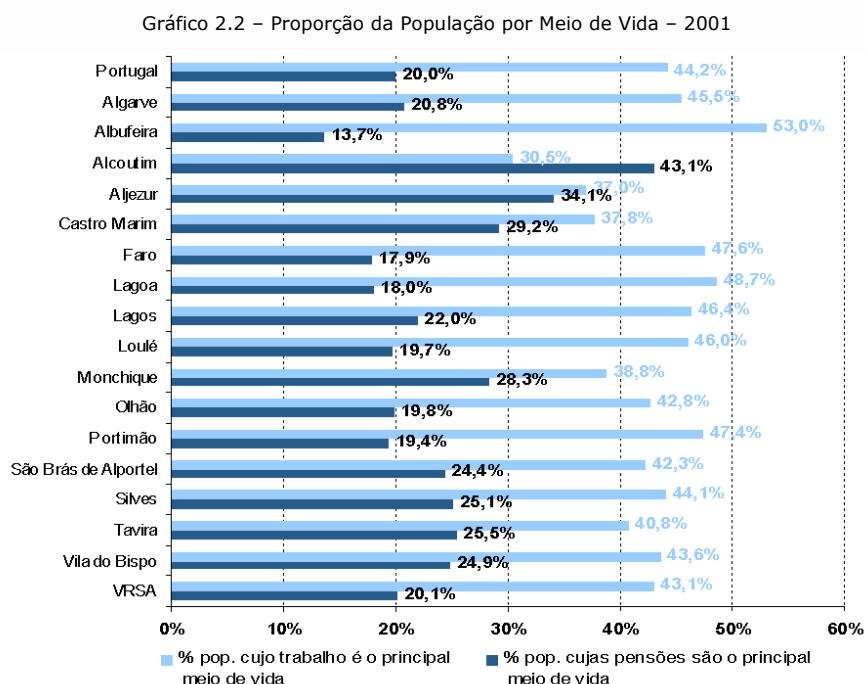
Gráfico 2.1 – Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Decorrente da situação de envelhecimento populacional os concelhos de Alcoutim, Aljezur e Castro Marim eram os três concelhos do Algarve com as maiores proporções de população que subsistem à custa de pensões, tal como é retratado no gráfico 2.2. Os pesos relativos verificados nestes municípios excediam em mais de 50% os valores da região e do país no indicador em causa, em 2005.

Albufeira, Lagoa, Faro e Portimão eram os quatros concelhos da região com as maiores importâncias relativas de população cujo trabalho é o principal meio de vida, com pesos relativos de 53%, 48,7%, 47,6% e 47,4%, respectivamente.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Sete dos 16 concelhos da região apresentavam em 2005 uma densidade populacional acima da média regional e da média nacional, casos dos concelhos de Olhão, Vila Real de Santo António, Faro, Lagoa, Portimão, Albufeira e Lagos (tabela 2.2). Somente em 3 dos concelhos do Algarve (Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim) é que se verificava uma percentagem de população residente de nacionalidade estrangeira inferior à média nacional. Mais de metade dos concelhos do Algarve registavam um índice de envelhecimento médio acima da realidade média portuguesa, cenário que atingia tanto concelhos do barrocal e serra algarvia, como do litoral da região. Exceptuando os casos de Lagoa e Albufeira, todos os demais concelhos apresentaram, em 2005, uma taxa de mortalidade superior à de Portugal.

Tabela 2.2 – Ranking Concelhio por Indicador – 2005

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
População total	5	16	15	12	2	9	7	1	13	4	3	11	6	8	14	10
População Jovem (0-14 anos)	5	16	15	12	2	8	7	1	14	4	3	11	6	9	13	10
População em Idade Activa (15-64 anos)	5	16	15	12	2	9	7	1	13	4	3	11	6	8	14	10
População Idosa (+ 65 anos)	8	15	14	13	2	9	7	1	12	5	3	11	4	6	16	10
Densidade Populacional	6	16	14	13	3	4	7	8	15	1	5	9	10	11	12	2
Prop. de população de nac. estrangeira	1	16	2	15	12	3	5	6	10	13	9	7	8	11	4	14
Índice de Envelhecimento	16	1	3	4	14	12	10	9	2	15	13	8	7	6	5	11
Taxa de natalidade	1	16	10	13	2	6	4	5	15	7	3	12	9	11	14	8
Taxa de mortalidade	16	1	2	4	14	15	12	10	3	11	13	8	6	9	5	7
Prop. pop. cujo trabalho é o principal meio de vida	1	16	15	14	3	2	5	6	13	10	4	11	7	12	8	9
Prop. pop. cujas pensões são o principal meio de vida	16	1	2	3	15	14	9	12	4	11	13	8	6	5	7	10

Valores acima da média regional

Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Tal como pode ser constatado na tabela 2.3, em 4 dos concelhos do Algarve verificou-se uma quebra na população residente entre 1995 e 2005, casos de Alcoutim, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo. Albufeira e São Brás de Alportel, com variações relativas de 49% e 42,8%, foram os dois concelhos com os maiores crescimentos da população residente no período em análise. Entre 1995 e 2005 os concelhos de Alcoutim e de Monchique foram aqueles que mais aumentaram os valores do índice de envelhecimento, com acréscimos relativos em torno dos 50%. Albufeira, Lagoa e São Brás de Alportel assumiram-se como os três concelhos do Algarve onde se verificaram os maiores decréscimos da taxa de mortalidade, com variações de, -27,5%, -24,5% e -28,5%. O crescimento da proporção de população residente de nacionalidade estrangeira entre os dois últimos momentos censitários foi sobretudo intensa nos concelhos de São Brás de Alportel, Silves, Portimão e Monchique.

Tabela 2.3 – Variação Percentual dos Indicadores no Período 1995 – 2005

Indicador	unid: %															
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
População total	49,0	-18,9	7,7	-0,9	10,8	31,9	22,1	25,7	-7,6	14,4	19,0	42,8	9,6	3,9	-0,4	18,2
População Jovem (0-14 anos)	37,3	-37,5	-2,5	-10,5	-0,7	17,3	18,6	17,8	-28,8	1,9	15,0	33,1	-3,3	-11,2	-14,5	3,0
População em Idade Activa (15-64 anos)	52,7	-22,3	4,2	-0,9	11,2	33,0	20,2	27,8	-10,0	16,8	18,2	43,8	11,4	5,0	1,7	19,8
População Idosa (+ 65 anos)	47,3	-8,5	19,8	4,2	22,0	43,2	32,3	25,5	8,8	18,5	27,0	46,4	13,0	10,5	3,0	29,1
Densidade Populacional	49,1	-18,8	7,7	-0,9	10,9	31,4	22,1	25,9	-7,6	10,5	19,0	39,7	9,5	4,2	-0,4	17,5
Prop. de população de nac. Estrangeira*	135,0	183,3	136,8	100,0	46,2	109,3	107,1	102,6	212,5	184,6	216,7	311,8	275,0	194,1	151,4	100,0
Índice de Envelhecimento	7,0	46,2	22,9	16,3	21,8	22,5	12,0	6,0	53,4	16,5	10,3	10,2	17,1	24,4	20,4	25,0
Taxa de natalidade	8,5	-30,9	71,2	27,4	26,4	0,9	11,8	12,0	-9,2	17,2	14,8	-11,3	57,6	36,1	-13,3	-7,3
Taxa de mortalidade	-27,5	14,1	17,7	10,6	-9,4	-24,8	-4,3	-17,2	4,0	-2,5	0,0	-28,5	-14,7	-8,0	6,8	1,6
Prop. pop. cujo trabalho é o principal meio de vida*	11,6	12,5	4,8	7,4	7,7	9,9	6,9	16,5	3,2	10,9	6,3	17,5	9,4	9,7	9,5	9,4
Prop. pop. cujas pensões são o principal meio de vida*	-10,5	11,9	31,2	9,4	13,3	-3,7	5,8	4,2	30,4	5,9	9,0	4,3	16,2	11,8	4,2	7,5

\* Variação 1991-2001

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

## 2.2. Mercado de Trabalho

Tendo como referência o último recenseamento geral da população de 2001, observou-se que Faro, Loulé e Portimão eram os três principais centros urbanos da região do Algarve e como tal era nestes concelhos que se concentravam os maiores volumes de população activa, população empregada, população desempregada e população inactiva da região (tabela 2.4).

Tabela 2.4 – População Activa, Empregada, Desempregada e Inactiva – 2001

**unid: nº**

Região/Concelho	População			
	Activa	Empregada	Desempregada	Inactiva
Portugal	4.990.208	4.650.947	339.261	3.709.307
Algarve	192.348	180.395	11.953	145.138
Albufeira	17.531	16.451	1.080	8.746
Alcoutim	1.256	1.164	92	2.191
Aljezur	2.096	1.968	128	2.567
Castro Marim	2.633	2.499	134	3.130
Faro	29.841	28.158	1.683	19.915
Lagoa	10.708	10.008	700	6.601
Lagos	12.443	11.763	680	8.923
Loulé	28.951	27.478	1.473	21.508
Monchique	2.849	2.696	153	3.357
Olhão	18.912	17.473	1.439	15.384
Portimão	22.990	21.278	1.712	15.162
São Brás de Alportel	4.569	4.284	285	4.052
Silves	15.791	14.945	846	13.638
Tavira	10.919	10.221	698	10.957
Vila do Bispo	2.432	2.287	145	2.231
Vila Real de Santo António	8.427	7.722	705	6.776

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

A região do Algarve apresentava, em 2001, diferenças significativas entre os vários concelhos no que respeita à taxa de actividade da população. Assim, enquanto que concelhos como Albufeira, Lagoa, Faro e Portimão, dispunham de taxas de actividade acima dos 50% da população, concelhos como Aljezur, Castro Marim e Monchique não atingiam os 40%, ou como no caso de Alcoutim, pouco ultrapassava os 30% (tabela 2.5). Os baixos valores verificados nestes últimos concelhos, deve-se em larga medida ao envelhecimento populacional mas também, ao facto das mulheres ainda estarem relativamente pouco inseridas no mercado de trabalho, tal como é evidenciado pela análise da taxa de actividade das mulheres nestes concelhos, com valores abaixo dos 30%.

Relativamente ao desemprego, este era sobretudo intenso em concelhos como Olhão, Portimão e Alcoutim, onde este fenómeno atingia mais de 7% da população activa. No extremo oposto encontravam-se os concelhos de Loulé, Castro Marim, Monchique e Silves com percentagens pouco acima dos 5%.

No que toca à taxa de emprego da população em idade activa os resultados eram bastante similares aos da taxa de actividade, encontrando-se à cabeça, com os maiores registos, os concelhos de Albufeira, Lagoa, Faro e Lagos, com 62,6%, 57,8%, 56,6% e 55,1%, respectivamente.

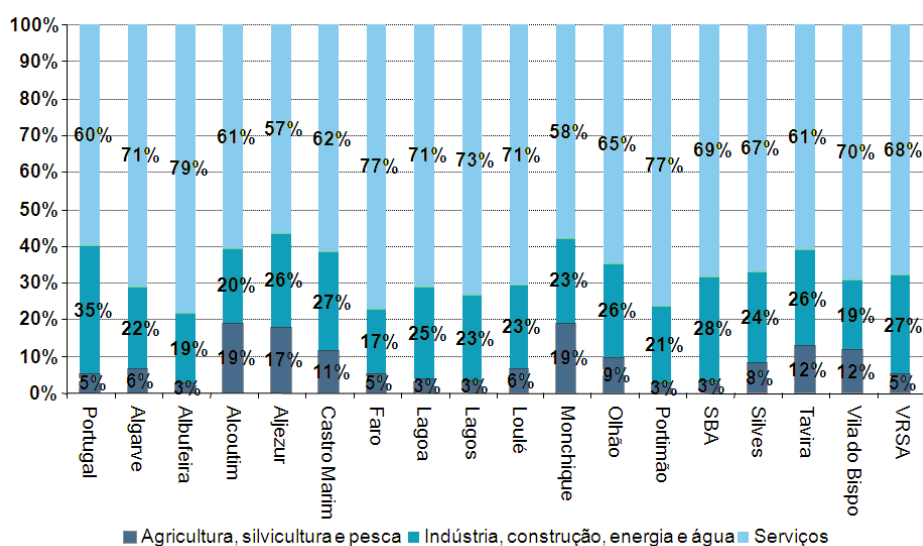
Tabela 2.5 – Indicadores de Actividade da População – 2001

Região/Concelho	unid: %				
	Taxa de actividade - Total	Taxa de actividade - Mulheres	Taxa de Desemprego - Total	Taxa de Desemprego - Mulheres	Taxa de emprego (15 a 64 anos)
Portugal	48,2	42,0	6,8	8,7	53,5
Algarve	48,7	42,4	6,2	8,1	53,5
Albufeira	55,6	50,5	6,2	7,8	62,6
Alcoutim	33,3	24,9	7,3	11,0	33,8
Aljezur	39,6	32,5	6,1	9,7	42,2
Castro Marim	39,9	30,6	5,1	9,0	43,4
Faro	51,4	46,9	5,6	6,2	56,6
Lagoa	51,9	45,9	6,5	8,8	57,8
Lagos	49,0	43,7	5,5	7,2	55,1
Loulé	48,9	41,9	5,1	6,4	54,5
Monchique	40,9	29,5	5,4	9,8	43,4
Olhão	46,3	40,0	7,6	9,3	50,9
Portimão	51,3	46,1	7,4	8,9	55,8
São Brás de Alportel	45,5	39,2	6,2	8,0	49,7
Silves	46,7	39,6	5,4	8,1	50,8
Tavira	43,7	35,1	6,4	10,1	46,7
Vila do Bispo	45,5	38,5	6,0	9,4	49,0
Vila Real de Santo António	46,9	39,1	8,4	12,3	50,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

À data do último recenseamento geral da população, os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, Tavira e Vila do Bispo destacavam-se na região por serem aqueles onde se verificava uma maior importância relativa de população empregada na “agricultura, silvicultura e pesca”, com pesos relativos acima dos 10% (gráfico 2.3). Por seu turno, os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Lagoa, Olhão e Tavira, eram os concelhos onde a preponderância de população empregada na “indústria, construção, energia e água”, era mais evidente na região, apresentando proporções acima dos 25%. O peso relativo da população empregada nos “serviços” era particularmente elevada em concelhos como Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Portimão e Vila do Bispo, onde este sector de actividade económica concentrava mais de 70% do total do emprego.

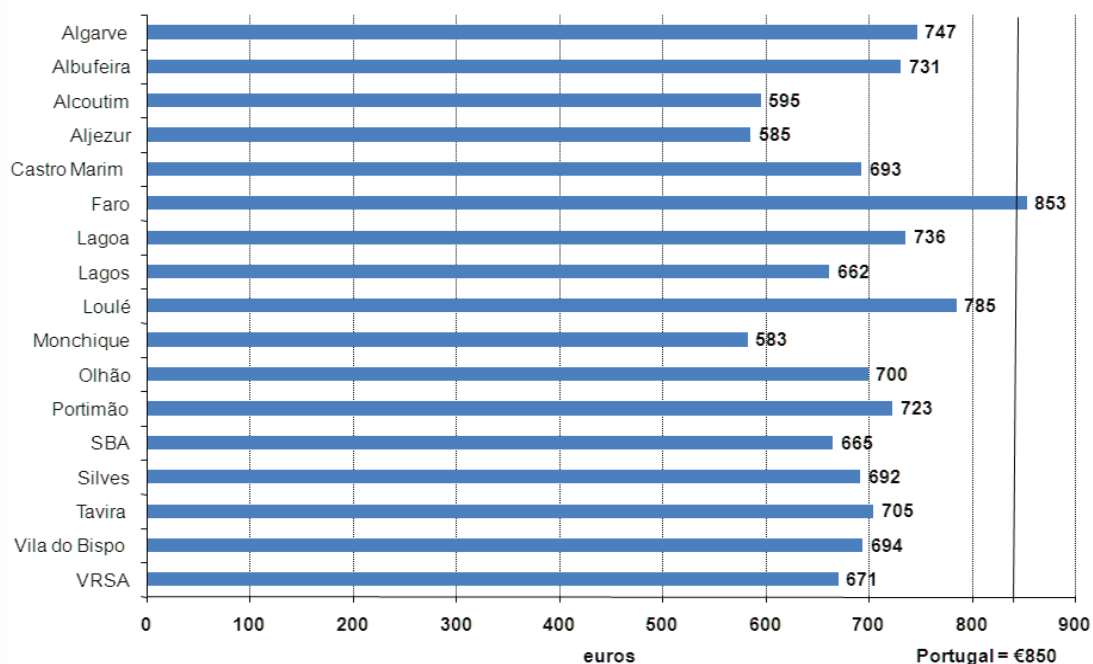
Gráfico 2.3 – População Empregada Segundo o Sector de Actividade Económica – 2001



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Entre o concelho onde os trabalhadores mais auferiam mensalmente (Faro com € 853) e aquele onde os trabalhadores menos recebiam de salário mensal (Monchique com € 583) existia uma diferença de € 270, no ano de 2005, tal como pode ser visto no gráfico 2.4. Loulé, Lagoa e Portimão, encontravam-se igualmente no topo dos concelhos onde os trabalhadores mais recebiam pelo seu trabalho, com remunerações médias acima dos € 720. Por seu turno, outros concelhos do interior da região, como sejam os casos de Aljezur e Alcoutim, apresentavam salários médios abaixo dos € 600 mensais.

Gráfico 2.4 – Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006f)

Comparativamente com a realidade média nacional, os concelhos da região do Algarve encontra-se mal posicionados em termos de taxa de actividade e taxa de emprego da sua população, na medida, em que em ambos os casos somente 6 concelhos (Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé e Portimão), possuíam um registo acima da média nacional em 2001 (tabela 2.6). Todavia quando a análise incide sobre a taxa de desemprego o Algarve encontra-se na situação oposta dado que em apenas 4 concelhos (Alcoutim, Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António) o nível de desemprego excedia o valor nacional.

Os concelhos da região do Algarve distinguem-se particularmente dos demais concelhos do país por apresentarem um peso relativo de população empregada na “indústria, construção, energia e água”, aquém da média do resto do país, sendo que neste particular nenhum concelho da região atingia os valores médios de Portugal. Por outro lado, os concelhos do Algarve apresentavam um perfil em termos de emprego orientado para os serviços, na medida em que apenas Monchique e Aljezur, não excediam os pesos relativos nacionais. Em matéria de ganho médio mensal dos trabalhadores, Faro era o único concelho do Algarve que conseguia apresentar um valor acima do salário médio do país.

Tabela 2.6 – Ranking Concelhio por Indicador – 2001

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
População Activa	5	16	15	13	1	9	7	2	12	4	3	11	6	8	14	10
População Empregada	5	16	15	13	1	9	7	2	12	4	3	11	6	8	14	10
População Desempregada	5	16	15	14	2	8	10	3	12	4	1	11	6	9	13	7
População Inactiva	8	16	14	13	2	10	7	1	12	3	4	11	5	6	15	9
Taxa de actividade - Total	<b>1</b>	16	15	14	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	13	9	<b>4</b>	10	8	12	11	7
Taxa de actividade - Mulheres	<b>1</b>	16	13	14	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	6	15	7	<b>3</b>	9	8	12	11	10
Taxa de Desemprego - Total	7	<b>4</b>	9	15	11	5	12	16	13	<b>2</b>	<b>3</b>	8	14	<b>6</b>	10	<b>1</b>
Taxa de Desemprego - Mulheres	13	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	16	<b>10</b>	14	15	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	12	11	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
Taxa de emprego (15 a 64 anos)	<b>1</b>	16	15	13	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	14	7	<b>4</b>	10	8	12	11	9
População emp. na Agricultura, silvicultura e pesca	16	<b>2</b>	<b>3</b>	6	10	12	13	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	15	14	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	11
População emp. na Indústria, construção, energia e água	14	13	5	<b>2</b>	16	7	9	10	11	6	12	1	8	<b>4</b>	15	<b>3</b>
População emp. nos Serviços	<b>1</b>	<b>14</b>	16	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	15	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>9</b>
Ganho médio mensal*	4	14	15	9	<b>1</b>	3	13	<b>2</b>	16	7	5	12	10	6	8	11

Valores acima da média regional

Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

\* 2005

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h) e (2006f)

No último período intercensitário os concelhos de Alcoutim, Loulé e São Brás de Alportel foram aqueles onde mais cresceu a taxa de actividade da população, com taxas de variação superiores a 15% (tabela 2.7). Albufeira e Monchique foram os 2 concelhos onde o desemprego mais aumentou em termos relativos, situação oposta à verificada nos concelhos de Castro Marim e Lagos.

Entre 1991 e 2001 acentuou-se a tendência de quebra da população empregada no sector primário, situação particularmente intensa nos concelhos de Albufeira, São Brás de Alportel e Aljezur, com quebras relativas de, 61,7%, 67,4% e 57,1%, respectivamente. Situação oposta ocorreu no sector dos serviços, o qual recebeu fluxos crescentes de mão-de-obra tendo este facto atingido as maiores variações em Alcoutim e Aljezur.

Tabela 2.7 – Variação Percentual dos Indicadores no Período de 1991 – 2001

**unid: %**

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
População Activa	71,1	-4,3	13,4	0,6	27,3	37,9	25,7	52,5	0,6	23,8	26,1	59,2	12,1	9,6	0,7	40,5
População Empregada	60,6	-11,3	6,5	-4,5	20,1	28,9	18,8	44,7	-4,8	14,4	16,7	49,3	6,1	2,6	-5,3	28,7
População Desempregada	309,1	10,8	33,3	-38,5	52,3	87,2	7,8	81,4	98,7	39,8	77,6	97,9	32,4	12,6	39,4	104,9
Taxa de actividade - Total	13,7	16,0	7,3	3,6	11,3	12,1	6,5	19,9	5,7	11,6	9,1	19,4	9,1	9,0	8,6	12,5
Taxa de actividade - Mulheres	25,0	69,4	0,0	23,9	24,1	26,1	17,5	40,1	37,2	35,1	20,4	60,0	26,1	30,5	28,8	30,3
Taxa de Desemprego - Total	138,5	15,9	17,3	-38,6	19,1	35,4	-14,1	18,6	100,0	13,4	39,6	24,0	20,0	3,2	39,5	47,4
Taxa de Desemprego - Mulheres	136,4	-4,3	27,6	-40,4	0,0	33,3	-19,1	1,6	113,0	-19,1	27,1	-1,2	14,1	-22,9	38,2	33,7
Taxa de emprego (15 a 64 anos)	11,4	14,2	8,2	9,3	10,3	11,6	10,9	21,4	2,8	11,6	8,1	21,2	8,8	8,4	7,5	11,2
População emp. na Agricultura, silvicultura e pesca	-61,7	-48,8	-57,1	-51,2	-49,8	-52,7	-54,6	-51,5	-48,0	-51,1	-49,3	-67,4	-55,8	-52,4	-39,0	-56,0
População emp. na Indústria, construção, energia e água	12,9	8,0	32,9	-5,9	-0,4	-8,8	-1,0	-2,5	15,9	1,2	9,8	-10,4	5,5	7,7	7,1	-0,9
População emp. nos Serviços	2,5	37,2	41,9	28,1	7,1	9,6	5,8	11,1	32,5	17,0	0,9	15,7	15,6	23,6	9,8	10,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h) e (2006f)

## 2.3. Energia

No seio da região do Algarve podem observar-se algumas diferenças importantes no que respeita ao consumo total de energia eléctrica por consumidor. Albufeira, Loulé e Faro apresentavam, em 2005, consumos que excediam em mais do dobro os valores de concelhos como Alcoutim, Aljezur, ou Vila Real de Santo António (tabela 2.8). Por sectores de actividade as diferenças no consumo de energia eléctrica eram particularmente heterogéneas no caso da Indústria onde concelhos como Castro Marim e Loulé apresentavam consumos superiores a 75 milhares de kWh, enquanto que concelhos como Alcoutim e Aljezur não atingiam os 6 milhares de kWh.

Tabela 2.8 – Consumo de Energia Eléctrica – 2005

Região/Concelho	Consumo de energia eléctrica por consumidor:				Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante
	Total	Doméstico	Agricultura	Indústria	
milhares de kWh					
Portugal	7,6	2,6	5,9	127,0	1,3
Algarve	5,7	2,6	7,8	35,5	2,0
Albufeira	7,4	2,8	8,1	27,8	2,8
Alcoutim	2,1	1,2	1,4	5,8	1,0
Aljezur	3,1	2,0	6,6	5,3	1,6
Castro Marim	4,8	1,7	6,9	90,7	1,9
Faro	6,7	2,8	8,2	21,5	1,6
Lagoa	6,2	3,5	7,5	19,5	2,7
Lagos	4,7	2,8	8,1	14,5	2,3
Loulé	7,2	3,3	7,3	75,1	2,8
Monchique	4,8	2,3	3,7	26,8	1,3
Olhão	4,5	2,4	7,8	22,8	1,2
Portimão	5,0	2,3	8,6	28,0	1,8
São Brás de Alportel	4,2	2,9	3,1	12,5	1,4
Silves	5,1	2,3	11,3	35,7	1,6
Tavira	4,1	2,1	6,1	17,8	1,6
Vila do Bispo	4,9	2,9	8,3	9,3	2,4
Vila Real de Santo António	3,5	1,6	2,8	17,2	1,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)



No decorrer do ano de 2005 foram consumidos em média 127,5 kg de gás por cada habitante da região do Algarve (tabela 2.9). Todavia, concelhos como Faro, Portimão e Albufeira excederam este valor com consumos médios por habitante de, 258 kg, 185,4kg e 160,7 kg, respectivamente. De entre os vários concelhos do Algarve o consumo de gasolina foi particularmente intenso em concelhos como Faro, Albufeira e Loulé e especialmente reduzido em Castro Marim e Alcoutim.

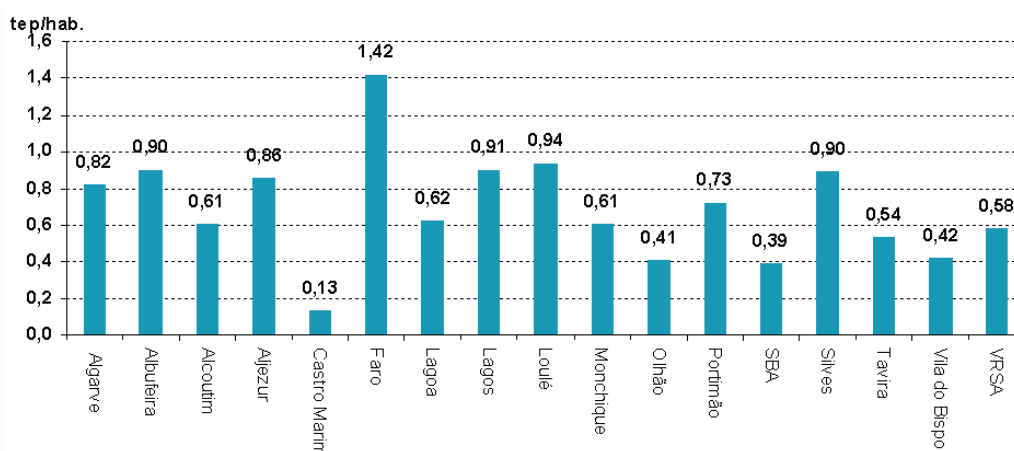
Tabela 2.9 – Consumo de Combustíveis Fósseis por Habitante – 2005

Região/Concelho	Gás (Butano + Propano)	Gasolina (Sem chumbo 95+ 98)	Gasóleo rodoviário
	kg/hab.		
Continente	80,5	168,9	466,7
Algarve	127,5	234,0	506,5
Albufeira	160,7	312,9	530,9
Alcoutim	86,0	88,0	434,4
Aljezur	9,3	227,4	551,0
Castro Marim	17,3	16,1	85,0
Faro	258,0	335,3	908,3
Lagoa	66,1	217,8	371,8
Lagos	144,0	255,7	592,0
Loulé	120,3	277,0	605,1
Monchique	57,2	148,4	374,4
Olhão	42,1	146,8	226,6
Portimão	185,4	234,4	439,0
São Brás de Alportel	49,4	123,0	242,2
Silves	81,5	217,6	507,8
Tavira	80,4	161,5	334,9
Vila do Bispo	118,5	157,1	235,6
Vila Real de Santo António	80,4	154,9	382,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

Faro, Loulé e Lagos foram os 3 concelhos da região onde se verificaram os maiores consumos de combustível automóvel por habitante durante 2005, com valores de 1,42, 0,94 e 0,91 toneladas equivalente a petróleo por habitante (gráfico 2.5). Castro Marim, São Brás de Alportel e Olhão encontravam-se, por seu turno, entre os concelhos cujos habitantes revelaram comportamentos mais poupadores no que toca ao consumo de combustível automóvel.

Gráfico 2.5 – Consumo de Combustível Automóvel por Habitante – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

De acordo com a tabela 2.10, em 2005 nenhum dos concelhos do Algarve apresentou um consumo de energia eléctrica por consumidor (total e ao nível da indústria) superior ao registo nacional. Já no que se refere ao consumo de energia eléctrica por consumidor em termos da agricultura, somente 4 (Alcoutim, Monchique, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António) dos 16 concelhos algarvios não excederam o consumo médio nacional. Os concelhos do Algarve revelaram ainda um consumo particularmente elevado, quando comparado com a média nacional, no que respeita ao consumo doméstico de energia eléctrica por habitante, onde apenas Alcoutim e Olhão revelaram possuir uma eficiência energética comparativa.

Relativamente ao consumo de gasolina, 5 dos concelhos do Algarve, nomeadamente, Albufeira, Faro, Lagos, Loulé e Portimão, apresentaram um consumo superior ao valor regional, enquanto estes e os concelhos de Aljezur, Lagoa e Silves, apresentaram um consumo que excedia o registo nacional.

Tabela 2.10 – Ranking Concelho por Indicador – 2005

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Cons. de energia eléctrica por consumidor - Total	1	16	15	8	3	4	10	2	9	11	6	12	5	13	7	14
Cons. de energia eléctrica por consumidor - Doméstico	5	16	13	14	6	1	7	2	9	8	10	3	11	12	4	15
Cons. de energia eléctrica por consumidor - Agricultura	6	16	11	10	4	8	5	9	13	7	2	14	1	12	3	15
Cons. de energia eléctrica por consumidor - Indústria	5	15	16	1	8	9	12	2	6	7	4	13	3	10	14	11
Cons. doméstico de energia eléctrica por habitante	2	16	9	6	10	3	5	1	14	15	7	13	8	11	4	12
Cons. de Gás(Butano + Propano)*	3	7	16	15	1	11	4	5	12	14	2	13	8	10	6	9
Cons. de Gasolina (Sem chumbo 95+ 98)	2	15	6	16	1	7	4	3	12	13	5	14	8	9	10	11
Cons. de Gasóleo rodoviário	5	8	4	16	1	11	3	2	10	15	7	13	6	12	14	9
Cons. de combustível automóvel por habitante**	4	9	6	16	1	8	3	2	10	14	7	15	5	12	13	11

Valores acima da média regional

Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

\* O valor de referência é o Continente e não o país

\*\* O valor nacional não está disponível

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f)

Na década em análise, evidenciada na tabela 2.11, todos os concelhos da região apresentaram crescimentos no consumo de energia eléctrica por consumidor (total), tendo sido particularmente intenso nos concelhos de Albufeira, Castro Marim e Vila do Bispo com taxas de variação respectivas de, 240,8%, 227,7% e 202,5%. Em termos de consumo doméstico de energia eléctrica por habitante verificou-se igualmente um acréscimo substancial do mesmo, nomeadamente em concelhos como Castro Marim, Lagos e Vila do bispo onde o mesmo mais do que duplicou em 10 anos.

Destaque-se ainda o facto de no período em causa, 6 dos concelhos da região terem apresentado uma quebra no consumo de gás por habitante, nomeadamente os concelhos de Albufeira, Aljezur, Lagos, Monchique, Olhão e Vila Real de Santo António.

Tabela 2.11 – Variação Percentual dos Indicadores no Período 1995 – 2005

Indicador	unid: %															
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Cons. de energia eléct. por consu. - Total	240,8	115,3	149,1	227,7	166,1	129,4	143,3	87,9	158,2	134,1	139,6	112,7	151,2	145,7	202,5	126,7
Cons. de energia eléct. por consu. - Doméstico	49,7	33,2	63,6	48,7	43,8	46,0	52,3	62,5	39,8	49,1	44,0	61,3	49,4	43,2	91,5	27,8
Cons. de energia eléct. por consu. - Indústria	176,7	-16,1	92,9	765,5	2,5	96,2	153,1	62,5	104,8	21,7	93,7	115,9	93,5	115,2	23,1	67,1
Cons. doméstico de energia eléct. por hab.	58,3	88,2	105,5	128,7	76,5	62,3	110,3	82,8	78,3	72,8	85,3	52,6	90,9	98,1	155,3	64,6
Cons. de Gás(Butano + Propano)	-25,0	55,0	-67,9	n.d.	147,3	37,6	-14,6	4,8	-47,0	-26,2	19,5	19,1	14,0	2,1	109,9	-24,7
Cons. de Gasolina (Sem chumbo 95+ 98)	86,9	148,6	250,0	n.d.	158,1	122,8	98,7	131,5	110,2	-24,9	60,6	172,6	33,8	212,2	16,8	24,3
Cons. de Gasóleo rodoviário	70,5	60,4	33,8	-49,6	72,9	72,3	86,0	84,9	14,9	22,6	20,8	-4,2	19,4	40,8	56,9	-12,0
Cons. de combustível automóvel por hab.	88,0	99,6	80,4	-22,7	117,2	99,2	102,6	109,7	53,9	7,9	42,3	31,6	52,5	85,6	48,9	3,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007f) e (1996)

## 2.4. Construção e Habitação

No ano de 2005 os concelhos do Algarve que evidenciavam uma maior intensidade de construção na região eram Albufeira, Lagos, Loulé, Portimão e Tavira tendo estes apresentado os maiores volumes de licenciamentos para edifícios e fogos para habitação familiar (tabela 2.12). No extremo oposto encontravam-se os concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Monchique e São Brás de Alportel. Neste particular, destaque-se o comportamento do concelho de Faro com um fraco nível comparativo de licenciamento.

Tabela 2.12 – Edifícios Licenciados pelas Câmaras Municipais para Construção Segundo o Tipo de Obra – 2005

Região	Total		Construções novas		Fogos para habitação familiar
	Edifícios		Edifícios		
	Total	Para habitação familiar	Total	Para habitação familiar	
Portugal	49.543	39.014	37.962	31.857	71.922
Algarve	3.670	3.227	2.891	2.654	8.877
Albufeira	459	326	280	213	1.475
Alcoutim	35	25	35	25	33
Aljezur	164	157	151	146	155
Castro Marim	125	106	84	80	140
Faro	161	141	84	73	381
Lagoa	319	295	267	246	554
Lagos	403	348	316	281	740
Loulé	354	335	263	250	976
Monchique	44	35	26	20	20
Olhão	227	198	195	176	647
Portimão	263	239	237	230	1.634
São Brás de Alportel	86	82	79	...	149
Silves	308	271	216	194	556
Tavira	287	266	248	247	697
Vila do Bispo	215	198	211	...	228
Vila Real de Santo António	220	205	199	199	492

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

Os concelhos de Loulé, Faro e Silves eram aqueles que registavam, em 2001, o maior número de edifícios da região do Algarve (tabela 2.13). Por seu turno, quando a análise incide sobre os alojamentos, de entre os concelhos citados, Silves deixa de figurar entre os concelhos com mais alojamentos, por troca com Albufeira e Portimão. Lagoa, Vila Real de Santo António e Albufeira figuravam, à data do último recenseamento, como os concelhos com maior concentração de edifícios e alojamentos por km<sup>2</sup> nos seus territórios, encontrando-se no extremo oposto os concelhos de Alcoutim, Aljezur e Monchique.

Tabela 2.13 – Dimensão do Parque Habitacional – 2001

Região	Edifícios	Alojamentos		Densidade	
		Total	Familiares Clássicos	Edifícios (Edif./km <sup>2</sup> )	Alojamentos (Aloj./Km <sup>2</sup> )
Portugal	3.160.043	5.054.922	5.019.425	34,3	54,9
Algarve	160.543	278.418	276.093	32,1	55,7
Albufeira	13.997	29.375	29.083	99,6	209,0
Alcoutim	2.902	2.957	2.939	5,0	5,1
Aljezur	4.256	4.614	4.589	13,2	14,3
Castro Marim	5.269	6.590	6.551	17,5	21,9
Faro	14.960	30.858	30.432	74,2	153,1
Lagoa	10.800	15.680	15.532	122,4	177,7
Lagos	9.921	18.891	18.744	46,6	88,8
Loulé	26.949	48.684	48.353	35,3	63,7
Monchique	3.938	4.380	4.361	10,0	11,1
Olhão	13.429	20.627	20.460	102,6	157,6
Portimão	11.898	30.627	30.372	65,3	168,2
São Brás de Alportel	4.262	5.420	5.381	27,8	35,3
Silves	15.272	24.370	24.213	22,5	35,8
Tavira	12.086	16.742	16.652	19,9	27,6
Vila do Bispo	3.979	4.683	4.622	22,2	26,2
Vila Real de Santo António	6.625	13.920	13.809	108,2	227,3

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Em 2001, na região do Algarve os concelhos de Albufeira, Lagos e Vila Real de Santo António eram aqueles que revelavam possuir um maior nível de conforto nos alojamentos, por contrapartida, Alcoutim, Castro Marim e Monchique apresentavam ainda algumas carências importantes nas condições existentes nos seus alojamentos (tabela 2.14). O parque habitacional do Algarve encontra-se comparativamente mais rejuvenescido nos concelhos de Albufeira, Lagos e Vila do Bispo, sendo que, Monchique, Olhão e Alcoutim eram os municípios com os edifícios mais envelhecidos. Albufeira, Loulé e Silves figuravam entre os concelhos do Algarve onde as rendas médias com os alojamentos atingem os maiores montantes, com valores respectivos de, € 255, € 207 e €182. As maiores construções em altura da região encontram-se sobretudo nos concelhos de Portimão, Faro e Loulé, sendo estes os concelhos com os maiores registos do número médio de pavimentos por edifício. Relativamente à dimensão média dos alojamentos podemos afirmar que, em 2005, Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo constituíam-se como os concelhos com o maior número de divisões por alojamento.

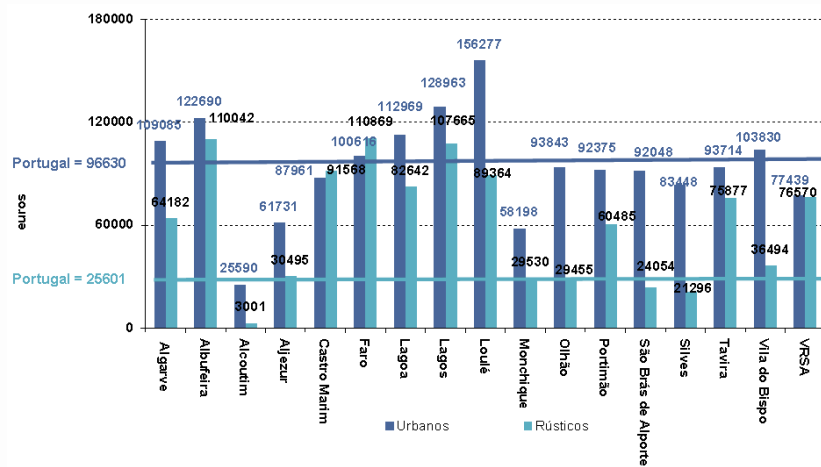
Tabela 2.14 – Indicadores do Parque Habitacional – 2001 e 2005

Região	2001				2005		
	Indicador de conforto	Índice de envelhecimento dos edifícios	Renda média dos aloj. Familiares clássicos (€)	Encargos médios com aloj. Familiares clássicos (€)	Média de pavimentos por edifício	Média de alojamentos por pavimento	Média de divisões por alojamento
Portugal	97,5	98,7	123	291	2,5	0,9	4,8
Algarve	96,3	92	164	265	2,5	1,3	4,3
Albufeira	98,2	42,6	255	293	2,8	2,4	3,8
Alcoutim	77,7	139,9	114	219	1,7	0,8	4,5
Aljezur	94,2	64,7	172	225	1,5	0,7	4,7
Castro Marim	91,0	92,6	93	281	2,2	0,8	4,8
Faro	97,7	110,3	165	302	3,3	1,6	4,6
Lagoa	97,5	61,4	175	257	2,3	1,0	4,7
Lagos	98,2	50,9	150	265	2,5	1,1	4,4
Loulé	96,2	78,2	207	269	2,9	1,3	4,8
Monchique	85,3	207,6	134	186	1,6	0,6	5,1
Olhão	96,8	177,2	100	263	2,9	1,3	4,3
Portimão	98,5	82,4	170	252	3,5	2,1	3,9
São Brás de Alportel	95,5	137,3	172	298	1,9	1,0	4,9
Silves	94,8	105,4	182	230	2,5	1,2	4,1
Tavira	92,9	156,6	111	234	2,8	1,0	4,6
Vila do Bispo	97,0	44,7	150	207	1,8	0,6	4,9
Vila Real de Santo António	98,2	69,6	86	223	2,4	1,0	4,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

No Algarve existiam, em 2001, diferenças significativas no que toca ao valor médio dos prédios transaccionados nos vários concelhos da região. Os concelhos de Loulé, Lagos e Albufeira eram os três concelhos algarvios com os valores médios dos prédios urbanos mais inflacionados, onde as transacções não se realizavam, em média, abaixo dos € 122.000. Por seu turno, nos municípios de Alcoutim, Monchique e Aljezur era possível adquirir, em média, um prédio urbano por menos de € 62.000. No que respeita aos prédios rústicos, Faro, Lagos e Castro Marim eram os concelhos do Algarve com os mais elevados valores médios, respectivamente, € 110.869, € 107.665 e € 91.568.

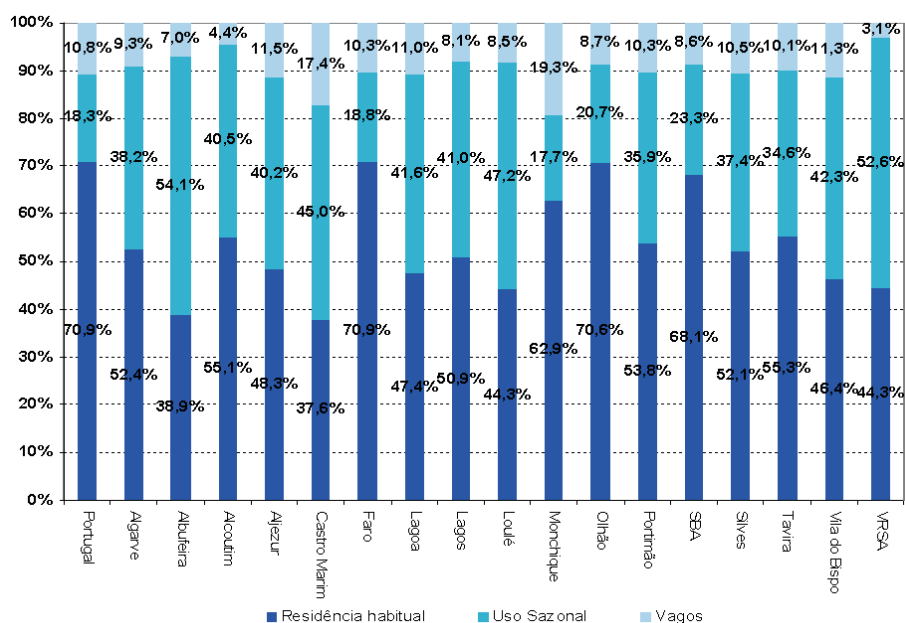
Gráfico 2.6 – Valor Médio dos Prédios Transaccionados – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

Tendo como referência os dados do último recenseamento geral da habitação de 2001 é possível verificar que existiam algumas diferenças entre os vários concelhos relativamente à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos. Faro, Olhão e São Brás de Alportel apresentavam os mais elevados pesos relativos de alojamentos ocupados como residência habitual com percentagens em torno dos 70% (gráfico 2.7). Já em Albufeira, Loulé e Vila Real de Santo António predominavam os alojamentos de uso sazonal. Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo surgiam como os concelhos algarvios com a maior importância relativa de alojamentos vagos.

Gráfico 2.7 – Alojamentos Familiares Clássicos Segundo a Forma de Ocupação – 2001



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

De acordo com a tabela 2.15, metade dos concelhos do Algarve registava em 2001 uma ocupação do espaço com o parque habitacional comparativamente superior à realidade média do país, casos de Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António. Apesar de ser conhecida por ser uma região preferencial por muitos portugueses e estrangeiros para passarem as suas férias, a maior parte dos concelhos do Algarve revelava ainda algumas carências comparativas com os demais concelhos do país no que respeita ao nível de conforto dos alojamentos (13 concelhos), assim como no nível de conservação dos edifícios (7 concelhos). Somente 5 dos concelhos do Algarve é que não apresentavam uma renda média mensal dos alojamentos acima dos níveis nacionais, casos de Alcoutim, Castro Marim, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Seis dos concelhos do Algarve registavam uma altura média dos edifícios acima do valor nacional, todavia a grande maioria dos concelhos algarvios dispunham de alojamentos comparativamente mais pequenos do que os existentes nos restantes concelhos nacionais.

Em 2005, 13 dos 16 concelhos algarvios apresentavam um valor médio dos prédios rústicos transaccionados acima do valor médio nacional, fruto da especulação imobiliária existente. Tal como já havia sido evidenciado na análise da região, a larga maioria dos concelhos do Algarve (13 dos 16 concelhos) destacava-se face aos demais congéneres nacionais pelo carácter sazonal da ocupação de muitos dos seus alojamentos.

Tabela 2.15 – Ranking Concelhio por Indicador – 2001

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Licenças - Edifícios*	1	16	11	13	12	4	2	3	15	8	7	14	5	6	10	9
Licenças - Edifícios para hab. Familiar*	3	16	11	13	12	4	1	2	15	9	7	14	5	6	10	8
Licenças - Const. Novas - Edif.*	2	15	11	12	13	3	1	4	16	10	6	14	7	5	8	9
Licenças - Const. Novas - Edif. para hab. Familiar*	6	13	10	11	12	4	1	2	14	9	n.d.	8	3	n.d.	7	
Licenças - Const. Novas - Fogos para hab. Familiar*	2	15	12	14	10	8	4	3	16	6	1	13	7	5	11	9
Total de Edifícios	4	16	13	11	3	8	9	1	15	5	7	12	2	6	14	10
Total de Alojamentos	4	16	14	11	2	9	7	1	15	6	3	12	5	8	13	10
Total de Alojamentos familiares clássicos	4	16	14	11	2	9	7	1	15	6	3	12	5	8	13	10
Densidade de Edifícios	4	16	14	13	5	1	7	8	15	3	6	9	10	12	11	2
Densidade de Alojamentos	2	16	14	13	6	3	7	8	15	5	4	10	9	11	12	1
Indicador de conforto	2	16	12	14	5	6	3	9	15	8	1	10	11	13	7	4
Índice de envelhecimento dos edifícios*	16	4	12	8	6	13	14	10	1	2	9	5	7	3	15	11
Renda média dos aloj. Familiares clássicos (€)*	1	12	5	15	8	4	9	2	11	14	7	6	3	13	10	16
Encargos médios com aloj. Familiares clássicos (€)*	3	14	12	4	1	8	6	5	16	7	9	2	11	10	15	13
Média de pavimentos por edifício	5	14	16	11	2	10	7	3	15	4	1	12	8	6	13	9
Média de alojamentos por pavimento	1	12	14	13	3	8	7	4	15	5	2	9	6	10	16	11
Média de divisões por alojamento	16	10	6	4	8	7	11	5	1	12	15	2	13	9	3	14
Valor médio dos prédios urbanos transaccionados	3	16	14	11	6	4	2	1	15	7	9	10	12	8	5	13
Valor médio dos prédios rústicos transaccionados	2	16	11	4	1	6	3	5	12	13	9	14	15	8	10	7
Alojamentos familiares de residência habitual*	12	8	9	13	5	10	6	1	15	3	2	14	4	7	16	11
Alojamentos familiares de uso sazonal*	4	9	10	7	13	8	5	1	16	12	2	15	3	11	14	6
Alojamentos familiares vagos*	11	13	6	3	9	7	10	1	12	5	2	15	4	8	14	16

Valores acima da média regional

 Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

\* 2001

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a) e (2007h)

Entre 1997 e 2005 os concelhos de Aljezur, Olhão, Tavira e Vila do Bispo foram aqueles onde mais cresceram os licenciamentos de construção de novos edifícios (tabela 2.16). Todavia quando a análise incide sobre o crescimento do parque habitacional destacam-se os concelhos de Albufeira, Castro Marim, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António como aqueles que registaram as maiores taxas de variação no número de edifícios e de alojamentos<sup>1</sup>. Alcoutim, Castro Marim e Monchique foram os 3 concelhos da região que maiores melhorias registaram no nível de conforto dos seus alojamentos entre 1991 e 2001. A especulação imobiliária tem sido particularmente intensa nos concelhos de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo, na medida em que volvidos 4 anos os valores médios dos prédios urbanos transaccionados mais do que duplicaram o seu valor. Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo registaram os mais elevados níveis de crescimento na percentagem de alojamentos de uso sazonal no último período intercensitário.

<sup>1</sup> Atente-se no entanto no facto do período em análise não ser coincidente com o anterior (1991-2001).



Tabela 2.16 – Variação percentual dos indicadores no período 1991 – 2001

**unid: %**

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Licenças - Edifícios*	59,4	-2,8	92,9	0,0	-10,6	43,7	43,9	13,5	12,8	57,6	46,1	32,3	31,6	76,1	117,2	71,9
Licenças - Edifícios para hab. Familiar*	43,6	-3,8	157,4	-4,5	-6,0	52,1	74,0	23,6	-5,4	100,0	35,8	30,2	35,5	95,6	147,5	65,3
Licenças - Const. Novas - Edif.*	27,9	45,8	79,8	-3,4	-33,3	53,4	59,6	1,2	8,3	62,5	35,4	36,2	30,9	115,7	174,0	73,0
Licenças - Const. Novas - Edif. para hab. Familiar*	11,5	66,7	139,3	2,6	-36,0	50,0	69,3	2,5	-9,1	112,0	34,5	n.d.	32,0	154,6	n.d.	76,1
Licenças - Const. Novas - Fogos para hab. Familiar*	77,9	94,1	142,2	-35,2	-29,6	27,4	78,3	23,1	-42,9	174,2	105,0	55,2	-6,9	152,5	130,3	82,9
Total de Edifícios	44,1	3,5	12,7	31,1	6,3	9,8	9,5	13,7	5,9	13,0	14,1	31,5	12,0	11,3	12,3	22,7
Total de Alojamentos	66,4	4,1	15,4	49,2	25,4	15,1	39,5	25,5	13,0	26,5	33,6	43,0	25,1	23,8	10,2	48,3
Total de Alojamentos familiares clássicos	67,3	3,6	15,6	49,0	24,9	14,9	39,8	25,3	13,5	26,4	34,0	42,5	24,9	23,6	10,4	48,1
Densidade de Edifícios	44,1	3,5	12,7	31,1	6,3	9,8	9,5	13,7	5,9	13,0	14,1	31,5	12,0	11,3	12,3	22,7
Densidade de Alojamentos	66,4	4,1	15,4	49,2	25,4	15,1	39,5	25,5	13,0	26,5	33,6	43,0	25,1	23,8	10,2	48,3
Indicador de conforto	4,8	26,5	14,7	24,9	5,4	6,8	5,5	11,1	19,4	5,3	3,9	8,6	10,9	12,0	5,5	3,2
Renda média dos aloj. Familiares clássicos (€)	83,0	199,9	168,5	313,7	161,6	174,1	143,5	103,6	226,3	180,0	146,0	215,4	179,2	238,0	128,2	186,0
Encargos médios com aloj. Familiares clássicos (€)	138,0	102,3	141,7	196,8	156,4	150,2	176,4	176,7	126,3	178,3	155,8	95,8	128,0	130,5	218,8	129,0
Média de pavimentos por edifício**	12,0	-10,5	-6,3	22,2	0,0	-4,2	4,2	16,0	-5,9	26,1	40,0	-9,5	8,7	16,7	5,9	-14,3
Média de alojamentos por pavimento**	100,0	14,3	16,7	-27,3	45,5	-23,1	-8,3	0,0	-40,0	0,0	31,3	0,0	0,0	0,0	-14,3	-50,0
Média de divisões por alojamento**	-9,5	2,3	-4,1	23,1	-8,0	20,5	4,8	11,6	6,3	-4,4	2,6	-3,9	2,5	9,5	2,1	17,1
Valor médio dos prédios urbanos transaccionados***	92,2	41,3	267,4	54,5	55,4	82,2	103,4	101,0	52,8	71,7	43,1	75,0	90,4	84,4	106,4	35,8
Valor médio dos prédios rústicos transaccionados***	142,3	-19,7	55,6	537,5	193,8	51,7	64,0	125,6	265,8	-27,0	22,3	17,0	4,2	73,4	133,0	62,1
Alojamentos familiares de residência habitual	-4,2	-13,3	-2,0	-31,1	2,2	14,8	-7,6	-62,6	217,6	-19,1	-43,6	256,7	-39,5	-11,2	205,0	36,8
Alojamentos familiares de uso sazonal	25,5	40,4	27,6	22,9	0,3	8,8	29,2	-57,7	522,6	-8,6	-32,4	334,2	-11,2	82,1	347,5	94,1
Alojamentos familiares vagos	-56,8	-42,0	-40,1	97,9	-13,0	-46,3	-34,3	-84,5	240,7	-13,1	-47,2	151,7	-29,5	-44,2	79,4	-67,0

\* variação 1997-2005  
 \*\* variação 1995-2005  
 \*\*\* variação 2001-2005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (1997), (2006a) e (2007h)

## 2.5. Turismo

Tendo por base a tabela 2.17, Albufeira, Loulé e Portimão cotaram-se como os três principais pólos de oferta e procura turística da região representando mais de 60% dos estabelecimentos hoteleiros do Algarve, 72% da capacidade de alojamento, 72% das dormidas geradas e 68% dos hóspedes recebidos no ano de 2005.

Tabela 2.17 – Procura e Oferta Turística – 2005

**unid: N<sup>o</sup>**

Região/Concelho	Estabelecimentos Hoteleiro	Capacidade de Alojamento	Dormidas	Hóspedes
Portugal	2.012	263.814	35.520.631	11.469.314
Algarve	433	99.982	13.814.274	2.629.836
Albufeira	144	40.294	5.883.898	975.363
Alcoutim	-	-	-	-
Aljezur	4	149	...	...
Castro Marim	3	492	65.307	12.849
Faro	22	1.465	204.736	116.735
Lagoa	32	7.776	1.006.981	186.455
Lagos	38	5.390	575.229	113.846
Loulé	61	12.696	1.897.777	416.164
Monchique	7	239	17.829	6.786
Olhão	4	184	14.316	3.932
Portimão	60	18.648	2.186.729	389.157
São Brás de Alportel	1	66	...	...
Silves	10	1.746	284.627	56.813
Tavira	16	4.453	634.203	144.566
Vila do Bispo	12	983	104.755	35.499
Vila Real de Santo António	19	5.401	920.308	161.957

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Da análise de alguns dos principais indicadores de turismo dos concelhos do Algarve relativos ao ano de 2005, evidenciados na tabela 2.18, ressaltam alguns valores relevantes. Por um lado, constata-se que Albufeira, Portimão e Lagoa eram os 3 concelhos da região com a maior capacidade de alojamento por 1000 habitantes, por outro lado, Albufeira, a par de Vila Real de Santo António e Lagoa registavam os 3 maiores rácios de número de hóspedes por habitantes. A maior proporção de hóspedes estrangeiros verificava-se em Albufeira, Lagos e Silves, com 75,3%, 75,9% e 65,7%, respectivamente. Finalmente, importará ainda destacar os valores das taxas de ocupação cama (bruta) atingirem os seus maiores montantes em Albufeira, Silves e Vila Real de Santo António.

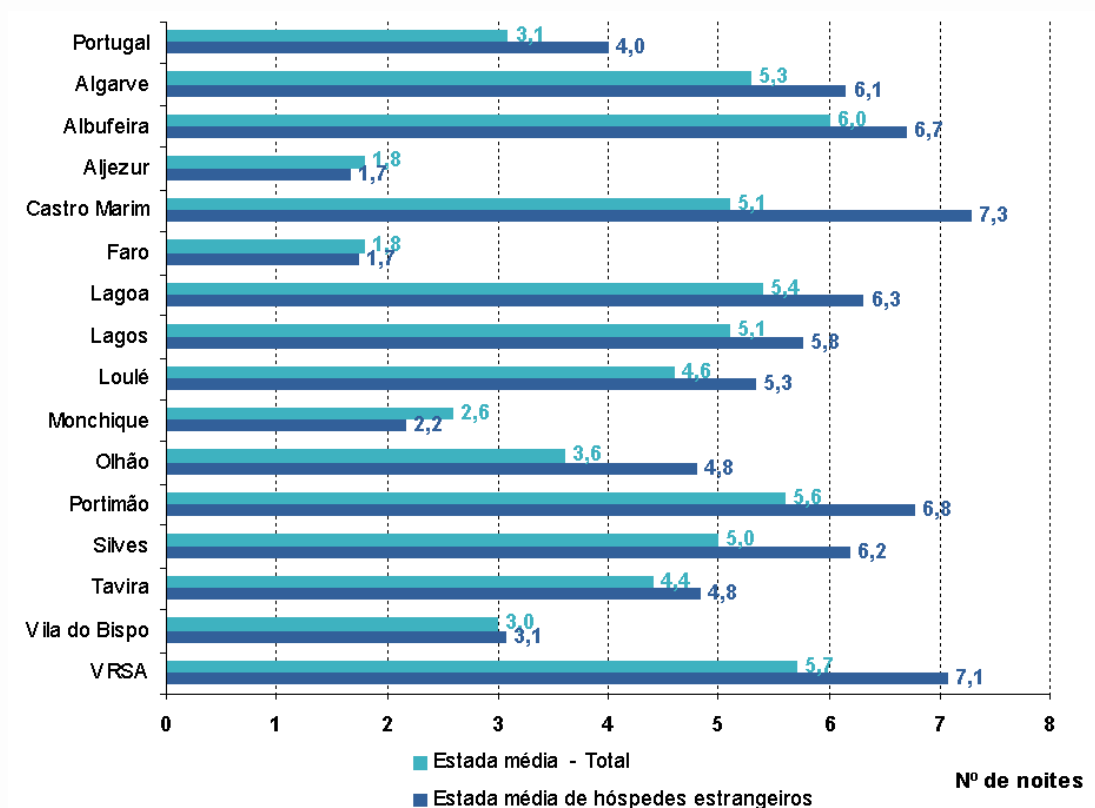
Tabela 2.18 – Indicadores do Turismo – 2005

Região/Concelho	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Dormidas em estab. hoteleiros e similares por 100 habitantes	Taxa de ocupação-cama (bruta) - Total
	N.º	N.º	%	N.º	%
Portugal	25,0	1,1	51,9	336,1	39,1
Algarve	239,9	6,3	65,9	3314,0	42,5
Albufeira	1109,0	26,8	75,3	16193,9	46,3
Alcoutim	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aljezur	27,9	0,6	31,0	111,0	17,9
Castro Marim	75,9	2,0	47,7	1007,5	37,1
Faro	25,0	2,0	45,8	349,7	38,8
Lagoa	334,2	8,0	65,1	4328,3	38,8
Lagos	195,7	4,1	75,9	2088,3	40,7
Loulé	201,1	6,6	62,7	3005,8	45,4
Monchique	37,7	1,1	31,1	281,1	25,2
Olhão	4,3	0,1	46,1	33,4	20,5
Portimão	389,1	8,1	63,2	4562,8	35,2
São Brás de Alportel	5,7	...	...	...	...
Silves	49,4	1,6	65,7	805,8	47,9
Tavira	176,4	5,7	51,1	2511,9	39,8
Vila do Bispo	182,0	6,6	58,6	1939,2	33,3
Vila Real de Santo António	296,2	8,9	52,0	5046,7	47,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h) e (2006a)

Em média, os hóspedes passaram 5,3 noites nos estabelecimentos hoteleiros e similares do Algarve, em 2005, sendo que nos concelhos de Albufeira, Vila Real de Santo António, Portimão e Lagoa esse valor foi excedido (gráfico 2.8). Já no que respeita à permanência dos hóspedes de nacionalidade estrangeira esta atingiu valores mais elevados sobretudo nos concelhos de Castro Marim, Vila Real de Santo António e Portimão com estadas médias de, 7,3, 7,1 e 6,8, noites, respectivamente.

Gráfico 2.8 – Estada Média (Nº de Noites) – 2005

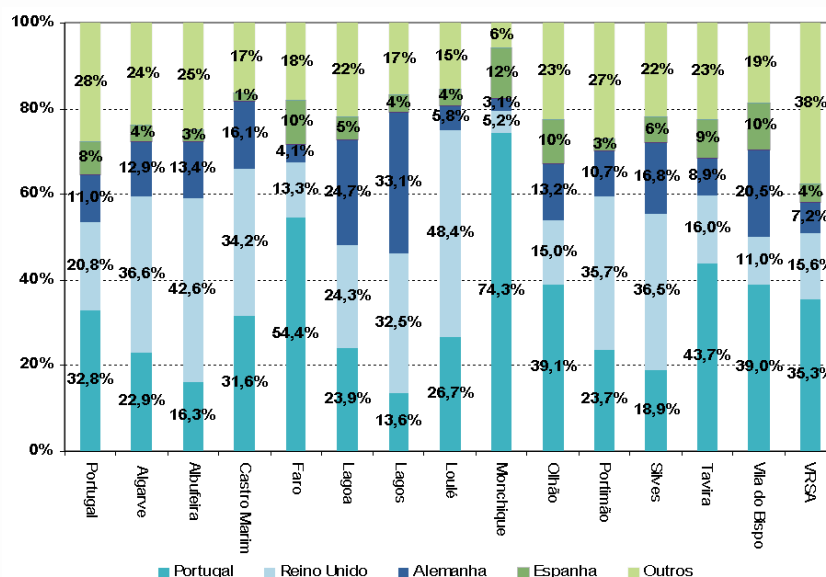


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h) e (2006a)

Da análise da preponderância de cada um dos principais mercados emissores de turistas nos concelhos da região, constantes no gráfico 2.9, ressaltam os seguintes principais resultados:

- Monchique, Faro e Tavira eram os concelhos do Algarve com a maior predominância relativa de turistas nacionais;
- Loulé, Albufeira e Silves apresentaram as mais elevadas importâncias relativas de dormidas geradas por hóspedes do Reino Unido;
- Os pesos relativos das dormidas dos turistas da Alemanha assumiam os maiores valores relativos nos concelhos de Lagos, Lagoa e Vila do Bispo;
- Monchique, Faro, Olhão e Vila do Bispo registaram pesos relativos das dormidas de turistas de Espanha comparativamente mais elevados que os restantes concelhos do Algarve.

Gráfico 2.9 – Distribuição das Dormidas por Países de Residência – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

Dado o carácter turístico que a região assume em termos nacionais não é de estranhar que a maior parte dos concelhos do Algarve apresente registos acima da média nacional em alguns dos principais indicadores que se encontram presentes na tabela 2.19. Essa situação sucede tanto na capacidade de alojamento por 1000 habitantes (13 dos 16 concelhos do Algarve), como no número de hóspedes por habitante (11 dos 16 concelhos), no número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e similares por 100 habitantes (11 dos 16 concelhos), ou ainda na estada média nos estabelecimentos hoteleiros e similares (10 dos 16 concelhos).

Tabela 2.19 – Ranking Concelhio por Indicador – 2005

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Estabelecimentos Hoteleiro	1	16	12	14	6	5	4	2	11	13	3	15	10	8	9	7
Capacidade de Alojamento	1	16	14	11	9	4	6	3	12	13	2	15	8	7	10	5
Dormidas	1	14	n.d.	11	9	4	7	3	12	13	2	n.d.	8	6	10	5
Hóspedes	1	14	n.d.	11	7	4	8	2	12	13	3	n.d.	9	6	10	5
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	1	16	12	9	13	3	6	5	11	15	2	14	10	8	7	4
Hóspedes por habitante	1	15	13	10	9	4	8	5	12	14	3	n.d.	11	7	6	2
Proporção de hóspedes estrangeiros	2	15	14	10	12	4	1	6	13	11	5	n.d.	3	9	7	8
Dormidas em estab. Hot. e sim. por 100 hab.	1	15	13	9	11	4	7	5	12	14	3	n.d.	10	6	8	2
Taxa de ocupação-cama (bruta) - Total	3	15	14	9	7	8	5	4	12	13	10	n.d.	1	6	11	2
Estada média no estabelecimento - Total	1	n.d.	13	5	14	4	6	8	12	10	3	n.d.	7	9	11	2
Estada média de hóspedes estrangeiros	4	n.d.	14	1	13	5	7	8	12	10	3	n.d.	6	9	11	2
% Dormidas por país de residência - Portugal	12	n.d.	n.d.	7	2	9	13	8	1	4	10	n.d.	11	3	5	6
% Dormidas por país de residência - Reino Unido	2	n.d.	n.d.	5	11	7	6	1	13	10	4	n.d.	3	8	12	9
% Dormidas por país de residência - Alemanha	6	n.d.	n.d.	5	12	2	1	11	13	7	8	n.d.	4	9	3	10
% Dormidas por país de residência - Espanha	11	n.d.	n.d.	13	3	7	9	10	1	4	12	n.d.	6	5	2	8
% Dormidas por país de residência - Outros	3	n.d.	n.d.	11	9	6	10	12	13	4	2	n.d.	7	5	8	1

Valores acima da média regional

Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a) e (2007h)

Faro, Silves e Vila do Bispo constituíram-se como os únicos concelhos do Algarve que apresentaram uma redução do número de estabelecimentos hoteleiros no período entre 1995 e 2005 (tabela 2.20). De entre os concelhos da região, Monchique, Olhão e Tavira foram aqueles onde mais cresceu o número de hóspedes com taxas de, 364,5%, 336,4% e 101,4%, respectivamente.

No período em análise o mercado nacional ganhou preponderância relativa na região do Algarve na medida em que somente o concelho de Olhão é que viu aumentar a proporção de hóspedes estrangeiros nos seus estabelecimentos, todos os demais registaram a situação oposta. Entre 1995 e 2005, o Algarve viu decrescer a permanência média dos turistas na região, sendo que 12 dos 14 concelhos analisados apresentaram uma quebra nas estadas médias.

Tabela 2.20 – Variação Percentual dos Indicadores no Período 1995 – 2005

Indicador	unid: %															
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Estabelecimentos Hoteleiro	26,3	n.d.	300,0	0,0	-8,3	39,1	26,7	1,7	40,0	33,3	0,0	n.d.	-9,1	6,7	-7,7	18,8
Capacidade de Alojamento	32,7	n.d.	186,5	-8,6	-6,2	38,2	55,2	-2,1	99,2	268,0	3,5	n.d.	16,9	23,7	9,5	46,0
Dormidas	15,7	n.d.	n.d.	-24,4	27,4	5,2	-6,0	4,7	302,6	615,1	-19,4	n.d.	-3,9	26,3	-32,8	25,9
Hóspedes	41,7	n.d.	n.d.	12,9	10,4	27,7	9,0	24,8	364,5	336,4	-1,7	n.d.	52,2	101,4	3,0	52,3
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	-10,9	n.d.	166,1	-7,7	-15,3	4,8	27,2	-22,2	115,7	221,6	-13,1	n.d.	6,6	19,0	9,9	23,5
Hóspedes por habitante	-4,9	n.d.	35,0	14,0	-0,3	-3,1	-10,7	-0,7	402,9	281,4	-17,4	n.d.	38,8	93,8	3,4	28,8
Proporção de hóspedes estrangeiros	-5,3	n.d.	-39,2	-31,6	-13,2	-20,5	-6,8	-6,7	-45,1	288,5	-21,0	n.d.	-25,2	-15,5	-32,4	-23,8
Dormidas em estab. Hot. e sim. por 100 hab.	-22,3	n.d.	10,6	-23,7	15,0	-20,2	-23,0	-16,8	336,0	524,9	-32,3	n.d.	-12,3	21,6	-32,6	6,5
Estada média no estabelecimento - Total	-18,8	n.d.	-16,9	-32,8	18,4	-17,7	-12,9	-15,4	-14,2	62,0	-18,3	n.d.	-37,0	-37,1	-33,7	-17,1
Estada média de hóspedes estrangeiros	-16,4	n.d.	-15,3	-15,1	21,2	-10,4	-11,7	-15,8	-29,0	139,2	-10,5	n.d.	-27,7	-40,2	-36,8	-16,0
% Dormidas por país de residência - Portugal	19,8	n.d.	n.d.	49,7	8,7	98,7	44,5	22,8	73,6	-56,2	104,8	n.d.	247,6	45,1	456,3	114,1
% Dormidas por país de residência - Reino Unido	11,4	n.d.	n.d.	-3,4	80,2	29,9	3,4	48,2	-74,9	n.d.	0,3	n.d.	30,0	-7,1	-31,7	-49,5
% Dormidas por país de residência - Alemanha	-32,1	n.d.	n.d.	-53,3	-63,7	-47,5	-32,2	-71,9	-66,7	266,5	-49,4	n.d.	-62,4	-69,7	-62,4	-62,9
% Dormidas por país de residência - Espanha	88,1	n.d.	n.d.	84,6	59,9	139,1	128,3	12,1	943,1	1228,5	114,3	n.d.	295,9	116,5	304,9	-2,8
% Dormidas por país de residência - Outros	-7,4	n.d.	n.d.	103,7	-27,5	10,1	94,9	-29,2	-77,3	256,7	-10,5	n.d.	8,3	17,5	-3,5	30,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (1997), (2006a) e (2007h)

## 2.6. Empresas

Os três principais pólos empresariais do Algarve localizavam-se em Faro, Loulé e Portimão, na medida em que nestes concelhos que encontravam-se, em 2005, o maior número de empresas, sociedades, pessoal ao serviço e volume de vendas regionais. Estes três concelhos representavam metade do emprego da região nas sociedades e 56% do volume de vendas regionais. Esta informação encontra-se evidenciada na tabela 2.21.

Tabela 2.21 – Dimensão do Parque Empresarial – 2005

Região/Concelho	Nº de Empresas (2005)	Nº de Sociedades (2005)	Pessoal ao serviço nas sociedades (2004)	Volume de Vendas nas sociedades (2004)
	Nº			milhares euros
Portugal	1.190.032	404.224	2.885.763	309.671.025
Algarve	64.456	18.697	97.731	6.803.076
Albufeira	7.053	2.189	14.138	727.267
Alcoutim	273	73	187	10.250
Aljezur	806	206	574	32.345
Castro Marim	771	191	677	43.858
Faro	8.603	2.685	14.902	1.541.085
Lagoa	3.398	1.120	6.185	373.380
Lagos	4.495	1.552	6.557	433.928
Loulé	11.514	3.667	18.809	1.324.165
Monchique	816	183	692	29.443
Olhão	5.828	1.091	5.625	390.848
Portimão	7.444	2.598	15.273	937.880
São Brás de Alportel	1.307	268	1.193	109.672
Silves	4.894	1.098	5.193	387.493
Tavira	3.519	793	3.434	195.779
Vila do Bispo	876	216	975	68.120
Vila Real de Santo António	2.859	767	3.317	197.565

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

No Algarve, em 2005, a proporção de emprego em sociedades anónimas assumia os maiores pesos relativos nos concelhos de Vila do Bispo, Albufeira e Faro, com 35,5%, 21,8% e 20,8%, respectivamente. Por seu turno, Albufeira, Lagoa e Vila do Bispo, eram os 3 concelhos do Algarve onde existia a maior percentagem de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras. O Algarve, comparativamente com as demais regiões do país revelava possuir, em 2005, algumas lacunas na proporção de emprego total em actividades TIC, sendo que na região, Aljezur, Faro e Olhão, eram os municípios com os maiores índices neste indicador. A taxa de constituição de sociedades atingiu os maiores valores em concelhos como Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, enquanto que Alcoutim, Castro Marim e Olhão foram aqueles onde se registaram os maiores níveis de dissolução de sociedades.

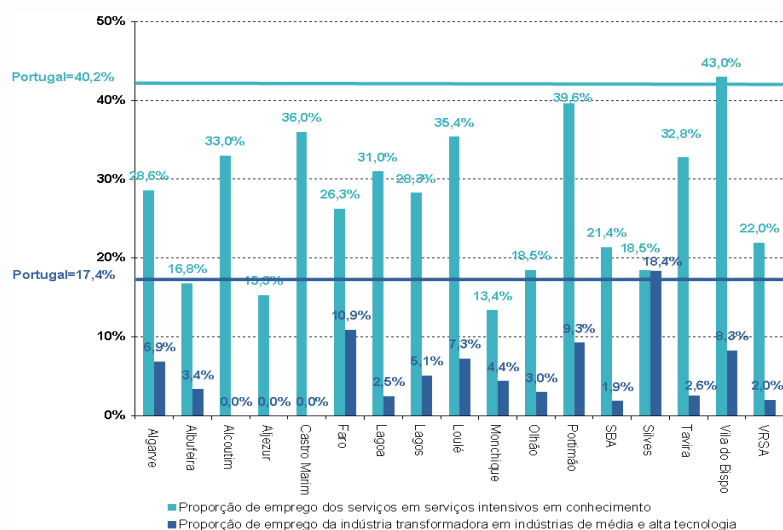
Tabela 2.22 – Indicadores das Empresas – 2005

Região	unid: %				
	Proporção de emprego em sociedades anónimas	Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	Proporção de emprego total em actividades TIC	Taxa de constituição de sociedades	Taxa de dissolução de sociedades
Portugal	31,0	6,9	3,3	5,5	4,3
Algarve	16,5	5,8	1,1	6,5	4,0
Albufeira	21,8	10,7	0,5	6,9	3,1
Alcoutim	3,7	-	-	4,1	10,3
Aljezur	-	2,3	1,9	5,8	4,8
Castro Marim	3,1	-	0,4	5,8	6,0
Faro	20,8	2,2	2,8	5,3	3,5
Lagoa	14,3	15,1	0,6	6,3	3,6
Lagos	11,5	1,9	0,5	6,6	3,8
Loulé	13,3	7,9	1,2	7,6	4,1
Monchique	5,2	0,6	-	2,2	3,6
Olhão	6,0	6,8	1,6	6,2	5,6
Portimão	20,6	2,9	0,9	5,9	3,8
São Brás de Alportel	4,2	4,2	0,4	7,1	3,1
Silves	18,5	0,9	0,6	6,6	3,5
Tavira	12,2	1,7	0,7	7,8	5,3
Vila do Bispo	35,5	23,1	0,7	6,9	4,0
Vila Real de Santo António	16,2	0,7	0,3	6,3	4,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

Os concelhos de Castro Marim, Portimão e Vila do Bispo dispunham, em 2005, de uma proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento acima do registo médio da região (28,6%), com valores de 43%, 39,6% e 36%. No que toca à proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia, Faro, Portimão e Silves destacaram-se no ano em causa por registaram os maiores valores, enquanto os concelhos de Alcoutim, Aljezur e Castro Marim não dispunham de qualquer emprego nestas condições.

Gráfico 2.10 – Indicadores de Inovação e Conhecimento nas Empresas Nacionais – 2005

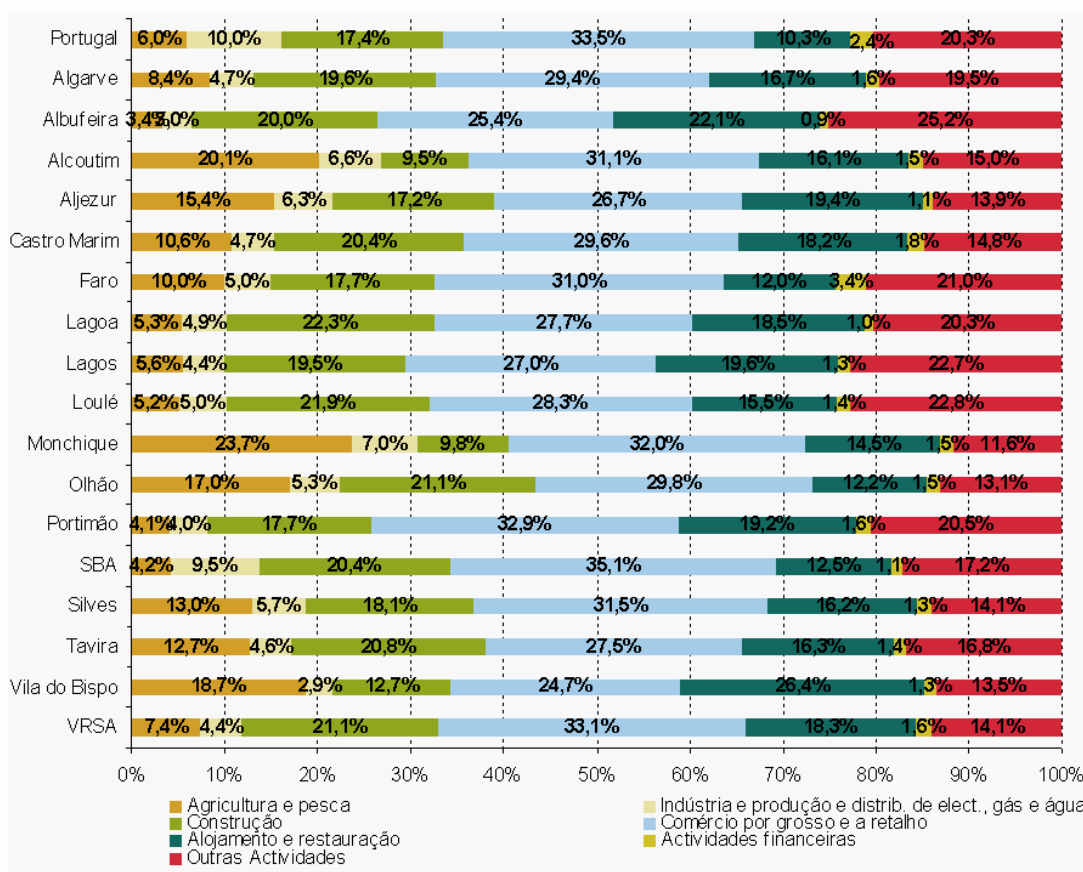


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

Da análise à distribuição das empresas pelos concelhos da região segundo a classificação das actividades económicas, em 2005, ressaltam os seguintes aspectos presentes no gráfico 2.11:

- Alcoutim, Monchique e Vila do Bispo apresentavam um peso relativo de empresas de “agricultura e pesca” acima do registo médio regional e nacional;
- Alcoutim, Monchique e São Brás de Alportel eram os 3 concelhos da região algarvia onde mais prevaleciam, em termos relativos, empresas do sector da “indústria e produção e distribuição de electricidade, gás e água”;
- Lagoa, Loulé e Vila Real de Santo António assumiam-se como os concelhos do Algarve com a maior predominância relativa de empresas do sector da “construção”;
- Monchique, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António registavam as mais elevadas importâncias relativas de empresas do sector do “comércio por grosso e a retalho”;
- Aljezur, Lagos e Vila do Bispo destacavam-se dos demais concelhos do Algarve por possuírem as maiores percentagens de empresas do sector do “alojamento e restauração”;
- Faro, Portimão e Vila Real de Santo António eram os municípios onde mais imperavam, em termos relativos, as empresas das “actividades financeiras”.

Gráfico 2.11 – Empresas Segundo a Classificação das Actividades Económicas – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

Os concelhos do Algarve, em 2005, tinham um défice comparativo com a realidade nacional em alguns dos indicadores da sua realidade empresarial (tabela 2.23). No Algarve somente o concelho de Vila do Bispo é que registava uma percentagem de emprego em sociedades anónimas acima da média nacional, enquanto que, por seu turno, nenhum concelho do Algarve registava uma percentagem de emprego



total em actividade TIC mais elevada do que a média de Portugal. Relativamente à proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento e à proporção de emprego da indústria transformadora em indústria de média e alta tecnologia, somente os concelhos de Vila do Bispo e de Silves, respectivamente, é que superavam o registo nacional. Um aspecto onde os concelhos da região se destacavam da realidade nacional era na taxa de constituição de sociedades, onde 13 dos concelhos do Algarve excederam o valor nacional.

Tabela 2.23 – Ranking Concelho por Indicador – 2005

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Nº de Empresas	4	16	14	15	2	9	7	1	13	5	3	11	6	8	12	10
Nº de Sociedades	4	16	13	14	2	6	5	1	15	8	3	11	7	9	12	10
Pessoal ao serviço nas sociedades	4	16	15	14	3	6	5	1	13	7	2	11	8	9	12	10
Volume de Vendas nas sociedades	4	16	14	13	1	8	5	2	15	6	3	11	7	10	12	9
% emprego em sociedades anónimas	2	14	n.d.	15	3	7	10	8	12	11	4	13	5	9	1	6
% emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	3	n.d.	8	n.d.	9	2	10	4	14	5	7	6	12	11	1	13
% emprego total em actividades TIC	10	n.d.	2	12	1	8	11	4	n.d.	3	5	13	9	6	7	14
Taxa de constituição de sociedades	4	15	12	13	14	8	6	2	16	10	11	3	7	1	5	9
Taxa de dissolução de sociedades	15	1	5	2	13	11	9	7	12	3	10	16	14	4	8	6
% emprego dos serviços em serv. intensivos em conhecimento	14	5	15	3	9	7	8	4	16	12	2	11	13	6	1	10
% emprego da indústria transf. em ind. de média e alta tecnologia	8	n.d.	n.d.	n.d.	2	11	6	5	7	9	3	13	1	10	4	12
% Emp. por sect. Act. - Agricultura e pesca**	16	2	5	8	9	12	11	13	1	4	15	14	6	7	3	10
% Emp. por sect. Act. - Ind. e prod.e distrib. de elect., gás e água**	15	3	4	10	8	9	13	7	2	6	14	1	5	11	16	12
% Emp. por sect. Act. - Construção**	8	16	13	7	12	1	9	2	15	3	11	6	10	5	14	4
% Emp. por sect. Act. - Comércio por grosso e a retalho**	15	6	14	9	7	11	13	10	4	8	3	1	5	12	16	2
% Emp. por sect. Act. - Alojamento e restauração**	2	11	4	8	16	6	3	12	13	15	5	14	10	9	1	7
% Emp. por sect. Act. - Actividades financeiras**	16	7	13	2	1	15	11	9	6	5	3	14	10	8	12	4
% Emp. por sect. Act. - Outras Actividades**	1	9	13	10	4	6	3	2	16	15	5	7	11	8	14	12

Valores acima da média regional

Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h) e (2006a)

Entre 1995 e 2005 os concelhos de Alcoutim e de Monchique foram os únicos a registar uma quebra no número de empresas, situação não verificada ao nível do número de sociedades (tabela 2.24). Aljezur, Lagoa e Loulé observaram um crescimento particularmente intenso na proporção de emprego total em actividades TIC na região, enquanto que Alcoutim, Castro Marim e Portimão apresentaram os maiores acréscimos no emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento. Ao nível da criação de novas sociedades, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António revelaram ser os únicos concelhos do Algarve a incrementarem a sua taxa de constituição de sociedades entre 2003 e 2005.

Tabela 2.24 – Variação Percentual dos Indicadores no Período 1995 – 2005

Indicador	unid: %																
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA	
Nº de Empresas	60,1	-3,9	23,2	14,7	21,6	25,9	35,6	42,7	-13,7	18,0	31,2	11,6	21,5	8,4	24,6	27,1	
Nº de Sociedades	84,9	143,3	59,7	112,2	47,7	54,5	68,7	90,0	39,7	55,4	54,6	68,6	53,6	69,4	62,4	70,4	
Pessoal ao serviço nas sociedades	80,5	85,1	56,4	119,8	40,8	47,2	95,1	83,5	-12,3	32,5	77,3	57,6	55,6	74,9	72,3	30,5	
Volume de Vendas nas sociedades*	72,7	34,1	79,3	206,2	70,7	52,8	155,2	76,4	20,5	54,4	75,5	69,0	31,7	111,5	104,4	59,2	
% emprego em sociedades anónimas**	-25,8	75,1	n.d.	-21,8	35,3	27,9	56,7	5,4	277,9	57,0	33,5	n.d.	-3,9	-19,1	23,4	-13,9	
% emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras**	328,9	n.d.	0,8	n.d.	-10,1	-4,2	111,3	0,3	n.d.	-14,0	-23,1	-40,2	-0,7	-33,0	44,7	-0,4	
% emprego total em actividades TIC**	14,0	n.d.	24,9	-72,6	-0,3	70,9	4,8	49,6	n.d.	-15,8	-16,7	2,6	-1,8	2,1	n.d.	-29,8	
Taxa de constituição de sociedades***	-35,3	-49,2	-53,0	-31,7	-34,8	-26,1	-17,0	-21,7	-54,9	-30,1	-25,5	-31,9	-25,1	-9,3	9,8	4,6	
Taxa de dissolução de sociedades***	35,0	162,7	n.d.	101,0	-33,5	-7,3	-7,6	52,5	418,4	-2,6	12,8	-23,8	-17,2	54,3	133,3	-1,8	
% emprego dos serviços em serv. intensivos em conhecimento**	-13,8	45,2	-15,1	36,9	5,1	-2,2	6,9	2,5	-7,0	2,4	88,7	-1,5	42,6	8,6	17,3	15,6	
% emprego da indústria transf. em ind. de média e alta tecnologia**	26,9	n.d.	n.d.	n.d.	-43,3	14,0	63,6	-11,2	2,7	1,3	19,4	n.d.	-38,3	148,3	n.d.	93,0	
% Emp. por sect. Act. - Agricultura e pesca**	-33,0	-5,3	-14,4	-23,6	-7,1	-21,9	-5,1	-41,5	-19,8	-14,7	-12,0	-29,9	-32,9	-21,5	-7,8	6,0	
% Emp. por sect. Act. - Ind. e prod.e distrib. de elect., gás e água**	-3,1	-7,1	3,9	-2,2	0,3	4,3	-0,4	-6,2	46,2	-0,9	2,1	-9,9	-1,4	2,1	0,4	-1,6	
% Emp. por sect. Act. - Construção**	-8,8	12,8	4,6	1,7	4,3	-11,7	-2,5	2,4	-11,5	13,6	2,8	3,9	0,4	-3,8	-8,2	-4,0	
% Emp. por sect. Act. - Comércio por grosso e a retalho**	-6,7	-11,4	0,3	-2,2	-5,8	-0,7	-10,9	-6,0	6,0	-8,2	-4,9	-10,1	4,0	-6,0	-4,6	-6,3	
% Emp. por sect. Act. - Alojamento e restauração**	-5,7	13,6	-8,3	-0,8	6,7	9,0	-2,3	3,2	9,8	6,1	6,9	27,9	16,2	9,4	7,7	4,6	
% Emp. por sect. Act. - Actividades financeiras**	-41,0	-13,3	-6,1	36,9	-27,3	-37,1	-32,3	-17,7	5,1	-29,4	-44,8	-52,7	-16,2	-12,3	-7,2	-15,0	
% Emp. por sect. Act. - Outras Actividades**	42,0	23,5	31,7	29,6	13,2	20,6	29,6	29,2	17,5	30,3	9,5	35,5	28,8	39,6	18,5	18,8	

\* Variação 1999-2005  
 \*\* Variação 2002-2005  
 \*\*\* Variação 2003-2005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2000), (2007h) e (2006a)

## 2.7. Mercado Monetário e Financeiro

No ano de 2005 o volume total de depósitos na região do Algarve atingia os 4.889.837 milhares de euros, dos quais 970.921 localizavam-se no concelho de Loulé, 876.510 em Faro e 560.753 em Portimão. Estes 3 concelhos eram igualmente aqueles nos quais constavam os mais elevados montantes da região de juros dos depósitos, de crédito concedido total, assim como, de crédito concedido à habitação (tabela 2.25).

Tabela 2.25 – Indicadores do Mercado Monetário e Financeiro – 2005

Região/Concelho	unid: milhares euros			
	Depósitos total	Juros de depósitos	Crédito concedido total	Crédito concedido a clientes no ano à habitação
Portugal	146.585.913	2.017.174	242.291.028	21.026.445
Algarve	4.889.837	52.117	6.129.480	882.963
Albufeira	427.136	3.826	677.439	101.011
Alcoutim	42.733	452	17.269	2.784
Aljezur	68.850	700	28.616	4.673
Castro Marim	32.422	371	17.769	3.894
Faro	876.510	9.773	1.848.333	213.599
Lagoa	200.424	1.574	255.452	39.232
Lagos	348.581	3.315	422.198	67.188
Loulé	970.921	10.487	824.382	126.790
Monchique	77.094	896	24.118	4.705
Olhão	285.131	3.159	315.859	48.783
Portimão	560.753	6.042	703.915	131.193
São Brás de Alportel	137.476	1.563	72.500	10.471
Silves	317.846	3.514	296.988	41.902
Tavira	263.454	3.219	321.285	47.260
Vila do Bispo	37.202	391	29.580	4.735
Vila Real de Santo António	243.306	2.836	273.778	34.743

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

De acordo com a informação da tabela 2.26, uma parte significativa do crédito concedido nos concelhos de Alcoutim (84%), Castro Marim (81%), Monchique (68,7%) e Vila do Bispo (68,2%), destinou-se ao crédito à habitação. Todavia quando se analisa o montante de crédito à habitação por habitante à cabeça da lista estão os concelhos de Faro (€ 10.684,2), Lagos (€ 9.446,1) e Albufeira (€ 9.191,5). Em 2005, em média cada habitante do concelho de Albufeira efectuou 147,8 operações na rede de caixas automáticas Multibanco, os residentes em Faro 120,7 operações e os habitantes de Portimão 108,3 operações, valores bastante acima dos observados nos concelhos de Monchique, Alcoutim e Castro Marim com valores de 24,4, 26,3, e 61,1 operações por habitante. Se os habitantes dos concelhos de Alcoutim e Monchique efectuaram levantamentos, em média, inferiores a um milhar de euros, já os habitantes de Albufeira, Faro, Portimão e Vila Real de Santo António excederam, em média, os 3 milhares na rede de caixas automáticas Multibanco.

Tabela 2.26 – Indicadores do Mercado Monetário e Financeiro – 2005

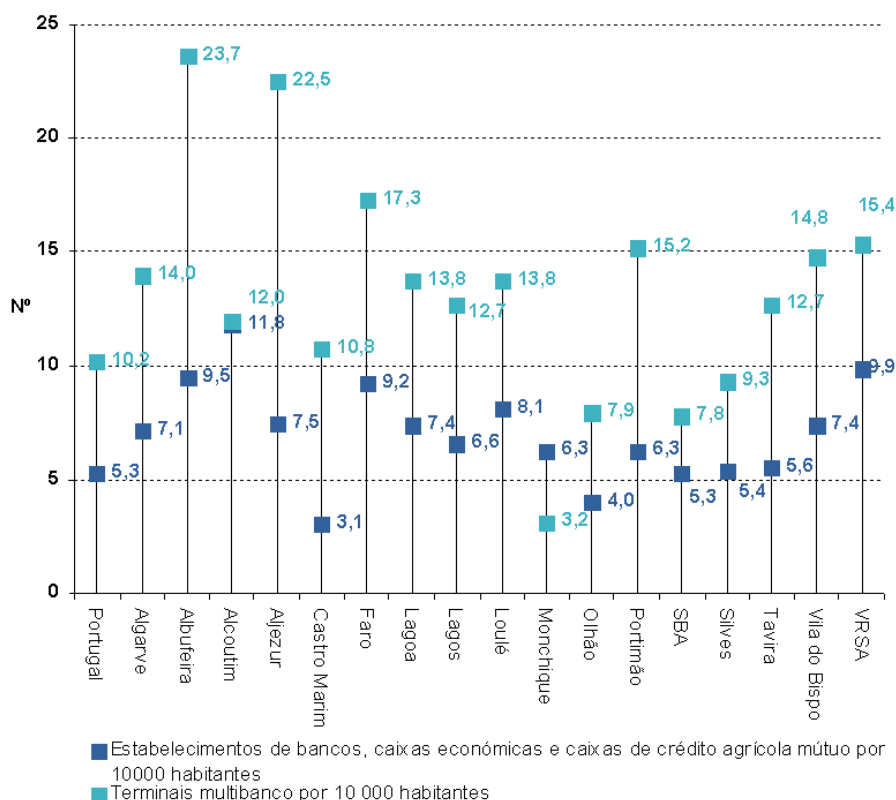
Região/Concelho	Taxa de crédito à habitação	Crédito à habitação por habitante	Rede de Caixa Automático Multibanco	
			Operações por habitante	Levantamentos nacionais por habitante
	%	€	Nº	€
Portugal	38,5	7.389,7	68,2	1.980,8
Algarve	48,7	6.820,4	91,3	2.677,0
Albufeira	51,3	9.191,5	147,8	3.833,6
Alcoutim	84,0	4.293,9	26,3	855,8
Aljezur	60,5	3.247,1	72,0	2.550,0
Castro Marim	81,0	2.217,0	61,1	2.122,1
Faro	37,3	10.684,2	120,7	3.236,6
Lagoa	58,9	6.550,0	67,9	1.971,9
Lagos	61,1	9.446,1	88,5	2.626,4
Loulé	44,0	5.786,5	91,4	2.959,6
Monchique	68,7	2.591,0	24,4	812,2
Olhão	61,3	4.549,9	64,1	1.833,4
Portimão	53,2	7.876,8	108,3	3.074,5
São Brás de Alportel	56,0	3.565,6	47,0	1.551,3
Silves	55,2	3.719,7	65,4	2.056,3
Tavira	48,6	5.148,8	69,3	2.155,6
Vila do Bispo	68,2	3.742,2	76,3	2.211,5
Vila Real de Santo António	54,2	8.148,6	101,7	3.518,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a) e (2007a)

Relativamente à oferta de estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo poderemos afirmar, tendo por base o gráfico 2.12, que os concelhos de Alcoutim, Vila Real de Santo António e Albufeira eram aqueles que, em 2005, se encontravam melhor servidos, apresentando os mais elevados rácios do número de estabelecimentos por cada 10.000 habitantes. Já no que concerne

aos terminais Multibanco, Albufeira, Aljezur e Faro situavam-se no topo dos concelhos com a mais elevada oferta por cada 10.000 habitantes.

Gráfico 2.12 – Número de Bancos e Terminais Multibanco por 10 000 Habitantes – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a) e (2007a)

Exceptuando o concelho de Faro, todos os demais concelhos do Algarve apresentaram, em 2005, uma taxa de crédito à habitação acima dos níveis médios nacionais, sendo que, no que respeita ao montante de crédito à habitação por habitante apenas em Albufeira, Faro, Lagos, Portimão e Vila Real de Santo António é que se observaram valores que ultrapassaram o registo médio nacional. Onze dos concelhos do Algarve possuíam, no ano em análise, um registo de levantamentos nacionais por habitante nas caixas automáticas que excediam os montantes médios dos demais concelhos do país. Através da análise da tabela 2.27 podemos ainda afirmar que a maioria dos concelhos do Algarve se encontrava comparativamente melhor servida, do que os seus congéneres nacionais, ao nível da oferta de estabelecimentos bancários e de terminais Multibanco.

Tabela 2.27 – Ranking Concelho por Indicador – 2005

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Taxa de crédito à habitação	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	16	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>11</b>
Crédito à habitação por habitante	<b>3</b>	10	14	16	1	6	2	7	15	9	5	13	12	8	11	4
Operações por habitante	<b>1</b>	15	<b>8</b>	13	<b>2</b>	10	<b>6</b>	<b>5</b>	16	12	<b>3</b>	14	11	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>4</b>
Levantamentos nacionais por habitante	<b>1</b>	15	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	12	<b>6</b>	<b>5</b>	16	13	<b>4</b>	14	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>2</b>
Depósitos total	4	14	13	16	2	10	5	1	12	7	3	11	6	8	15	9
Juros de depósitos	4	14	13	16	2	10	6	1	12	8	3	11	5	7	15	9
Crédito concedido total	4	16	13	15	1	10	5	2	14	7	3	11	8	6	12	9
Crédito concedido a clientes no ano à habitação	4	16	14	15	1	9	5	3	13	6	2	11	8	7	12	10
Bancos, cx. eco. e cx. de crédito agric. mútuo por 10000 hab.	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>2</b>
Terminais multibanco por 10 000 habitantes	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

Valores acima da média regional

Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a) e (2007a)

O montante de crédito à habitação por habitante registou os maiores acréscimos entre 1999 e 2005, nos concelhos de Alcoutim, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António, com valores superiores a 200% (tabela 2.28). Em termos de volume absoluto de depósitos totais, Alcoutim, Lagoa e Lagos foram os 3 concelhos do Algarve que apresentaram, entre 1995 e 2005, as maiores taxas de variação positivas. Os únicos concelhos do Algarve onde se verificou, no período em análise, um crescimento na oferta de estabelecimentos bancários foram Alcoutim, São Brás de Alportel e Tavira, sendo igualmente aqueles, a par de Castro Marim e Olhão, onde mais aumentou a oferta de terminais Multibanco.

Tabela 2.28 – Variação Percentual dos Indicadores no Período 1995 – 2005

Indicador	unid: %															
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Crédito à habitação por habitante*	137,1	235,7	121,0	111,0	71,5	26,0	163,6	173,9	52,9	140,3	131,6	704,9	133,0	160,9	126,2	217,8
Operações por habitante	82,7	241,3	121,6	129,5	89,3	107,7	80,5	59,4	94,1	107,6	82,2	67,6	104,6	127,5	181,5	64,2
Levantamentos nacionais por habitante	72,7	264,2	120,2	111,1	87,3	108,0	85,7	55,4	104,5	91,7	81,3	63,3	94,0	122,9	183,3	59,2
Depósitos total	124,9	234,7	81,0	50,4	41,6	107,9	125,9	91,3	57,9	44,1	64,8	67,7	63,6	89,7	94,6	82,4
Juros de depósitos	-65,6	-43,7	-74,0	-72,1	-74,4	-76,4	-66,5	-68,0	-76,6	-77,4	-70,6	-71,8	-73,3	-65,1	-70,0	-66,9
Crédito concedido total	289,5	357,3	77,9	414,0	137,4	321,3	522,9	518,6	124,6	398,9	232,3	51,4	297,0	765,6	579,2	118,3
Crédito concedido a clientes no ano à habitação	1209,1	487,3	1201,7	381,9	544,5	339,2	711,4	1306,7	609,7	652,9	628,2	1479,3	1246,5	1074,2	642,2	742,3
Bancos, cx. eco. e cx. de crédito agric. mútuo por 10000 hab.	-27,6	62,8	-7,0	-32,8	-9,5	-6,7	-25,6	-9,3	-28,4	-6,6	-20,6	6,7	-3,1	3,9	-19,6	-19,7
Terminais multibanco por 10 000 habitantes	69,8	146,6	178,7	76,7	52,0	61,7	59,3	17,3	-27,9	65,0	53,3	57,6	58,4	92,4	14,7	31,5

\* Variação 1999-2005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2000), (2006a) e (2007a)

## 2.8. Finanças Autárquicas

Dos 16 concelhos da região apenas 7 apresentaram, em 2005, uma situação orçamental superavitária, casos de Albufeira, Lagoa, Loulé, Portimão, São Brás de Alportel, Silves e Tavira tal como é evidenciado na tabela 2.29.

Tabela 2.29 – Situação Orçamental nas Autarquias – 2005

unid: milhares €

Região/Concelho	Receitas		Despesas		Saldo
	Correntes	Capital	Correntes	Capital	
Portugal	4.864.759,4	1.913.848,4	4.056.378,3	2.749.144,6	- 26.915,2
Algarve	378.323,4	103.351,0	291.396,4	191.325,3	- 1.047,3
Albufeira	53.909,1	14.914,7	38.555,3	20.396,1	9.872,4
Alcoutim	4.251,4	4.378,6	4.204,1	4.647,0	- 221,2
Aljezur	6.155,3	2.880,8	5.614,9	4.098,7	- 677,6
Castro Marim	9.148,6	3.778,1	6.573,0	9.257,5	- 2.903,7
Faro	27.058,7	7.827,9	23.319,8	15.343,3	- 3.776,4
Lagoa	28.990,8	4.389,5	19.166,9	13.872,1	341,3
Lagos	36.363,6	4.656,6	28.118,4	19.547,3	- 6.645,5
Loulé	75.043,9	21.591,4	53.972,1	35.370,6	7.292,7
Monchique	5.422,8	3.864,4	4.633,5	5.813,3	- 1.159,6
Olhão	18.104,3	5.561,2	17.256,6	7.455,7	- 1.046,8
Portimão	36.014,8	5.397,6	26.986,4	13.247,2	1.178,8
São Brás de Alportel	6.543,3	2.992,4	5.387,7	4.118,8	29,2
Silves	22.963,7	9.102,4	18.640,9	13.340,7	84,6
Tavira	22.631,8	5.895,2	17.991,6	8.926,1	1.609,3
Vila do Bispo	7.200,2	1.755,6	6.357,4	4.314,1	- 1.715,7
Vila Real de Santo António	18.521,2	4.364,5	14.617,8	11.576,7	- 3.308,9

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Em média, em 2005, cada autarquia do Algarve dispunha de € 1.156,2 de receita por cada habitante, sendo em que concelhos como Alcoutim, Castro Marim e Albufeira, o valor disponível era comparativamente superior, € 2.579,5, €1.994,8 e € 1.894,4, respectivamente (tabela 2.30). Em 6 dos concelhos do Algarve o montante de amortizações pagas pelas autarquias era inferior ao valor dos empréstimos contratualizados, resultando deste facto um endividamento anual por habitante positivo, casos dos concelhos de Castro Marim, Faro, Monchique, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António. Os concelhos do Algarve com a maior proporção de impostos no total das receitas obtidas foram, em 2005, as autarquias de Loulé, Portimão e Faro. Reflexo da fraca capacidade de gerar receitas fiscais nos seus territórios, os concelhos de Alcoutim e Monchique eram os únicos concelhos do Algarve que apresentam um índice de carência fiscal positivo de €66,9 e €15,6, respectivamente, por habitante.

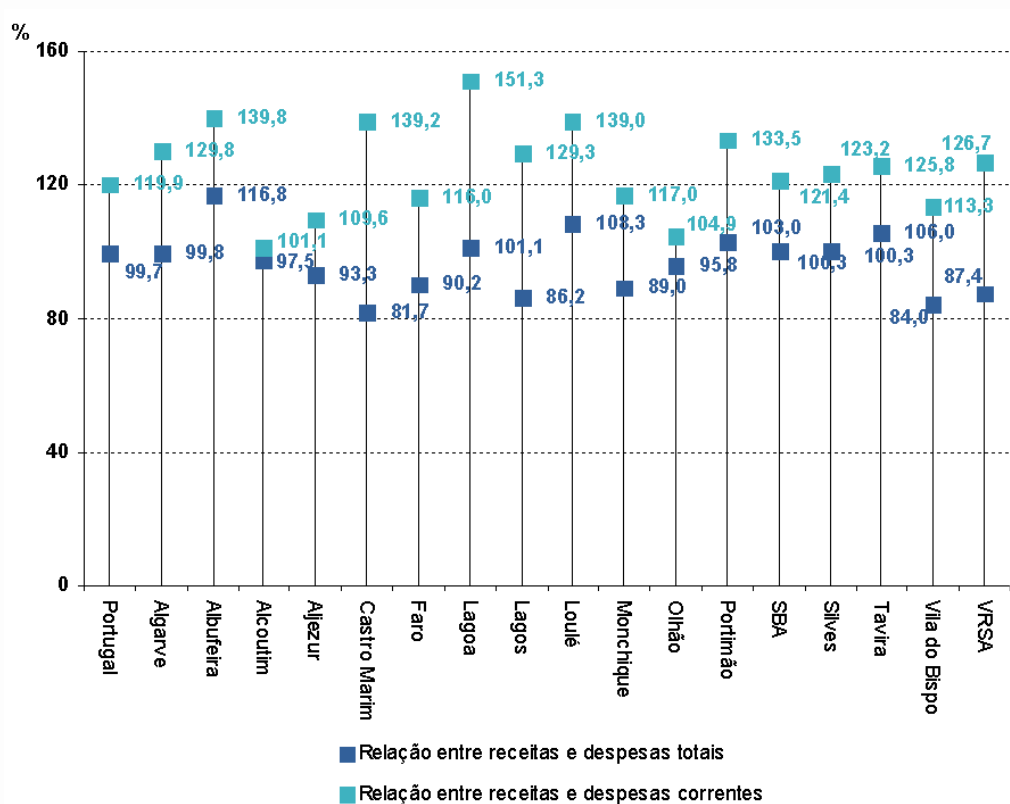
Tabela 2.30 – Indicadores das Autarquias – 2005

Região/Concelho	Receitas por habitante	Endividamento anual por habitante	Impostos no total de receitas	Índice de carência fiscal
	€	€	%	€ por hab.
Portugal	641,9	3,9	28,5	-
Algarve	1.156,2	10,9	41,5	- 317,6
Albufeira	1.894,4	- 6,9	40,1	- 603,9
Alcoutim	2.579,5	- 49,2	3,4	66,9
Aljezur	1.697,7	- 38,0	18,9	- 164,8
Castro Marim	1.994,8	224,2	23,0	- 303,5
Faro	595,8	66,3	48,1	- 90,2
Lagoa	1.435,7	- 12,4	42,1	- 449,1
Lagos	1.492,3	- 5,3	46,8	- 540,5
Loulé	1.532,2	- 12,4	55,3	- 691,6
Monchique	1.465,1	178,6	9,6	15,6
Olhão	552,7	26,5	32,4	- 23,4
Portimão	864,5	- 8,0	53,1	- 303,4
São Brás de Alportel	825,6	- 8,1	21,6	- 22,9
Silves	907,9	8,0	31,8	- 133,0
Tavira	1.130,1	- 48,8	39,9	- 290,4
Vila do Bispo	1.658,9	- 26,8	32,1	- 376,4
Vila Real de Santo António	1.255,1	18,5	28,9	- 207,2

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

A totalidade dos concelhos do Algarve apresentava, em 2005, uma relação superior a 100% no que respeita às receitas e despesas correntes, sendo particularmente evidente nos casos dos concelhos de Albufeira, Castro Marim, Lagoa e Loulé (gráfico 2.13). Todavia quando a análise incorpora também as receitas e despesas de capital, somente 7 dos concelhos consegue apresentar uma relação superior a 100%, tal como já havíamos concluído quando avaliámos a situação orçamental das autarquias.

Gráfico 2.13 – Indicadores das Autarquias – 2005

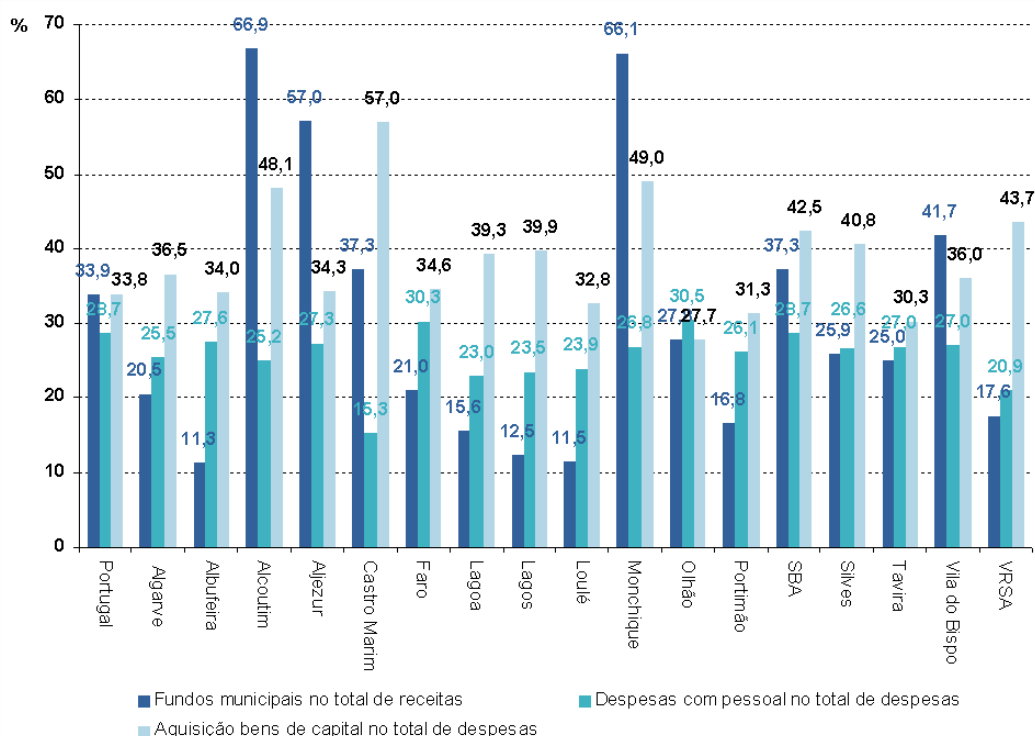


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Em 2005, Alcoutim, Aljezur e Monchique, consequência dos baixos níveis populacionais e das consequentes dificuldades em gerar receitas fiscais, eram os concelhos do Algarve que apresentavam as maiores proporções de fundos municipais no total das suas receitas, com pesos relativos superiores a 50% (gráfico 2.14). Olhão, Portimão e Tavira, foram os 3 concelhos do Algarve que, no mesmo ano, registaram as mais baixas percentagens de aquisições de bens de capital no total das despesas realizadas. As autarquias de Faro, Olhão e São Brás de Alportel eram aquelas onde as despesas com o pessoal mais peso relativo assumiam na estrutura total de despesas, com importâncias relativas em torno dos 30%.



Gráfico 2.14 – Indicadores das Autarquias – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Comparativamente com os demais concelhos do país, as autarquias do Algarve apresentavam um nível superior de receitas por habitante, situação apenas não verificada nos concelhos de Faro e Olhão (tabela 2.31). O Algarve e as suas autarquias, revelavam possuir uma capacidade de gerar receitas fiscais superiores à realidade média nacional, na medida em que somente 2 dos concelhos registavam um índice de carência fiscal acima do registo nacional. Por seu turno, 11 dos 16 concelhos do Algarve apresentaram uma proporção de impostos no total das receitas superior à média do país, enquanto apenas 6 concelhos da região estavam acima do registo nacional no que respeita à percentagem de fundos municipais no total das receitas. Somente Faro e Olhão é que apresentavam uma estrutura de despesas onde as despesas com pessoal estavam acima da importância relativa média nacional desta rubrica.

Tabela 2.31 – Ranking Concelho por Indicador – 2005

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Receitas Correntes	2	16	14	11	6	5	3	1	15	10	4	13	7	8	12	9
Receitas de Capital	2	10	15	13	4	9	8	1	12	6	7	14	3	5	16	11
Despesas Correntes	2	16	13	11	5	6	3	1	15	9	4	14	7	8	12	10
Despesas de Capital	2	13	16	9	4	5	3	1	12	11	7	15	6	10	14	8
Receitas por habitante	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>10</b>
Endividamento anual por habitante	8	16	14	<b>1</b>	<b>3</b>	12	7	11	<b>2</b>	<b>4</b>	9	10	<b>6</b>	15	13	<b>5</b>
Impostos no total de receitas	6	16	14	12	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	15	<b>8</b>	<b>2</b>	13	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>11</b>
Índice de carência fiscal	15	<b>1</b>	7	11	5	13	14	16	<b>2</b>	4	10	3	6	9	12	8
Relação entre receitas e despesas	<b>1</b>	8	10	16	11	5	14	<b>2</b>	12	9	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	15	13
Relação entre receitas e despesas correntes	<b>2</b>	16	14	<b>3</b>	12	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	11	15	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	13	<b>7</b>
Fundos municipais no total de receitas	16	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	10	13	14	15	<b>2</b>	<b>7</b>	12	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	11
Despesas com pessoal no total de despesas	4	11	5	16	<b>2</b>	14	13	12	8	<b>1</b>	10	3	9	7	6	15
Aquisição bens de capital no total de despesas	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	13	<b>2</b>	16	14	<b>5</b>	<b>6</b>	15	<b>9</b>	<b>4</b>

Valores acima da média regional

 Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Aljezur, Loulé, Portimão, Tavira e Vila do Bispo foram os únicos concelhos do Algarve a registar um acréscimo no nível de endividamento anual por habitante entre 1995 e 2005 (tabela 2.32). No período em análise Alcoutim, Castro Marim, Faro, Lagos e Portimão viram agravar a sua situação orçamental dado que apresentaram uma quebra na relação entre as receitas e as despesas. Todos os concelhos do Algarve registaram uma redução da importância relativa dos fundos municipais no total das receitas, situação particularmente evidente nos concelhos de Albufeira, Loulé e Tavira, com quebras de -55,8%, -63,8% e -64,3%, respectivamente.

Tabela 2.32 – Variação Percentual dos Indicadores no Período 1995 – 2005

Indicador	unid: %															
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Receitas Correntes	403,8	131,1	250,9	318,3	240,8	368,3	354,7	386,0	169,0	388,0	281,8	353,1	362,3	466,5	373,7	609,4
Receitas de Capital	878,0	207,3	175,4	314,3	344,8	272,3	236,7	728,2	236,6	303,0	262,7	317,9	317,0	254,1	153,7	314,5
Despesas Correntes	458,8	282,2	337,3	522,4	361,1	378,1	440,2	510,1	243,2	341,7	435,4	291,3	328,7	331,6	423,7	419,8
Despesas de Capital	297,0	258,8	131,6	333,0	657,7	288,2	461,5	238,4	152,5	118,5	188,2	401,7	250,8	297,8	203,2	480,3
Receitas por habitante	278,0	226,0	200,5	321,2	224,8	243,7	258,9	326,3	218,0	306,3	218,6	209,3	309,2	385,1	306,5	428,4
Endividamento anual por habitante	-67,9	-1660,7	1995,2	-1028,4	-839,2	-70,6	-74,5	262,7	-556,0	-630,2	221,2	-60,2	-157,8	96,5	20,2	-333,8
Impostos no total de receitas	-44,8	1,4	39,9	-23,1	-15,3	-31,9	-31,5	-17,5	-29,7	-8,5	-21,4	2,5	-0,9	33,4	25,8	-34,4
Relação entre receitas e despesas	15,0	-28,5	1,7	-15,8	-34,1	4,0	-20,1	15,8	2,7	37,7	-9,1	2,1	14,3	20,1	0,1	14,6
Relação entre receitas e despesas correntes	-9,8	-39,5	-19,8	-32,8	-26,1	-2,1	-15,8	-20,3	-21,6	10,5	-28,7	15,8	7,8	31,3	-9,5	36,5
Fundos municipais no total de receitas	-55,8	-26,8	-32,7	-46,7	-51,3	-59,0	-57,4	-63,8	-23,5	-57,0	-48,3	-52,7	-59,8	-64,3	-44,1	-64,1
Despesas com pessoal no total de despesas	-40,9	-28,7	-19,1	-43,0	-51,3	-47,8	-55,3	-40,0	-8,6	-35,4	-45,7	-45,0	-38,7	-50,4	-27,6	-61,4

\* A variação percentual apresentada referente a valores monetários encontra-se calculada a preços correntes.

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (1996), (1997) e (2007a)

## 2.9. Saúde

As principais infra-estruturas hospitalares da região do Algarve encontravam-se localizadas, em 2005, nos concelhos de Faro e de Portimão, apresentando estes concelhos os mais elevados valores no número de camas, salas de operação, consultas externas e número total de médicos disponíveis (tabela 2.33).

Tabela 2.33 – Indicadores do Parque Hospitalar – 2005

Região/Concelho	Hospitais				Centros de Saúde		Médicos
	Total	Camas	Salas de operação	Total de consultas externas	Total	Extensões	
Portugal	204	37330	757	11936987	379	1930	36138
Algarve	7	849	16	286919	16	68	1164
Albufeira	1	4	0	176	1	4	57
Alcoutim	0	0	0	0	1	4	5
Aljezur	0	0	0	0	1	3	6
Castro Marim	0	0	0	0	1	3	10
Faro	2	513	8	182362	1	7	452
Lagoa	0	0	0	0	1	5	52
Lagos	0	0	0	0	1	5	62
Loulé	0	0	0	0	1	11	106
Monchique	0	0	0	0	1	2	3
Olhão	1	8	0	0	1	3	61
Portimão	2	309	8	104381	1	2	229
São Brás de Alportel	0	0	0	0	1	0	18
Silves	1	15	0	0	1	7	26
Tavira	0	0	0	0	1	6	49
Vila do Bispo	0	0	0	0	1	4	3
Vila Real de Santo António	0	0	0	0	1	2	25

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Em 2005, Alcoutim, Monchique, Aljezur, Tavira e Vila do Bispo apresentavam os melhores rácios de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1.000 habitantes da região do Algarve (tabela 2.34). Por seu turno, Faro e Portimão, mercê da localização dos 2 principais hospitais da região apresentavam os mais elevados índices de internamentos por 1.000 habitantes, assim como do número de intervenções de grande e média cirurgia diárias.

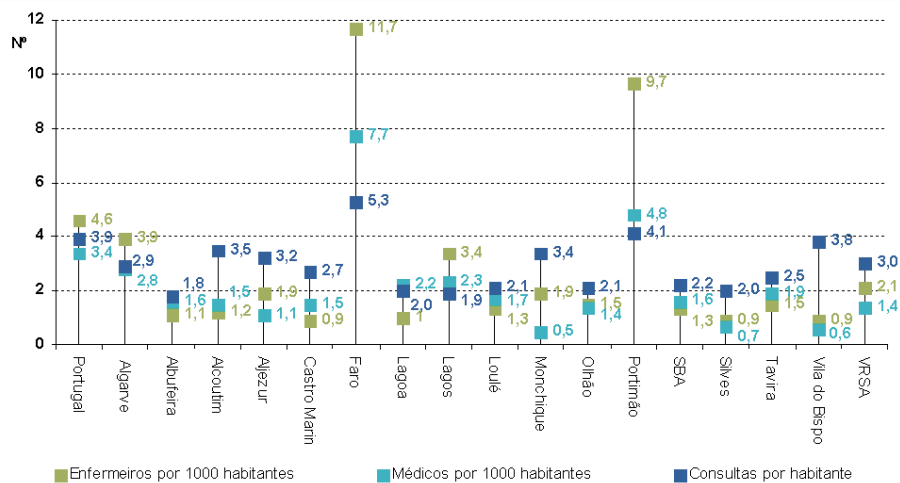
Tabela 2.34 – Indicadores de Saúde – 2005

Região/Concelho	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Internamentos por 1000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia	Taxa de ocupação (camas)
		Nº		%
Portugal	0,3	116,5	1938,8	75,5
Algarve	0,3	89,3	49,1	81,1
Albufeira	0,2	8,1	0	59,7
Alcoutim	0,6	0	0	0,0
Aljezur	0,4	0	0	0,0
Castro Marim	0,2	0	0	0,0
Faro	0,3	372,7	28,8	80,9
Lagoa	0,3	0	0	0,0
Lagos	0,3	0	0	0,0
Loulé	0,2	3,7	0	86,7
Monchique	0,5	22,1	0	55,5
Olhão	0,2	11,5	0	83,3
Portimão	0,3	278,9	20,3	81,4
São Brás de Alportel	0,2	9,9	0	99,2
Silves	0,3	6,5	0	81,6
Tavira	0,4	10,0	0	86,5
Vila do Bispo	0,4	0	0	0,0
Vila Real de Santo António	0,3	10,8	0	93,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Da análise ao gráfico 2.15 ressalta o facto dos mais elevados números de enfermeiros e médicos por cada 1.000 habitantes, no Algarve, situarem-se nos concelhos de Faro, Portimão e Lagos, encontrando-se no extremo oposto os municípios de Castro Marim, Silves e Vila do Bispo, no caso dos enfermeiros e Aljezur, Monchique e Silves na disponibilidade de médicos. Faro, Portimão e Vila do Bispo cotaram-se como os concelhos com maior número de consultas por habitante.

Gráfico 2.15 – Indicadores de Saúde – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Os concelhos do Algarve comparativamente com os restantes concelhos nacionais apresentavam algumas necessidades ao nível de alguns indicadores de saúde (tabela 2.35) em 2005. Por exemplo, no que se refere ao número de internamentos por cada 1.000 habitantes apenas 2 concelhos possuíam um valor médio acima do registo nacional, situação não verificada por nenhum município quando a análise incide sobre o número médio de intervenções de grande e média cirurgia por dia. As carências eram sobretudo evidentes quando analisamos os rácios do número de enfermeiros, médicos e consultas, por cada 1.000 habitantes e verificamos que somente 2 concelhos do Algarve figuram acima dos valores médios do país.

Tabela 2.35 – Ranking Concelho por Indicador – 2005

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Farmácias e postos farm. móveis por 1000 hab.	12	<b>1</b>	<b>3</b>	13	6	7	8	14	<b>2</b>	15	9	16	10	<b>4</b>	<b>5</b>	11
Internamentos por 1000 habitantes	8	11	12	13	<b>1</b>	14	15	10	3	4	<b>2</b>	7	9	6	16	5
Intervenções de grande e média cirurgia por dia	3	4	5	6	1	7	8	9	10	11	2	12	13	14	15	16
Taxa de ocupação (camas)	9	11	12	13	<b>8</b>	14	15	<b>3</b>	10	<b>5</b>	7	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	16	<b>2</b>
Enfermeiros por 1000 habitantes	12	11	5	14	<b>1</b>	13	3	9	6	7	<b>2</b>	10	15	8	16	4
Médicos por 1000 habitantes	7	9	13	10	<b>1</b>	4	3	6	16	11	<b>2</b>	8	14	5	15	12
Consultas por habitante	16	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	13	15	11	5	12	<b>2</b>	10	14	9	3	<b>7</b>

Valores acima da média regional

Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

No período entre 1995 e 2005 apenas 5 dos 16 concelhos do Algarve viram crescer a sua oferta de farmácias e postos farmacêuticos móveis, casos de Alcoutim, Castro Marim, Monchique, Olhão e Vila do Bispo (tabela 2.36). Para além de registarem níveis aquém dos registos nacionais, alguns concelhos do Algarve viram a sua situação agravar-se na década em análise, como seja as situações de Monchique, São Brás de Alportel e Silves no caso do número de médicos e Lagoa, Lagos, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António no que se refere ao número de consultas por habitante.

Tabela 2.36 – Variação Percentual dos Indicadores no Período 1995 – 2005

Indicador	unid: %															
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Farmácias e postos farm. móveis por 1000 hab.	-30,3	23,8	-0,9	30,9	-0,9	-24,4	-32,3	-37,2	14,5	6,9	-13,7	-19,1	-12,1	-2,8	8,4	-7,5
Internamentos por 1000 habitantes	0,3				16,0	-100,0	-100,0	29,9	-45,2	135,1	107,3	-45,1	-17,2	95,9		-0,2
Taxa de ocupação (camas)	-15,2				7,8	-100,0	-100,0	-6,2	-27,5	49,1	-5,2	0,9	5,2	-9,8		114,9
Médicos por 1000 habitantes	33,3	200,0	10,0	275,0	40,0	120,0	53,3	21,4	-37,5	27,3	71,4	-36,0	-22,2	72,7	100,0	27,3
Consultas por habitante	4,0	1,6	37,7	28,1	62,8	-18,6	-22,0	3,4	31,0	30,7	69,5	-8,6	5,4	14,9	38,9	-6,0

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (1996), (1997) e (2007a)

## 2.10. Protecção Social

Em média, em 2005, no Algarve existiam 25,6 beneficiários do rendimento social de inserção por cada 1.000 habitantes, valor todavia excedido em concelhos como Alcoutim, Castro Marim, Faro, Lagos, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António (tabela 2.37). Os concelhos de Albufeira, Portimão e Vila Real de Santo António foram aqueles que registaram o mais elevados índices de beneficiários de subsídio de desemprego da região, enquanto que Albufeira, Faro e Portimão se superiorizavam face aos demais municípios do Algarve no que se refere ao número de beneficiários de subsídios de doença.

Tabela 2.37 – Número de Beneficiários por 1000 Habitantes – 2005

Região/Concelho	Beneficiários por 1000 habitantes			
	Rendimento social de inserção	Subsídio de Desemprego	Abono de família a crianças e jovens	Subsídio de doença
Portugal	19,1	47,9	109,4	52,2
Algarve	25,6	48,2	116,4	39,4
Albufeira	14,9	65,6	130,8	43,9
Alcoutim	28,4	29,6	58,0	30,5
Aljezur	22,3	35,6	75,5	30,2
Castro Marim	30,4	44,0	84,1	29,3
Faro	30,8	43,2	113,9	44,9
Lagoa	23,3	52,9	118,1	39,9
Lagos	25,8	46,0	118,1	38,8
Loulé	20,2	39,6	123,8	39,3
Monchique	18,0	28,7	86,9	32,5
Olhão	32,6	42,6	131,9	41,1
Portimão	25,2	67,8	130,2	44,5
São Brás de Alportel	9,6	22,7	84,5	34,2
Silves	21,9	46,5	105,8	37,8
Tavira	33,9	40,8	94,1	26,3
Vila do Bispo	13,7	45,7	85,9	38,9
Vila Real de Santo António	46,4	64,8	118,1	31,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

Da análise ao nível médio das retribuições pagas pela segurança social constante na tabela 2.38, observa-se que, em 2005, os concelhos de Faro, Lagoa, Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António registavam os mais elevados valores médios anuais das pensões pagas. No extremo oposto encontravam-se alguns dos concelhos do barrocal e serra algarvia como sejam os casos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique e São Brás de Alportel.

Tabela 2.38 – Valor Médio das Retribuições Pagas – 2005

Região	Valor médio anual das pensões <small>unid: euros</small>			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Portugal	3779,1	3858,5	4379,5	2203,4
Algarve	3352,3	3621,7	3842,1	1997,2
Albufeira	3278,2	3724,1	3804,3	1953,0
Alcoutim	2916,0	3213,5	3217,3	1870,9
Aljezur	2942,6	3210,1	3292,1	1794,2
Castro Marim	3076,8	3664,2	3457,3	1899,3
Faro	3673,6	3744,3	4266,3	2116,2
Lagoa	3470,7	3691,1	3987,9	2007,0
Lagos	3385,7	3794,1	3866,1	1958,1
Loulé	3138,6	3416,8	3587,4	1941,4
Monchique	3015,6	3427,7	3311,3	1901,6
Olhão	3469,7	3550,8	4054,9	2091,1
Portimão	3707,8	3777,2	4283,8	2115,4
São Brás de Alportel	2961,0	3362,1	3362,9	1852,0
Silves	3204,9	3586,2	3649,5	1898,7
Tavira	3133,4	3552,9	3537,9	1944,0
Vila do Bispo	3227,5	3068,2	3696,4	1976,3
Vila Real de Santo António	3436,6	3687,2	4029,5	2036,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

No ano de 2005 existiam no Algarve 102.713 pensionistas, dos quais 13.816 residiam em Loulé, 13.766 em Faro e 12.092 em Portimão. Se a estes 3 concelhos juntarmos os concelhos de Olhão e Silves obtemos aproximadamente 60% dos pensionistas da região. Alcoutim, Aljezur e Monchique assumiam-se como os 3 concelhos do Algarve com a maior percentagem de pensionistas na sua população residente, com uma importância relativa próxima do 40% e no caso de Alcoutim superior mesmo a 50%.

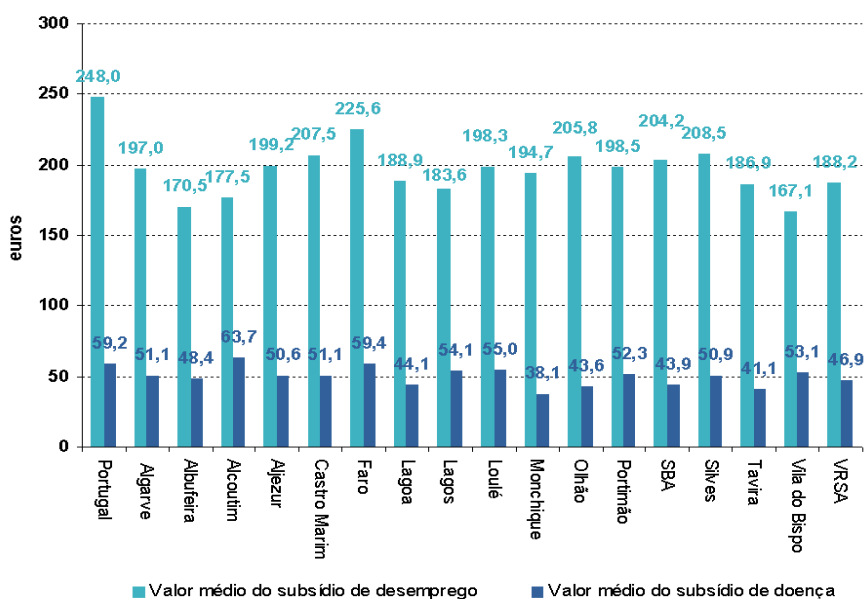
Tabela 2.39 – Número de Pensionistas – 2005

Região/Concelho	Pensionistas			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Portugal	2.758.895	318.635	1.755.347	684.913
Algarve	102.713	8.132	68.286	26.295
Albufeira	5.834	435	3.760	1.639
Alcoutim	1.905	89	1.390	426
Aljezur	2.089	119	1.489	481
Castro Marim	2.122	134	1.452	536
Faro	13.766	1.412	8.902	3.452
Lagoa	4.585	382	3.063	1.140
Lagos	6.717	505	4.540	1.672
Loulé	13.816	938	9.208	3.670
Monchique	2.695	166	1.950	579
Olhão	9.958	995	6.251	2.712
Portimão	12.092	1.104	8.034	2.954
São Brás de Alportel	2.692	174	1.802	716
Silves	10.449	754	7.069	2.626
Tavira	7.794	463	5.349	1.982
Vila do Bispo	1.508	88	1.041	379
Vila Real de Santo António	4.691	374	2.986	1.331

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

De entre os concelhos do Algarve, Faro, a par de Silves e Castro Marim eram os três concelhos da região com os mais elevados valor médios mensais do subsídio de desemprego, com valores de, respectivamente, € 225,6, € 208,5 e € 207,5 (gráfico 2.16). Já no que concerne ao subsídio de doença, os concelhos de Alcoutim, Faro e Loulé constituíam-se como aqueles cujos beneficiários mais auferem em cada um dos 14 meses.

Gráfico 2.16 – Valor Médio Mensal dos Subsídios – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

A grande maioria dos concelhos do Algarve (12 dos 16 concelhos) apresentava um número médio de beneficiários do rendimento social de inserção acima dos valores nacionais em 2005 (tabela 2.40). Já no que respeita ao subsídio de desemprego apenas 4 concelhos, Albufeira, Lagoa, Portimão e Vila Real de Santo António, é que exibiam índices médios superiores aos do país. Comparativamente com os restantes concelhos nacionais, todos os habitantes dos concelhos do Algarve auferiam um valor anual de pensões aquém dos registos médios, situação que se estende à retribuição média do subsídio de desemprego.

Tabela 2.40 – Ranking Concelho por Indicador – 2005

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Beneficiários - Rendimento social de inserção	14	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	13	<b>3</b>	<b>8</b>	16	<b>11</b>	<b>2</b>	15	<b>1</b>
Beneficiários - Subsídio de Desemprego	<b>2</b>	14	13	8	9	<b>4</b>	6	12	15	10	<b>1</b>	16	5	11	7	<b>3</b>
Beneficiários - Abono de família a crianças e jovens	<b>2</b>	16	15	14	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	11	<b>1</b>	<b>3</b>	13	9	10	12	<b>5</b>
Beneficiários - Subsídio de educação especial	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	8	4	1	2	n.d.	7	5	n.d.	<b>3</b>	n.d.	n.d.	6
Beneficiários - Subsídio de doença	<b>3</b>	13	14	15	1	5	8	6	11	<b>4</b>	2	10	9	16	7	12
Valor anual das pensões - Total	7	16	15	12	2	3	6	10	13	<b>4</b>	1	14	9	11	8	<b>5</b>
Valor anual das pensões - Invalidez	<b>4</b>	14	15	<b>7</b>	3	5	1	12	11	10	2	13	8	9	16	<b>6</b>
Valor anual das pensões - Velhice	7	16	15	12	2	5	6	10	14	<b>3</b>	1	13	9	11	8	<b>4</b>
Valor anual das pensões - Sobrevivência	8	14	16	12	1	5	7	10	11	<b>3</b>	2	15	13	9	6	<b>4</b>
Pensionistas - Total	8	15	14	13	2	10	7	1	11	5	3	12	4	6	16	9
Pensionistas - Invalidez	8	15	14	13	1	9	6	4	12	<b>3</b>	2	11	5	7	16	10
Pensionistas - Velhice	8	15	13	14	2	9	7	1	11	5	3	12	4	6	16	10
Pensionistas - Sobrevivência	8	15	14	13	2	10	7	1	12	4	3	11	5	6	16	9
Valor médio do subsídio de desemprego	15	14	<b>6</b>	<b>3</b>	1	10	13	8	9	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	2	12	16	11
Valor médio do subsídio de doença	10	<b>1</b>	9	<b>7</b>	<b>2</b>	12	4	<b>3</b>	16	14	<b>6</b>	13	8	15	5	11

Valores acima da média regional

Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2006a)

No período de 1995 a 2005 os acréscimos no valor anual das pensões (total) foi particularmente intenso no concelhos de Alcoutim, Faro, Loulé e Monchique, tendo os valores das pensões quase duplicado (tabela 2.41). Na década em análise 4 dos concelhos da região viram regredir o volume total de



pensionistas, casos de Alcoutim, Aljezur, Monchique e Vila do Bispo, sendo que em Alcoutim, Aljezur, Lagos e Monchique verificou-se igualmente uma redução do número de pensionistas por invalidez com reduções superiores a 25%.

Tabela 2.41 – Variação Percentual dos Indicadores no Período 1995 – 2005

Indicador	unid: %															
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
Valor anual das pensões - Total	98,0	93,4	97,0	91,7	93,6	90,5	89,5	94,7	98,8	90,9	89,5	85,6	92,1	86,5	93,8	89,2
Valor anual das pensões - Invalidez	89,2	98,6	90,4	104,0	68,0	89,5	91,9	85,8	102,8	85,8	84,9	74,7	85,0	96,8	71,1	98,5
Valor anual das pensões - Velhice	108,9	101,2	105,4	97,5	104,4	94,6	98,6	105,4	102,6	97,1	95,2	97,0	101,5	92,4	102,9	96,5
Valor anual das pensões - Sobrevivência	85,5	88,5	89,8	81,5	76,7	82,1	72,6	81,1	98,4	82,9	79,4	71,2	79,8	76,2	86,0	73,2
Pensionistas - Total	29,0	-12,7	-6,9	0,7	17,1	17,0	14,9	14,5	-4,5	14,2	24,6	7,9	1,9	4,1	-0,5	17,4
Pensionistas - Invalidez	29,5	-47,3	-48,0	-16,8	11,7	-18,9	-31,1	-0,2	-24,9	7,0	-7,6	-2,8	-19,9	-12,1	1,1	-3,4
Pensionistas - Velhice	19,3	-17,2	-7,7	-3,3	14,4	19,8	15,5	7,2	-6,9	10,7	25,3	-0,4	-2,0	-0,3	-7,1	13,8
Pensionistas - Sobrevivência	58,1	27,2	19,4	20,2	27,1	27,9	41,8	44,5	14,0	26,8	41,1	41,5	25,2	24,2	22,7	35,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (1997) e (2006a)

## 2.11. Educação

Os recursos humanos mais qualificados na região do Algarve encontravam-se nos concelhos de Faro, Lagos e Portimão, sendo estes os concelhos com a maior proporção de população com os dois mais elevados níveis de ensino (ensino superior e ensino secundário) tal como pode ser observado na tabela 2.42. Por seu turno, concelhos como Alcoutim, Aljezur e Monchique continuavam a ostentar níveis assinaláveis da população que não sabia ler nem escrever.

Tabela 2.42 – População segundo o nível de qualificação – 2001

Região/Concelho	População segundo nível de qualificação						Analfabetos (com 10 ou mais anos) Total
	Básico - 1º ciclo	Básico - 2º ciclo	Básico - 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior	
							%
País	27,3	13,5	13,5	10,8	0,6	6,4	7,9
Algarve	25,8	11,8	14,2	11,5	0,6	5,4	9,0
Albufeira	22,6	11,9	14,3	11,1	0,6	4,7	5,9
Alcoutim	32,3	13,0	8,9	5,9	0,4	2,3	31,4
Aljezur	26,3	12,0	11,1	8,2	0,6	3,5	19,0
Castro Marim	29,5	14,1	11,0	7,8	0,2	2,9	18,4
Faro	23,7	10,9	15,4	16,6	0,9	9,6	6,7
Lagoa	23,3	11,9	14,4	10,8	0,5	4,4	7,5
Lagos	24,0	11,3	14,2	11,5	0,9	5,9	7,9
Loulé	26,3	12,0	13,8	10,7	0,5	4,8	8,2
Monchique	32,8	13,8	12,5	7,4	0,3	2,8	20,9
Olhão	27,4	11,5	14,7	11,0	0,5	4,0	8,5
Portimão	24,5	11,9	15,9	12,1	0,7	6,1	7,4
São Brás de Alportel	27,0	9,7	11,5	9,6	0,5	5,2	7,3
Silves	27,1	11,7	13,8	9,7	0,5	3,7	12,0
Tavira	28,3	11,9	12,9	10,5	0,6	5,0	12,8
Vila do Bispo	28,2	14,0	12,9	9,3	0,5	3,5	13,3
Vila Real de Santo António	30,7	13,8	14,8	9,8	0,4	4,1	7,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

No ano lectivo de 2005/2006, o maior número de estabelecimentos de ensino encontrava-se localizado nos principais pólos populacionais da região, como sejam Faro, Loulé e Portimão (tabela 2.43). Destaque-se no entanto, o facto de todos os concelhos disporem de estabelecimentos de ensino do ensino básico, situação que já não sucede no caso do ensino secundário na medida em que as populações de estudantes de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Vila do Bispo tinham de se deslocar a outros concelhos para que os seus alunos pudessem frequentar este nível de ensino.

Tabela 2.43 – Número de Estabelecimentos de Ensino – 2005/2006

Região/Concelho	Educação pré-escolar	Ensino Básico			Ensino secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Nº					
Continente	6.440	9.449	1.078	1.421	839
Algarve	178	235	59	68	29
Albufeira	15	15	5	6	1
Alcoutim	2	2	2	2	-
Aljezur	3	3	1	1	-
Castro Marim	4	10	1	1	-
Faro	25	26	9	8	6
Lagoa	10	13	4	5	2
Lagos	12	16	2	5	3
Loulé	26	43	9	10	5
Monchique	2	6	1	1	1
Olhão	18	22	7	6	2
Portimão	22	16	6	8	4
São Brás de Alportel	4	8	1	1	1
Silves	13	23	5	6	2
Tavira	11	13	2	3	1
Vila do Bispo	4	9	1	1	-
Vila Real de Santo António	7	10	3	4	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Aproximadamente dois terços dos alunos matriculados na região do Algarve no ano lectivo de 2005/2006 residiam nos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e Portimão, sendo que no caso do ensino profissional esta percentagem atingia cerca de 90% (tabela 2.44).

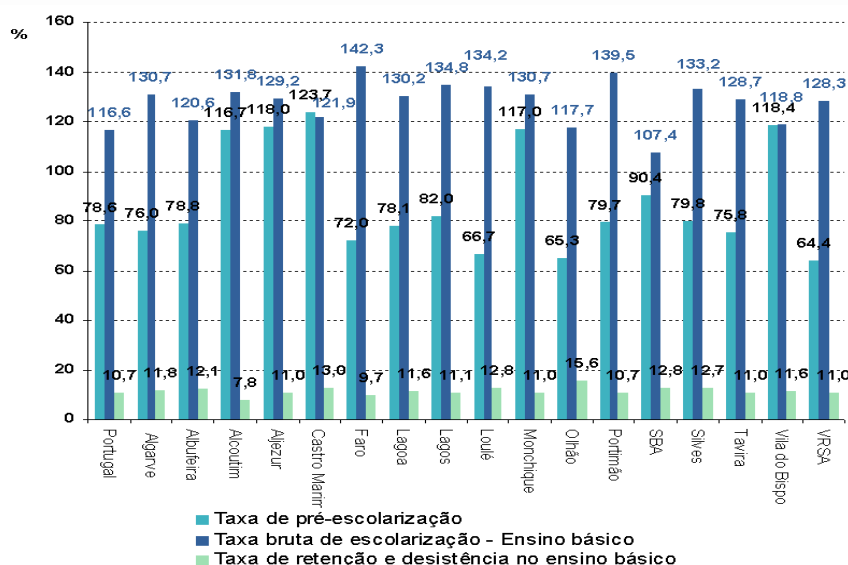
Tabela 2.44 – Número de Alunos Matriculados – 2005/2006

Região/Concelho	Educação pré-escolar	Ensino Básico			Ensino secundário	Ensino Profissional
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
Nº						
Portugal	262.002	495.628	256.252	393.354	347.400	39.210
Algarve	9.644	19.710	10.140	15.729	14.538	636
Albufeira	1.040	1.930	968	1.582	1.090	-
Alcoutim	63	87	53	63	-	-
Aljezur	118	184	100	145	-	-
Castro Marim	172	283	114	165	-	-
Faro	1.315	2.967	1.562	2.282	2.954	267
Lagoa	595	1.125	637	867	350	-
Lagos	725	1.505	644	1.181	1.168	-
Loulé	1.314	3.277	1.591	2.506	2.211	226
Monchique	124	195	99	212	60	-
Olhão	876	1.931	1.093	1.501	1.084	-
Portimão	1.339	2.386	1.269	1.925	2.595	74
São Brás de Alportel	284	449	224	354	336	-
Silves	710	1.410	765	1.205	789	69
Tavira	482	981	472	747	982	-
Vila do Bispo	122	185	124	145	-	-
Vila Real de Santo António	365	815	425	849	919	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

No ano lectivo de 2005/2006 os concelhos de Aljezur, Castro Marim e Vila do Bispo registaram as mais elevadas taxas de pré-escolarização da região (gráfico 2.17). O fenómeno da retenção e do abandono escolar foi comparativamente mais frequente nos concelhos de São Brás de Alportel, Castro Marim e Olhão com taxas de retenção e desistência no ensino básico entre os 12,8% e os 15,6%. Faro, Loulé e Portimão apresentaram no ano lectivo em análise a taxa bruta de escolarização do ensino básico com os rácios mais elevados.

Gráfico 2.17 – Indicadores de Educação - 2005/2006



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Quando comparamos os concelhos do Algarve com os seus congéneres nacionais observamos que a região algarvia apresenta um défice comparativo no nível médio das qualificações mais elevadas das suas populações (tabela 2.45). Assim, somente o concelho de Faro apresenta uma percentagem de população com ensino superior que excede a média nacional, ao passo que no nível secundário eram apenas 5 os concelhos (Albufeira, Faro, Lagos, Olhão e Portimão) que conseguiam tal feito. Todavia quando fazemos incidir a análise para os níveis mais elementares de escolarização o Algarve inverte a sua situação comparativa com a média nacional na medida em que eram 10 os concelhos em que a taxa de pré-escolarização se encontrava acima da média nacional, sendo que na taxa bruta de escolarização do ensino básico somente o concelho de São Brás de Alportel é que não conseguia atingir o registo médio do país.

Tabela 2.45 – Ranking Concelhio por Indicador – 2005/2006

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagos	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
% pop.com ens. Básico - 1º ciclo*	16	2	10	4	14	15	13	11	7	7	12	9	8	5	6	3
% pop.com ens. Básico - 2º ciclo*	11	5	6	7	15	9	14	7	3	13	10	16	12	8	2	4
% pop.com ens. Básico - 3º ciclo*	6	16	14	15	2	5	7	9	12	4	1	13	8	10	11	3
% pop.com ens. Secundário*	4	16	13	14	1	6	3	7	15	5	2	11	10	8	12	9
% pop.com ens. Médio*	5	14	4	16	1	11	2	7	15	12	3	8	10	6	9	13
% pop.com ens. Superior*	7	16	13	14	1	8	3	6	15	10	2	4	11	5	12	9
% Analfabetos (com 10 ou mais anos) - Total	16	7	3	4	15	11	10	9	2	8	13	14	7	6	5	12
Estabelecimentos - Educação pré-escolar	5	15	14	11	2	9	7	1	16	4	3	12	6	8	13	10
Estabelecimentos - Ens. Básico 1º ciclo	7	16	15	10	2	8	5	1	14	4	6	13	3	9	12	11
Estabelecimentos - Ens. Básico 2º ciclo	5	9	12	13	1	7	10	2	14	3	4	15	6	11	16	8
Estabelecimentos - Ens. Básico 3º ciclo	4	11	12	13	2	7	8	1	14	5	3	15	6	10	16	9
Estabelecimentos - Ens. Secundário	8	13	14	15	1	5	4	2	9	6	3	10	7	11	16	12
Alunos - Educação pré-escolar	4	16	15	12	2	8	6	3	13	5	1	11	7	9	14	10
Alunos - Ens. Básico 1º ciclo	5	16	15	12	2	8	6	1	13	4	3	11	7	9	14	10
Alunos - Ens. Básico 2º ciclo	5	16	14	13	2	8	7	1	15	4	3	11	6	9	12	10
Alunos - Ens. Básico 3º ciclo	4	16	14	13	2	8	7	1	12	5	3	11	6	10	15	9
Alunos - Ens. Secundário	5	13	14	15	1	10	4	3	12	6	2	11	9	7	16	8
Alunos - Ens. Profissional	5	5	5	5	1	5	2	5	5	3	5	4	5	5	5	5
Taxa de pré-escolarização	10	5	3	1	13	11	7	14	4	15	9	6	8	12	2	16
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	13	6	9	12	1	8	3	4	7	15	2	16	5	10	14	11
Taxa de retenção e desistência no ensino básico	6	16	10	2	15	7	9	3	11	7	14	4	5	12	8	13

Valores acima da média regional  
\* 2001

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

A generalidade dos concelhos do Algarve apresentou um acréscimo das qualificações médias das suas populações sendo que no período em análise todos os concelhos registaram uma quebra na percentagem de população somente com o 1º ciclo (tabela 2.46). Aljezur, Castro Marim, Loulé, Tavira e Vila do Bispo foram os concelhos da região que mais melhorias apresentaram nas qualificações dos seus recursos humanos, registando as maiores variações na percentagem de população com o ensino secundário entre os dois últimos momentos censitários. Reflexo da política recente de encerramento de estabelecimentos de ensino com menos de 10 alunos, assim como da tendência para o envelhecimento populacional verificaram-se quebras significativas, tanto no número de estabelecimentos, como no número de alunos, do 1º ciclo do ensino básico em concelhos como Alcoutim, Aljezur, Monchique, Silves e Tavira.

Tabela 2.46 – Variação Percentual dos Indicadores no Período entre os Seguintes Anos Lectivos 1998/1999-2005/2006

**unid: %**

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
% pop.com ens. Básico - 1º ciclo*	-37,2	-33,5	-37,5	-36,0	-35,2	-46,2	-38,4	-38,8	-29,8	-39,9	-37,4	-45,9	-38,6	-38,6	-41,9	-28,3
% pop.com ens. Básico - 2º ciclo*	23,5	38,9	20,9	29,3	8,7	17,9	18,7	31,5	56,4	6,5	28,3	17,2	20,8	16,8	15,6	35,1
% pop.com ens. Básico - 3º ciclo*	16,3	25,0	46,0	11,0	14,0	3,3	11,2	34,9	44,9	24,9	11,0	21,4	6,0	24,2	19,4	29,4
% pop.com ens. Secundário*	29,8	28,5	58,5	44,9	25,9	32,1	11,0	40,1	24,2	26,3	8,9	38,7	20,1	42,4	39,4	19,9
% pop.com ens. Médio*	-36,8	-1,4	-39,3	-49,5	-54,0	-44,9	-30,4	-53,1	-62,7	-56,6	-50,6	-43,0	-49,2	-44,4	-37,6	-55,9
% Analfabetos (com 10 ou mais anos) - Total	-35,9	-8,7	-25,6	-23,2	-8,8	-15,2	-30,3	-32,4	-22,7	-15,8	-26,7	-20,7	-29,2	-27,0	-21,5	-29,4
Estabelecimentos - Ens. Básico 1º ciclo	-6,3	-75,0	-57,1	11,1	-7,1	8,3	6,7	2,4	-45,5	10,0	-30,4	-20,0	-41,0	-45,8	0,0	-16,7
Estabelecimentos - Ens. Básico 2º ciclo	0,0	0,0	0,0	0,0	28,6	0,0	0,0	-10,0	-50,0	40,0	20,0	0,0	0,0	-60,0	0,0	50,0
Estabelecimentos - Ens. Básico 3º ciclo	0,0	100,0	0,0	0,0	14,3	0,0	66,7	11,1	0,0	0,0	14,3	0,0	20,0	50,0	0,0	100,0
Estabelecimentos - Ens. Secundário	0,0	-	-100,0	-	50,0	0,0	50,0	66,7	-	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Alunos - Ens. Básico 1º ciclo	20,7	-17,9	-6,1	14,6	3,4	-2,8	13,9	2,3	-27,8	-12,5	4,1	2,3	-4,0	2,1	-19,6	-4,2
Alunos - Ens. Básico 2º ciclo	14,7	0,0	-21,3	-43,6	21,7	-6,7	1,6	-19,2	-42,1	-3,2	7,1	-18,2	-10,0	-15,9	-10,1	29,2
Alunos - Ens. Básico 3º ciclo	17,5	-48,8	-4,6	-27,6	-1,5	-8,6	22,4	-1,6	-6,2	-13,4	0,2	-1,9	-11,7	-28,5	-24,5	43,7
Alunos - Ens. Secundário	10,3	-	-100,0	-	11,4	-36,6	-26,5	12,6	-	-22,5	6,5	21,7	-24,5	9,4	-	-8,6

\* Variação 1991-2001

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2000), (2007a), (2007h)

## 2.12. Ambiente

Em 2005 os concelhos de Albufeira, Lagos e Portimão eram aqueles que detinham as mais elevadas percentagens de populações servidas por sistemas de abastecimento de água, assim como por sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais, com valores relativos acima dos 95% (tabela 2.47). Todavia, em muitos dos concelhos do interior da região, como Alcoutim, Castro Marim, Monchique e Silves, ainda existiam franjas significativas da população que não dispunham de tais serviços. Em média, no ano em análise, cada habitante da região consumiu 90,4 m<sup>3</sup> de água, sendo que em concelhos como Albufeira, Lagoa ou Loulé os valores obtidos superaram em muito o registo médio. Apenas 5 dos concelhos do Algarve não tratavam a totalidade das suas águas residuais, casos de Lagoa, Monchique, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Tabela 2.47 – Indicadores de Ambiente – 2005

Região/Concelho	População servida por			Consumo de água residencial e dos serviços por habitante	Proporção de águas residuais tratadas
	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)		
	%			m3	%
Portugal	92,0	76,0	64,0	46,8	85,7
Algarve	93,0	84,0	79,0	90,4	93,7
Albufeira	99,0	95,0	95,0	130,1	100,0
Alcoutim	87,0	50,0	50,0	40,5	100,0
Aljezur	96,0	88,0	88,0	75,1	100,0
Castro Marim	80,0	78,0	78,0	105,7	100,0
Faro	90,0	85,0	85,0	77,4	100,0
Lagoa	98,0	78,0	73,0	144,3	65,3
Lagos	100,0	98,0	98,0	107,0	100,0
Loulé	90,0	78,0	78,0	158,0	100,0
Monchique	75,0	68,0	35,0	31,6	87,3
Olhão	96,0	89,0	80,0	46,8	82,0
Portimão	100,0	99,0	99,0	64,3	100,0
São Brás de Alportel	96,0	73,0	73,0	46,6	100,0
Silves	85,0	65,0	60,0	46,6	95,0
Tavira	88,0	73,0	70,0	59,6	100,0
Vila do Bispo	95,0	90,0	90,0	80,3	100,0
Vila Real de Santo António	95,0	87,0	25,0	84,6	22,3

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Os municípios do Algarve registavam, em 2005, situações bastante distintas no que se refere às despesas realizadas em matéria de ambiente (tabela 2.48). Se autarquias como Castro Marim, Lagoa e Vila Real de Santo António apresentavam valores médios de despesa na gestão de águas residuais, por cada 1.000 habitantes superiores a € 100.000, outros municípios como, Olhão, São Brás de Alportel ou Vila do Bispo não iam além dos € 16.000. As preocupações para com a protecção da biodiversidade e da paisagem atingiu uma maior expressão monetária nos concelhos de Aljezur, Loulé e Vila do Bispo.

Faro, Portimão e Tavira, mercê da atribuição de competências em matérias de ambiente a empresas municipais não registavam qualquer despesa em ambiente.

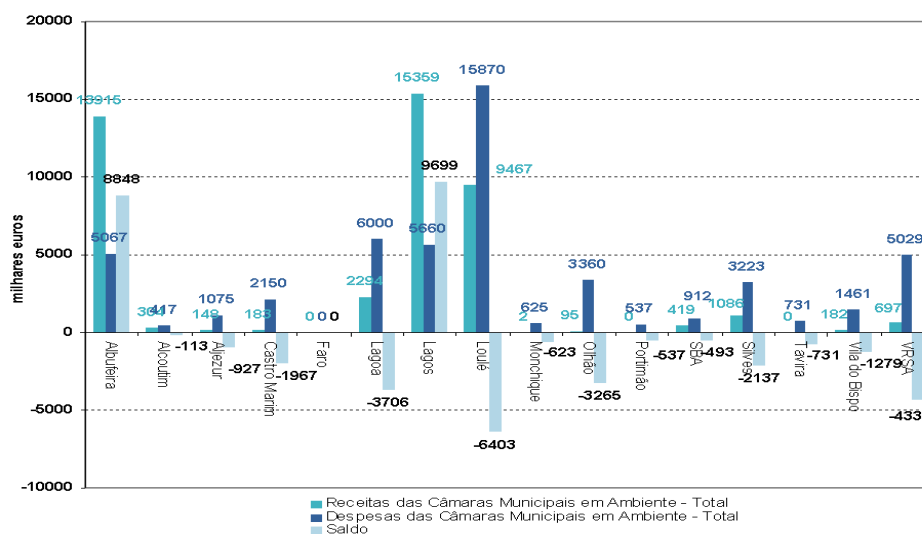
Tabela 2.48 – Despesas dos Municípios em Ambiente por 1000 Habitantes – 2005

Região/Concelho	Despesas dos municípios por 1 000 habitantes		
	Gestão de águas residuais	Gestão de resíduos	Protecção da biodiversidade e da paisagem
Portugal	17.384,8	35.495,7	5.791,5
Algarve	50.638,6	55.438,9	15.750,5
Albufeira	67.256,4	73.645,8	-
Alcoutim	111.105,7	12.288,8	-
Aljezur	99.219,7	29.911,6	72.680,1
Castro Marim	255.923,9	70.332,4	2.116,2
Faro	-	-	-
Lagoa	106.139,4	155.184,0	-
Lagos	78.040,2	119.620,2	9.724,1
Loulé	93.180,7	105.721,5	37.362,4
Monchique	42.814,3	35.739,0	18.904,6
Olhão	15.541,4	41.622,3	21.818,9
Portimão	-	-	10.010,6
São Brás de Alportel	7.323,2	51.097,5	21.256,2
Silves	39.126,3	41.937,9	10.726,7
Tavira	-	-	29.024,0
Vila do Bispo	4.552,0	143.273,3	118.530,3
Vila Real de Santo António	174.292,5	75.931,7	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

No Algarve apenas os municípios de Albufeira e de Lagos é que apresentavam, em 2005, uma situação orçamental superavitária em matéria de despesas com ambiente (gráfico 2.18). Por seu turno, Lagoa, Loulé e Vila Real de Santo António registaram défices orçamentais superiores a € 3.700 milhares de euros.

Gráfico 2.18 – Situação Orçamental dos Municípios em Matéria de Ambiente – 2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

A maioria dos municípios do Algarve, em comparação com os demais municípios nacionais, apresentavam uma proporção de população servida, seja por sistemas de abastecimento de água, seja por sistemas de drenagem de águas residuais, ou ainda por ETAR, acima da realidade média nacional (tabela 2.49). Dos 16 concelhos do Algarve, 12 registavam, em 2005, um consumo de água residencial e dos serviços por habitante superiores ao nível médio do país. Finalmente, importa ainda destacar o facto da maior parte dos concelhos da região algarvia registarem montantes de despesa dos municípios em matéria de ambiente igualmente superiores aos valores médios de Portugal.

Tabela 2.49 – Ranking Concelhio por Indicador – 2005

Indicador	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
% pop. servida por sist.de abastecimento de água	3	13	5	15	10	4	1	10	16	5	1	5	14	12	8	8
% pop. servida por Sist. de drenagem de águas residuais	3	16	6	9	8	9	2	9	14	5	1	12	15	12	4	7
% pop. servida por ETAR	3	14	5	8	6	10	2	8	15	7	1	10	13	12	4	16
Consumo de água residencial e dos serviços por hab.	3	15	9	5	8	2	4	1	16	12	10	13	14	11	7	6
Proporção de águas residuais tratadas	1	1	1	1	1	15	1	1	13	14	1	1	12	1	1	16
Desp. dos munic. por 1000 hab. - Gestão de águas residuais	8	3	5	1	14	4	7	6	9	11	14	12	10	14	13	2
Desp. dos munic. por 1000 hab. - Gestão de resíduos	6	13	12	7	14	1	3	4	11	10	14	8	9	14	2	5
Desp. dos munic. por 1000 hab. - Prot. da biod. e da paisagem	12	12	2	11	12	12	10	3	7	5	9	6	8	4	1	12
Receitas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	2	8	11	9	13	4	1	3	13	12	13	7	5	13	10	6
Despesas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	4	15	10	8	16	2	3	1	13	6	14	11	7	12	9	5
Saldo orçamental em Ambiente	2	4	9	11	3	14	1	16	7	13	6	5	12	8	10	15

Valores acima da média regional

Valores a **negrito e itálico** estão acima da média nacional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007a)

Alcoutim, Castro Marim e Loulé foram os 3 concelhos do Algarve que mais esforços desenvolveram entre 1998 e 2005 no sentido de incrementar a percentagem de população servida por sistemas de abastecimento de água (tabela 2.50). Também Castro Marim, Loulé e Faro revelaram ser as autarquias que mais investimentos realizaram no sentido de aumentar a proporção de populações abrangidas por ETAR. Dos concelhos do Algarve, Loulé e Silves foram aqueles que mais verbas gastaram por cada 1.000 habitantes nas várias despesas em matéria de ambiente.

Tabela 2.50 – Variação Percentual dos Indicadores 1998-2005

Indicador	unid: %															
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	SBA	Silves	Tavira	Vila do Bispo	VRSA
% pop. servida por sist.de abastecimento de água	0,0	335,0	4,4	33,3	4,7	8,9	2,0	25,0	7,1	2,1	0,1	9,7	6,3	10,0	0,0	-5,0
% pop. servida por Sist. de drenagem de águas residuais	5,6	0,0	3,5	27,9	3,7	4,0	10,1	56,0	1,5	1,1	2,1	21,7	8,3	12,3	12,5	2,4
% pop. servida por ETAR	5,6	42,9	3,5	27,9	112,5	-2,7	10,1	56,0	29,6	3,9	12,5	21,7	20,0	7,7	12,5	25,0
Desp. dos munic. por 1000 hab. - Gestão de águas residuais	-32,3	n.d.	771,8	n.d.	-100,0	139,1	0,4	234,8	n.d.	n.d.	-100,0	-6,4	n.d.	-100,0	-34,4	n.d.
Desp. dos munic. por 1000 hab. - Gestão de resíduos	1390,0	n.d.	n.d.	n.d.	-100,0	2138,6	358,1	3003,5	n.d.	n.d.	-100,0	n.d.	83015,9	n.d.	n.d.	n.d.
Desp. dos munic. por 1000 hab. - Prot. da biod. e da paisagem	-100,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-100,0	391,4	2418,9	n.d.	n.d.	1143,0	n.d.	241,9	1162,2	n.d.	n.d.
Receitas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	437,9	n.d.	162,4	n.d.	-100,0	144,9	543,2	476,2	n.d.	n.d.	-100,0	562,1	957,0	-100,0	384,0	n.d.
Despesas das Câmaras Municipais em Ambiente - Total	87,5	587,2	150,8	258,4	-100,0	107,6	163,7	110,5	n.d.	292,2	-91,8	151,6	-5,2	-37,3	-24,1	192,4
Saldo orçamental em Ambiente	-7792,7	86,2	149,0	227,9	-100,0	89,8	3915,9	8,6	n.d.	281,1	121,5	64,8	-35,2	-7,0	-32,3	151,9

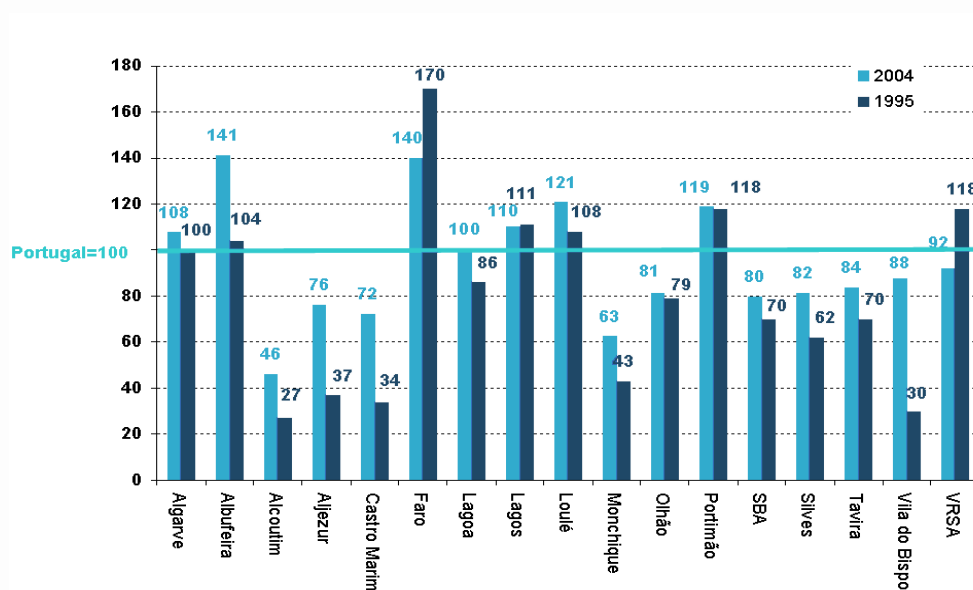
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (1999) e (2007a)



## 2.13. Poder de Compra

Entre 1995 e 2004 o Algarve apresentou um acréscimo no indicador de poder de compra *per capita* tendo ultrapassado em 2004 o valor médio nacional. Esta tendência foi acompanhada por 13 dos 16 concelhos da região, excepção feita ao concelho de Faro, Lagos e Vila Real de Santo António o que se traduziu numa quebra da qualidade de vida das suas populações.

Gráfico 2.19 – Indicador de Poder de Compra *per capita* – 1995, 2004



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE (2007h)

## 2.14. Agrupamento de concelhos do Algarve

Através da análise dos diferentes pontos deste capítulo foi possível verificar que os concelhos do Algarve manifestam diferenças importantes entre si no conjunto dos diversos temas e indicadores estudados. Nas páginas seguintes propõe-se um exercício de classificação dos concelhos da região do Algarve. Pretende-se por esta via identificar as principais diferenças existentes entre os diferentes municípios, ao mesmo tempo que se procurará definir o perfil característico dos grupos criados. Para este efeito será utilizada num primeiro momento a Análise Factorial e posteriormente a Análise de Clusters.

### 2.14.1. Variáveis de Análise (Análise Factorial)

Tendo por base o conjunto dos indicadores analisados nos vários temas apresentados foi constituída uma base de dados caracterizadora dos 16 concelhos do Algarve para o ano de 2005<sup>2</sup>. Dado o elevado

<sup>2</sup> Alguns indicadores referem-se ao ano de 2001, data do último recenseamento geral da população e da habitação do INE.

número de indicadores envolvidos optou-se pelo recurso à análise factorial no exercício de classificação dos concelhos do Algarve.

A análise factorial é frequentemente utilizada com o propósito de reduzir a complexidade na interpretação e compreensão dos resultados, ao mesmo tempo que elimina o risco de colinearidade entre as variáveis.

Num dos métodos mais frequentemente utilizados, a análise factorial em componentes principais (AFCP), identificam-se sucessivas combinações lineares – as denominadas componentes principais – a partir das  $p$  variáveis originais as quais captam variância máxima e não se encontram correlacionadas com as demais combinações. As componentes obtidas (ou os  $n$  factores) apresentam diferentes contribuições para a explicação das variáveis originais, sendo que as mesmas são hierarquizadas de acordo com a sua capacidade explicativa da variância total presente nos dados originais. Genericamente, podemos descrever o modelo da AFCP do seguinte modo

$$F_m = X_1W_{m1} + X_2W_{m2} + \dots + X_mW_{mm}$$

onde  $F_m$  : representa o  $m$ -ésimo factor derivado/latente ( $m = 1, 2, \dots, p$ ),  $X_i$  ( $i = 1, \dots, m$ ) os valores das  $m$  variáveis originais e  $W_{mi}$  a contribuição ou peso da variável  $X_i$  para a formação do factor  $F_m$ .

A utilização desta análise suscitou a avaliação de dois cenários distintos. Por um lado, poder-se-ia utilizar o conjunto alargado dos indicadores na análise factorial e determinar as componentes principais, ou, num segundo cenário, aplicar a análise factorial a cada um dos temas individualmente. Dado o reduzido número de observações (somente 16), face ao número de variáveis (mais de 60) e aos consequentes problemas existentes no cálculo dos indicadores de bondade da análise factorial e, por outro lado, ao desejo de atribuir o mesmo peso a cada um dos temas na análise a efectuar, optou-se por realizar a análise individualmente a cada um dos temas estudados.

#### 2.14.1.1 Selecção das variáveis de análise

A selecção dos indicadores (variáveis) originais a submeter na análise em cada um dos temas foi precedida do cálculo de uma matriz de correlações para todas as variáveis observadas. Não foram incluídos na AFCP os indicadores cujos coeficientes de correlação (Pearson) apresentaram valores manifestamente baixos, demonstravam ser redundantes ou cujo poder explicativo não era evidenciado na análise factorial. Excluíram-se ainda os indicadores que não registassem valores em alguns concelhos ou não evidenciassem diferenças significativas entre os vários concelhos.

Sobre a selecção dos indicadores (variáveis) para análise, importa ainda destacar que os mesmos foram previamente estandardizados por se encontrarem medidos em escalas diferentes e porque se pretendeu garantir que todas as variáveis contribuíssem de igual modo para a solução definida (Reis, 1997). Uma vez conhecida a média ( $\mu$ ) e o desvio-padrão ( $\sigma$ ) de cada variável a sua estandardização consistiu na transformação em novas variáveis, usando a transformação

$$Z = \frac{(X - \mu)}{\sigma}$$

que possui média nula e desvio-padrão unitário.

Foi seleccionado um total de 55 variáveis referentes a 11 temas tal como pode ser verificado na tabela 2.51:

Tabela 2.51 – Indicadores seleccionados para a Análise Factorial

Tema	Indicador
<b>Ambiente</b>	Consumo de água residencial e dos serviços por habitante
	Proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água
	Proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais
	Proporção de população servida por ETAR
	Despesa por habitante na gestão de águas residuais
<b>Construção e Habitação</b>	Indicador de conforto (dos alojamentos)
	Nº médio de pavimentos por edifício
	Valor médio dos prédios urbanos transaccionados
	Densidade de Alojamentos
	Densidade de Edifícios
	Encargos médios mensais com alojamentos familiares clássicos
	Nº médio de alojamentos por pavimento
Nº médio de divisões por alojamento	
<b>Educação</b>	Taxa de analfabetismo total
	Taxa de pré-escolarização
	Proporção da população com o ensino secundário
	Taxa de retenção e desistência no ensino básico
<b>Empresas</b>	Proporção da população com o ensino superior
	Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento
	Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras
<b>Energia</b>	Proporção de emprego em sociedades anónimas
	Consumo de combustível automóvel por habitante
	Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante
	Consumo de energia eléctrica por consumidor - Total
	Consumo de gás por habitante
<b>Finanças Autárquicas</b>	Consumo de gasolina por habitante
	Relação entre receitas e despesas
	Receitas por habitante
	Índice de carência fiscal
	Proporção dos impostos no total das receitas
	Proporção dos fundos municipais no total das receitas
	Proporção das despesas com pessoal no total das despesas
Proporção da aquisição de bens de capital no total das despesas	
<b>Mercado de Trabalho</b>	Ganho médio mensal
	Taxa de actividade
	Taxa de actividade das mulheres
	Taxa de emprego da população em idade activa
	Taxa de desemprego
<b>Mercado Monetário e Financeiro</b>	Proporção da população residente empregada nos serviços
	Operações por habitante (caixas automáticas multibanco)
	Terminais de caixas automáticas multibanco por 10000 habitantes
	Volume de crédito à habitação por habitante
	Levantamentos em caixas automáticas multibanco por habitante
	Estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola por 10000 habitantes
<b>População e Território</b>	Taxa de crédito à habitação
	Densidade Populacional
	Índice de Envelhecimento
	Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira
	Taxa de natalidade
	Dimensão média das famílias clássicas
	Proporção da população residente jovem
Proporção da população que tem como principal meio de vida o trabalho	
<b>Saúde</b>	Enfermeiros por 1000 habitantes
	Médicos por 1000 habitantes
	Consultas por habitante

Fonte: Elaboração própria

### 2.14.1.2. Cálculo da matriz de correlações e adequação da AFCP

Obtida a matriz de correlações entre as variáveis originais testou-se a validade da aplicação da AFCP (Lattin *et al.*, 2003; Hair *et al.*, 1995). Para o efeito avaliou-se o resultado de 2 testes:

Teste de esfericidade de Bartlett:

Este teste é usado para testar a hipótese (nula) de a matriz de correlações ser uma matriz identidade e não haver, deste modo, correlações significativas entre os indicadores (variáveis) em análise. No teste de Bartlett, um valor de *p-value* inferior ao nível de significância, normalmente considerado em 0.05, permite rejeitar a hipótese da matriz de correlação da população ser a matriz identidade, evidenciando a existência de correlação entre as variáveis e viabilizando, deste modo, a análise factorial.

Estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)

A estatística KMO traduz-se numa medida da adequação dos dados à AFCP que compara as correlações simples com as correlações parciais observadas entre as variáveis, devendo estas últimas apresentar valores pequenos. Trata-se de uma medida da homogeneidade das variáveis que permite avaliar até que ponto as variáveis podem ser agrupadas, variando entre 0 e 1. Uma estatística KMO elevada, próxima de 1, é indicativa do interesse na aplicação da AFCP.

Em anexo, nas tabelas A1.1 a A1.10, apresentam-se os valores destes dois testes para cada um dos temas onde foi aplicada a Análise Factorial, podendo-se observar que em todos os casos sem excepção os valores obtidos revelam o interesse na aplicação desta técnica.

### 2.14.1.3. Extracção de componentes principais

Numa análise factorial de componentes principais surgem tantas componentes quantas as variáveis originais, pelo que só se devem considerar as mais relevantes, isto é, as que explicam a maior variância total (Reis, 1997). O valor próprio médio das componentes é igual à unidade se estas forem obtidas a partir de matrizes de correlação, pelo que, regra geral, se retêm as que ultrapassam esse valor, razão porque a variância explicada pelas componentes retidas será superior à variância explicada, em média, por uma variável inicial. Da aplicação da AFCP foram retidas as componentes principais mais importantes que, segundo o critério de Kaiser (1960), são as que apresentam um valor próprio ou nível de variância contida em cada componente igual ou superior à unidade.

Nas tabelas A2.1 a A3.10, em anexo, podem ser consultados os valores próprios para as componentes, a percentagem da variância explicada, assim como as matrizes dos pesos factoriais ou *loadings*<sup>3</sup>, para cada uma das análises efectuadas. Deve realçar-se o facto de que tendo em vista a facilitação na interpretação das componentes retidas, até porque nem sempre é possível atribuir um significado empírico aos resultados, procedeu-se, em alguns casos, a uma rotação ortogonal das mesmas, o que permitiu maximizar o peso de cada variável original numa só componente principal, potenciando a

<sup>3</sup> Os *loadings* medem o grau de associação entre os indicadores originais e os factores (componentes principais), sendo equivalentes a coeficientes de correlação.

interpretação dos resultados (Maroco, 2003). De entre os vários métodos de rotação optou-se pela rotação *Varimax* cujo objectivo é obter uma estrutura factorial na qual uma única variável original esteja fortemente associada com um único factor e pouco associada com os restantes factores. Nos modelos avaliados, como se poderá verificar, todas as componentes retidas apresentam uma correlação significativa com pelo menos uma variável original. Consideraram-se significativos, os *loadings* superiores a 0,5 (Hair *et al.*, 1995).

De seguida apresenta-se um resumo das componentes identificadas para cada um dos temas:

Tema: POPULAÇÃO:

**Dinâmica Populacional:** Este factor reflecte o grau de vitalidade populacional de um dado espaço territorial encontrando-se positivamente correlacionado com variáveis como: Taxa de natalidade, Proporção de população jovem, dimensão média das famílias clássicas, densidade populacional e proporção da população que tem como principal meio de vida o trabalho. Por seu turno apresenta uma correlação negativa com a variável índice de envelhecimento.

**Multiculturalidade:** encontra-se associada à variável proporção da população de nacionalidade estrangeira. Quanto maior a percentagem da população de nacionalidade estrangeira maior será a diversidade cultural existente nos concelhos.

Tema: MERCADO DE TRABALHO:

**Emprego:** agrega as variáveis relacionadas com a actividade da população como sejam a taxa de actividade, a taxa de actividade das mulheres, taxa de emprego da população em idade activa, a proporção da população residente empregada nos serviços ou o ganho médio mensal dos trabalhadores. Todas as variáveis apresentam uma correlação positiva.

**Desemprego:** este factor reproduz o grau de desemprego existente em cada um dos concelhos do Algarve encontrando-se correlacionado de forma positiva com a taxa de desemprego.

Tema: ENERGIA:

**Consumo de combustíveis fósseis:** este factor apresenta uma relação positiva com as variáveis consumo de gás por habitante, consumo de gasolina por habitante e consumo de combustível automóvel por habitante o que permite evidenciar o grau de eficiência energética de cada concelho.

**Consumo de electricidade:** denota o maior ou menor grau de consumo de electricidade nos concelhos do Algarve estando positivamente correlacionado com as variáveis consumo doméstico de energia eléctrica por habitante e consumo de energia eléctrica por consumidor – Total.

Tema: CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO:

**Intensidade de construções:** compreende algumas das variáveis clássicas urbanas nomeadamente a densidade de alojamento e a densidade de edifícios, a par de outras como sejam o número médio de alojamentos por pavimento, o número médio de pavimentos por edifício ou o número médio de divisões por alojamento, as quais permitem evidenciar a maior ou menor concentração de construções e pessoas no espaço.

**Conforto e Encargos com o Alojamento:** este factor revela o nível de conforto existente nos alojamentos, ao estar correlacionado de forma positiva com o indicador de conforto, ao mesmo tempo que a correlação igualmente positiva com as variáveis encargos médios mensais com a habitação e o

valor médio dos prédios urbanos transaccionados permite apurar a vertente relacionada com os custos e também com o fenómeno da especulação imobiliária nos concelhos.

Tema: EMPRESAS:

**Emprego em sociedades e conhecimento:** estão presentes neste factor por um lado a proporção de emprego, nos concelhos, em sociedades estrangeiras ou anónimas, mas por outro lado, está igualmente evidenciada a proporção de emprego em serviços intensivos em conhecimento.

Tema: MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO:

**Procura de serviços financeiros:** estão associados neste factor variáveis do lado da procura de serviços financeiros como sejam as operações e os levantamentos por habitante nos terminais Multibanco, mas também, o volume de crédito à habitação concedido ou ainda a taxa de crédito à habitação.

**Oferta de estabelecimentos financeiros e terminais Multibanco:** por seu turno este factor concentra as variáveis respeitantes ao lado da oferta, seja de estabelecimentos financeiros, seja de terminais Multibanco por cada 10000 habitantes.

Tema: FINANÇAS AUTÁRQUICAS:

**Incapacidade fiscal local:** este factor procura reflectir a maior ou menor (in)capacidade que cada um dos concelhos tem em recolher impostos localmente e conseqüentemente revelar a maior ou menor importância relativa dos fundos municipais e dos impostos no total das receitas do concelho.

**Receitas per capita:** encontra-se positivamente correlacionado com este factor a variável receitas por habitante, denotando a maior ou menor disponibilidade do concelho em termos de recursos financeiros por cada um dos seus habitantes.

**Situação orçamental e estrutura de despesas:** finalmente este factor centra-se no lado das despesas orçamentais dos municípios reflectindo tanto a importância relativa das despesas com o pessoal, como as despesas com a aquisição de bens de capital no total das despesas. Destaque-se ainda a forte correlação evidenciada com a variável relação entre receitas e despesas a qual reflecte a situação orçamental do município.

Tema: SAÚDE:

**Disponibilidade de cuidados/serviços de saúde:** estão compreendidas neste factor três variáveis indicadoras do nível de cuidados de saúde prestados à população como sejam o número de consultas por habitante, mas também o número de médicos e de enfermeiros por cada 1000 habitantes.

Tema: EDUCAÇÃO:

**Qualificações académicas:** neste factor estão agregadas variáveis que permitem quantificar o nível de qualificação académica da população dos concelhos o qual será tanto mais elevado quanto maior for a proporção de população residente com o ensino secundário ou com o ensino superior e menor a taxa de analfabetismo.

**Sucesso escolar:** nesta componente foi associada uma variável que procura avaliar o sucesso ou insucesso escolar nos vários concelhos, como seja a taxa de retenção e desistência no ensino básico.

Tema: AMBIENTE:

**Disponibilidade de serviços/equipamentos ambientais:** compreende um conjunto de variáveis que pretende reflectir o nível de equipamentos e serviços ambientais postos à disposição da população como sejam a proporção de populações servidas por ETAR, a proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais, ou ainda a proporção de população que é servida por sistemas de abastecimento de água.

**Despesa ambiental:** o último factor definido procura evidenciar os custos que a população e os municípios têm com a disponibilização de alguns serviços ambientais, estando o factor positivamente correlacionado com as variáveis despesa por habitante com a gestão das águas residuais, ou o consumo de água residencial e dos serviços por habitante.

#### **2.14.1.5. Estimação dos valores dos factores**

Uma vez determinados os pesos do modelo factorial e conseqüentemente, das componentes principais retidas, procedeu-se à quantificação dos *scores* dos concelhos nessas variáveis hipotéticas. Para a estimação dos *scores* utilizou-se o método de Bartlett (ou método dos mínimos quadrados ponderados), uma vez que não se assumiu qualquer pressuposto sobre a forma da distribuição das variáveis (Maroco, 2003). Os *scores* definidos para cada uma das componentes constituem as variáveis de análise para a classificação dos concelhos.

#### **2.14.2. Metodologia de agrupamento dos Concelhos (Análise de Clusters)**

O procedimento de classificação dos concelhos do Algarve realizou-se pelo recurso à análise de clusters. A análise de clusters consiste, segundo Maroco (2003:295), numa "técnica exploratória de análise multivariada que permite agrupar sujeitos ou variáveis em grupos homogéneos ou compactos relativamente a uma ou mais características comuns". Pretende-se, com esta técnica, que cada observação pertencente a um dado grupo ou cluster seja o mais parecida possível a todas as outras pertencentes a esse cluster, logo, o mais diferente possível das observações pertencentes a outros clusters.

##### **2.14.2.1. Objectos agrupados e variáveis de classificação**

Nas duas primeiras etapas da análise de clusters importa definir os objectos a serem agrupados, assim como o conjunto de variáveis a partir das quais será obtida a informação necessária ao agrupamento dos mesmos. No presente trabalho os objectos em análise são os 16 concelhos do Algarve, enquanto que as variáveis a utilizar são, como se referiu, os *scores* estimados para cada um dos factores (componentes principais) obtidos na sequência da análise factorial, para além da variável Indicador *per capita* de poder de compra.

### 2.14.2.2. Medida de semelhança ou distância entre dois concelhos

A definição dos agrupamentos de concelhos exige que a semelhança entre estes possa ser “quantificada” de uma forma a mais objectiva possível. De entre as diversas medidas de semelhança (ou proximidade) e/ou medidas de dissemelhança (ou distância) utilizou-se o quadrado da distância euclidiana para definir a dissemelhança entre dois concelhos, sendo esta a medida de distância mais frequentemente usada em estudos empíricos. O quadrado da distância euclidiana, enquanto medida métrica, entre os sujeitos  $i$  e  $j$  é dado por

$$\left[ D_{ij} = \sum_{k=1}^p (x_{ik} - x_{jk})^2 \right] \quad (6)$$

onde  $x_{ik}$  é o valor da variável  $k$  no sujeito  $i$  e  $x_{jk}$  é o valor da variável  $k$  no sujeito  $j$ .

### 2.14.2.3. Método de agregação ou desagregação dos objectos

Utilizou-se o método de *Ward* como o algoritmo de classificação dos 16 concelhos do Algarve. A possibilidade de acompanhar todo o processo de agregação dos concelhos, assim como o facto de constituir uma escolha frequente em estudos de natureza semelhante, além do desconhecimento, à partida, do número de clusters existente na região, justificaram a opção por este método.

Segundo este critério, os clusters são formados de modo a minimizar a soma dos quadrados dos desvios das observações individuais em relação à média dos grupos (ESS) ou, por outras palavras, a soma de quadrados dentro dos clusters (WSS). Reis (1997) referencia as seguintes etapas para a aplicação deste método:

Cálculo das médias das variáveis para cada grupo;

Cálculo do quadrado da distância euclidiana entre essas médias e os valores das variáveis para cada indivíduo;

Soma das distâncias para todos os indivíduos.

O critério de *Ward* permite, deste modo, juntar os objectos cuja união conduz a uma menor soma dos quadrados dentro dos grupos. Assim sendo, o processo é iniciado considerando cada indivíduo como um grupo e  $WSS = 0$ . De seguida, procede-se ao agrupamento do par de indivíduos que origina o mínimo de aumento do WSS, terminando o processo quando todos os indivíduos formarem um só grupo.

### 2.14.2.4. Determinação do número de clusters

Seleccionado o algoritmo de classificação e as variáveis de análise seguiu-se a fase de interpretação dos agrupamentos gerados, nomeadamente do número de grupos que mais se ajustava aos diferentes tipos de concelhos predominantes na região, bem como a coerência da sua composição.

Tratando-se o algoritmo de classificação de um método hierárquico, foi possível, a partir do dendograma gerado, determinar o número de clusters “ótimo”. A subjectividade deste procedimento reside na identificação do local onde se deve cortar o dendograma de modo a obter-se o número de clusters.

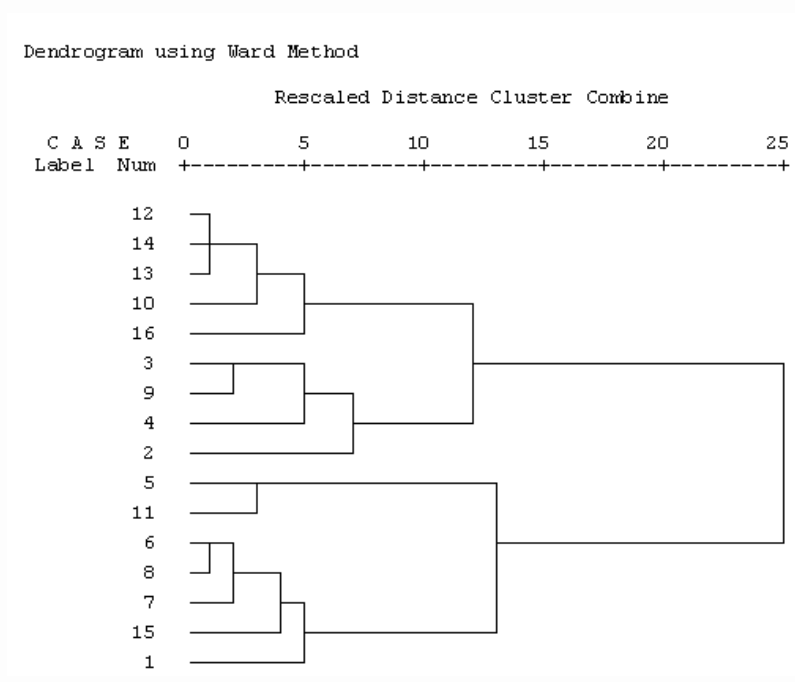


Cortes feitos a pequenas distâncias dão origem a muitos clusters e vice-versa. Regra geral, procura-se identificar a solução de clusters que permanece mais estável durante uma maior distância (Lattin *et al.*, 2003).

Reis (1997) sugere um outro método menos subjectivo na definição do número de clusters, segundo o qual, sempre que a constituição de um novo grupo não induza a alterações significativas no coeficiente de fusão (uma medida de proximidade usada para juntar os clusters) deverá tomar-se essa partição como sendo óptima. Significa isto que, se o aumento do número de clusters não reduzir de forma significativa o coeficiente de fusão, a heterogeneidade se mantém, não existindo vantagens em prosseguir com a partição (figura 2.1).

Através da análise do dendrograma gerado verificou-se que a solução de dois clusters era aquela que perdurava para uma maior distância. Tal como se pode verificar na tabela 2.52, a maior variação ocorrida no coeficiente de fusão, indiciando um acréscimo de heterogeneidade nos clusters ocorre na passagem de 2 para 1 clusters, pelo que este procedimento, tal como a análise do dendrograma, indica que os dados em análise comportam a existência de 2 clusters.

Figura 2.1 – Dendrograma



Fonte: Output SPSS

Tabela 2.52 – Coeficiente de Fusão

Nº de clusters	Coeficiente de fusão	Var. (%)
...		
10	36,58	23%
9	47,67	21%
8	60,28	21%
7	76,71	18%
6	93,19	16%
5	110,74	18%
4	134,83	23%
3	174,32	20%
2	217,34	28%
1	300,00	

Fonte: Elaboração própria baseado em output SPSS

Da análise efectuada resultaram os seguintes agrupamentos de concelhos:

- **Grupo 1:** Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Lagoa, Albufeira, Loulé e Faro
- **Grupo 2:** Aljezur, Monchique, Silves, São Brás de Alportel, Olhão, Tavira, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.

Ainda que a solução da análise de clusters aponte para a existência “óptima” de dois grupos distintos, ambos os métodos permitem constatar que a solução de quatro agrupamentos constitui a segunda melhor solução no que concerne ao número de clusters. Dada a riqueza analítica, empírica e a especial aderência à percepção da realidade regional que seguidamente será apresentada, a análise do trabalho será focada na solução de quatro clusters, sem que todavia se perca a noção da solução bipartida igualmente encontrada.

Assim sendo os quatro grupos identificados são os seguintes:

Tabela 2.53 – Clusters Identificados

Solução a 2 Clusters	Solução a 4 Clusters	Concelhos incluídos
<b>Grupo 1</b>	<b>Grupo 1</b>	Faro e Portimão
	<b>Grupo 2</b>	Vila do Bispo, Lagos, Lagoa, Albufeira e Loulé
<b>Grupo 2</b>	<b>Grupo 3</b>	Silves, São Brás de Alportel, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António
	<b>Grupo 4</b>	Aljezur, Monchique, Alcoutim e Castro Marim

Fonte: Elaboração própria

Como teremos oportunidade de perceber mais adiante a solução de quatro clusters permite identificar os “extremos”, (grupo 1 e grupo 4) em cada um dos dois grupos primeiramente identificados.

### 2.14.2.5. Validação dos resultados

Nesta última etapa da análise de clusters procurou-se garantir e confirmar a estabilidade da solução encontrada. Com este propósito procedeu-se à mesma análise mas recorrendo a dois outros métodos de agregação: critério da maior distância ou *complete linkage*<sup>4</sup> (hierárquico) e ao método *k-means* (não-hierárquico).

Da comparação de resultados verificou-se uma elevada convergência nas soluções obtidas no que respeita à opção por 4 clusters. A tabela 2.54 evidencia este aspecto.

Tabela 2.54 – Método Ward vs Outros Algoritmos de Classificação

Algoritmo de classificação	% de classificação semelhante com o Método Ward
Método da Maior Distância	87,5
K-Means	87,5

Fonte: Elaboração própria

Face aos resultados obtidos conclui-se que a solução encontrada no método de *Ward* denotava um elevado nível de estabilidade, na medida em que na solução de 4 clusters a percentagem de classificação semelhante dos concelhos entre o método escolhido e os dois métodos seleccionados para validação era bastante elevada (87,5%).

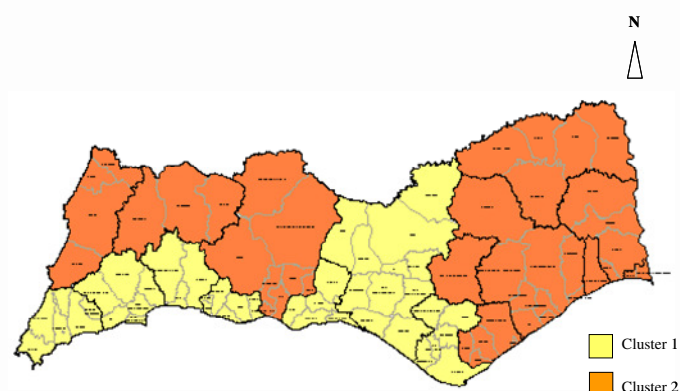
## 2.14.3 Perfil socio-económico dos clusters

### 2.14.3.1. Distribuição espacial dos clusters

A figura 2.2 apresenta geograficamente os clusters identificados na solução de dois grupos enquanto que a figura 2.3 se refere à solução de quatro grupos. Os cartogramas permitem ter uma imagem visual da constituição dos agrupamentos na região, evidenciando a maior ou menor concentração dos clusters no espaço, assim como aferir da contiguidade territorial dos membros dos grupos.

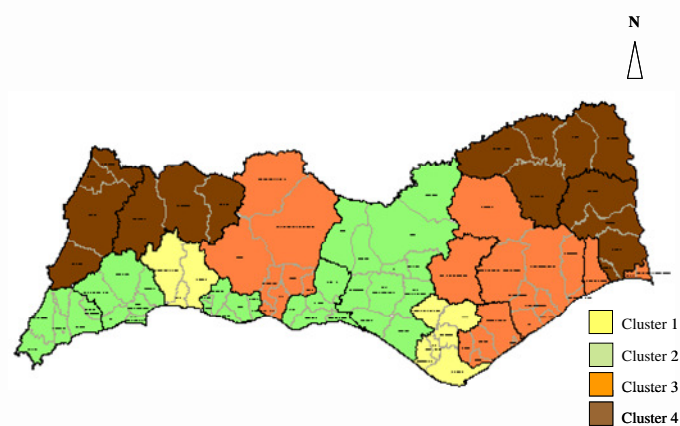
<sup>4</sup> Neste algoritmo (hierárquico), uma vez definido o primeiro cluster, a distância deste aos demais é definida como sendo “a distância entre os seus elementos mais afastados” (Reis, 1997:314).

Figura 2.2 – Clusters Identificados – 2 Clusters



Fonte: Elaboração própria

Figura 2.3 – Clusters Identificados – 4 Clusters



Fonte: Elaboração própria

### 2.14.3.2. Variáveis base

Na tabela 2.55 encontram-se os valores médios de um conjunto de 74 indicadores/variáveis de caracterização de cada um dos 4 clusters, bem como do Algarve.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Os valores apresentados para o Algarve são valores médios. Ou seja, não se trata de valores das áreas ao nível agregado, mas sim o valor médio das freguesias que compõem o espaço em causa.

Tabela 2.55 – Variáveis Base dos Clusters e da Região do Algarve

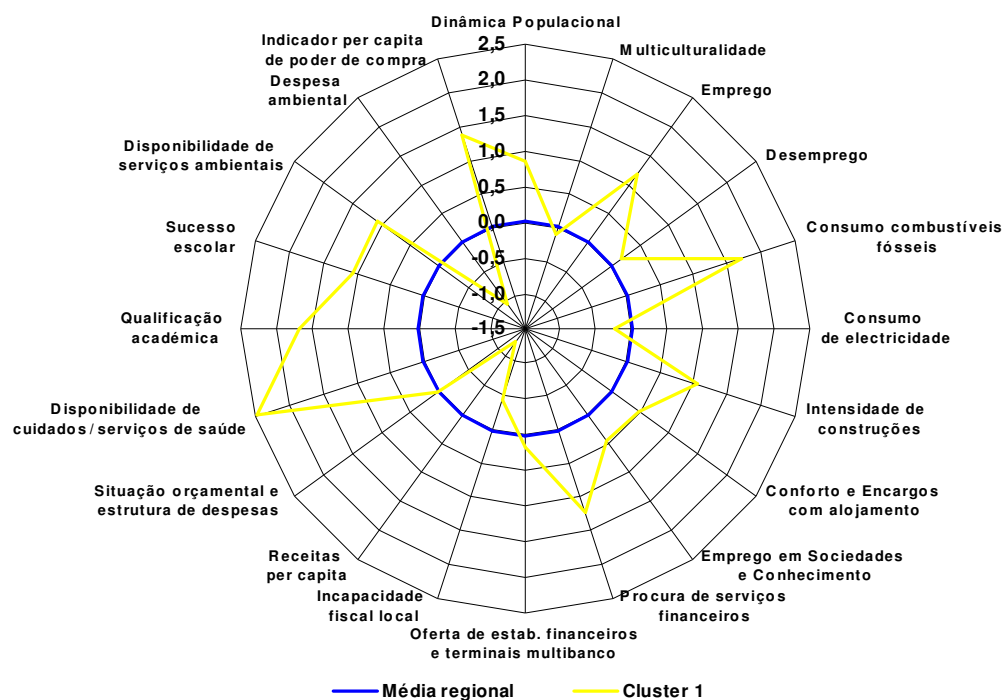
Tema	Indicador	Unid.	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Algarve
<b>Actividade Económica</b>	Indicador <i>per capita</i> de poder de compra	Nº	129,6	112,1	83,7	64,5	<b>93,5</b>
<b>Ambiente</b>	Consumo de água residencial e dos serviços por habitante	Nº	70,9	123,9	56,8	63,2	<b>81,2</b>
	Proporção de águas residuais tratadas	%	100,0	93,1	79,8	96,8	<b>90,7</b>
	População servida por sistemas de abastecimento de água	%	95,0	96,4	92,0	84,5	<b>91,9</b>
	Sistemas de drenagem de águas residuais	%	92,0	87,8	77,4	71,0	<b>80,9</b>
	População servida por ETAR	%	92,0	86,8	61,6	62,8	<b>73,6</b>
<b>Construção e Habitação</b>	Alojamentos	Nº	30743	23463	16216	4635	<b>17401</b>
	Edifícios	Nº	13429	13129	10335	4091	<b>10034</b>
	Densidade de Alojamentos	Aloj/km <sup>2</sup>	160,6	113,1	96,7	13,1	<b>88,9</b>
	Densidade de Edifícios	Edif/km <sup>2</sup>	69,8	65,2	56,2	11,4	<b>49,5</b>
	Indicador de conforto	Nº	98,1	97,4	95,6	87,1	<b>94,4</b>
	Nº médio de alojamentos por pavimento	Nº	185,0	128,0	110,0	72,5	<b>1,2</b>
	Nº médio de pavimentos por edifício	Nº	3,4	2,5	2,5	1,8	<b>2,4</b>
	Nº médio de divisões por alojamento	Nº	4,3	4,5	4,4	4,8	<b>4,5</b>
	Valor médio dos prédios urbanos transaccionados	€	96496	124946	88099	58370	<b>93.231</b>
	Encargos médios mensais com aloj. Familiares clássicos	€	277,0	258,2	249,6	227,8	<b>250,3</b>
	Prop. de alojamentos de uso sazonal	%	27,3	45,2	33,7	35,8	<b>37,1</b>
Prop. de alojamentos de residência habitual	%	62,4	45,6	58,1	51,0	<b>52,9</b>	
<b>Educação</b>	Taxa de pré-escolarização	%	75,9	84,8	75,1	118,8	<b>89,2</b>
	População segundo nível de qualificação - Ensino Secundário	%	14,3	10,7	10,1	7,3	<b>10,1</b>
	População segundo nível de qualificação - Ensino Superior	%	7,9	4,7	4,4	2,9	<b>4,5</b>
	Taxa de analfabetismo	%	7,1	8,5	9,6	22,4	<b>12,2</b>
	Taxa de retenção e desistência no ensino básico	%	10,2	11,8	12,6	10,7	<b>11,6</b>
<b>Empresas</b>	Empresas	Nº	8024	5467	3681	667	<b>4029</b>
	Sociedades	Nº	2642	1749	803	163	<b>1169</b>
	Taxa de constituição de sociedades	%	5,6	6,9	6,8	4,5	<b>6,1</b>
	Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	%	2,6	11,7	2,9	0,7	<b>5,1</b>
	Proporção de emprego em sociedades anónimas	%	20,7	19,3	11,4	3,0	<b>12,9</b>
	Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento	%	33,0	30,9	22,6	24,4	<b>27,0</b>
<b>Energia</b>	Consumo de combustível automóvel por habitante	tep/hab.	1,1	0,8	0,6	0,6	<b>0,7</b>
	Consumo de gás por habitante	t/hab.	0,2	0,1	0,1	0,0	<b>0,1</b>
	Consumo de gasolina por habitante	t/hab.	0,3	0,2	0,2	0,1	<b>0,2</b>
	Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	10 <sup>3</sup> kWh	1,7	2,6	1,5	1,5	<b>1,9</b>
	Consumo de energia eléctrica por consumidor - Total	10 <sup>3</sup> kWh	5,8	6,1	4,3	3,7	<b>4,9</b>
<b>Finanças Autárquicas</b>	Relação entre receitas e despesas	%	96,6	99,3	97,9	90,4	<b>96,3</b>
	Proporção dos impostos no total das receitas	%	50,6	43,3	31,0	13,7	<b>33,0</b>
	Proporção dos fundos municipais no total das receitas	%	18,9	18,5	26,7	56,8	<b>30,7</b>
	Proporção das despesas com pessoal no total das despesas	%	28,2	25,0	26,7	23,6	<b>25,6</b>
	Proporção da aquisição de bens de capital no total das despesas	%	33,0	36,4	37,0	47,1	<b>38,8</b>
	Receitas por habitante	€	730,1	1602,7	934,3	1934,3	<b>1367,6</b>
	Endividamento anual por habitante	€	29,2	-12,8	-0,8	78,9	<b>19,1</b>
	Índice de carência fiscal	€ por hab.	-196,8	-532,3	-135,4	-96,4	<b>-257,3</b>
<b>Mercado de Trabalho</b>	Ganho médio mensal	€	788,1	721,6	686,4	614,1	<b>692,0</b>
	Taxa de actividade	%	51,4	50,2	45,8	38,4	<b>46,0</b>
	Taxa de actividade - mulheres	%	46,5	44,1	38,6	29,4	<b>39,0</b>
	Taxa de Desemprego	%	6,5	5,9	6,8	6,0	<b>6,3</b>
	Taxa de emprego da população em idade activa	%	56,2	55,8	49,8	40,7	<b>50,2</b>
	Pop. Empregada Agricultura, silvicultura e pesca	%	3,8	5,4	7,5	16,6	<b>8,7</b>
	Pop. Empregada Indústria, construção, energia e água	%	19,0	21,9	26,3	23,8	<b>23,4</b>
	Pop. Empregada Serviços	%	77,2	72,7	66,2	59,5	<b>68,0</b>
<b>Mercado Monetário e Financeiro</b>	Crédito à habitação por habitante	€	9.280	6.943	5.027	3.087	<b>5.672</b>
	Estab. de bancos, caixas eco. e caixas de crédito agrícola por 10000 hab.	Nº	7,8	7,8	6,0	7,2	<b>7,1</b>
	Terminais por 10 000 habitantes (caixas automáticas multibanco)	Nº	16,2	15,7	10,6	12,1	<b>13,3</b>
	Levantamentos em caixas automáticas multibanco por habitante	€	3.156	2.721	2.223	1.585	<b>2.336</b>
	Operações por habitante (caixas automáticas multibanco)	Nº	114,5	94,4	69,5	46,0	<b>77,0</b>
	Taxa de crédito à habitação	%	45,3	56,7	55,0	73,5	<b>59,0</b>
<b>População e Território</b>	Área	km <sup>2</sup>	191,8	277,0	326,5	398,7	<b>312,2</b>
	População residente	Nº	53.240	31.137	26.635	5.377	<b>26.053</b>
	Densidade populacional	Pop./km <sup>2</sup>	276,8	152,9	158,8	15,0	<b>135,7</b>
	Proporção de população de nacionalidade estrangeira	%	4,8	8,7	4,8	4,4	<b>5,9</b>
	Proporção da população residente jovem	%	16,6	16,6	15,7	11,7	<b>15,1</b>
	Proporção da população que tem como principal meio de vida o trabalho	%	47,5	47,5	42,6	36,0	<b>43,1</b>
	Tx de natalidade	‰	13,3	11,9	10,5	7,2	<b>10,5</b>
	Índice de Envelhecimento	Nº	106,5	126,2	150,0	343,8	<b>185,6</b>
<b>Protecção Social</b>	Dimensão média das famílias clássicas	Nº	2,6	2,6	2,7	2,4	<b>2,6</b>
	Valor médio anual das pensões (Velhice)	€	4.275	3.788	3.727	3.319	<b>3.713</b>
	Valor médio do subsídio de desemprego	€	2.969	2.543	2.782	2.726	<b>2.717</b>
	Rendimento social de inserção por 1000 habitantes	‰	28,0	19,6	28,9	24,8	<b>24,8</b>
<b>Saúde</b>	Enfermeiros por 1000 habitantes	‰	10,7	1,5	1,5	1,5	<b>2,6</b>
	Médicos por 1000 habitantes	‰	6,3	1,7	1,4	1,2	<b>2,0</b>
	Consultas por habitante	Nº	4,7	2,3	2,4	3,2	<b>2,9</b>
<b>Turismo</b>	Nº de Estabelecimentos hoteleiros	Nº	41,0	57,4	10,0	3,5	<b>27,1</b>
	Estada média no estabelecimento - Total	Nº	3,7	4,8	3,7	2,4	<b>3,7</b>
	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	‰	207,1	404,4	106,4	35,4	<b>194,3</b>

Fonte: Elaboração própria

### 2.14.3.3. Perfil dos clusters

#### CLUSTER 1 – PÓLOS REGIONAIS

Gráfico 2.20 – Valor Médio dos Factores Identificados



Fonte: Elaboração própria

Assim, o cluster 1 apresenta as seguintes características:

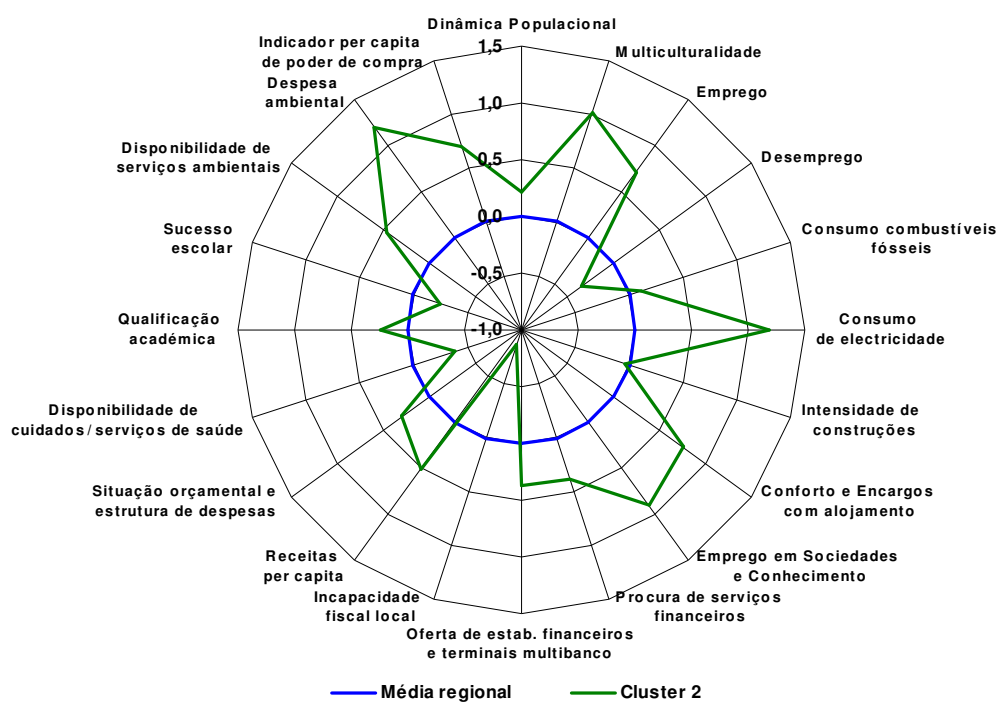
- Qualidade de vida, evidenciada pelo poder de compra *per capita* das populações residentes, com os índices mais elevados da região;
- Nível de equipamentos e serviços ambientais comparativamente elevados face aos demais clusters;
- Maior concentração comparativa de alojamentos e edifícios;
- Edifícios de maior volumetria (mais elevados números médios de alojamentos por edifício e de pavimentos por edifício) e alojamentos de menores dimensões;
- Alojamentos familiares clássicos com os índices mais elevados de conforto da região;
- Encargos médios mensais com habitação elevados;
- Índices superiores de qualificações académicas, reflexo das mais elevadas percentagens da população com os vários níveis de ensino completos e os mais baixos índices de analfabetismo;
- Maior concentração comparativa de empresas e sociedades da região;
- Concelhos com as maiores proporções de emprego em sociedades anónimas e de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento;
- Consumo de combustíveis fósseis elevado;
- Municípios com o menor nível de receitas por habitante e a menor proporção de aquisição de bens de capital no total das despesas;
- Concelhos com a mais elevada capacidade fiscal local;

- Forte dinamismo económico, evidenciado pelas mais elevadas taxas de emprego da população em idade activa, mas também das mais elevadas taxas de actividades total e das mulheres, assim como da mais elevada proporção da população empregada nos serviços;
- Ganhos médios mensais comparativamente elevados;
- Maior intensidade relativa na procura de serviços financeiros;
- Densidade populacional elevada;
- Estrutura etária relativamente pouco envelhecida, consubstanciada pelo mais baixo índice de envelhecimento e a mais elevada percentagem de população jovem;
- Mais elevados valores médios anuais das pensões de velhice e do subsídio de desemprego;
- Disponibilidade de cuidados e serviços de saúde com os mais elevados índices da região.

Fazem parte do cluster 1 – Pólos Regionais, os dois concelhos do Algarve com os mais elevados índices de desenvolvimento da região: Faro e Portimão. Pela dimensão económica que apresentam, pelos recursos disponíveis, pelos serviços e pelo tipo de população de que dispõem, estes dois concelhos constituem o *core* do Algarve e os primordiais pólos de atracção da região. Neste cluster localizam-se alguns dos principais centros de decisão, públicos e privados regionais, ao mesmo tempo que se verificam indicadores de vitalidade económica, de competências e de dinâmica populacional acima dos níveis médios da região.

## CLUSTER 2 – BARLAVENTO LITORAL

Gráfico 2.21 – Valor Médio dos Factores Identificados



O cluster 2 caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

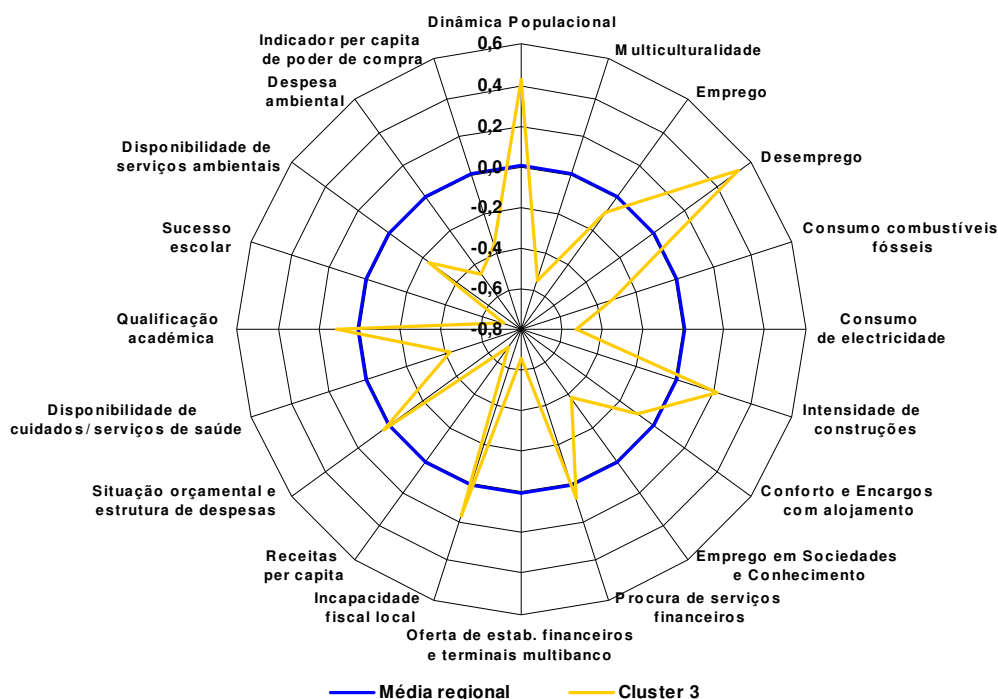
- Segundo nível médio mais elevado do indicador *per capita* de poder de compra;
- Maior consumo de água residencial e dos serviços por habitante, a par da maior proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água. O consumo comparativamente elevado da água encontra-se associado ao perfil turístico que este cluster apresenta;
- Especulação imobiliária comparativamente elevada consubstanciada pelo maior valor médio dos prédios urbanos transaccionados;
- Parque habitacional de cariz sazonal evidenciado pela mais elevada proporção de alojamentos familiares de uso sazonal e a consequente menor proporção de alojamentos familiares de residência habitual;
- Segundo maior nível de alojamentos e de edifícios por concelho;
- Qualificações académicas de nível intermédio;
- Mais elevada taxa de constituição de sociedades e a maior proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras;
- Índice comparativamente elevado no consumo de energia eléctrica;
- Autarquias com as situações orçamentais mais equilibradas e as menores proporções de fundos municipais no total das receitas o que se traduz nos valores mais negativos no índice de carência fiscal;
- No mercado de trabalho este cluster distingue-se por apresentar a menor taxa de desemprego da região, ao mesmo tempo que revela o segundo nível mais elevado de actividade da população e das remunerações médias dos trabalhadores;
- Oferta comparativamente elevada de estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola por cada 10000 habitantes;
- Maior proporção relativa de população residente de nacionalidade estrangeira;
- Estrutura da população residente comparativamente jovem;
- Menor valor comparativo do subsídio de desemprego e do número de beneficiários do rendimento social de inserção;
- Ao nível da saúde este é o cluster com o mais baixo índice no número de consultas por habitante da região;
- Cluster de cariz turístico evidenciado pelo maior número de estabelecimentos hoteleiros, assim como a mais elevada capacidade de alojamento, para além de registar a maior permanência média dos turistas.

Integram este cluster cinco concelhos localizados maioritariamente no barlavento do Algarve, como sejam, Vila do Bispo, Lagos, Lagoa, Albufeira, e o concelho de Loulé. Trata-se de um grupo de concelhos de cariz essencialmente urbano, com uma forte presença de população não residente seja nacional, seja estrangeira, dado o perfil turístico e sazonal que o cluster regista. Com um nível de vida acima da realidade regional, estes concelhos denotam uma forte preocupação pelas questões ambientais, um parque habitacional extenso, de volumetria comparativamente elevada e com bons níveis de conforto, verificando-se uma forte presença do fenómeno da especulação imobiliária. Estes municípios revelam ainda uma situação orçamental equilibrada ou excedentária, ao mesmo tempo que o mercado de trabalho revela dinamismo.



### CLUSTER 3 – ALGARVE INTERMÉDIO

Gráfico 2.22 – Valor Médio dos Factores Identificados



O cluster 3 revela as seguintes características:

- Carência relativa no acesso a alguns serviços/infra-estruturas ambientais, como seja as águas residuais tratadas ou a existência de ETAR;
- Menor nível regional de consumo de água residencial e dos serviços por habitante;
- Parque habitacional comparativamente reduzido, disperso pelo território, de baixo nível de volumetria e de conforto dos alojamentos, com uma população predominantemente local;
- População residente com um baixo nível de qualificações, registando este cluster o menor valor da taxa de pré-escolarização, assim como o segundo valor mais elevado na taxa de analfabetismo;
- Nível comparativamente elevado de empreendedorismo local, constatado pelo segundo registo mais elevado na taxa de constituição de sociedades, ao mesmo tempo que revela o mais baixo índice de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento;
- Mais baixos níveis de consumo de combustíveis fósseis e de energia eléctrica por habitante;
- Municípios com uma situação orçamental comparativamente equilibrada quando comparados com a média da região, fraca capacidade fiscal local e conseqüente dependência das transferências de fundos municipais;
- O mercado de trabalho revela os segundos valores mais baixos da região no nível de actividade da população e das remunerações médias mensais, para além de registar os maiores níveis comparativos de desemprego do Algarve;
- Grupo de concelhos com a menor disponibilidade de estabelecimentos bancários e financeiros assim como de terminais Multibanco por cada 10000 habitantes;

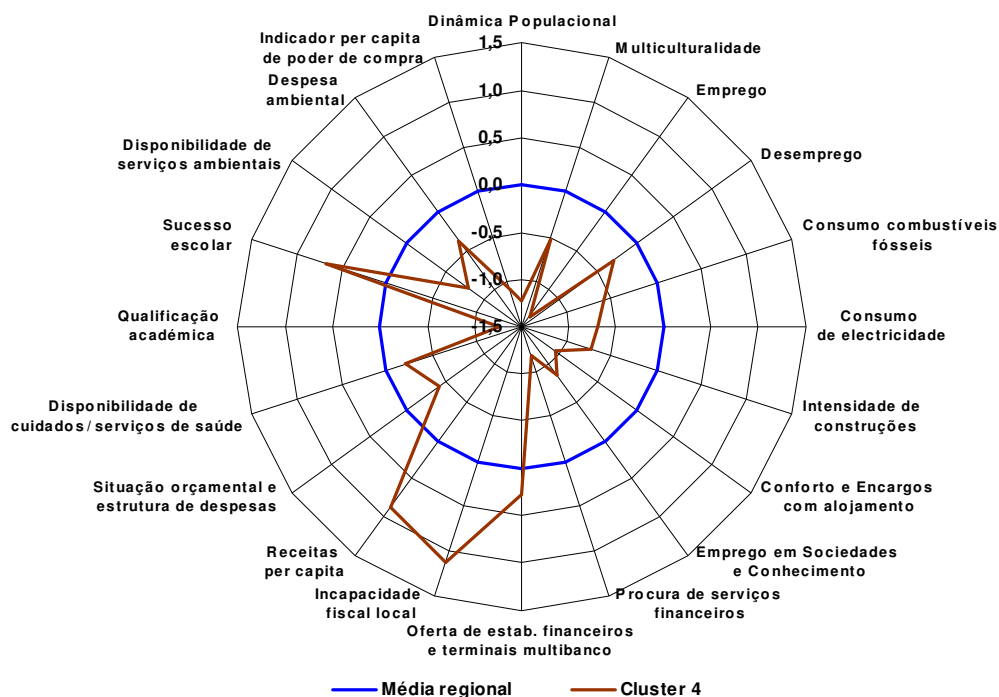
- População residente relativamente envelhecida, apresentando o segundo valor mais elevado no índice de envelhecimento e o segundo mais baixo valor na taxa de natalidade. As famílias clássicas residentes nestes clusters registam a maior número médio de elementos do agregado familiar;
- Conjunto de concelhos com o mais elevado índice de beneficiários do rendimento social de inserção por cada 1000 habitantes da região;
- Escassez relativa de cuidados e serviços de saúde consubstanciado pelos níveis comparativamente baixos de enfermeiros, médicos e consultas por habitante;
- Fraca disponibilidade de oferta de serviços de turismo.

Este cluster é composto por um conjunto de concelhos “mistos”, ou seja, concelhos que integram nos seus territórios freguesias marcadamente urbanas localizadas no litoral, com outras de cariz rural do interior algarvio, como sejam os casos dos concelhos de Tavira e Silves. De entre os clusters formados, este é aquele que mais se assemelha com a realidade média da região do Algarve.

Pela posição geográfica que ocupa, sobretudo no caso do sotavento, este cluster assume-se como uma verdadeira zona de transição entre as dinâmicas do litoral urbano e do interior desertificado. O que suceder neste agrupamento, nomeadamente na sua maior ou menor capacidade de valorização e estruturação do território, ditará não só o seu futuro, cativando actividades e equipamentos hoje concentrados noutros espaços, como inclusive o desenvolvimento de outros clusters mais carenciados (cluster 4).

#### CLUSTER 4 – INTERIOR DESPOVOADO

Gráfico 2.23 – Valor Médio dos Factores Identificados



O cluster 4 denota as seguintes características:

- Território caracterizado pelo mais baixo nível de poder de compra da região;
- Carência comparativa no acesso das populações a alguns serviços e equipamentos ambientais, como seja sistemas de drenagem de águas residuais, ou sistemas de abastecimento de água;
- População residente muito dispersa por pequenas povoações, o que se traduz numa densidade de alojamento e de edifícios bastante aquém dos níveis regionais;
- Parque habitacional de pequena volumetria, com fracos níveis comparativos de conforto nos alojamentos e os mais baixos valores médios nas transacções dos prédios urbanos;
- Qualificações académicas da população residente com os mais baixos índices da região;
- Menor número médio de empresas e sociedades, fraco nível de empreendedorismo e reduzido nível de emprego em sociedades;
- Baixo nível de consumo de combustíveis fósseis e de energia eléctrica por habitante;
- Municípios com uma visível incapacidade fiscal local e excessivamente dependentes das transferências dos fundos municipais;
- Mercê de uma população residente envelhecida e de traços culturais que não fomentam a participação das mulheres na vida activa, os valores da taxa de actividade e da taxa de emprego da população em idade activa são os mais baixos de entre os 4 clusters;
- Cerca de dois terços da população residente tem como fonte de rendimento a pensão de reforma;
- Mais baixos índices de crédito à habitação por habitante, assim como de operações nos terminais Multibanco por habitante;
- Espaço caracterizado pelo envelhecimento da população residente, traduzido no mais elevado índice de envelhecimento e numa reduzida proporção de jovens na população residente;
- Para além ser o cluster com a maior dependência da população residente sobre as pensões de velhice é igualmente aquele em que as pensões de velhice atingem os menores montantes;
- Carências comparativas no acesso aos cuidados de saúde evidenciado pelo menor rácio de médicos e enfermeiros por habitante;
- Insuficiências claras no que concerne à oferta de estabelecimentos hoteleiros.

O cluster 4 – Interior Despovoado é constituído essencialmente por concelhos do interior e da serra algarvia – Alcoutim, Castro Marim, Aljezur e Monchique, ao mesmo que se apresenta como aquele que regista a maior percentagem de concelhos pertencentes às áreas de intervenção das políticas recentes de base territorial (Áreas de Baixa Densidade e PRASD – Programa para a Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos) aplicadas em Portugal e na região do Algarve<sup>6</sup>.

Este cluster identifica um conjunto de concelhos em que as suas freguesias estão num cenário de “morte social”, constituindo territórios em risco de desertificação, carentes de actividades económicas capazes de fixar as populações jovens ou de atrair novas populações. Os maiores empregadores nestes concelhos são as entidades públicas, sendo as actividades privadas de dimensão muito reduzida. A população residente nestes concelhos encontra-se dispersa por pequenas povoações, desprovidas de muitos serviços e equipamentos, aos mesmo tempo que os municípios se encontram excessivamente dependentes das transferências de recursos financeiros imprescindíveis à melhoria da qualidade de vida das populações envelhecidas.

---

<sup>6</sup> No caso concreto do PRASD existe uma coincidência total na área de intervenção.

Na solução a quatro clusters este grupo de concelhos é destacado do conjunto de municípios que compunham o grupo 2 (o qual integra o cluster 3 e o cluster 4) anteriormente referido, evidenciando-se como o agrupamento de concelhos sobre os quais é necessária uma intervenção efectiva capaz de influenciar e inverter a evolução recente destes territórios.

O exercício de classificação dos concelhos da região permitiu identificar grupos de unidades territoriais com efectivas diferenças nos vários temas analisados. Foi possível, por esta via, reconhecer, por um lado, um grupo de quatro concelhos (cluster 4) onde são evidentes carências e debilidades socio-económicas junto das populações locais. Por outro lado, a análise realizada identificou dois concelhos (cluster 1) que constituem os pólos de desenvolvimento da região nos quais se concentram alguns dos principais recursos do Algarve. Finalmente, foram ainda reconhecidos dois grupos de concelhos. Um deles (cluster 2) localiza-se na faixa litoral do barlavento da região o qual se encontra maioritariamente sobre a área de influência de Portimão, apresenta um perfil urbano, turístico, com uma densidade significativa do parque habitacional da região e com um importante peso relativo de população flutuante. O outro (cluster 3) localizado sobretudo no sotavento do Algarve possui como área de atracção o concelho de Faro, sendo este o destino preferencial de importante fluxos da sua população residente no sentido de suprir carências efectivas nos domínios da saúde, do emprego e dos serviços em geral. Trata-se de um agrupamento de concelhos onde predomina a população local, a qual se encontra relativamente dispersa pelo território. Importa ainda referir que muitas das freguesias de alguns dos concelhos deste cluster padecem dos mesmos problemas dos concelhos do cluster 4, pelo que coexistem, neste cluster 3, realidades socio-económicas comparativamente distintas.

## Capítulo 3. A Evolução do Trabalho Qualificado no Algarve

### 3.1. Introdução

Neste capítulo iremos abordar a evolução do mercado de trabalho na região Algarvia nos últimos 10 anos (1998 a 2007), dando um especial enfoque ao trabalho qualificado. Assim, serão analisados diversos indicadores para que possamos comparar a evolução do mercado de trabalho Algarvio em comparação com o Continente o País, sob diversos pontos de vista (nível de escolaridade, profissão, salários, etc.).

A partir dos elementos disponíveis (fundamentalmente do INE e do IEFP) procuraremos analisar alguns indicadores-chave, nomeadamente:

- População Activa (sub-grupo da População Residente e que representa os indivíduos com mais de 15 anos e disponíveis para trabalhar)

A População Activa de uma região/País é a sua força de trabalho, embora parte possa estar temporariamente sem ocupação. É, pois, da máxima importância que seja o mais qualificada possível de modo a poder responder aos desafios dos tempos modernos. Num País com baixa produtividade, uma efectiva aquisição de competências por parte da população é crucial para que o País possa ser mais produtivo.

- O Emprego (parte da população activa que se encontra empregada)

Iremos neste ponto analisar a evolução da população empregada, nomeadamente no que concerne ao seu nível de escolaridade, taxa média de emprego (será mais fácil estar empregado dispondo de uma licenciatura ou não?), profissão (haverá grupos de profissões em declínio e outros em ascensão?) e, para finalizar, o rendimento médio, quer por grupos de profissões, quer por sector de actividade.

- O Desemprego (parte da população activa que se encontra desempregada)

Os dados oficiais do desemprego são os publicados pelo INE (resultam de um inquérito), sendo os do IEFP também importantes, uma vez que resultam da vontade das pessoas em se inscreverem nos Centros de Emprego para resolverem o seu problema de emprego.

No entanto, os dados do IEFP apresentam uma maior riqueza de elementos (desagregação por regiões, por exemplo) pelo que serão os mais utilizados nesta questão do desemprego. Procuraremos mostrar essencialmente como se tem vindo a desenvolver o desemprego qualificados (bacharéis, licenciados, mestres e doutorados) ao longo dos últimos 10 anos, bem como os motivos da sua inscrição nos centros de emprego e o tempo que permanecem desempregados, entre outros. Será também apresentado um ponto de situação a Dezembro/2007 sobre os cursos e os estabelecimentos de ensino com mais desempregados. Importa analisar o caminho percorrido nos últimos 10 anos no que concerne ao mercado de trabalho, para que se possa fazer o balanço e, eventualmente, corrigir a rota.

### 3.2. O Mercado de Trabalho

No período de 1998-2007 houve um crescimento no País de todos os indicadores apresentados na tabela 3.1, tal como na região do Algarve que apresenta aumentos em todos os itens. Refira-se que o número de desempregados aumentou 78,1% no País nos anos em análise, enquanto no Algarve se ficou pelos 35,5%. Neste período são de realçar os fortes aumentos registados na região algarvia no que concerne à população total com mais de 15 anos (+15,5%), população activa (+ 22,1%), população empregada (+ 21,3%) e população desempregada (+ 35,5%). A população inactiva teve um aumento de 6,7%.

Tabela 3.1 - População Total, Activa, Empregada, Desempregada e Inactiva por Região NUTS II (NUTS-2002)

Região NUTS II	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Milhares de indivíduos									
Portugal										
População total (15 e mais anos)	8 444,9	8 505,0	8 576,7	8 654,0	8 723,5	8 800,1	8 862,5	8 912,2	8 945,5	8 969,6
População activa	5 095,7	5 136,1	5 226,4	5 325,2	5 407,8	5 460,3	5 487,8	5 544,9	5 587,3	5 618,3
População empregada	4 843,8	4 910,3	5 020,9	5 111,7	5 137,3	5 118,0	5 122,8	5 122,6	5 159,5	5 169,7
População desempregada	251,9	225,8	205,5	213,5	270,5	342,3	365,0	422,3	427,8	448,6
População inactiva (15 e mais anos)	3 336,0	3 357,6	3 338,3	3 318,8	3 307,3	3 330,1	3 370,1	3 367,4	3 358,2	3 351,3
Algarve										
População total (15 e mais anos)	309,9	316,2	323,5	330,9	337,3	341,8	345,4	352,1	356,8	357,8
População activa	177,6	180,3	185,5	190,3	199,6	203,6	206,5	206,7	213,6	216,9
População empregada	166,9	171,8	179,0	183,0	189,1	191,2	195,2	193,9	201,7	202,4
População desempregada	10,7	8,5	6,5	7,3	10,5	12,4	11,3	12,8	11,8	14,5
População inactiva (15 e mais anos)	132,0	135,6	137,6	140,2	137,3	137,7	138,8	145,4	143,2	140,9

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

Se compararmos as diferentes taxas (tabela 3.2) verificamos que a região algarvia aumentou a sua taxa de actividade entre 1998 e 2007 (+ 3,3 p.p.), a taxa de emprego (+2,8 p.p.) e a taxa de desemprego (+0,7 p.p.) e diminuiu a taxa de inactividade (- 3,2 p.p.). Quando comparada a realidade algarvia com o País, verificamos que o Algarve apresenta piores indicadores nas taxas de actividade, emprego e inactividade e melhor na taxa de desemprego.

Tabela 3.2 - Taxa de Actividade, Emprego, Desemprego e Inactividade por Região NUTS II (NUTS-2002)

Regiões NUTS II	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Milhares de indivíduos									
Portugal										
Taxa de actividade (15 e mais anos)	60,3	60,4	60,9	61,5	62,0	62,0	61,9	62,2	62,5	62,6
Taxa de emprego (15 e mais anos)	57,4	57,7	58,5	59,1	58,9	58,2	57,8	57,5	57,7	57,6
Taxa de desemprego	4,9	4,4	3,9	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6	7,7	8
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	39,5	39,5	38,9	38,3	37,9	37,8	38,0	37,8	37,5	37,4
Algarve										
Taxa de actividade (15 e mais anos)	57,3	57,0	57,3	57,5	59,2	59,6	59,8	58,7	59,9	60,6
Taxa de emprego (15 e mais anos)	53,8	54,3	55,3	55,3	56,1	55,9	56,5	55,1	56,5	56,6
Taxa de desemprego	6	4,7	3,5	3,8	5,2	6,1	5,5	6,2	5,5	6,7
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	42,6	42,9	42,5	42,4	40,7	40,3	40,2	41,3	40,1	39,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

### 3.3. A População Activa

A população activa representa os indivíduos com idade superior a 15 anos e que se encontram disponíveis para trabalhar (empregados e desempregados). Pela análise do quadro em baixo (tabela 3.3), podemos verificar o salto de qualificação que se deu na população activa Portuguesa de 1998 para 2007. Com efeito, diminuíram os indivíduos com qualificações mais baixas (sem instrução, 1º ciclo do básico e 2º ciclo do básico) e aumentaram os restantes (3º ciclo do básico, secundário e superior).

Tabela 3.3 - População Activa por NUTS II, Segundo o Nível de Escolaridade Completo, 1998 e 2007

Unidade: milhares

		Total	Sem instrução	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário	Superior
		HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM
Portugal 98	v.a.	5 095,7	484,7	1 873,0	1 037,2	692,1	560,3	448,4
Portugal 07	v.a.	5 618,3	288,0	1 540,0	1 108,5	1 043,9	845,6	792,3
Continente 98	v.a.	4 882,4	459,0	1 787,0	991,7	665,8	540,7	438,3
Continente 07	v.a.	5 381,2	275,1	1 467,9	1 054,0	1 004,1	812,7	767,5
Norte 98	v.a.	1 816,3	174,6	721,6	431,8	208,7	157,4	122,2
Norte 07	v.a.	1 986,7	106,7	600,0	473,9	323,1	250,9	232,2
Centro 98	v.a.	1 228,7	174,2	473,4	239,7	140,0	118,1	83,3
Centro 07	v.a.	1 371,1	108,5	453,4	256,4	236,6	166,3	150,0
Lisboa 98	v.a.	1 314,6	62,1	387,4	217,8	236,2	217,0	194,3
Lisboa 07	v.a.	1 432,5	34,7	256,8	208,4	318,2	298,9	315,5
Alentejo 98	v.a.	345,3	32,9	137,3	71,6	49,7	28,2	25,8
Alentejo 07	v.a.	374,1	16,4	101,9	77,8	75,4	57,3	45,4
Algarve 98	v.a.	177,6	15,3	67,4	30,9	31,3	20,1	12,8
Algarve 07	v.a.	216,9	8,9	55,9	37,5	50,8	39,4	24,4
R. A. Açores 98	v.a.	97,7	9,2	39,1	22,9	12,5	8,6	5,4
R. A. Açores 07	v.a.	112,2	5,3	33,7	30,0	18,6	15,3	9,3
R. A. Madeira 98	v.a.	115,6	16,5	46,9	22,7	13,8	11,0	4,7
R. A. Madeira 07	v.a.	124,9	7,7	38,5	24,5	21,2	17,6	15,5

Fonte: Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

A região Algarvia também teve uma melhoria substancial nos níveis de qualificação, tendo no período em análise diminuído os indivíduos sem instrução e com o 1º ciclo do básico, tendo aumentado todos os restantes escalões mais qualificados. Refira-se que enquanto a população activa nos 10 anos em análise cresceu 10,3% no País, na região Algarvia esse aumento foi de 22,1%.

Iremos agora analisar o mesmo indicador, mas em valores relativos (tabela 3.4). Se em termos nacionais a análise é idêntica, na região do Algarve, devido ao grande aumento da população activa, existem algumas alterações. Com efeito, houve diminuições nos indivíduos sem instrução e com os 1º e 2º ciclos do básico e aumento nas restantes.

Tabela 3.4 - População Activa por NUTS II, Segundo o Nível de Escolaridade Completo, 1998 e 2007

Unidade: %

		Total	Sem instrução	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário	Superior
		HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM
Portugal 98	v.r.	100,0%	9,5%	36,8%	20,4%	13,6%	11,0%	8,8%
Portugal 07	v.r.	100,0%	5,1%	27,4%	19,7%	18,6%	15,1%	14,1%
Continente 98	v.r.	100,0%	9,4%	36,6%	20,3%	13,6%	11,1%	9,0%
Continente 07	v.r.	100,0%	5,1%	27,3%	19,6%	18,7%	15,1%	14,3%
Norte 98	v.r.	100,0%	9,6%	39,7%	23,8%	11,5%	8,7%	6,7%
Norte 07	v.r.	100,0%	5,4%	30,2%	23,9%	16,3%	12,6%	11,7%
Centro 98	v.r.	100,0%	14,2%	38,5%	19,5%	11,4%	9,6%	6,8%
Centro 07	v.r.	100,0%	7,9%	33,1%	18,7%	17,3%	12,1%	10,9%
Lisboa 98	v.r.	100,0%	4,7%	29,5%	16,6%	18,0%	16,5%	14,8%
Lisboa 07	v.r.	100,0%	2,4%	17,9%	14,5%	22,2%	20,9%	22,0%
Alentejo 98	v.r.	100,0%	9,5%	39,8%	20,7%	14,4%	8,2%	7,5%
Alentejo 07	v.r.	100,0%	4,4%	27,2%	20,8%	20,1%	15,3%	12,1%
Algarve 98	v.r.	100,0%	8,6%	37,9%	17,4%	17,6%	11,3%	7,2%
Algarve 07	v.r.	100,0%	4,1%	25,8%	17,3%	23,4%	18,2%	11,2%
R. A. Açores 98	v.r.	100,0%	9,4%	40,0%	23,4%	12,8%	8,8%	5,6%
R. A. Açores 07	v.r.	100,0%	4,7%	30,0%	26,8%	16,6%	13,6%	8,3%
R. A. Madeira 98	v.r.	100,0%	14,3%	40,6%	19,6%	11,9%	9,5%	4,0%
R. A. Madeira 07	v.r.	100,0%	6,1%	30,8%	19,6%	17,0%	14,1%	12,4%

Fonte: Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

Refira-se que os indivíduos com ensino superior aumentaram no período em análise 4 p.p. (pontos percentuais) na região Algarvia, enquanto no País esse acréscimo foi de 5,3 p.p. e apenas a região dos Açores teve um aumento menor (2,7 p.p.) que o registado no Algarve. Observando agora o peso dos indivíduos com ensino superior no total da população activa, o País apresenta um peso de 14,1% e a região do Algarve de apenas 11,2%. Com um peso inferior apenas temos as regiões do Centro (10,9%) e Açores (8,3%). Vamos agora analisar a evolução da população activa no Algarve no período 1998-2007 (tabela 3.5). Em termos gerais podemos observar uma evolução contínua da População Activa, que passou de 177.600 em 1998 para 216.900 em 2007, uma evolução de 22,1%.



Tabela 3.5 - Evolução da População Activa no Algarve, segundo o Nível de Escolaridade Completo, 1998-2007

Unidade: milhares / %

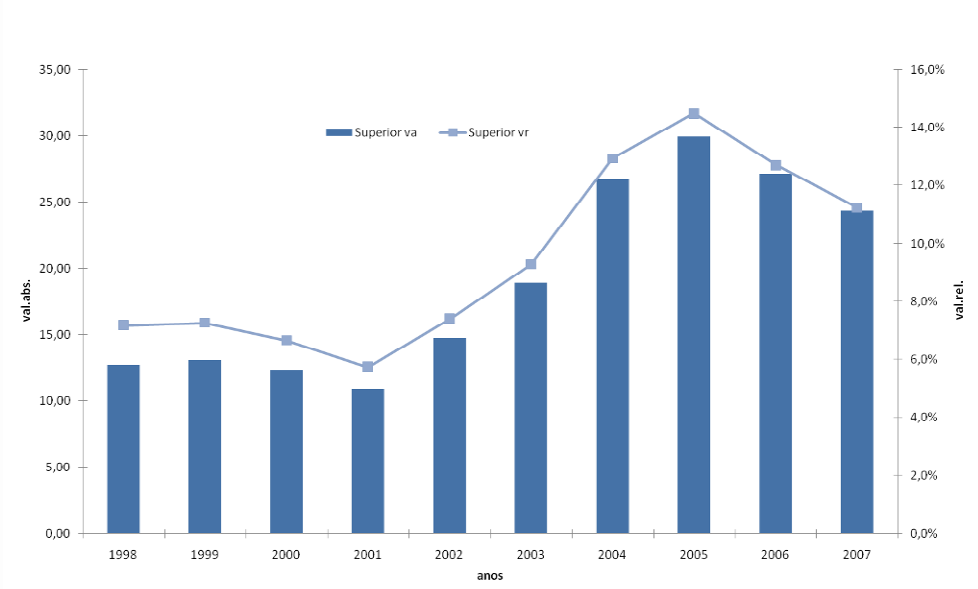
		Total	Sem instrução	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário	Superior
1998	v.a.	177,6	15,3	67,4	30,9	31,3	20,1	12,8
1999	v.a.	180,3	14,6	67,5	33,7	31,5	20,0	13,1
2000	v.a.	185,6	14,0	68,8	38,1	32,5	20,0	12,4
2001	v.a.	190,3	12,6	69,3	39,7	33,9	23,9	10,9
2002	v.a.	199,6	12,6	67,1	37,7	38,9	28,6	14,8
2003	v.a.	203,6	13,5	63,9	38,4	39,2	29,8	18,9
2004	v.a.	206,5	9,7	58,5	35,5	43,4	32,9	26,7
2005	v.a.	206,8	8,5	56,5	33,5	42,2	36,2	30,0
2006	v.a.	213,6	7,5	55,2	37,0	47,8	39,1	27,2
2007	v.a.	216,9	8,9	55,9	37,5	50,8	39,4	24,4
1998	v.r.	100,0%	8,6%	37,9%	17,4%	17,6%	11,3%	7,2%
1999	v.r.	100,0%	8,1%	37,4%	18,7%	17,5%	11,1%	7,3%
2000	v.r.	100,0%	7,5%	37,1%	20,5%	17,5%	10,8%	6,7%
2001	v.r.	100,0%	6,6%	36,4%	20,9%	17,8%	12,6%	5,7%
2002	v.r.	100,0%	6,3%	33,6%	18,9%	19,5%	14,3%	7,4%
2003	v.r.	100,0%	6,6%	31,4%	18,9%	19,2%	14,6%	9,3%
2004	v.r.	100,0%	4,7%	28,3%	17,2%	21,0%	15,9%	12,9%
2005	v.r.	100,0%	4,1%	27,3%	16,2%	20,4%	17,5%	14,5%
2006	v.r.	100,0%	3,5%	25,8%	17,3%	22,4%	18,3%	12,7%
2007	v.r.	100,0%	4,1%	25,8%	17,3%	23,4%	18,2%	11,2%

**Fonte:** Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

Em termos absolutos o número de indivíduos sem instrução e com o 1º ciclo do básico diminuiu, tendo aumentado todos os restantes escalões.

No que concerne aos indivíduos com nível de ensino superior (ver gráfico 3.1), analisando o seu comportamento em termos absolutos, verificamos que teve uma evolução algo irregular, com vários aumentos e decréscimos ao longo dos 10 anos em análise. No entanto o valor de partida (12.800 em 1998) é bastante inferior ao último (24.400 em 2007), sendo de referir que os valores máximos se deram em 2005 (30.000) e 2006 (27.200). Parece assim que este escalão se encontra em perda, pois tem vindo a diminuir há 2 anos consecutivos. Se a análise for sobre o mesmo assunto, mas em valores relativos, temos um aumento de 4 p.p. entre 1998 e 2007, mas também este algo irregular, como se comprova pelo facto de os valores mais elevados terem sido em 2004 (12,9%) e 2005 (14,5%).

Gráfico 3.1 - Evolução da População Activa no Algarve com Nível de Escolaridade Superior, 1998-2007



Fonte: Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

### 3.4. O Emprego

Vejamus a situação da população empregada em 1998 e 2007 em Portugal, no Continente e no Algarve (tabela 3.6). Enquanto no País se deu um acréscimo de 6,7% na população empregada, na região do Algarve o crescimento foi de 21,3%. No que concerne ao nível de qualificação, e para os mesmos anos, os escalões “nenhum” e “Básico-1º Ciclo” perderam peso na estrutura do emprego do País e do Algarve. Já no escalão “Básico-2º Ciclo” diminuiu ligeiramente no País (- 0,6 p.p.) e praticamente estagnou no Algarve (+ 0,1 p.p.). Nos restantes escalões, mais qualificados, houve aumentos relativos em todos. No que toca ao emprego qualificado, o País teve um aumento de 69,3% para o período em análise e o Algarve de 87,9%. Em termos do peso na estrutura do emprego, no País teve um aumento de 5,3 p.p. e no Algarve esse acréscimo foi de 4,1 p.p., refira-se que em 1998 o escalão “nenhum” era maior do que o escalão “superior” quer no País, quer no Algarve (diferenças de 0,8 p.p. e 1,4 p.p. respectivamente), situação que se inverteu, sendo em 2007 o escalão “superior” muito superior ao escalão “nenhum” no País e no Algarve (diferenças de 8,9 p.p. e 7,5 p.p. respectivamente). Em 2007 temos claramente uma população empregada mais qualificada, quer no País, quer no Algarve.

Tabela 3.6 - Evolução da População Empregada em Portugal, Continente e Algarve por Nível de Escolaridade Mais Elevado Completo, 1998-2007

Unidade: milhares / %

			Total	Nenhum	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
Portugal	1998	v.a.	4 843,8	472,0	1 789,8	977,7	649,8	521,5	433,1
	2007	v.a.	5.169,7	273,4	1.430,2	1.010,9	945,7	776,6	733,0
	1998	v.r.	100,0%	9,7%	37,0%	20,2%	13,4%	10,8%	8,9%
	2007	v.r.	100,0%	5,3%	27,7%	19,6%	18,3%	15,0%	14,2%
Continente	1998	v.a.	4 638,9	446,7	1 706,4	934,7	625,0	502,9	423,2
	2007	v.a.	4.946,0	260,8	1.361,3	960,1	908,8	745,3	709,7
	1998	v.r.	100,0%	9,6%	36,8%	20,1%	13,5%	10,8%	9,1%
	2007	v.r.	100,0%	5,3%	27,5%	19,4%	18,4%	15,1%	14,3%
Algarve	1998	v.a.	166,9	14,7	63,7	28,3	28,8	19,1	12,4
	2007	v.a.	202,4	8,1	51,9	34,4	47,5	37,4	23,3
	1998	v.r.	100,0%	8,8%	38,1%	16,9%	17,3%	11,4%	7,4%
	2007	v.r.	100,0%	4,0%	25,6%	17,0%	23,4%	18,5%	11,5%

Fonte: Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

A evolução do emprego na região algarvia apresenta uma evolução positiva no período 1998-2007 (tabela 3.7), seguindo uma evolução semelhante ao da população activa, já analisada anteriormente.

Tabela 3.7 - Evolução da População Empregada no Algarve por Nível de Escolaridade Mais Elevado Completo, 1998-2007

Unidade: milhares / %

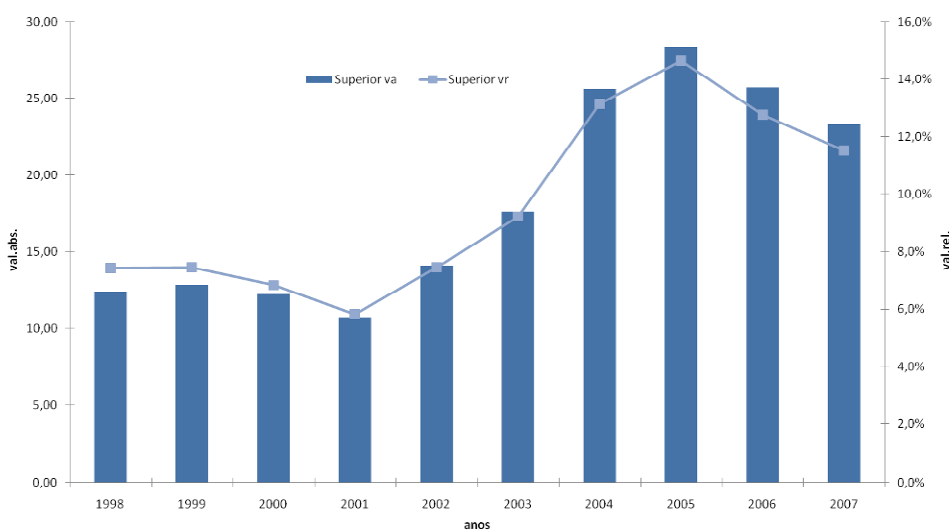
		Total	Nenhum	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
1998	v.a.	166,9	14,7	63,7	28,3	28,8	19,1	12,4
1999	v.a.	171,8	13,8	64,8	31,5	29,7	19,1	12,8
2000	v.a.	179,0	13,5	67,0	36,3	31,0	19,1	12,2
2001	v.a.	183,0	12,2	67,5	37,4	32,4	23,0	10,7
2002	v.a.	189,1	12,2	64,2	35,1	36,6	26,9	14,1
2003	v.a.	191,2	12,8	60,4	35,7	36,0	28,7	17,6
2004	v.a.	195,2	9,3	55,7	33,1	40,7	30,8	25,7
2005	v.a.	193,9	8,1	52,7	31,1	39,5	34,1	28,4
2006	v.a.	201,8	6,8	51,8	34,6	45,3	37,5	25,7
2007	v.a.	202,4	8,1	51,9	34,4	47,5	37,4	23,3
1998	v.r.	100,0%	8,8%	38,1%	16,9%	17,3%	11,4%	7,4%
1999	v.r.	100,0%	8,0%	37,7%	18,4%	17,3%	11,1%	7,5%
2000	v.r.	100,0%	7,5%	37,4%	20,2%	17,3%	10,6%	6,8%
2001	v.r.	100,0%	6,7%	36,9%	20,4%	17,7%	12,5%	5,8%
2002	v.r.	100,0%	6,4%	34,0%	18,6%	19,4%	14,2%	7,5%
2003	v.r.	100,0%	6,7%	31,6%	18,7%	18,8%	15,0%	9,2%
2004	v.r.	100,0%	4,8%	28,5%	17,0%	20,8%	15,8%	13,1%
2005	v.r.	100,0%	4,2%	27,2%	16,1%	20,3%	17,6%	14,6%
2006	v.r.	100,0%	3,4%	25,7%	17,1%	22,5%	18,6%	12,8%
2007	v.r.	100,0%	4,0%	25,6%	17,0%	23,4%	18,5%	11,5%

Fonte: Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

Quando comparados os anos de 1998 e 2007 verificamos que diminuíram, em termos absolutos e relativos, os indivíduos empregados sem habilitação e com habilitação do 1º ciclo do ensino básico, tendo aumentado os restantes escalões com habilitações mais elevadas. A população empregada em 2007 é claramente mais qualificada do que a existente em 1998.

No que concerne à população empregada com habilitação superior, o seu número aumentou entre 1998 e 2007, mas o valor máximo foi atingido em 2005 (28.400), tendo vindo a diminuir desde aí (25.700 em 2006 e 23.300 em 2007). Refira-se que em 2006 e 2007 os escalões que aumentaram em termos de peso relativo foram o “Básico - 2º ciclo”, Básico - 3º ciclo” e Secundário, o que parece ser uma regressão em termos de qualificação na região. No Gráfico 2 podemos ver claramente esta evolução.

Gráfico 3.12 - Evolução da População Empregada no Algarve com Nível de Escolaridade Superior, 1998-2007



Fonte: Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

Iremos agora analisar a evolução da taxa média de emprego anual no Algarve (tabela 3.8). Como se pode verificar facilmente, quanto maior é a escolaridade mais fácil é a inserção no mercado de emprego. Como exemplo podemos analisar a taxa média de emprego dos indivíduos sem habilitação (abaixo dos 20%) e a dos indivíduos com habilitação superior (acima dos 80%). Um curso universitário continua a ser a melhor porta para a entrada no mercado de trabalho.

Tabela 3.8 - Evolução da Taxa Média de Emprego Anual no Algarve por Nível de Escolaridade Mais Elevado Completo, 1998-2007

Unidade: %

		Total	Nenhum	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
1998	v.r.	53,9	20,9	62,2	66,6	57,8	64,2	80,9
1999	v.r.	54,3	21,2	60,4	68,5	58,6	60,5	84,1
2000	v.r.	55,3	20,4	60,3	70,1	63,2	61,0	84,8
2001	v.r.	55,3	18,3	60,7	70,6	62,5	64,7	82,2
2002	v.r.	56,1	19,2	59,3	69,9	63,0	67,9	80,1
2003	v.r.	56,0	21,5	56,9	69,1	61,9	65,4	78,7
2004	v.r.	56,5	17,1	56,3	70,9	62,6	62,7	81,6
2005	v.r.	55,1	16,0	52,2	64,8	61,1	64,2	81,5
2006	v.r.	56,5	14,3	51,2	67,1	65,3	67,0	82,7
2007	v.r.	56,6	17,7	49,2	67,1	65,7	68,1	81,8

Fonte: Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

A **evolução da população empregada por profissão** em Portugal no período 1998-2007 (tabela 3.9) demonstra-nos que diminuiu o número de indivíduos que exercem as profissões “Forças armadas”, “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas”, “Operários, artífices e trabalhadores similares” e “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”, tendo as restantes profissões tido uma evolução positiva.

Tabela 3.9 - Evolução da População Empregada em Portugal, Continente e Algarve por Profissão, 1998-2007

Unidade: milhares

		Total	Forças armadas	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados
Portugal	1998	v.a. 4.843,8	36,9	353,3	299,0	370,6	440,3	640,5	560,5	1.105,2	415,8	621,8
	1999	v.a. 4.910,4	35,9	360,7	332,3	363,8	455,7	666,6	543,4	1.095,4	406,4	650,3
	2000	v.a. 5.020,9	32,6	339,7	335,5	379,8	492,8	655,0	559,8	1.092,5	435,2	698,2
	2001	v.a. 5.111,7	35,5	348,5	362,8	379,1	494,9	690,9	590,4	1.103,4	424,5	681,8
	2002	v.a. 5.137,3	29,9	375,9	350,5	378,8	491,6	701,4	578,3	1.089,2	441,3	700,6
	2003	v.a. 5.118,0	34,3	427,6	371,5	386,4	506,3	678,7	586,5	1.037,2	439,1	650,3
	2004	v.a. 5.122,8	35,8	458,8	434,5	423,2	516,1	676,5	561,8	966,8	419,8	629,6
	2005	v.a. 5.122,6	28,5	468,5	438,7	439,6	506,7	695,7	560,1	955,8	409,3	619,7
	2006	v.a. 5.159,5	29,8	397,2	448,6	452,7	492,9	742,8	559,2	1.014,9	411,0	610,5
2007	v.a. 5.169,7	35,1	344,5	442,6	453,0	479,7	767,1	562,2	1.020,8	402,8	662,1	
Continente	1998	v.a. 4.638,9	35,7	345,8	290,0	358,4	421,9	612,3	527,0	1.060,3	404,4	583,2
	1999	v.a. 4.705,5	35,2	354,3	323,7	350,7	439,7	636,4	509,1	1.051,9	396,1	608,5
	2000	v.a. 4.816,9	31,6	333,6	327,1	365,8	477,0	624,8	528,0	1.049,2	423,3	656,7
	2001	v.a. 4.905,7	34,4	340,5	354,4	364,1	475,8	659,7	563,8	1.059,5	412,7	641,0
	2002	v.a. 4.924,4	29,1	367,0	342,0	361,7	471,7	670,7	551,1	1.044,4	429,8	656,9
	2003	v.a. 4.903,6	33,5	417,9	360,8	368,2	485,9	646,8	562,9	994,5	427,7	605,4
	2004	v.a. 4.904,4	34,8	450,0	421,4	404,5	494,5	640,2	538,1	926,4	406,9	587,8
	2005	v.a. 4.900,2	27,4	458,8	424,9	421,4	483,7	659,7	536,3	913,8	395,8	578,6
	2006	v.a. 4.934,7	28,7	386,5	435,1	434,6	470,6	705,7	534,7	969,0	397,2	572,7
2007	v.a. 4.946,0	34,0	335,5	427,8	434,9	458,4	728,0	536,5	977,0	389,7	624,5	
Algarve	1998	v.a. 166,9	0,0	19,7	8,5	12,8	16,9	29,2	16,2	27,5	8,5	27,4
	1999	v.a. 171,8	1,1	21,3	9,5	12,6	15,0	28,5	14,8	26,4	8,9	33,7
	2000	v.a. 179,0	1,3	18,0	8,2	10,5	16,6	32,1	15,6	31,1	8,6	37,3
	2001	v.a. 183,0	2,0	16,0	7,0	11,4	18,3	32,8	13,4	32,6	9,7	39,9
	2002	v.a. 189,1	2,4	16,4	8,1	13,8	18,3	32,2	14,4	31,2	10,9	41,4
	2003	v.a. 191,2	1,4	22,3	10,6	14,2	18,5	31,5	14,6	32,0	9,3	36,9
	2004	v.a. 195,2	2,3	24,9	16,0	15,4	16,3	35,5	12,7	30,8	9,5	31,9
	2005	v.a. 193,9	1,0	23,6	16,6	18,3	18,0	35,4	10,3	33,6	9,7	27,8
	2006	v.a. 201,8	0,0	23,3	14,4	20,1	22,5	40,9	10,3	33,6	9,5	26,9
2007	v.a. 202,4	0,0	19,5	13,6	15,6	21,6	41,3	11,5	34,0	10,9	34,3	

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

Obs. Os dados referentes às Forças Armadas no Algarve nos anos de 1998, 2006 e 2007 são irrelevantes

No que concerne ao Algarve, e para o mesmo período, verificamos uma redução residual (-200) na profissão “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas” e uma mais acentuada (- 4.700) na “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”. Realce para os aumentos de 12.200 indivíduos na profissão “Pessoal dos serviços e vendedores”, 6.900 em “Trabalhadores não qualificados” e 6.500 em “Operários, artífices e trabalhadores similares”, todas profissões com médio/baixo nível de qualificações exigidas.

Quando analisada a mesma população empregada, mas em termos relativos (tabela 3.10), verificamos que em 2007 a região do Algarve apresenta, quando comparada com o País e o Continente, um maior peso no que toca a “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas”, “Pessoal administrativo e similares”, “Pessoal dos serviços e vendedores” e “Trabalhadores não qualificados”, ou seja, nas profissões com níveis de qualificação mais extremados.

Tabela 3.10 - Evolução da População Empregada no Algarve por Profissão, 1998-2007

Unidade: %

		Total	Forças armadas	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados
Portugal - 1998	v.a.	100,0%	0,8%	7,3%	6,2%	7,7%	9,1%	13,2%	11,6%	22,8%	8,6%	12,8%
Portugal - 2007	v.a.	100,0%	0,7%	6,7%	8,6%	8,8%	9,3%	14,8%	10,9%	19,7%	7,8%	12,8%
Continente - 1998	v.a.	100,0%	0,8%	7,5%	6,3%	7,7%	9,1%	13,2%	11,4%	22,9%	8,7%	12,6%
Continente - 2007	v.a.	100,0%	0,7%	6,8%	8,6%	8,8%	9,3%	14,7%	10,8%	19,8%	7,9%	12,6%
Algarve - 1998	v.a.	100,0%	0,0%	11,8%	5,1%	7,7%	10,1%	17,5%	9,7%	16,5%	5,1%	16,4%
Algarve - 2007	v.a.	100,0%	0,0%	9,6%	6,7%	7,7%	10,7%	20,4%	5,7%	16,8%	5,4%	16,9%

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

Obs. Os dados referentes às Forças Armadas no Algarve nos anos de 1998, 2006 e 2007 são irrelevantes

Comparando a realidade Algarvia em 1998 e 2007, podemos verificar uma diminuição de 4 p.p. nos “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas” e de 2,2 p.p. nos “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas”, em contrapartida com todas as outras profissões que se mantiveram ou aumentaram em termos relativos.

Atente-se no facto de em 2007 16,9% da população empregada serem trabalhadores não qualificados (contra 12,8% no País), um valor elevado para uma região que pretende apostar na qualidade.

Vejamos agora a evolução do rendimento mensal líquido da população empregada por conta de outrem consoante a respectiva profissão (tabela 3.11).

Analisando o último ano disponível (2007) verificamos que o rendimento médio mensal no Algarve (723,8€) é inferior ao do País (725€) e ao do Continente (728,8€).

Tabela 3.11 - Evolução do Rendimento Médio Mensal Líquido da População Empregada em Portugal, Continente e Algarve por Conta de Outrem e Profissão, 1998-2007

Unidade: €

		Total	Forças armadas	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados
Portugal	1998	v.a. 508,8 €	678,3 €	1.277,5 €	1.047,3 €	755,0 €	552,8 €	426,8 €	334,3 €	412,5 €	438,3 €	322,0 €
	1999	v.a. 526,0 €	743,0 €	1.245,5 €	1.056,8 €	788,3 €	551,0 €	428,3 €	366,8 €	432,5 €	460,5 €	339,8 €
	2000	v.a. 551,0 €	823,0 €	1.099,5 €	1.116,8 €	802,8 €	558,5 €	454,0 €	376,5 €	457,5 €	490,0 €	374,0 €
	2001	v.a. 593,0 €	930,0 €	1.164,3 €	1.169,3 €	866,7 €	608,3 €	483,3 €	464,3 €	493,3 €	530,0 €	402,7 €
	2002	v.a. 634,8 €	881,5 €	1.336,5 €	1.266,8 €	933,0 €	668,0 €	512,3 €	448,0 €	542,3 €	543,3 €	430,8 €
	2003	v.a. 637,8 €	981,5 €	1.344,5 €	1.294,0 €	945,5 €	659,8 €	509,0 €	474,0 €	512,8 €	552,5 €	412,0 €
	2004	v.a. 670,0 €	913,8 €	1.435,3 €	1.339,5 €	976,5 €	663,5 €	524,0 €	444,3 €	534,3 €	562,5 €	423,3 €
	2005	v.a. 687,5 €	843,5 €	1.461,8 €	1.350,5 €	967,8 €	687,5 €	544,8 €	449,8 €	551,8 €	586,0 €	444,8 €
	2006	v.a. 711,5 €	914,5 €	1.505,0 €	1.390,3 €	996,3 €	706,3 €	556,5 €	454,5 €	568,5 €	617,3 €	460,8 €
2007	v.a. 725,0 €	1.008,3 €	1.624,3 €	1.443,3 €	1.030,3 €	710,3 €	573,3 €	459,5 €	580,3 €	622,5 €	465,8 €	
Continente	1998	v.a. 511,3 €	683,0 €	1.277,8 €	1.052,8 €	756,8 €	553,0 €	428,5 €	331,3 €	415,3 €	438,5 €	320,5 €
	1999	v.a. 529,3 €	746,8 €	1.253,5 €	1.062,3 €	788,5 €	550,5 €	429,0 €	370,0 €	435,8 €	460,5 €	339,0 €
	2000	v.a. 553,0 €	828,8 €	1.095,5 €	1.121,3 €	805,5 €	558,3 €	453,8 €	379,5 €	459,3 €	489,5 €	373,5 €
	2001	v.a. 593,7 €	938,0 €	1.149,7 €	1.172,0 €	867,7 €	607,7 €	480,7 €	468,7 €	494,0 €	530,0 €	401,0 €
	2002	v.a. 635,3 €	885,0 €	1.332,8 €	1.269,8 €	934,0 €	668,0 €	510,0 €	439,8 €	542,3 €	542,8 €	425,0 €
	2003	v.a. 639,0 €	985,8 €	1.340,8 €	1.293,0 €	946,3 €	659,5 €	509,3 €	476,5 €	513,3 €	552,0 €	411,0 €
	2004	v.a. 671,8 €	920,8 €	1.436,5 €	1.339,3 €	977,3 €	664,3 €	524,5 €	444,3 €	534,0 €	562,8 €	423,0 €
	2005	v.a. 688,5 €	850,5 €	1.465,5 €	1.352,0 €	965,5 €	687,0 €	544,8 €	444,8 €	549,8 €	585,5 €	443,3 €
	2006	v.a. 713,5 €	926,5 €	1.505,8 €	1.389,8 €	996,5 €	706,3 €	557,3 €	450,0 €	567,3 €	616,8 €	459,3 €
2007	v.a. 728,8 €	1.017,0 €	1.626,5 €	1.447,3 €	1.032,3 €	710,0 €	575,5 €	456,8 €	580,0 €	622,5 €	464,0 €	
Algarve	1998	v.a. 505,0 €	632,5 €	1.039,0 €	971,5 €	745,3 €	493,0 €	464,8 €	340,5 €	447,8 €	450,0 €	334,0 €
	1999	v.a. 500,8 €	730,5 €	873,8 €	946,5 €	716,0 €	506,5 €	434,8 €	364,3 €	461,8 €	499,8 €	365,5 €
	2000	v.a. 512,5 €	683,0 €	810,5 €	1.031,3 €	730,0 €	515,3 €	453,0 €	411,5 €	485,5 €	543,5 €	401,5 €
	2001	v.a. 682,7 €	943,3 €	938,3 €	1.764,0 €	879,3 €	759,7 €	488,0 €	1.132,7 €	658,3 €	616,3 €	508,7 €
	2002	v.a. 577,5 €	839,3 €	643,0 €	1.156,8 €	819,8 €	585,0 €	520,0 €	463,8 €	534,5 €	548,8 €	460,3 €
	2003	v.a. 604,3 €	876,8 €	1.102,0 €	1.172,5 €	782,5 €	612,3 €	536,8 €	531,5 €	539,3 €	564,3 €	461,8 €
	2004	v.a. 677,8 €	857,3 €	1.158,5 €	1.210,8 €	889,8 €	637,8 €	552,0 €	517,0 €	618,5 €	607,3 €	497,8 €
	2005	v.a. 710,8 €	847,5 €	1.200,0 €	1.358,3 €	925,5 €	710,0 €	559,3 €	488,8 €	633,3 €	637,5 €	521,0 €
	2006	v.a. 770,3 €	561,0 €	1.568,0 €	1.586,5 €	983,0 €	746,8 €	588,3 €	550,3 €	662,0 €	641,3 €	536,5 €
2007	v.a. 723,8 €	1.425,8 €	1.587,3 €	1.529,0 €	1.014,0 €	712,8 €	581,8 €	534,8 €	652,5 €	647,3 €	528,5 €	

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

Obs. Não foram considerados os dados do 1º trimestre de 2001, por apresentarem valores anómalos

Mantendo a análise no mesmo ano, verificamos que o rendimento médio mensal apenas é superior no Algarve em relação ao País em praticamente todos os escalões, com excepção de “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas” e “Técnicos e profissionais de nível intermédio”. Vejamos o rendimento médio mensal em 2007 dos “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas” no Algarve e no País, a profissão mais qualificada. No Algarve recebem em média 1.587,3 € e 1.624,3 € no País, uma diferença de 37€. Refira-se que esta série apresentada pelo INE apresenta dados algo inconstantes, pelo que deverá ser analisada de forma cautelosa.

A evolução do rendimento mensal líquido da população empregada por conta de outrem e por sector de actividade (tabela 3.12) demonstra uma natural evolução dos salários e evidência a discrepância entre sectores de actividade, com os melhores salários médios a encontrarem-se no sector dos “serviços”, depois vêm a “Indústria, construção, energia e água” e, por fim, a “Agricultura, produção animal, caça,

silvicultura e pesca”. Em termos nacionais a diferença entre cada escalão ronda os 150€, enquanto na região do Algarve as diferenças não são homogéneas.

Tabela 3.12 - Evolução do Rendimento Médio Mensal Líquido da População Empregada em Portugal, Continente e Algarve por Conta de Outrem e Sector de actividade Económica (CAE Rev. 2.1), 1998-2007

Unidade: €

		Total	Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	Indústria, construção, energia e água	Serviços	
Portugal	1998	v.a.	508,8 €	335,5 €	441,0 €	567,8 €
	1999	v.a.	526,0 €	360,0 €	461,3 €	579,3 €
	2000	v.a.	551,0 €	381,3 €	491,3 €	600,3 €
	2001	v.a.	593,0 €	453,0 €	525,3 €	643,3 €
	2002	v.a.	634,8 €	456,8 €	574,0 €	682,3 €
	2003	v.a.	637,8 €	494,5 €	546,5 €	701,8 €
	2004	v.a.	670,0 €	481,5 €	570,0 €	736,3 €
	2005	v.a.	687,5 €	491,5 €	595,3 €	747,5 €
	2006	v.a.	711,5 €	506,3 €	611,8 €	775,8 €
2007	v.a.	725,0 €	484,8 €	635,8 €	785,0 €	
Continente	1998	v.a.	511,3 €	335,0 €	443,5 €	572,0 €
	1999	v.a.	529,3 €	361,3 €	464,3 €	583,0 €
	2000	v.a.	553,0 €	381,5 €	493,0 €	603,0 €
	2001	v.a.	593,7 €	454,7 €	526,0 €	645,0 €
	2002	v.a.	635,3 €	452,0 €	574,3 €	683,5 €
	2003	v.a.	639,0 €	492,0 €	547,3 €	703,5 €
	2004	v.a.	671,8 €	480,3 €	570,8 €	739,5 €
	2005	v.a.	688,5 €	489,3 €	594,8 €	750,3 €
	2006	v.a.	713,5 €	504,0 €	612,3 €	779,3 €
2007	v.a.	728,8 €	481,0 €	637,0 €	790,5 €	
Algarve	1998	v.a.	505,0 €	323,5 €	469,3 €	526,8 €
	1999	v.a.	500,8 €	382,8 €	480,3 €	513,8 €
	2000	v.a.	512,3 €	399,8 €	501,0 €	523,0 €
	2001	v.a.	682,7 €	954,3 €	697,3 €	663,0 €
	2002	v.a.	577,5 €	490,5 €	543,8 €	591,5 €
	2003	v.a.	604,3 €	533,3 €	541,3 €	625,5 €
	2004	v.a.	677,8 €	524,3 €	638,5 €	693,8 €
	2005	v.a.	710,8 €	512,0 €	646,0 €	732,3 €
	2006	v.a.	770,3 €	524,3 €	662,8 €	802,8 €
2007	v.a.	723,8 €	495,0 €	641,3 €	755,5 €	

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

Obs. Não foram considerados os dados do 1º trimestre de 2001, por apresentarem valores anómalos

Analisando o Algarve podemos concluir que os salários tiveram um máximo em 2006 (770,3€), tendo diminuído para 723,8€ em 2007. O Algarve apresenta como salário médio total um valor próximo do nacional (-1,2€), sendo nesta região superior ao nacional nos sectores primário (+ 10,3€) e secundário (+5,5€), sendo inferior no sector terciário (-29,5€).



### 3.5. O Desemprego

Depois de termos analisado a evolução do desemprego no capítulo “O Mercado de Trabalho”, vejamos agora a sua decomposição por sexo (tabela 3.13). Em termos nacionais predomina o desemprego feminino (56,1%), enquanto na região algarvia se deu uma inversão. Com efeito, em 1998 dominava o desemprego feminino (53,3%), mas em 2007 o domínio passou para o desemprego masculino (52,2%).

Tabela 3.13 - Evolução da População Desempregada em Portugal, Continente e Algarve por Sexo, 1998-2007

Unidade: milhares / %

	Sexo		HM	H	M
Portugal	1998	v.a.	251,9	110,6	141,3
	2007	v.a.	448,6	196,8	251,8
	1998	v.r.	100,0%	43,9%	56,1%
	2007	v.r.	100,0%	43,9%	56,1%
Continente	1998	v.a.	243,6	107,5	136,1
	2007	v.a.	435,3	190,5	244,8
	1998	v.r.	100,0%	44,1%	55,9%
	2007	v.r.	100,0%	43,8%	56,2%
Algarve	1998	v.a.	10,8	5,0	5,7
	2007	v.a.	14,5	7,6	6,9
	1998	v.r.	100,0%	46,7%	53,3%
	2007	v.r.	100,0%	52,2%	47,8%

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, cálculos do autor

O Algarve apresenta um peso menor do que o País no que concerne ao peso do desemprego qualificado no total do desemprego como se pode verificar na tabela 3.14. Efectivamente, em Dez-02 o País apresentava um peso de 7,8% e o Algarve 4,8% (diferença de 3 p.p.) e no final da séria, em Dez-07, o País chegava aos 10,2%, enquanto o Algarve alcançava 7,2% (mantendo-se a diferença de 3 p.p.).

Tabela 3.14 - Evolução do Peso dos Desempregados Qualificados Inscritos no Total do Desemprego no Final do Mês de Dezembro - País e Algarve

Unidade: nº / %

MÊS-ANO	País		Algarve	
	Desempregados	Qualificados	País	Algarve
Dez-02	29.840	661	7,8%	4,8%
Dez-03	39.785	971	8,8%	6,3%
Dez-04	35.210	688	7,5%	4,3%
Dez-05	41.770	1.024	8,7%	6,5%
Dez-06	42.219	959	9,3%	6,2%
Dez-07	39.627	1.007	10,2%	7,2%

Fonte: IEFP, cálculos do autor

Vejamos agora o desemprego qualificado no Algarve (tabela 3.15), segundo os dados do IEFP, no período de 1998 a 2007, através de dados da média de cada ano (média dos dados no final de cada mês). Se no início da série os desempregados qualificados eram abaixo dos 500 (1998, 1999 e 2000), no ano de 2007 mais do que duplicaram (1.001). Refira-se também que o peso dos desempregados qualificados no total do desemprego também aumentou, passando de 3,5% (1998) para 8,4% (2007).

Ou seja, os desempregados qualificados na região do Algarve aumentaram substancialmente, quer em termos absolutos, quer no que concerne ao seu peso no total do desemprego registado.

Tabela 3.15 – Evolução da Média Anual dos Desempregados Qualificados Inscritos no Final do Mês - Algarve

Unidade: nº

Ano	BACHARELATO	LICENCIATURA	MESTRADO	DOCTORAMENTO	Soma:	DESEMPREGO MÉDIO	%
1998	210	201	1		412	11.869	3,5%
1999	191	221	2		413	9.719	4,3%
2000	171	287	2	1	461	8.178	5,6%
2001	178	349	3	1	531	8.421	6,3%
2002	165	415	3		582	9.830	5,9%
2003	178	654	3		835	11.912	7,0%
2004	174	651	3	1	829	12.825	6,5%
2005	158	708	6	2	874	13.300	6,6%
2006	168	794	9	1	972	12.781	7,6%
2007	160	828	12	1	1.001	11.862	8,4%

Fonte: IEFP, cálculos do autor

Em 1998 já constam desempregados com mestrado e em 2000 o primeiro doutorado. Em 2007 permanecem mestres desempregados enquanto o aparecimento de doutorados é esporádico.

Na tabela 3.16 poderemos observar os desempregados qualificados por sexo e escalão etário. É de referir o baixo peso dos indivíduos com mais de 55 anos e o grande peso (normalmente acima dos 50%) dos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos.

Tabela 3.16 – Evolução da Média Anual dos Desempregados Qualificados Inscritos no Final do Mês por Sexo e Escalão Etário - Algarve

Unidade: nº

Ano / Grupo Etário	M < 25 Anos	F < 25 Anos	M 25 - 34 Anos	F 25 - 34 Anos	M 35 - 54 Anos	F 35 - 54 Anos	M 55 Anos e +	F 55 Anos e +	Soma:
1998	43	102	63	129	33	32	8	2	411
1999	31	94	71	140	27	37	11	2	412
2000	34	89	72	177	25	50	13	2	461
2001	22	94	86	205	41	62	16	4	530
2002	30	94	101	248	39	60	9	2	582
2003	42	123	163	356	49	83	14	4	835
2004	36	126	157	356	61	76	14	4	829
2005	36	127	146	389	70	88	12	5	873
2006	30	129	166	429	69	122	21	7	972
2007	28	143	160	426	79	142	14	9	1.000

Fonte: IEFP, cálculos do autor

Em termos de sexo a predominância do sexo feminino é apreciável, rondando normalmente os 2/3 do total do desemprego registado.

Vejamos agora o motivo que levou os desempregados qualificados a inscreverem-se nos Centros de Emprego (tabela 3.17) ao longo dos 10 anos já referidos. Cerca de 50% (com variações ao longo dos anos) inscrevem-se devido ao "Fim de trabalho não permanente", ou seja, tiverem um contracto a prazo que terminou e vão-se inscrever nos Centros de Emprego à procura de novo emprego. Também com peso relevante, e em crescimento ao longo da série, temos o "Fim de Estudos", os indivíduos que terminam a sua formação académica e pretendem ingressar no mercado de trabalho. Depois, com menos peso, temos 2 motivos interessantes: o "Foi despedido" e o "Despediu-se", sendo o primeiro normalmente superior ao segundo e tem-se vindo a acentuar nos últimos anos.

Tabela 3.17 – Evolução da Média Anual dos Desempregados Qualificados Inscritos no Final do Mês por Motivo de Inscrição – Algarve

Unidade: nº

Ano	FIM DE TRABALHO NÃO PERMANENTE	FIM DE ESTUDOS, EX-ESTUDANTE	FOI DESPEDIDO	FIM DE CURSO DE FORMAÇÃO	REINSCRIÇÃO NA SEQUÊNCIA DE FALTA CONV/CONTROLO	DESPEDIU-SE	DESPEDIMENTO COM MUTUO ACORDO	ESTUDANTE, TRABALHADOR ESTUDANTE	OUTROS MOTIVOS	SOMA:
1998	135	55	21	1		15	4	119	62	411
1999	158	61	21	4	3	22	7	96	43	416
2000	220	72	28	9	5	24	3	77	21	461
2001	304	87	25	7	6	20	5	41	38	532
2002	344	113	16	9	8	17	8	16	54	584
2003	407	148	22	85	25	29	21	15	87	839
2004	428	139	21	53	35	25	22	15	93	830
2005	419	137	26	115	36	18	23	13	88	874
2006	469	156	41	81	44	20	28	9	126	973
2007	446	196	49	71	52	25	25	9	129	1.001

Fonte: IEFP, cálculos do autor

Vamos de seguida analisar o Tempo de Inscrição dos Desempregados Qualificados (tabela 3.18), sendo facilmente perceptível que a esmagadora maioria (sempre mais de 82%) permanece em situação de desemprego menos de 12 meses, sendo, logicamente, menos de 18% aqueles que chegam à situação de desemprego de longa duração (+ de 12 meses).

Tabela 3.18 – Evolução da Média Anual dos Desempregados Qualificados Inscritos no Final do Mês por Tempo de Inscrição – Algarve

Unidade: nº

Ano	< 12 Meses	>= 12 Meses	Soma:
1998	339	73	411
1999	349	63	412
2000	409	51	460
2001	456	74	530
2002	502	81	582
2003	744	91	835
2004	719	110	829
2005	783	90	873
2006	835	137	972
2007	851	150	1.000

Fonte: IEFP, cálculos do autor

Na tabela 3.19 vamos comparar o tempo de inscrição do total dos Desempregados e dos Desempregados Qualificados, para verificar se a habilitação académica influencia ou não uma mais rápida saída da situação de desemprego.

Com efeito, podemos verificar que em todos os 10 anos em análise é maior o peso dos desempregados inscritos há mais de 12 meses no total dos Desempregados do que nos Desempregados Qualificados, com variações que vão desde os 4,4 p.p. em 2002 até aos 13,9 p.p. em 2000. Podemos assim afirmar que a qualificação é uma boa ferramenta para o indivíduo mais facilmente conseguir resolver o seu problema de emprego.

Tabela 3.19 – Evolução do Peso da Média Anual dos Desempregados Inscritos no Final do Mês por Tempo de Inscrição – Algarve

Unidade: n%

Ano	Todos os Desempregados		Desempregados Qualificados	
	< 12 Meses	>= 12 Meses	< 12 Meses	>= 12 Meses
1998	77,1%	22,9%	82,3%	17,7%
1999	75,2%	24,8%	84,8%	15,2%
2000	75,1%	24,9%	89,0%	11,0%
2001	79,1%	20,9%	86,0%	14,0%
2002	81,8%	18,2%	86,2%	13,8%
2003	81,0%	19,0%	89,1%	10,9%
2004	78,7%	21,3%	86,8%	13,2%
2005	79,0%	21,0%	89,7%	10,3%
2006	78,7%	21,3%	85,9%	14,1%
2007	79,5%	20,5%	85,0%	15,0%

Fonte: IEFP, cálculos do autor

Na tabela 3.20 podemos analisar a situação face ao emprego dos desempregados qualificados, sendo de realçar o facto de cerca de acima de 75% (com 3 excepções) serem desempregados-novo emprego, ou seja, pessoas que já tiverem um emprego. Refira-se também que o peso dos desempregados 1º emprego tem vindo a diminuir, uma vez que apresenta um peso de 43,5% em 1998 e de 24,5% em 2007, fruto certamente da maior aproximação dos desempregados qualificados aos Centros de Emprego e ao seu maior número.

Tabela 3.20 – Evolução da Média Anual dos Desempregados Qualificados Inscritos no Final do Mês por Situação Face ao Emprego - Algarve

Unidade: nº

Ano	DESEMPREGADO-1º EMPREGO	DESEMPREGADO-NOVO EMPREGO	Soma:
1998	179	232	411
1999	158	254	412
2000	149	312	460
2001	128	402	530
2002	137	446	582
2003	187	647	835
2004	191	638	829
2005	193	680	873
2006	208	764	972
2007	246	755	1.000

Fonte: IEFP, cálculos do autor

Vamos agora analisar as profissões com mais desempregados qualificados no final do período em análise (Dezembro de 2007) na tabela 3.21. Docentes, psicólogos e empregados administrativos são as profissões com mais desempregados qualificados. A área da educação (vários tipos de docentes, educadores de infância) ocupa o lugar cimeiro, bem como algumas profissões ligadas à agricultura, à área social e aos serviços.

Tabela 3.21 - Desempregados Qualificados Inscritos no Final do Mês por Principais CNP a 4 dígitos – Algarve

Unidade: nº

Dezembro de 2007

CNP	Descritivo CNP (Classificação Nacional das Profissões)	Nº
2320	DOCENTES DO ENSINO BÁSICO (2 E 3 CICLOS) E SECUNDÁRIO	103
2445	PSICÓLOGOS	79
4122	EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS DOS SERVIÇOS	49
5149	TRAB DOS SER DIR E PART N/CLAS OUT PARTE	41
2213	ENGENHEIROS AGRÓNOMOS E ENGENHEIROS TÉCNICOS AGRÁRIOS	39
2441	ECONOMISTAS	39
3321	EDUCADORES DE INFÂNCIA	34
3311	DOC DO ENSINO BÁSICO - 1º CICLO	33
2419	OUTRAS PROF ADMINISTRATIVAS OU COM N/CLASSIFICADA OUTRA PARTE	31
4133	EMPREGADOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES	24
4222	RECEPCIONISTAS E TRABALHADORES SIMILARES	24
2142	ENGENHEIROS CIVIS E ENG TÉCNICOS CIVIS	23
2446	ESPEC DO TRABALHO SOCIAL	23
2442	SOCIÓLOGOS, ANTROPÓLOGOS E SIMILARES	22
3414	TÉC DE TURISMO	22
2141	ARQUITECTOS E URBANISTAS	20
3431	PROF DE NÍVEL INTERM DOS SERV ADMINISTRA	20
5220	VENDEDORES E DEMONSTRADORES	18
3415	REP COMERCIAIS E TÉCNICOS DE VENDAS	17
3118	DESENHADORES E TRABALHADORES SIMILARES	16
2411	CONTABILISTAS	15
3211	TÉC DAS CIÊNCIAS DA VIDA	14
2359	OUTROS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR,BÁSICO,SECUND E SEMILARES	13
2412	ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS DE PESSOAL E INFOR PROFESSIONAL	12
3226	FISIOTERAPEUTAS E PROF SIMILARES	11
1231	DIRECTORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	10
2211	BIÓLOGOS E ESPECIALISTAS SIMILARES	10
2452	ESCULTORES,PINTORES E OUT ARTISTAS SIMILARES	10

Fonte: IEFP

Na tabela 3.22 poderemos verificar os cursos com mais desempregados no já referido mês de Dezembro de 2007. Assim, temos os cursos de Psicologia, Turismo, Gestão, Economia e Educação de Infância como os cinco cursos com mais desempregados qualificados inscritos.

Tabela 3.22 - Desempregados Qualificados Inscritos no Final do Mês pelos Principais Cursos – Algarve

Unidade: nº

Dezembro de 2007

Curso	BACHARELATO	LICENCIATURA	MESTRADO	Soma:
PSICOLOGIA		43	1	44
TURISMO	10	33		43
GESTÃO	20	18		38
ECONOMIA		33	1	34
EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA		30		30
ENGENHARIA ALIMENTAR	10	18		28
PSICOLOGIA CLÍNICA		26		26
ENSINO BÁSICO - 1.º CICLO		24		24
GESTÃO HOTELEIRA	14	10		24
DESIGN	9	13		22
SOCIOLOGIA		20		20
ENGENHARIA CIVIL	12	7		19
EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	3	15		18
GESTÃO DE EMPRESAS	1	16		17
SERVIÇO SOCIAL	1	16		17
LÍNGUAS E LITERATURAS MODERNAS, VARIANTE DE ESTUDOS PORTUGUESES		16		16
ENGENHARIA MECÂNICA	9	6		15
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	2	12		14
DIREITO		14		14
ENGENHARIA DO AMBIENTE	1	13		14
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		13		13
HISTÓRIA	1	10	1	12
PROFESSORES DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO	1	11		12
ARQUITECTURA		11		11
BIOLOGIA MARINHA E PESCAS		11		11
FISIOTERAPIA	7	4		11
BIOQUÍMICA		10		10
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO		10		10
ENGENHARIA ZOOTÉCNICA	1	9		10
PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO, VARIANTE DE PORTUGUÊS E FRANCÊS		10		10

Fonte: IEFP

Como se pode ver na tabela 3.23, todos os cursos com desempregados qualificados apresentam valores claramente superiores no tempo de inscrição inferior a 12 meses do que no tempo de inscrição superior a 1 ano, sinal de que a maior parte das pessoas conseguem uma resposta para a sua situação antes de decorrido um ano de inscrição.

Tabela 3.23 - Desempregados Qualificados Inscritos no Final do Mês pelos Principais Cursos e Tempo de Inscrição – Algarve

Unidade: nº  
Dezembro de 2007

Curso	< 12 Meses	>= 12 Meses	Soma:
PSICOLOGIA	36	8	44
TURISMO	41	2	43
GESTÃO	32	6	38
ECONOMIA	31	3	34
EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA	27	3	30
ENGENHARIA ALIMENTAR	24	4	28
PSICOLOGIA CLÍNICA	23	3	26
ENSINO BÁSICO - 1.º CICLO	21	3	24
GESTÃO HOTELEIRA	21	3	24
DESIGN	19	3	22
SOCIOLOGIA	16	4	20
ENGENHARIA CIVIL	18	1	19
EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	15	3	18
GESTÃO DE EMPRESAS	16	1	17
SERVIÇO SOCIAL	15	2	17
LÍNGUAS E LITERATURAS MODERNAS, VARIANTE DE ESTUDOS PORTUGUESES	14	2	16
ENGENHARIA MECÂNICA	15		15
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	13	1	14
DIREITO	9	5	14
ENGENHARIA DO AMBIENTE	13	1	14
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	11	2	13
HISTÓRIA	11	1	12
PROFESSORES DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO	7	5	12
ARQUITECTURA	10	1	11
BIOLOGIA MARINHA E PESCAS	9	2	11
FISIOTERAPIA	11		11
BIOQUÍMICA	10		10
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	9	1	10
ENGENHARIA ZOOTÉCNICA	8	2	10
PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO, VARIANTE DE PORTUGUÊS E FRANCÊS	8	2	10

Fonte: IEFP

Na tabela 3.24 podemos observar os estabelecimentos de ensino com mais desempregados qualificados inscritos. A Universidade do Algarve lidera com três escolas (Educação, Gestão, Hotelaria e Turismo e Tecnologia) e uma faculdade (Ciências Humanas e Sociais). No quinto lugar apresenta-se a Instituto Superior D. Afonso III.

Tabela 3.24 - Desempregados Qualificados Inscritos no Final do Mês pelos Principais Estabelecimentos de Ensino - Algarve

Unidade: nº  
Dezembro de 2007

Estabelecimento de Ensino	BACHARELATO	LICENCIATURA	MESTRADO	Soma:
Universidade do Algarve - Escola Superior de Educação de Faro	14	94		108
Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	29	40		69
Universidade do Algarve - Escola Superior de Tecnologia de Faro	28	21		49
Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais		45		45
Instituto Superior D. Afonso III		40		40
Universidade do Algarve - Faculdade de Economia		28	1	29
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias		24		24
Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente		23		23
Universidade de Évora	1	21		22
Universidade do Algarve	1	20		21
Universidade do Algarve - Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais		20		20
Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Educação de Beja	1	17		18
Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia		17		17
Universidade Moderna de Lisboa		13		13
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes	2	10		12
Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)	1	11		12
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas		11	1	12
Escola Superior de Saúde Jean Piaget - Algarve	6	5		11
Instituto Superior de Psicologia Aplicada		11		11
Universidade do Algarve - Escola Superior de Saúde de Faro	1	10		11
Universidade Lusíada		11		11
Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja	1	9		10
Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras		10		10

Fonte: IEFP

### 3.6. Conclusão

Os dez anos em análise foram um período de forte crescimento da população com mais de 15 anos (+ 15,5%) na região Algarvia. Como consequência deste forte aumento, enquanto no País crescia 6,2%. Como consequência deste forte crescimento, a população activa aumentou 22,1%, a população empregada cresceu 21,3%, a população desempregada subiu 35,5% e a população inactiva teve um acréscimo de 6,7%.

Neste período o emprego qualificado aumentou bastante na região algarvia, fruto de uma maior qualificação da população activa. Em 1998 tínhamos uma população activa com qualificação ao nível do ensino superior de 12.800 indivíduos e em 2007 já era de 24.400. Esta forte evolução na população activa "arrastou" o nível de qualificação da população empregada que passou de 12.400 para 23.300. Refira-se que o nível máximo nestes dois indicadores se deu em 2005, tendo vindo a diminuir até 2007. Nestes dez anos a população empregada algarvia qualificou-se bastante, reduzindo para quase metade os indivíduos sem habilitação (de 14.700 para 8.100) e diminuindo também os indivíduos empregados com habilitações ao nível do "Básico - 1º ciclo". Nos escalões com maior qualificação, o número de indivíduos aumentou consideravelmente.



A população algarvia empregada era em 2007 bastante mais qualificada do que em 1998.

No que concerne ao rendimento médio mensal, o Algarve está ao nível do País (-1,2€ em 2007), mas com rendimento inferior nos quadros superiores (-37€ em 2007). Quando a abordagem se faz em termos de sectores de actividade, no Algarve o rendimento médio mensal é superior ao País nos sectores primário (+10,3€ em 2007) e secundário (+5,5€ em 2007), mas inferior no sector terciário (-29,5€ em 2007).

Como consequência do aumento dos indivíduos com qualificação superior na população activa, deu-se um forte aumento dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, havendo em 2007 mais do dobro dos inscritos que existia em 1998. No entanto o peso dos desempregados qualificados é inferior no Algarve em relação ao País (7,2% do total de desempregados inscritos nos Centros de Emprego contra 10,2%, em Dez-07). Mas, o tempo de inscrição destes indivíduos é normalmente inferior a 12 meses, e menor do que o dos indivíduos com menos habilitações, significando que a qualificação superior auxilia bastante na obtenção de emprego.

Temos em 2007 um Algarve mais qualificado do que em 1998. As populações activa e empregada apresentam diminuições nos escalões menos qualificados e aumentos nos mais qualificados e o rendimento médio mensal está ao nível do País.

O trabalho qualificado apresentou uma tendência de crescimento forte entre 2001 e 2005 e desde esse ano tem vindo a diminuir, em valores reais e no peso total do emprego. Uma situação preocupante e que deverá ser mantida sob vigilância.

### **Conceitos**

Refira-se que no que concerne ao conceito de desempregado são utilizados diferentes entendimentos pelas duas entidades.

Para o IEFP um desempregado é “O candidato inscrito num Centro de Emprego, que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho”, ou seja, alguém que se inscreve de forma voluntária num Centro de Emprego e pretende trabalhar.

O INE elabora trimestralmente o seu “Inquérito ao Emprego” que “tem por principal objectivo a caracterização da população face ao trabalho. Pretende obter um conjunto de informação que permita, a partir dessa caracterização, analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constitua um ponto de partida para a definição de políticas socio-económicas.” Neste caso o conceito de desempregado é um “indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não”.

## Capítulo 4. Dinâmicas Sectoriais da Região do Algarve

### 4.1. Introdução

Em Portugal, e em particular na região do Algarve, o sector do turismo tem assumido uma importância inegável como motor do desenvolvimento regional, dados os efeitos directos e indirectos gerados sobre os restantes sectores de actividade económica. Com efeito, esta região é actualmente responsável por 38% da oferta turística, em termos de números de camas e por uma procura turística que absorve 22% das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal [INE (2004)]. Em termos económicos, o turismo representa para a região cerca de 60% do PIB regional e a ocupação de 50% da população activa.

A estreita conexão e interdependência entre a actividade turística e os restantes sectores é naturalmente responsável pela existência de dinâmicas sectoriais que podem potencialmente conduzir a dinâmicas direccionadas para a especialização sectorial que importa analisar, constituindo, portanto, o enfoque central do presente estudo. A análise considera uma componente dinâmica e baseia-se na utilização de instrumentos de economia regional, nomeadamente os indicadores de localização e especialização, e a análise de componentes principais (*shift-share*)

O trabalho está organizado em três capítulos, para além deste capítulo introdutório. No segundo capítulo é apresentada a metodologia. No terceiro capítulo são apresentados e analisados os resultados da análise empírica. Por fim, no quarto capítulo são apresentadas as principais conclusões.

### 4.2. Metodologia

Os indicadores de localização e especialização regional são medidas de natureza descritiva que permitem caracterizar as estruturas produtivas de cada região, com o objectivo de se analisar o grau de concentração/dispersão geográfica e o correspondente grau de especialização/diversificação. Nesta abordagem, com o cálculo dos indicadores de localização é possível concluir se os ramos de actividade apresentam um padrão de concentração relativamente acentuado ou se se distribuem de forma relativamente equilibrada pelo país. O grau de especialização regional, aferido pelo cálculo dos indicadores de especialização, permite concluir sobre o número maior ou menor de sectores que contribuem para a formação do PIB regional.

Para efeitos de notação a ser utilizada, considera-se a seguinte:  $i$  representa cada um dos sectores de actividade,  $I$  representa o conjunto dos sectores de actividade da economia,  $r$  representa cada uma das regiões em que se subdivide o espaço de análise e  $R$  representa o conjunto das regiões, o país.

Assim,  $x_{ri}$  é o valor da variável  $x$  para a região  $r$  e o sector de actividade  $i$ ,  $x_i = \sum_{r=1}^R x_{ri}$ , o valor total

da variável  $x$  para o sector  $i$ , e  $x_r = \sum_{i=1}^I x_{ri}$ , o valor total da variável  $x$  na região  $r$ . Logo

$x = \sum_{r=1}^R \sum_{i=1}^I x_{ri}$ , é o valor global da variável  $x$ , ou seja, o valor registado em todos os sectores de

actividade e todas as regiões.

O quociente de localização ( $QL_{ri}$ ) é um indicador de localização e de especialização<sup>7</sup> que mede o nível de concentração relativa do sector de actividade  $i$  na região  $r$ , permitindo assim identificar os pólos de localização e de especialização relativos da actividade  $i$  no espaço nacional. A expressão que permite o seu cálculo é a seguinte:

$$QL_{ri} = \frac{\frac{x_{ri}}{x_r}}{\frac{x_i}{x}}, \quad QL_{ri} \geq 0 \quad (1)$$

O indicador assume valores positivos ou nulos e será tanto mais elevado, quanto maior for a concentração da actividade  $i$  na região  $r$ . O indicador assume o valor nulo quando o sector  $i$  não está presente na região  $r$ ; se o valor for inferior à unidade, o peso do sector  $i$  na região é relativamente inferior ao do espaço de referência. Para valores iguais à unidade, a importância relativa do sector  $i$  na região  $r$  é idêntica à importância relativa do sector a nível nacional, ou seja, a concentração regional do sector  $i$  é idêntica à nacional. Quando o valor do indicador é superior à unidade, significa que o sector  $i$  está relativamente concentrado na região  $r$ . Um valor do quociente de localização baixo reflecte a ausência de vantagens competitivas regionais nesse sector ou simplesmente oportunidades perdidas, [veja-se Isard (1976)].

O coeficiente de localização ( $CL_i$ ) é um indicador de localização que indica o nível de concentração relativa, em termos globais. Mais concretamente, o seu valor indica se o sector  $i$  se concentra numa determinada região ou se, pelo contrário, o sector está disperso por todas as regiões. A expressão que permite o seu cálculo é a seguinte:

$$CL_i = \frac{1}{2} \sum_{r=1}^R \left| \frac{x_{ri}}{x_i} - \frac{x_r}{x} \right|, \quad CL_i \in [0,1] \quad (2)$$

Os limites de variação do coeficiente de localização variam entre zero e a unidade. Se o valor for zero, significa que não existe concentração relativa do sector de actividade  $i$  no espaço nacional, ou seja, a actividade  $i$  não evidencia qualquer padrão de localização específico em relação ao país. No caso oposto, se o valor tender para à unidade, significa que a actividade  $i$  se localiza exclusivamente na região  $r$ , e em mais nenhuma região do país. Em suma, à medida que o coeficiente de localização se aproxima da unidade, mais afastado se encontra o padrão de localização da actividade  $i$  relativamente ao conjunto das actividades e, conseqüentemente, maior o nível de concentração da actividade. O coeficiente, enquanto medida de concentração sintética e relativa, apresenta um valor reduzido se as regiões nas quais a actividade  $i$  tem maior peso tiverem também uma grande importância relativa no conjunto do país.

Outro indicador de localização é o coeficiente de associação geográfica ( $CA_{ij}$ ) que compara as distribuições percentuais dos sectores  $i$  e  $j$  entre regiões. Calcula-se a partir da seguinte fórmula:

<sup>7</sup> Note-se que este indicador pode ser usado como indicador de localização e de especialização mas que, embora a fórmula seja diferente, o resultado é idêntico num e noutro caso.

$$CA_{ij} = \frac{1}{2} \sum_{r=1}^R \left| \left( \frac{x_{ri}}{x_i} - \frac{x_{rj}}{x_j} \right) \right|, CA_{ij} \in [0,1] \quad (3)$$

Os limites de variação do coeficiente de associação geográfica variam entre zero e a unidade. Quando o valor se aproxima de zero significa que o sector  $i$  está distribuído regionalmente da mesma forma que o sector  $j$ , isto é, os padrões de distribuição dos dois sectores estão associados geograficamente. Por outro lado, valores próximos de 1 significam que o sector  $i$  está distribuído regionalmente de uma forma diferente do sector  $j$ .

Por último, o coeficiente de redistribuição ( $CR_i$ ) permite analisar a dinâmica de localização de um sector de actividade  $i$ , ao comparar os coeficientes de localização do sector em dois momentos diferentes. A fórmula para o seu cálculo é a seguinte:

$$CR_i = \frac{1}{2} \sum_{r=1}^R \left| \left( \frac{x_{ri}}{x_i} - \frac{x_r}{x} \right)_{t+1} - \left( \frac{x_{ri}}{x_i} - \frac{x_r}{x} \right)_t \right|, CR_i \in [0,1] \quad (4)$$

Os limites de variação do coeficiente de redistribuição variam entre zero e a unidade. O valor é zero, quando nos resultados não se verifica qualquer alteração no padrão relativo de localização do sector  $i$ , ou seja, a distribuição regional do sector permanece inalterada nos dois momentos analisados. Um valor próximo da unidade significa que ocorreu uma forte modificação na localização espacial do sector  $i$  entre os momentos considerados.

A análise do grau de especialização das regiões é complementada através do cálculo do Coeficiente de Especialização e do Coeficiente de Reestruturação. O coeficiente de especialização da região  $r$  é uma medida relativa do grau de especialização regional, que compara a estrutura sectorial regional com a estrutura sectorial do espaço de referência, em geral o país, e é calculado através da seguinte expressão:

$$CE_r = \frac{\sum_{i=1}^I \left| \frac{x_{ri}}{x_r} - \frac{x_i}{x} \right|}{2}, CE_r \in [0,1] \quad (5)$$

O indicador assume o valor nulo (situação extrema), quando a estrutura sectorial regional coincide com a do país. Neste caso, a região não é considerada especializada. Quanto mais próximo da unidade estiver o valor do indicador, maior é o afastamento da estrutura sectorial regional relativamente à do país, sendo a região considerada especializada. Embora o indicador tenha a grande vantagem de resumir num único valor o grau de especialização relativa, comparativamente ao coeficiente de localização, apresenta a desvantagem de não indicar os sectores em que a região é especializada. Esta lacuna é ultrapassada com a análise do Quociente de localização.

O coeficiente de reestruturação permite analisar a dinâmica no grau de especialização da região  $r$  entre dois momentos distintos, o que traduz uma importante vantagem relativamente ao coeficiente de especialização que é, no essencial, um indicador estático. Para se calcular o coeficiente de reestruturação, recorre-se à seguinte fórmula:

$$(6) \quad CR_r = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^I \left[ \left( \frac{x_{ri}}{x_r} - \frac{x_i}{x} \right)_{t+1} - \left( \frac{x_{ri}}{x_r} - \frac{x_i}{x} \right)_t \right], CR_r \in [0,1]$$

O coeficiente de reestruturação é nulo se não se verificar qualquer alteração nos padrões de especialização da região  $r$  relativamente ao país, entre os dois momentos distintos. Pelo contrário, um valor do coeficiente de reestruturação próximo da unidade é sintomático da existência de alterações no padrão de especialização da região  $r$ , relativamente ao país, entre os momentos considerados. Assinale-se que o coeficiente de reestruturação, tal como o coeficiente de especialização, não fornece qualquer informação acerca dos sectores responsáveis pelos valores assumidos.

A caracterização do dinamismo e posicionamento estratégico da actividade económica da região do Algarve é também realizada numa perspectiva inter-regional, considerando o posicionamento da região face às restantes NUTS II, e intra-regional, considerando o posicionamento dos concelhos da região, através da análise de componentes de variação relativamente ao produto interno bruto, desenvolvida em Delgado, e outros (2002)<sup>8</sup>. Esta metodologia decompõe a evolução do produto na região em função de três componentes: a componente nacional, a componente estrutural e a componente regional, residual ou concorrencial. A componente nacional representa o crescimento que a região teria se tivesse a mesma variação observada a nível nacional. No entanto, como é de esperar que a estrutura económica regional seja diferente da estrutura económica nacional, a componente estrutural vai traduzir essa diferença. Esta componente será positiva se os sectores com maior crescimento ao nível nacional tiverem na região um peso superior ao verificado ao nível nacional. Assim, poderemos concluir que a região apresenta uma especialização mais favorável se contar com uma presença forte de actividades com elevado crescimento ao nível nacional.

Por outro lado, a componente regional capta a diferença do crescimento de cada sector ao nível regional e ao nível nacional. Esta componente será positiva se o crescimento do sector na região exceder o crescimento ao nível nacional, caso em que a região possui vantagens locacionais importantes.

### 4.3. Análise empírica

#### 4.3.1 Base de dados e fontes de informação

A variável utilizada por excelência é o valor acrescentado bruto (VAB) no período entre 1995 e 2003. No entanto, na medida em que a análise a ser desenvolvida passa por diferentes níveis de desagregação dos dados, desde o nível mínimo que corresponde à consideração de regiões NUTS II, até ao nível máximo de desagregação, que corresponde aos concelhos na região do Algarve, e dado que a informação sobre o VAB existe apenas ao nível das NUTS II, a análise ao nível dos concelhos utiliza informação relativa ao emprego. Por esta mesma razão, o período em análise sofre também oscilações, estando, no entanto, sempre compreendido no período acima mencionado. Os diferentes níveis de desagregação dos dados também implicaram a utilização de diferentes fontes, nomeadamente, as Contas Regionais do Instituto Nacional de Estatística, disponíveis em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), e os Censos de 2001. A classificação sectorial utilizada nesta análise é a A17.

---

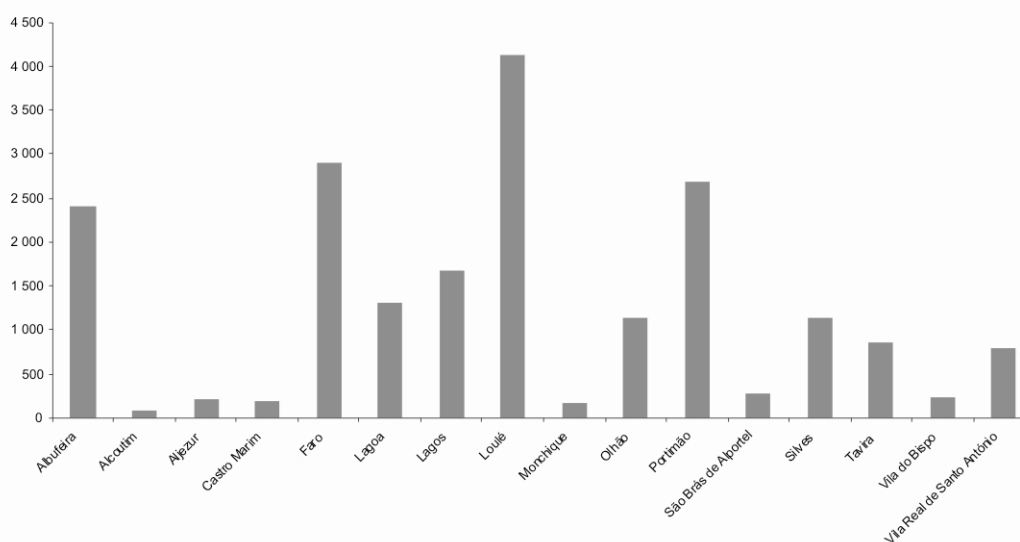
<sup>8</sup> Esta metodologia foi aplicada pela primeira vez por DUNN, E. S. (1960).

### 4.3.2 Breve caracterização da estrutura económica e espacial da actividade empresarial regional em 2006

O tecido empresarial da região do Algarve conta com 20.180 sociedades, representando cerca de 4,8% das empresas do país. A maior parte dessas sociedades, mais concretamente 65,7%, concentram-se em cinco concelhos do litoral, Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e Portimão, como se pode inferir da leitura da Figura 4.1.

Verifica-se ainda que são aqueles concelhos onde se concentram a maior parte das indústrias de média e alta tecnologia, dos serviços de conhecimento intensivo e das actividades de informação e comunicação<sup>9</sup>. Concretamente, os cinco concelhos referidos – Albufeira, Loulé, Portimão e Olhão – concentram 71,0% das empresas pertencentes a indústrias de média e alta tecnologia, 64,2% das empresas ligadas a actividades de informação e comunicação e 67,7% das empresas ligadas a serviços de conhecimento intensivo.

Gráfico 4.1 - Número de Sociedades por Município da Sede



Fonte: INE, Contas Regionais

Do total das sociedades analisadas, 25,0% pertencem ao ramo do comércio por grosso e a retalho, o que corresponde a 17.545 entidades. Seguem-se os sectores do Imobiliário, alugueres e serviços prestados às empresas com 23,9% e 4.820 unidades, da Construção, com 17,4% e com 3.516 sociedades e o sector do Alojamento e Restauração, com 14,3% e 2.887 sociedades.

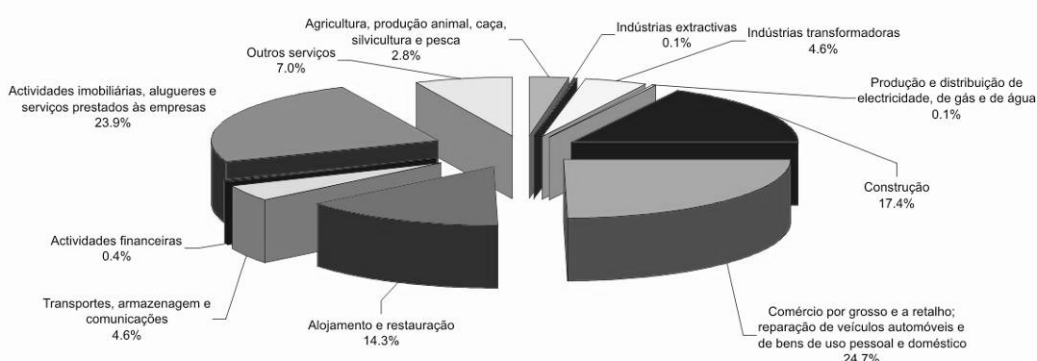
Igualmente notório é a relevância que os sectores mais dominantes em termos quer do número de sociedades, quer do número de trabalhadores que empregam, assumem em termos de volume de negócios. A Figura 4.3 foca este aspecto e refere que cerca de 41,3% do volume de negócios gerado na

<sup>9</sup> No grupo das indústrias de média e alta tecnologia estão as empresas da indústria transformadora, nomeadamente o fabrico de produtos químicos e de fibras, fabrico de máquinas e equipamentos, de material eléctrico, de óptica e de transporte; no grupo dos serviços de conhecimento intensivo estão as empresas das indústrias dos transportes, armazenagem, actividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas; no grupo das actividades de tecnologias de informação e comunicação estão as empresas dos sectores do comércio, actividades financeiras, comunicações.

região pertence ao sector do comércio. Seguem-se os sectores da construção, com 20,1%, das actividades imobiliárias, com 11,1%, e do alojamento e restauração, com 10,4%.

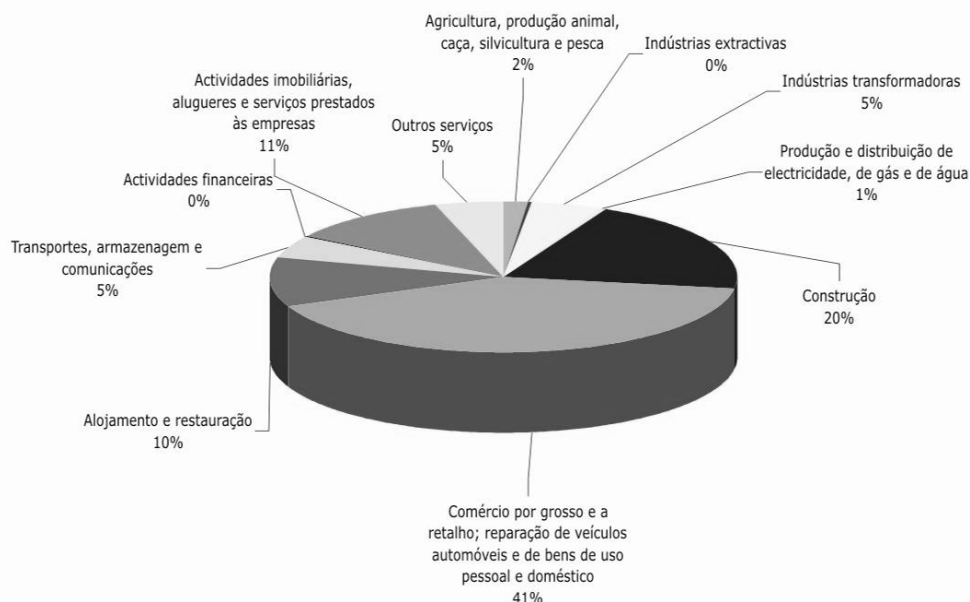
Dada a forte concentração das sociedades nos concelhos do litoral, é também nestes que se verifica a maior concentração do emprego, com se encontra patente na Figura 4.4. O concelho de Loulé assume a primeira posição do ranking, com 19,6% do emprego na região, seguindo-se os concelhos de Faro, com 17,0%, de Albufeira, com 14,8% e de Portimão, com 12,7%. No conjunto, estes concelhos contribuem com 54,1% do emprego na região.

Gráfico 4.2 - Dimensão Relativa dos Sectores de Actividade



Fonte: INE, Contas Regionais

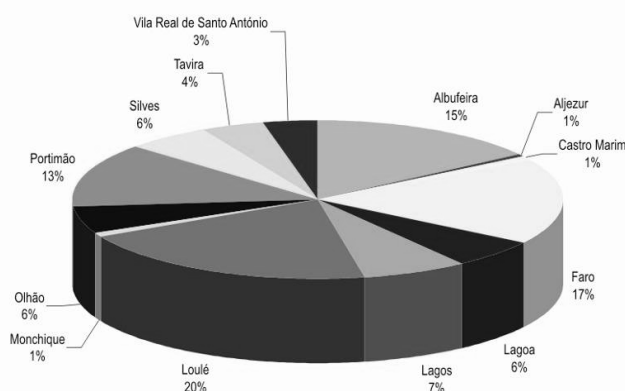
Gráfico 4.3: Volume de Negócios por Sector de Actividade



Fonte: INE, Contas Regionais

A informação sobre a distribuição do emprego por sector permite, pelo menos indirectamente, ter uma percepção do grau de implantação de cada sector na região. Pela leitura da Figura 4.5 conclui-se que o sector do Alojamento e restauração é o primeiro empregador da região, ao ser responsável por 10,7% do emprego. Seguem-se, razoavelmente distanciados, os sectores da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca, com 6,5%, da construção, com 5,3% e da produção e distribuição de electricidade, gás e água com 5,0%.

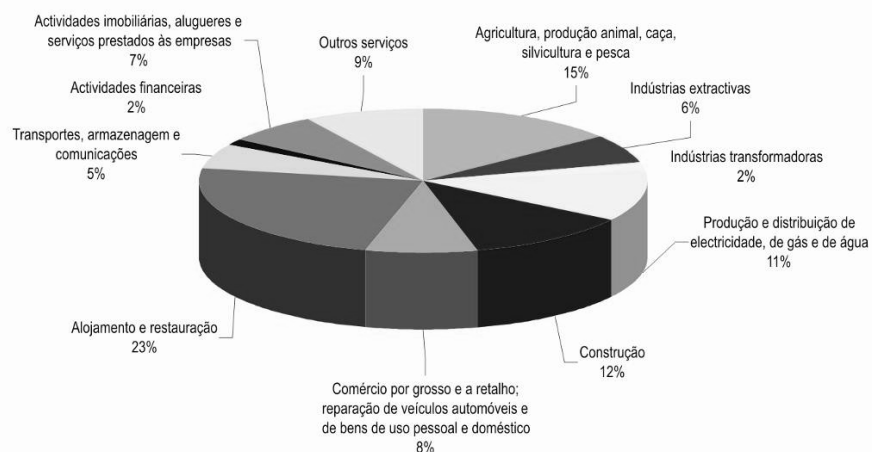
Gráfico 4.4: Repartição do Emprego Regional por Concelhos



Fonte: INE, Contas Regionais

Em termos da produtividade dos sectores na região, a Figura 4.6 apresenta situação quer em relação ao país, quer em relação à média regional. Consta-se que a região apresenta índices de produtividade me praticamente todos os sectores superiores à média nacional. Verifica-se que a primeira posição é ocupada pelo sector do comércio, reparação, alojamento e restauração, seguido do sector dos transportes, das actividades financeiras, imobiliário e de alugueres às empresas.

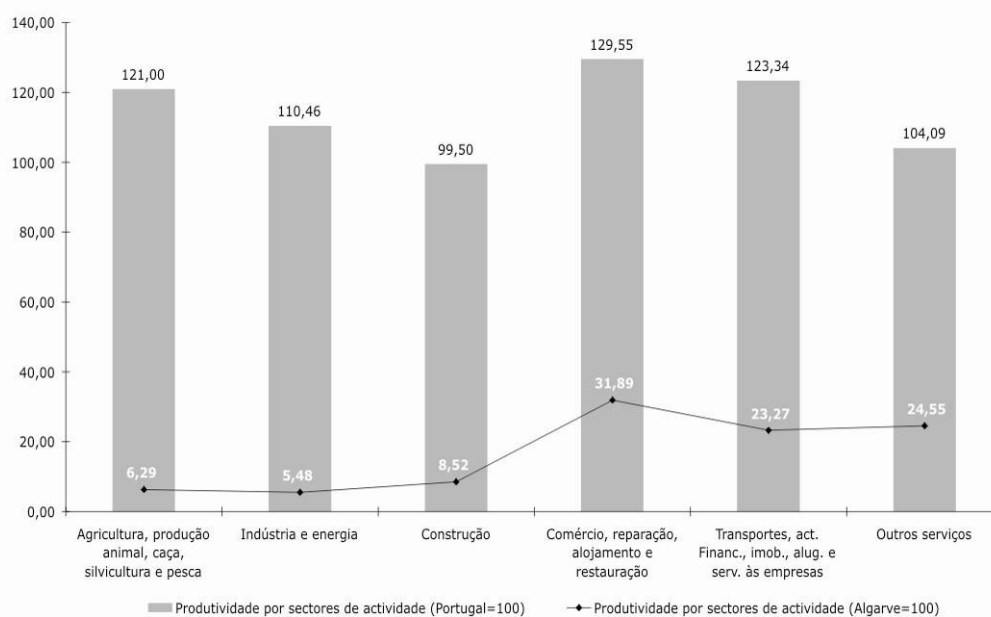
Gráfico 4.5: Repartição do Emprego por Sector de Actividade



Fonte: INE, Contas Regionais



Gráfico 4.6: Produtividade dos Sectores de Actividade

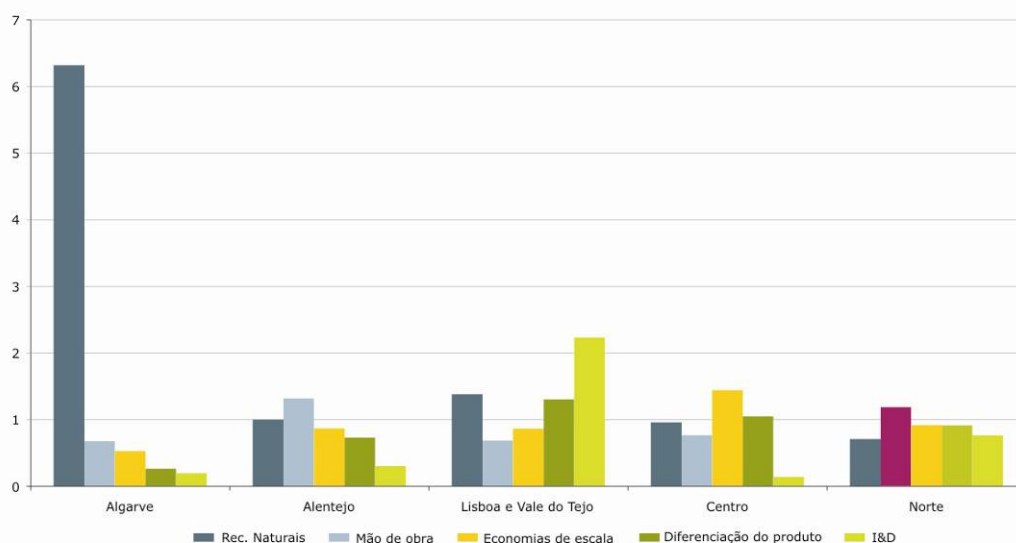


Fonte: Elaboração própria com base nas contas regionais.

Tendo por base a nomenclatura combinada, procedeu-se à análise das vantagens comparativas reveladas, por factores chave de competitividade, considerando os sectores agrupados em cinco categorias em função dos respectivos factores competitivos, nomeadamente, recursos naturais, utilização de mão de obra intensiva, economias de escala, diferenciação do produto e investigação e desenvolvimento (I&D).

As vantagens comparativas reveladas resultam da comparação entre o peso relativo de um sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão, o espaço nacional. Considera-se a existência de vantagens comparativas reveladas quando o índice excede a unidade. Os valores apresentados na Figura 4.7 representam o excedente ou défice de cada resultado regional. Destacam-se os sectores ligados à existência de recursos naturais. A relevância da capacidade competitiva que estes sectores assumem nos mercados externos coloca a região numa posição em que a aposta estratégica deverá alicerçar-se, no futuro, na manutenção e reforço destas vantagens comparativas, em paralelo com a tentativa de recuperação da posição fragilizada dos sectores em que a diferenciação do produto e a I&D se assumem como factores-chave de competitividade, apostando não só no aumento da cadeia de valor de sectores mais tradicionais onde apresenta maior aptidão e/ou vocação exportadora, mas também nos sectores emergentes de maior conteúdo tecnológico.

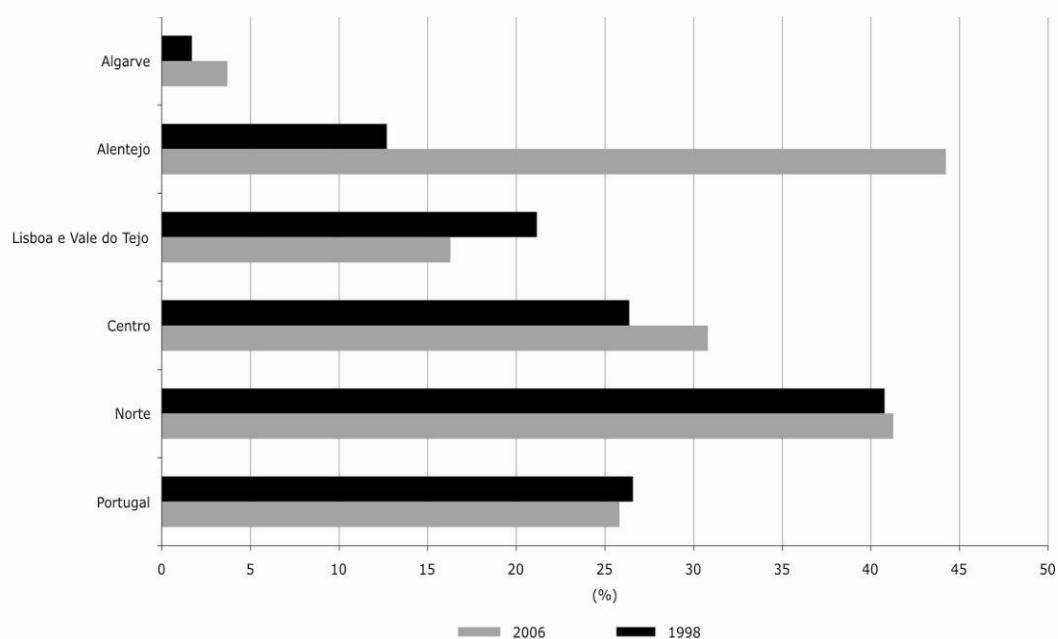
Gráfico 4.7: Vantagens Comparativas Reveladas por Factores-Chave de Competitividade



**Fonte:** Elaboração própria com base nas contas regionais.

Comparando o volume de exportações de cada região com o respectivo VAB, obtém-se a correspondente intensidade exportadora, a qual, no caso da região do Algarve, registou uma evolução positiva nos últimos anos, contrariando a tendência registada ao nível do país, fortemente influenciada pelo decréscimo observado na região de Lisboa e Vale do Tejo. A evolução deste indicador resulta da existência na região de um sector agro-alimentar disperso que apresenta uma capacidade exportadora significativa sustentada por um perfil de diferenciação do produto e com elevado valor incorporado.

Gráfico 4.8: Indicador de Intensidade de Exportação por Regiões



**Fonte:** Elaboração própria com base nas contas regionais.

## 4.3 Padrões de localização e de especialização produtiva

### 4.3.1 Análise preliminar dos dados

Na base do cálculo dos indicadores de localização, ao nível nacional, está a tabela 4.1, que apresenta as frequências relativas da distribuição do VAB dos sectores de actividade por região, para o período analisado, de 1995 a 2003. Observa-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo surge na primeira posição, relativamente isolada, com 44,1% do VAB nacional. Seguem-se as regiões Norte, com 29,2%, a região Centro, com 14,7%, a região do Alentejo, com 4,6%, a região do Algarve, com 3,7% e as regiões da Madeira e dos Açores, com 2,5% e 1,8%, respectivamente.

Tabela 4.1: Distribuição Espacial do VAB por Sectores de Actividade no Período 1995-2003 (%)

Sectores	Regiões						
	Norte	Centro	L.V. Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
A	25,24	20,71	23,14	19,95	5,10	4,16	1,69
B	14,34	15,14	28,07	4,01	25,20	8,59	4,71
C	19,95	13,25	18,56	41,80	3,28	1,74	1,51
D	41,98	19,90	32,87	3,01	0,83	0,69	0,71
E	35,94	15,25	33,52	9,83	2,46	1,34	1,66
F	32,40	14,03	41,10	3,36	3,38	1,92	3,80
G	29,31	13,43	46,58	3,43	3,68	1,35	2,24
H	15,99	9,44	45,93	3,13	16,69	0,99	7,82
I	21,15	10,73	54,04	3,80	3,67	3,02	3,60
J	21,34	7,22	63,88	2,28	1,92	1,21	2,15
K	24,21	10,67	53,12	2,25	5,18	1,32	3,25
L	21,91	13,21	45,18	6,50	3,51	3,48	3,72
M	32,46	18,70	36,41	5,16	3,88	1,83	1,57
N	29,22	17,72	40,45	4,62	3,23	2,43	2,33
O	22,13	10,48	54,62	3,33	4,79	1,90	2,75
P	33,42	20,65	32,24	6,18	2,55	2,78	2,20
% do VAB regional	29,18	14,66	44,12	4,60	3,68	1,79	2,51

**Fonte:** Elaboração própria com base nas contas regionais.

Sectores: A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - Pesca; C - Indústrias extractivas; D - Indústrias transformadoras; E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares); I - Transportes, armazenagem e comunicações; J - Actividades financeiras; K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M - Educação; N - Saúde e acção social; O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; P - Famílias com empregados domésticos.

Por sua vez, os indicadores de especialização têm como base a tabela 4.2, onde se apresenta a distribuição sectorial do VAB por regiões. Da sua análise verifica-se um peso elevado dos sectores do Alojamento e Restauração (H), da Construção (F), das Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (K) e do Comércio (G) na economia do Algarve, para além dos serviços públicos da Administração pública, defesa e segurança social obrigatória (L) e da Educação (M). Esta estrutura económica não é certamente alheia à importância que a actividade turística assume na região, tendo como principal elemento de atracção o recurso "sol e praia", embora nos últimos anos, numa tentativa

de diversificação da oferta turística, outros produtos, como o golfe, o desporto aventura, o turismo de negócios e o turismo de natureza, este particularmente associado ao interior da região, tenham assumido uma crescente relevância. A comparação com outras regiões torna ainda mais evidente a importância relativa que aqueles sectores assumem na região, ao representarem 39,6% do VAB regional, enquanto que na região Norte representam 21,1%, 18,9% no Centro, 26,2% em Lisboa e Vale do Tejo, 14,0% no Alentejo, 19,6% nos Açores e 27,9% na Madeira. Verificamos assim que estes sectores provocam uma diferenciação da região algarvia, relativamente ao conjunto do país, sendo os valores relativamente próximos dos obtidos nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e da Madeira, as outras duas regiões turísticas por excelência.

Tabela 4.2 Distribuição Sectorial do VAB por Regiões no Período 1995-2003 (%)

Sector	Regiões						
	Norte	Centro	L.V. Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
A	3,35	5,48	2,01	16,49	5,24	8,84	2,58
B	0,21	0,43	0,27	0,37	2,91	2,04	0,80
C	0,28	0,35	0,17	3,95	0,36	0,39	0,24
D	27,88	26,32	14,48	12,23	4,40	7,51	5,47
E	3,76	3,09	2,33	6,88	2,03	2,24	2,03
F	8,54	7,36	7,16	5,59	<b>7,06</b>	8,24	11,65
G	15,28	13,95	16,09	11,32	<b>15,25</b>	11,45	13,51
H	1,61	1,89	3,07	2,00	<b>13,37</b>	1,64	9,16
I	4,93	4,99	8,35	5,61	6,80	11,50	9,78
J	4,70	3,18	9,37	3,20	3,37	4,35	5,51
K	10,95	9,60	15,92	6,42	<b>18,60</b>	9,73	17,09
L	6,98	8,36	9,50	13,18	<b>8,85</b>	18,05	13,72
M	7,91	9,05	5,84	8,00	<b>7,49</b>	7,26	4,44
N	5,71	6,88	5,21	5,72	5,00	7,72	5,28
O	2,29	2,13	3,72	2,16	3,91	3,18	3,29
P	0,72	0,89	0,46	0,84	0,44	0,98	0,55

**Fonte:** Elaboração própria com base nas contas regionais.

Sectores: A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - Pesca; C - Indústrias extractivas; D - Indústrias transformadoras; E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares); I - Transportes, armazenagem e comunicações; J - Actividades financeiras; K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M - Educação; N - Saúde e acção social; O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; P - Famílias com empregados domésticos.

### 4.3.2 Os padrões de localização e de especialização

Começamos por analisar o padrão de localização e de especialização no país como um todo para analisar o caso particular da região do Algarve. Os resultados encontram-se resumidos na tabela 4.3.

O coeficiente de localização assume consistentemente valores inferiores à unidade, evidenciando assim ausência de concentração regional dos sectores de actividade. Contudo, a análise permite fazer uma distinção, com base nas diferenças relativas da magnitude dos valores do indicador. Os sectores da Construção (F), do Comércio (G), da Educação (M), da Saúde e Acção Social (N) e das Famílias com Empregados Domésticos (P) apresentam-se com uma distribuição espacial equilibrada não evidenciando a existência de pólos de concentração relativa. Contudo, os restantes sectores apresentam focos relativos de concentração, por apresentarem valores do coeficiente relativamente mais elevados, mas mesmo assim relativamente pouco pronunciados.

Tabela 4.3 Valores Médios dos Indicadores de Localização, no Período 1995-2003

Sector	Indicadores de localização								
	Coeficientes de localização	Coeficientes de redistribuição	Quocientes de localização						
			Norte	Centro	L. V. Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Agricultura (A)	0,25	0,09	0,86	1,41	0,52	4,33	1,38	2,33	0,67
Pesca (B)	0,32	0,11	0,49	1,02	0,63	0,88	6,85	4,81	1,87
Indústrias extractivas (C)	0,39	0,24	0,69	0,88	0,42	9,27	0,89	0,97	0,59
Indústrias transformadoras (D)	0,18	0,04	1,44	1,36	0,74	0,64	0,23	0,39	0,28
Electricidade, gás e água (E)	0,14	0,10	1,23	1,02	0,76	2,19	0,67	0,75	0,66
Construção (F)	0,05	0,04	1,11	0,96	0,93	0,73	0,91	1,08	1,51
Comércio e outros (G)	0,03	0,03	1,00	0,92	1,06	0,74	1,00	0,75	0,89
Alojamento e restauração (H)	0,21	0,05	0,55	0,64	1,04	0,68	4,55	0,56	3,12
Transportes e comunicações (I)	0,13	0,03	0,72	0,73	1,23	0,82	1,00	1,69	1,44
Actividades financeiras (J)	0,20	0,06	0,73	0,49	1,45	0,50	0,52	0,68	0,85
Imobiliário e alugueres (K)	0,12	0,04	0,83	0,73	1,21	0,49	1,41	0,74	1,30
Admin. Púb., def. e seg. social (L)	0,08	0,05	0,75	0,90	1,03	1,42	0,95	1,95	1,48
Educação (M)	0,08	0,07	1,11	1,28	0,83	1,13	1,06	1,02	0,63
Saúde e acção social (N)	0,05	0,06	1,00	1,21	0,92	1,00	0,88	1,36	0,93
Outros serviços (O)	0,12	0,07	0,76	0,71	1,24	0,72	1,30	1,06	1,09
Famílias com emp. domésticos (P)	0,13	0,05	1,15	1,41	0,73	1,35	0,70	1,56	0,88
Indicadores de especialização	Coeficiente de especialização		0,11	0,13	0,10	0,26	0,22	0,24	0,22
	Coeficiente de redistribuição		0,03	0,06	0,06	0,12	0,06	0,06	0,06

**Fonte:** Elaboração própria com base nas contas regionais.

A dinâmica observada no grau de concentração relativa dos sectores ao longo do período estudado é revelada pelo coeficiente de redistribuição, que compara os valores assumidos pelo coeficiente de localização em 1995 e em 2003. Verifica-se, pelos valores muito baixos, que não houve alterações significativas no grau de concentração relativa dos sectores ao nível nacional, no período em análise, embora se destaque uma alteração ligeiramente superior no sector das Indústrias Extractivas (C).

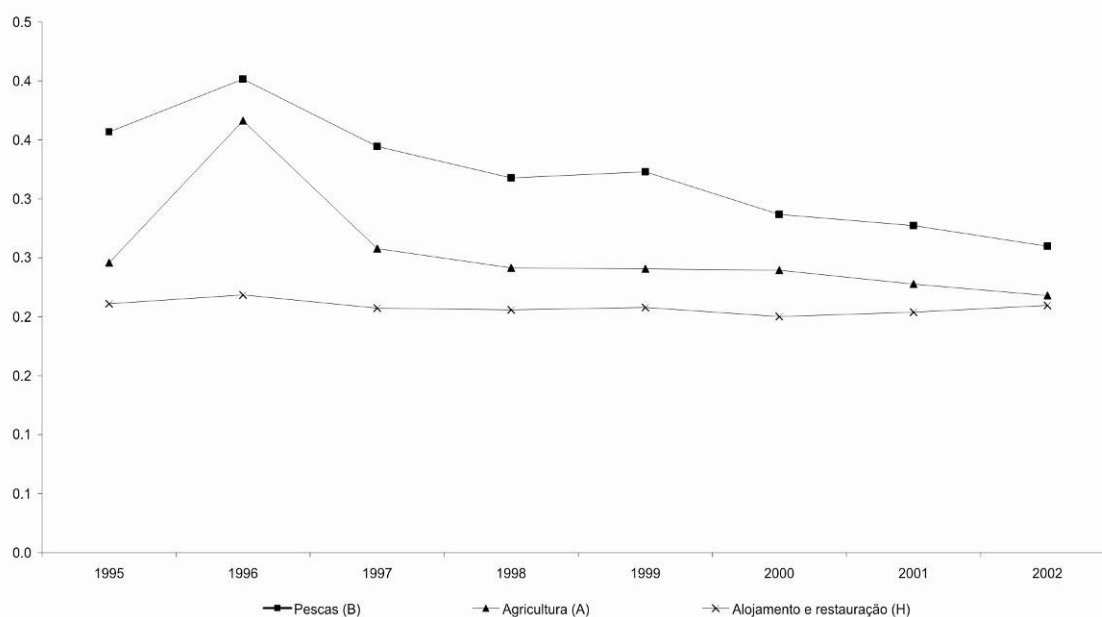
Contudo, a análise agregada ao nível do país, assente em valores médios, não evidencia situações particulares que ocorrem ao nível das regiões. O cálculo do quociente de localização, ao considerar a informação regional, permite identificar situações de maior ou menor concentração relativa. Os valores superiores à unidade obtidos para a região do Algarve são sintomáticos da existência de concentração sectorial na região, ou seja da existência de sectores com um peso no VAB da região superior ao peso que assumem no VAB do país. Os sectores com valores mais elevados, e que portanto constituem os seus principais pólos de concentração são a Agricultura (A), a Pesca (B), o Alojamento e a Restauração

(H), as Actividades imobiliárias (K) e Outros serviços (O), enquanto que os sectores do Comércio (G), dos Transportes e comunicações (I) têm um peso na região idêntico ao seu peso ao nível nacional.

Esta situação está certamente na base do valor obtido para o coeficiente de especialização de 0,22, que faz da região do Algarve a terceira região com uma estrutura produtiva que mais se afasta do perfil nacional, a par da Madeira, e precedida pelos Açores e pelo Alentejo. Consta-se assim que a região do Algarve apresenta uma das estruturas produtivas que mais se afasta do perfil nacional, sendo que a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que se apresenta com um perfil de especialização mais próximo do padrão nacional, ou seja, a região com maior diversificação da estrutura produtiva.

No entanto, a análise dinâmica, apresentada no Gráfico 4.9, revela que os principais sectores em que o Algarve apresenta concentração relativa, tenderam para valores de concentração ligeiramente mais baixos durante o período em análise, o que significa que se verificou uma tendência para a redução do seu peso na estrutura produtiva da região quando comparado com o padrão nacional.

Gráfico 4.9 Evolução do Quociente de Localização nos Sectores com Maior Concentração na Região do Algarve



Fonte: Elaboração própria com base nas contas regionais.

Uma vez caracterizado o posicionamento da região do Algarve relativamente às restantes regiões NUTS II, importa agora analisar o padrão de localização dos sectores na economia da região que poderão explicar o posicionamento da região em termos nacionais. Assim, procedeu-se ao cálculo dos indicadores de localização tendo como espaço de referência a região do Algarve, e tomando agora como variável em estudo o emprego, a variável com informação disponível ao nível municipal. Os resultados são apresentados na tabela 4.4.

Ao nível da região, o coeficiente de localização permite identificar a existência de pólos de concentração relativa, nomeadamente a Agricultura (A), a Pesca (B), as Indústrias Extractivas (C) e o Alojamento e Restauração (H). Por outro lado, sectores como o Comércio (G), e a Construção (F) apresentam os valores mais baixos, não evidenciando padrões de concentração.

Para identificar os concelhos responsáveis por padrões de concentração/especialização dos sectores anteriormente referenciados, recorreu-se à análise do quociente de localização, encontrando-se as principais conclusões sobre a especialização de cada município na tabela 4.5. Da sua análise retira-se quatro conclusões. A primeira é que os concelhos que são relativamente especializados no sector do Alojamento e Restauração (H) são todos os concelhos que estão compreendidos na faixa litoral entre Vila do Bispo e Loulé e o concelho de Vila Real de Santo António, o que é natural, já que 93% do número de camas existentes no Algarve em 2000 encontrava-se na faixa litoral referida [DGT (2002)]. A segunda conclusão é que os concelhos do interior - Alcoutim, Aljezur, Monchique e Castro Marim - são essencialmente especializados no sector da Agricultura (A). A terceira conclusão é que as Indústrias Extractivas (C) assumem especial destaque nos concelhos onde a indústria da cortiça e as pedreiras têm uma maior importância, ou seja, os concelhos de Monchique e São Brás de Alportel. Finalmente, o sector da Pesca (B) encontra-se presente fundamentalmente nos concelhos de Aljezur, Olhão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Com base na análise efectuada, é possível apontar os concelhos de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagos, Monchique, Olhão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António como evidenciando graus relativos de especialização.

Tabela 4.4: Indicadores de Localização, por Concelhos, para o Ano de 2001

Ramos	Quociente de localização															Coeficiente de localização	Índice de entropia sectorial normalizada	
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	São Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila Bispo			VRSA
A	0,45	4,24	3,43	2,33	0,93	0,42	0,45	1,03	4,24	0,88	0,38	0,64	1,77	2,11	1,00	0,47	0,25	0,12
B	0,33	0,10	1,35	0,59	0,57	0,90	0,71	0,94	0,11	3,20	0,54	0,06	0,24	1,77	4,30	1,57	0,33	0,22
C	0,88	0,00	0,76	0,45	0,79	1,12	0,41	1,33	4,84	1,43	0,58	3,13	0,52	1,46	0,49	0,10	0,23	0,17
D	0,65	1,15	0,77	0,90	0,98	1,01	0,86	1,01	0,92	1,51	0,79	1,72	1,05	0,90	0,58	1,29	0,09	0,14
E	0,66	0,12	1,04	0,76	1,11	0,73	1,24	1,12	0,91	1,21	0,93	0,83	0,86	1,09	0,77	1,16	0,08	0,15
F	0,93	0,84	1,30	1,37	0,67	1,20	1,12	1,03	0,98	0,97	0,97	1,06	1,12	1,27	0,94	1,18	0,07	0,11
G	0,94	0,50	0,77	0,80	1,01	0,98	0,87	1,00	0,77	1,19	1,07	1,09	1,12	0,88	0,71	0,91	0,04	0,15
H	2,01	0,45	0,65	0,86	0,51	1,17	1,12	1,11	0,73	0,44	1,27	0,51	1,09	0,64	1,46	1,12	0,18	0,17
I	0,98	0,50	0,45	0,80	1,55	1,01	0,80	1,08	0,77	0,77	0,95	0,89	0,94	0,73	0,68	0,71	0,10	0,18
J	0,85	1,18	0,84	0,74	1,58	0,82	0,92	0,68	1,09	0,91	1,14	1,20	0,75	1,07	0,48	1,04	0,12	0,16
K	0,96	0,34	0,53	0,51	1,27	1,08	1,05	1,26	0,38	1,03	0,95	0,96	0,74	0,77	0,63	0,60	0,09	0,18
L	0,81	2,60	1,60	1,38	1,25	0,97	1,11	0,77	1,32	0,92	0,81	0,94	0,84	1,19	1,46	1,18	0,10	0,11
M	0,64	1,13	0,70	0,68	1,52	0,83	0,98	0,79	0,66	1,12	1,07	1,17	0,83	1,04	0,65	0,95	0,11	0,16
N	0,51	1,40	0,98	0,89	1,54	0,73	1,22	0,66	0,82	1,12	1,32	1,58	0,61	0,91	0,76	0,85	0,16	0,16
O	0,88	0,58	0,61	1,12	1,08	0,89	1,05	1,20	0,95	0,86	0,98	0,85	0,82	0,89	1,36	1,31	0,07	0,14
P	0,94	0,15	0,59	0,76	1,03	1,12	1,63	1,33	1,54	0,76	0,88	1,30	0,76	0,66	0,78	0,54	0,12	0,16

**Fonte:** Elaboração própria com base nos censos.

Sectores: A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - Pesca; C - Indústrias extractivas; D - Indústrias transformadoras; E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares); I - Transportes, armazenagem e comunicações; J - Actividades financeiras; K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M - Educação; N - Saúde e acção social; O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; P - Famílias com empregados domésticos.

Tabela 4.5: Sectores de Especialização por Concelhos em 2001

Concelhos	Sectores de especialização
Albufeira	H
Alcoutim	A,D,J,L,M
Aljezur	A, L,B,F,E
Castro Marim	A,F,L,O
Faro	E,G,I,J,K,L,M,N,O
Lagoa	C,D,F,H,I,K,P
Lagos	E,F,H,K,L,N,O,P
Loulé	A,C,D,E,F,G,H,I,K,P,O
Monchique	C,A,J,L,P
Olhão	B,C,D,E,G,K,M,N
Portimão	H,G,J,M,N
São Brás de Alportel	C,D,F,G,J,M,N,P
Silves	A,D,F,G,H
Tavira	A,B,C,E,F,J,L,M
Vila do Bispo	B,H,L,O
VRSA	B,D,E,F,H,J,L,O

**Fonte:** Elaboração própria com base nos censos.

Nota: os sectores a negrito têm quocientes de localização superiores a 1,5.

Sectores: A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - Pesca; C - Indústrias extractivas; D - Indústrias transformadoras; E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares); I - Transportes, armazenagem e comunicações; J - Actividades financeiras; K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M - Educação; N - Saúde e acção social; O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; P - Famílias com empregados domésticos.

O facto de o Alojamento e Restauração (H) ser o sector que está directamente ligado ao turismo na região, torna relevante conhecer os sectores que têm uma distribuição espacial na região idêntica à sua própria distribuição. Recorrendo ao coeficiente de associação geográfica, cujos resultados estão dispostos na tabela 4.6, verifica-se que o sector está fortemente associado a um número elevado de sectores, nomeadamente aos sectores das Indústrias transformadoras (D), da Produção e distribuição de electricidade, gás e água (E), da Construção (F), do Comércio por grosso e a retalho (G), dos Transportes, armazenagem e comunicações (I), das Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (K) e de outros serviços (L, O, P). Conclui-se assim que na região estes são os sectores mais que mais beneficiam do desenvolvimento do turismo.



Tabela 4.6: Coeficiente de Associação Geográfica entre os Diferentes Sectores ao Nível Regional, em 2001

Sectores	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
A	0,00															
B	0,38	0,00														
C	0,27	0,33	0,00													
D	0,26	0,28	0,20	0,00												
E	0,26	0,31	0,23	0,09	0,00											
F	0,25	0,30	0,23	0,12	0,11	0,00										
G	0,26	0,33	0,22	0,07	0,09	0,09	0,00									
H	0,38	0,40	0,35	0,24	0,22	0,15	0,18	0,00								
I	0,29	0,39	0,27	0,15	0,13	0,15	0,10	0,21	0,00							
J	0,32	0,38	0,29	0,17	0,14	0,17	0,13	0,27	0,10	0,00						
K	0,31	0,37	0,21	0,15	0,10	0,14	0,10	0,22	0,08	0,14	0,00					
L	0,26	0,33	0,27	0,13	0,10	0,12	0,13	0,25	0,13	0,10	0,12	0,00				
M	0,31	0,35	0,28	0,13	0,10	0,16	0,10	0,27	0,10	0,05	0,12	0,10	0,00			
N	0,34	0,38	0,32	0,18	0,14	0,21	0,16	0,29	0,15	0,08	0,16	0,15	0,07	0,00		
O	0,27	0,33	0,23	0,11	0,07	0,10	0,09	0,18	0,10	0,13	0,08	0,10	0,13	0,18	0,00	
P	0,30	0,40	0,21	0,16	0,13	0,15	0,13	0,21	0,12	0,18	0,08	0,16	0,19	0,21	0,10	0,00

Fonte: Elaboração própria com base nos censos.

Legenda: Associação Plena (CA =0) ■; Associação Forte (0 < CA ≤ 0,25) ■; Associação Média (CA > 0,25) □

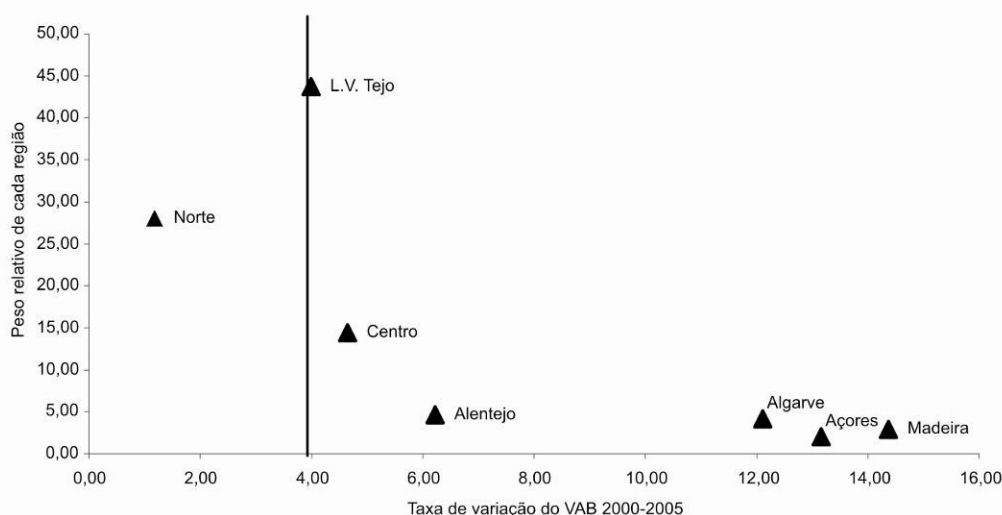
Sectores: A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - Pesca; C - Indústrias extractivas; D - Indústrias transformadoras; E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares); I - Transportes, armazenagem e comunicações; J - Actividades financeiras; K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M - Educação; N - Saúde e acção social; O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; P - Famílias com empregados domésticos.

#### 4.4 A dinâmica do crescimento sectorial regional

Entre 2000 e 2005, o VAB do país cresceu cerca de 4%. A análise conjugada da taxa de variação do VAB e a importância relativa de cada região na economia nacional em 2005 (Gráfico 4.10) permite-nos identificar dinâmicas diferenciadas:

- Regiões com dinâmicas de crescimento superiores à média nacional
  - Regiões com assinalável importância em termos de VAB, com valores superiores a 10% e cuja dinâmica de crescimento nos últimos anos foi ligeiramente superior ou igual à média nacional: Lisboa e Vale do Tejo e Centro;
  - Regiões com reduzida importância em termos de VAB, com valores inferiores a 5% e cuja dinâmica de crescimento nos últimos anos foi largamente superior à média nacional: Alentejo, Algarve, Madeira e Açores.
- Regiões com dinâmicas de crescimento inferiores à média nacional: Norte

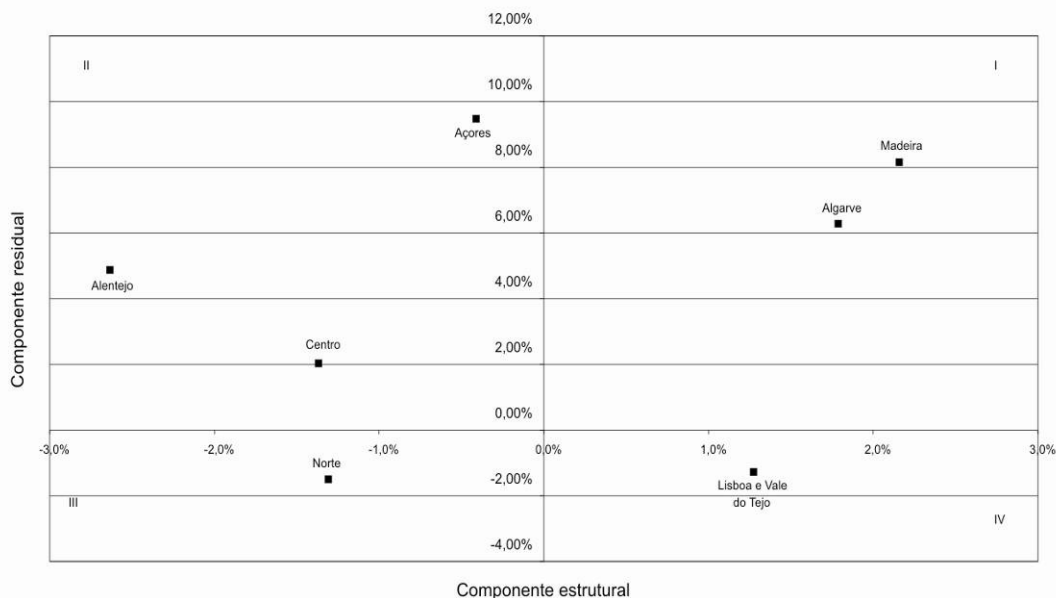
Gráfico 4.10: Relação entre a Taxa de Variação do VAB entre 2000 e 2005 e o Peso de cada Região no VAB Nacional em 2005



Fonte: Elaboração própria

A análise por regiões NUTS II revela que a região Norte apresentou um crescimento médio inferior ao registado ao nível do país. Por outro lado, nas restantes regiões registou-se um crescimento médio superior ao registado ao nível nacional: 12,1% no Algarve, 13,2% nos Açores, 14,3% na Madeira e 6,2% no Alentejo. A região de Lisboa e Vale do Tejo registou um crescimento idêntico ao crescimento médio nacional, de 4,0%. Constata-se assim, que a região do Algarve encontra-se entre as regiões que maior crescimento registaram no período considerado e importa agora analisar os factores que mais terão contribuído para esse maior crescimento, nomeadamente identificar a importância relativa dos factores estruturais e dos factores residuais ou regionais. Os resultados da análise encontram-se na Gráfico 4.11, onde é possível verificar que a região do Algarve apresenta uma situação favorável, quer em termos estruturais, quer em termos regionais. Mais especificamente, o diferencial de crescimento da região relativamente ao crescimento nacional ascendeu a 8,1%, do qual 1,8% resultou da componente estrutural e 6,3% resultou da componente regional. Este resultado é revelador, por um lado, da existência de sectores dinâmicos com peso elevado na estrutura económica da região o que configura um perfil de especialização regional favorável e, por outro da importância das vantagens comparativas que a região possui face às outras regiões.

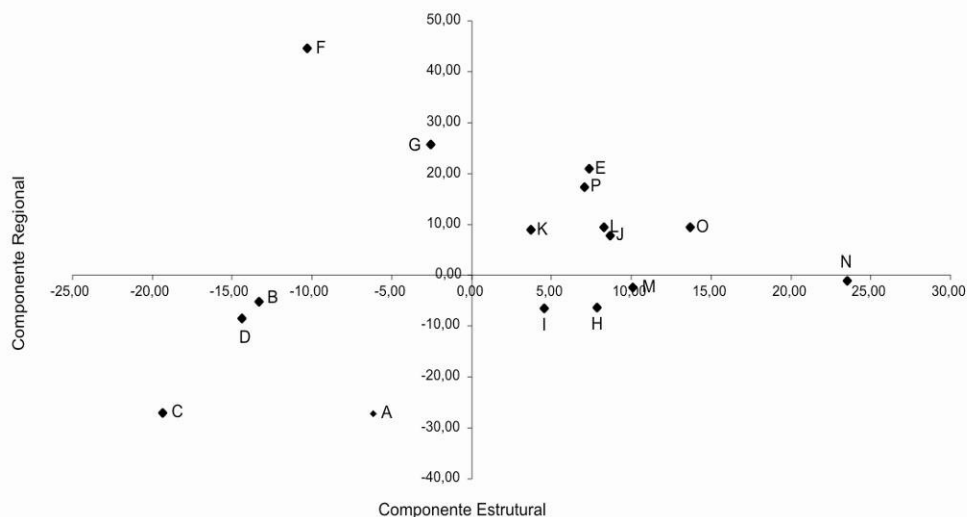
Gráfico 4.11: Decomposição do Crescimento Regional



Fonte: Elaboração própria

Para conhecer os sectores que contribuíram para o comportamento positivo da região algarvia passa-se a análise do Gráfico 4.12 que constitui a base da análise da decomposição do crescimento registado no Algarve por sectores. Verifica-se que os sectores com maior dinamismo de crescimento foram os sectores da Produção e distribuição de electricidade, gás e água (E), das Famílias com empregados domésticos (P), das Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (K), da Administração pública, defesa e segurança social obrigatória (L), das Actividades financeiras (J) e de Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais (O) que representam 21,0% do VAB regional. Estes são sectores que a economia regional deve continuar a apostar, representando oportunidades de crescimento continuado. Outros sectores de grande dinamismo de crescimento são os sectores dos Transportes, armazenagem e comunicações (I) e do Alojamento e restauração (H) cujo VAB representa 20,5% do VAB gerado na região. Os sectores do Comércio (G) e da Construção (F) surgem como sectores de grande dinamismo nacional mas têm encontrado barreiras de natureza regional que têm impedido o seu crescimento regional acima do crescimento nacional. Por fim, a região tem apresentado uma fraca competitividade em sectores como os da Agricultura (A), das Pescas (B), das Indústrias Extractivas (C) e das Indústrias Transformadoras (D), os quais têm simultaneamente apresentado um fraco dinamismo ao nível nacional.

Gráfico 4.12: Decomposição do Crescimento da Região do Algarve por Sectores



**Fonte:** Elaboração própria

Sectores: A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - Pesca; C - Indústrias extractivas; D - Indústrias transformadoras; E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares); I - Transportes, armazenagem e comunicações; J - Actividades financeiras; K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M - Educação; N - Saúde e acção social; O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; P - Famílias com empregados domésticos.

Em suma, a região do Algarve apresenta desvantagens competitivas nos sectores da Agricultura, produção animal, caça e silvicultura (A), Pesca (B), Indústrias extractivas (C) e Indústrias transformadoras (D), os quais também não têm constituído uma aposta em termos de especialização produtiva da região. Pelo contrário, a região apresenta vantagens competitivas e um perfil de especialização nos sectores Produção e distribuição de electricidade, gás e água (E), Actividades financeiras (J), Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (K), Administração pública, defesa e segurança social obrigatória (L), Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais (O) e Famílias com empregados domésticos (P). Por último, a região apresenta vantagens competitivas nos sectores Construção (F) e Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico (G) não tendo contudo apresentado um perfil de especialização nesses sectores.

## 4.4. Conclusões

Este trabalho procurou apresentar uma caracterização da estrutura económico-empresarial da região do Algarve, onde predominam empresas de reduzida dimensão em termos do número de trabalhadores, maioritariamente concentradas nos concelhos do litoral e pertencentes a grupos relativamente especializados como sejam indústrias de média e alta tecnologia, serviços de conhecimento intensivo e actividades de informação e comunicação.

O VAB da região representa 6,7% do VAB nacional e é essencialmente gerado nos sectores Alojamento e restauração, Construção, Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico e ainda nos serviços de públicos pertencentes aos sectores Administração pública, defesa e segurança social obrigatória e Educação. Com efeito, estes sectores representam 29,6% do VAB regional e estabelecem a diferenciação estrutural da região face ao país.

Não obstante o país não apresentar focos de concentração sectorial muito pronunciado, a análise regional permitiu identificar alguns sectores com um certo grau de concentração, nomeadamente ao nível dos sectores da Agricultura, produção animal, caça e silvicultura (nos concelhos de Alcoutim, Aljezur, Monchique e Castro Marim), pesca (nos concelhos de Aljezur, Olhão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António), indústrias extractivas (nos concelhos de Monchique e de São Brás de Alportel) e hotelaria e restauração (nos concelhos da faixa litoral).

Verifica-se que o sector do Alojamento e Restauração apresenta um elevado grau de associação geográfica com vários outros sectores, nomeadamente, os sectores das Indústrias transformadoras, da Produção e distribuição de electricidade, gás e água, da Construção, do Comércio por grosso e a retalho, dos Transportes, armazenagem e comunicações, das Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e de outros serviços. Conclui-se assim que na região estes são os sectores mais que mais beneficiam do desenvolvimento do turismo.

Em termos de dinâmica de crescimento, o Algarve foi uma das regiões que registou um maior crescimento, tendo o mesmo sido devido a uma especialização da região nos sectores mais dinâmicos da economia nacional e à existência de vantagens locais. Os sectores que mais contribuíram para este resultado foram a Produção e distribuição de electricidade, gás e água, Famílias com empregados domésticos, Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, Actividades financeiras e Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, que no conjunto representam 21,0% do VAB regional. Estes sectores têm constituído oportunidades de crescimento da região por serem sectores de elevado dinamismo nacional e, ao mesmo tempo, têm-se revelado como pontos fortes em que a região deve continuar a apostar pois têm beneficiado de importantes vantagens competitivas. São assim sectores em que a região exibe vantagens competitivas especializadas. Os sectores do Alojamento e restauração e dos Transportes, armazenagem e comunicações, presentes na região em grande escala, têm contribuído igualmente para o elevado crescimento regional mas têm subsistido entraves de natureza local que têm impedido um crescimento na região superior ao registado ao nível nacional. São portanto sectores de especialização da região mas em relação aos quais não existem vantagens competitivas. Por fim, a região apresenta desvantagens competitivas nos sectores da Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, da Pesca, das Indústrias extractivas e das Indústrias transformadoras, os quais também não têm constituído uma aposta em termos de especialização produtiva regional.

## Capítulo 5. Avaliação do Quadro Fiscal Regional: Localização Empresarial e Finanças Locais

### 5.1. Enquadramento

A teoria das finanças públicas locais remonta aos trabalhos pioneiros de Tiebout (1956) e Oates (1970). O primeiro autor introduziu a possibilidade da provisão de bens públicos locais garantir a condição de eficiência desde que um determinado conjunto nacional seja composto por um número largo de jurisdições (que, no caso da presente análise, se pode traduzir pelos municípios) e que a cada jurisdição corresponda um nível de impostos (preço da provisão dos bens públicos locais). Segundo Tiebout os indivíduos que compõem uma dada sociedade vão observar a correspondência da provisão de bens públicos locais *versus* os respectivos preços (impostos) e vão “votar com os pés” (*voting with feet*), decidindo residir na jurisdição que lhes proporciona a melhor combinação dos dois. Garantia-se, deste modo, a condição de eficiência porque os beneficiários de um determinado bem público local seriam exclusivamente os seus contribuintes<sup>10</sup>, resolvendo o problema de *free-riding* identificado por Samuelson (1954), fenómeno económico que consiste em ter a expectativa de que outros indivíduos paguem pela provisão do bem público do qual um dado indivíduo usufrui. Tal comportamento, de acordo com Samuelson, será perfeitamente racional uma vez que os bens públicos puros são caracterizados por não terem rivalidade no consumo (a quantidade consumida por um determinado indivíduo não reduz a quantidade a consumir por outro) e por não estarem sujeitos à exclusão (nenhum indivíduo pode ser impedido de usufruir do bem público), contrariamente ao que acontece nos denominados bens privados. O modelo de Tiebout pressupunha que as jurisdições funcionariam em concorrência perfeita e que a informação seria completa, pelo que as jurisdições, através do sistema de preços fiscais (impostos), competiriam pela atracção de indivíduos e de empresas. No mundo real é sabido que a assimetria de informação existe e que os governos locais actuam num mercado de concorrência imperfeita, condicionando a obtenção do *sorting* (distribuição no território) ideal das populações, uma vez que os indivíduos decidem a sua residência com base em informação parcial. Neste sentido, a distribuição da população de forma a ajustar plenamente o beneficiário ao contribuinte, encontra na prática, diversos enviesamentos.

Oates vem argumentar, com o princípio da descentralização que, na ausência de externalidades (*spillovers*) entre jurisdições e na ausência de economias de escala significativas, quando as populações apresentam, dentro de cada jurisdição, preferências relativamente homogéneas, então os governos locais estão melhor posicionados para a provisão de bens públicos locais dado, estarem mais próximo das populações e, desse modo, “ouvirem” com maior facilidade a “voz do povo”, isto é, estão melhor posicionados para actuar de acordo com as preferências da população de cada jurisdição. É neste entendimento que o princípio da subsidiariedade, proposto pela União Europeia, encontra tradução. Isto é, se os governos locais estão melhor posicionados para a aprovisionar de forma eficiente determinados bens, então deverá ser-lhes confiada a respectiva competência para a sua provisão.

---

<sup>10</sup> Desta forma estar-se-ia a respeitar o princípio da equivalência fiscal, apresentado por Olson (1969), que argumenta: “O custo marginal de uma unidade adicional de bem colectivo deve ser partilhada na mesma proporção do seu benefício adicional.”

As abordagens dos dois autores visam definir um modelo conceptual que garanta a condição de eficiência na provisão de bens públicos locais. Acontece que a condição de eficiência não resolve as questões de equidade que se levantam nas sociedades quando as mesmas são confrontadas com a realidade da existência de jurisdições com diferenciadas capacidades de financiamento. Há jurisdições com elevado potencial para a atracção de pessoas e actividades económicas e outras que não, gerando grandes disparidades na capacidade de gerar receitas e, conseqüentemente, na capacidade de aprovisionar um nível mínimo de bens públicos locais, tidos como indispensáveis à garantia de um dado patamar de qualidade de vida às respectivas populações. Diferenças entre jurisdições como as que resultam da constituição da população, de dimensão, na geografia e do potencial económico podem ser tão acentuadas que as disparidades entre si podem ser, do ponto de vista social, intoleráveis. É neste contexto que, por todo o mundo, com sistemas descentralizados de poder, são desenhados diversos sistemas de transferências dos diversos níveis de governo acima dos governos locais para aqueles, no sentido de garantir ao conjunto nacional a equidade horizontal, criando as condições para que haja igualdade de oportunidades para todos os indivíduos da sociedade, independentemente da jurisdição onde residem.

A teoria económica também refere que quando se introduz mecanismos de redistribuição se está a afastar o beneficiário do contribuinte, ou seja, ao ganhar equidade está a comprometer-se a eficiência. É por isso que é difícil avaliar a efectiva *performance* dos governos locais e essa avaliação é tanto mais difícil quanto maior for a percentagem que as transferências representem nas receitas totais de uma dada jurisdição. A este facto há ainda a acrescentar outro: é que nem sempre as receitas fiscais geradas num determinado município acabam por entrar nos “cofres” da respectiva Autarquia. Esta situação decorre geralmente da dificuldade em operacionalizar uma máquina fiscal que coloque, em todas as jurisdições, uma capacidade própria para cobrança de todos os impostos nelas gerados, o que se traduziria num volume de despesa pública incontrolável, nomeadamente para jurisdições de reduzida dimensão.

Tendo por base esta realidade de existência de transferências, as quais condicionam a análise da forma como os governos locais usam as suas receitas, ao qual se soma o facto de os impostos que são gerados numa determinada jurisdição só parcialmente (e não em todos os casos, como será visto mais adiante) regressarem à jurisdição que lhes deu origem, compromete, quase na íntegra, qualquer análise que se pretenda efectuar quanto à eficiência dos governos locais na provisão de bens públicos locais.

Mais, contrariando a ideia inicial de Tiebout, se as jurisdições competem para atrair pessoas e actividade económica comportam-se num problema típico do dilema do prisioneiro, em que a solução não cooperativa conduz a que todas as jurisdições tendam a reduzir impostos, não havendo efectiva diferenciação na política fiscal. Embora esta constatação possa ser vista como uma limitação à aplicação do teorema da descentralização, o facto é que a relativa homogeneização dos impostos é vantajosa porque simplifica a percepção dos impostos por parte dos indivíduos e do meio empresarial, aumentando a transparência dos mecanismos fiscais, e porque minimiza os custos de implementar e operacionalizar a cobrança de impostos.

Assim, constata-se que a teoria das finanças públicas locais se confronta regularmente com diversos *trade-offs*, dos quais se destacam: enfoque na eficiência ou enfoque na equidade, a garantia de maior liberdade na definição da política fiscal por parte das jurisdições ou a garantia de maior transparência nos procedimentos e custos mais reduzidos com a máquina fiscal. Estes conflitos implicam, necessariamente, que o modelo de finanças locais implementado resulta das escolhas que forem feitas pelos decisores públicos, as quais estarão sempre, conseqüentemente, sujeitas a críticas e a discussão. Mesmo tendo por base este enquadramento, no qual a abordagem teórica não encontra tradução nem imediata nem completa nas diversas realidades de sistemas descentralizados existentes um pouco por

todo o mundo, é de todo pertinente perceber como funcionam as finanças públicas locais em Portugal e, em particular, perceber que incentivos fiscais existem e como os mesmos condicionam a actuação dos diversos governos locais (presidente e executivo das autarquias locais<sup>11</sup>). Neste sentido, procurar-se-á identificar se existem os incentivos adequados para que os governos locais tentem captar para as suas jurisdições mais população e mais actividade económica ou se, em contrapartida, existem incentivos que podem ser perversos e conduzir a resultados diferentes daqueles que justificam, de acordo com a teoria político-económica, a existência de governos locais: a melhoria do bem-estar das populações.

Olhando para as finanças públicas locais do Continente de Portugal e, muito em particular para uma determinada região sem autonomia administrativa, a região do Algarve, será interessante perceber o seguinte: 1) se todas as receitas fiscais geradas na região, embora cobradas por uma entidade nacional (Ministério das Finanças), retornam aos municípios que as geram; 2) se alguns impostos assumem uma importância tal que alguns municípios desenvolvem uma excessiva dependência dessa fonte de financiamento; 3) se existem incentivos que possam induzir os governos locais a obter gradualmente mais receitas fiscais, as quais possam vir a comprometer, a prazo, o desenvolvimento económico dos respectivos municípios e da região onde se inserem e, por fim, 4) em caso afirmativo, se estarão à disposição das autoridades fiscalizadoras os instrumentos necessários para obviar à utilização massiva de determinados impostos.

Para a região do Algarve será constatada a dependência dos governos locais dos designados impostos sobre a propriedade, o que pode indiciar, em algumas jurisdições, a existência de problemas de massificação da ocupação do território. Esta observação é válida mesmo tendo presente o quadro teórico que defende que o imposto mais adequado para financiar a provisão de bens públicos locais é o imposto sobre a propriedade dado que, contrariamente a outros impostos, como por exemplo os que recaem sobre o rendimento das famílias ou empresas ou sobre as transacções de bens e serviços, este imposto é imóvel, no sentido de que a propriedade não pode mudar de jurisdição. Trata-se, portanto, desse ponto de vista, de um imposto eficaz porque garante o ajustamento do contribuinte ao beneficiário de bens públicos locais. No entanto, quando os governos locais dispõem de reduzidos instrumentos para efectivamente praticarem uma política fiscal na sua jurisdição, isto porque quem decide a base de incidência dos impostos é a Administração Central, tendo apenas os governos locais pequenas margens de manobra para decidir algumas das taxas, a tentativa de alargar a base tributável de alguns impostos, nomeadamente sobre a propriedade, pode emergir como uma forma racional de incrementar a dimensão de um orçamento municipal. Importa aqui chamar a atenção para o argumento de Tiebout, acima descrito, de que para garantir a eficiência na provisão de bens públicos locais cada jurisdição deveria ser livre de propor o preço (imposto) que pretende praticar, o que fica completamente comprometido quando se limita a actuação de cada governo local ao nível da política fiscal.

Se adicionalmente for considerado que os governos locais procuram, por inerência, maximizar a dimensão do seu orçamento porque orçamentos superiores significam, entre outros, maior poder de influência, maior reputação e reconhecimento do *incumbent* (Presidente da Autarquia), comportamento que encontra tradução teórica na abordagem da *Public Choice* (Escolha Pública), então se o mecanismo indutor de um determinado comportamento por parte dos governos locais existir, será expectável que o mesmo venha a ocorrer.

Ao longo do trabalho será possível confirmar que o incentivo existe e que só a presença de instrumentos reguladores que definam limites à forma como os governos locais gerem o seu território poderá mitigar

<sup>11</sup> Ao longo deste trabalho será utilizada, de forma indiferenciada, a designação autarquias locais ou municípios.



eventuais efeitos perversos que qualquer sistema de financiamento das autarquias locais comporta, ao qual o sistema de financiamento dos municípios portugueses não constitui excepção.

Neste sentido, será apresentado, neste trabalho, um quadro fiscal das finanças dos governos locais no Continente de Portugal, compreendendo o período entre 1995 e 2005, sendo, simultaneamente, os principais valores, quer absolutos quer relativos, das finanças locais do Algarve confrontados com as demais regiões NUTS II do Continente. Paralelamente, e sempre que a análise assim o justifique, os dados relativos ao Algarve serão objecto de um estudo mais detalhado ao nível municipal. Os valores apresentados na análise encontram-se a preços constantes, sendo o ano base 1995.

Importa ainda referir que durante o período em análise estavam em vigor as seguintes leis das finanças locais e respectivas alterações: Lei n.º 1/87 de 6 de Janeiro; Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto e a quarta alteração àquela - Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto, às quais serão feitas alusões sempre que tal for considerado relevante. A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, traduz o enquadramento legal das Finanças Locais, actualmente em vigor, embora, com aplicação, já fora do âmbito temporal da análise. No entanto, sempre que se justifique, serão apresentadas referências ao actual quadro legal.

O trabalho está estruturado da seguinte forma. Na secção seguinte procede-se a uma descrição das principais fontes de financiamento das Autarquias Locais no Continente e, em particular, na região do Algarve. Na secção 3 dedica-se atenção à importância relativa das transferências da Administração Central para o financiamento dos orçamentos dos municípios. Na secção 4 são descritos, com detalhe, os vários impostos com incidência a nível local. Na secção 5 identificam-se os principais enviesamentos existentes na cobrança dos impostos à actividade económica, dado haver um desfasamento entre a região que gera a receita fiscal e que dela usufrui. Na secção 6 são apresentadas as principais conclusões.

## 5.2. As Receitas Municipais

As receitas que as Autarquias Locais dispõem devem garantir o financiamento da provisão dos bens públicos locais de acordo com as preferências das respectivas populações, no respeito pelo princípio da descentralização e da subsidiariedade, e em conformidade com as atribuições conferidas aos Municípios no Artº13 da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

Decorrente das suas atribuições e, de forma a garantir a provisão dos bens públicos locais, os governos locais, no caso português, os Municípios ou Autarquias Locais, dispõem essencialmente de duas fontes de financiamento: as receitas fiscais decorrentes da propriedade e sua transacção e as transferências provenientes ou da Administração Central ou da União Europeia<sup>12</sup>. Enquanto a primeira fonte de financiamento visa garantir o volume de receitas que viabilize a provisão dos bens públicos locais decorrentes das atribuições conferidas aos municípios, de acordo com as preferências das suas populações, a segunda fonte visa assegurar a equidade no acesso a um conjunto mínimo de bens públicos locais, colmatando diferenciais na capacidade de gerar receitas fiscais e internalizando efeitos externos existentes entre municípios.

As receitas fiscais dos Municípios, em Portugal, têm resultado, historicamente, das opções de política fiscal da Administração Central, atendendo a que os governos locais apenas, marginalmente, têm decidido as taxas de imposto a aplicar, e, mesmo nesse caso, com pequenas margens para manipulação

---

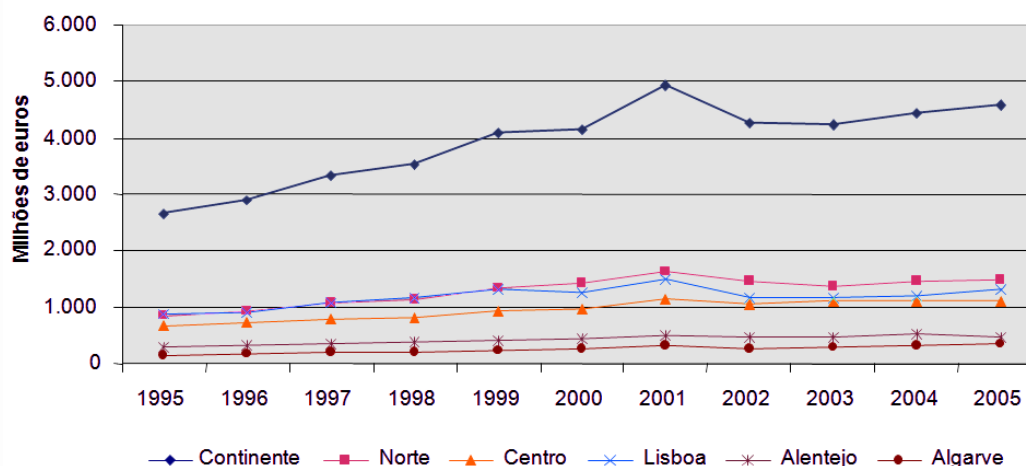
<sup>12</sup> Existe ainda uma terceira forma de financiamento dos governos locais: o endividamento (recurso ao crédito junto da banca ou de fornecedores), o qual não será objecto de análise no âmbito do presente trabalho.

em torno de uma taxa de referência, não dispondo os governos locais de liberdade para decidir quer a base de tributação, quer as taxas de referência. Felizmente, essa tendência tem vindo gradualmente a sofrer modificações, nomeadamente com as alterações introduzidas com a última revisão da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), embora ainda sem efeito prático para a presente análise<sup>13</sup>.

Partindo do pressuposto que o princípio da descentralização norteia a gestão das receitas dos Municípios e, tendo em vista garantir a já referida provisão de bens públicos locais pretendida pelas populações, uma das regras que deverá ser assegurada é a da estabilidade das receitas, por forma a que os bens públicos possam ser colocados à disposição da população de uma forma contínua.

Nesse âmbito faz sentido analisar a evolução das receitas totais dos Municípios das diversas regiões NUTS II do Continente. O gráfico 5.1 apresenta, a preços constantes de 1995, a evolução das referidas receitas.

Gráfico 5.1 - Receitas Totais por NUTS II, a Preços Constantes  
Ano Base 1995=100



Fonte: DGAA, INE, Cálculos do autor

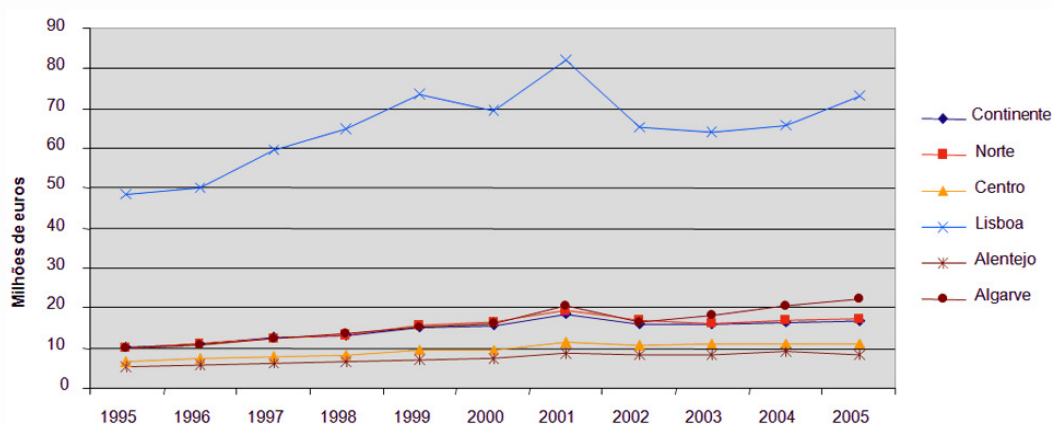
Da sua análise surgem dois resultados, a receita total cresceu em todo o Continente entre 1995 e 2001, ano em que se atingiu o pique das receitas totais, coincidindo, esse ano, com o ano em que decorreram eleições Autárquicas. De 2001 para 2002 ocorre uma quebra acentuada das receitas totais em todas as NUTS, vindo esse valor gradualmente a aumentar desde então, até 2005. No entanto, é de referenciar que, exceptuando a Região do Algarve, nenhuma outra região conseguiu recuperar, em 2005, o valor real de receitas totais de que dispunha em 2001.

De destacar ainda que a quebra das receitas totais registada no Continente, entre 2001 e 2002 (cerca de 13,3%) foi, no entanto, inferior ao salto que as mesmas tinham observado entre 2000 e 2001, ano pré-eleitoral, o qual havia rondado os 18%. A magnitude da alteração das receitas totais em torno de 2001 foi ainda mais acentuada no Algarve, onde as receitas cresceram 28,5%, de 2000 para 2001, decrescendo depois 19,6% para 2002.

<sup>13</sup> Em trabalhos futuros será interessante identificar de que forma os ajustamentos introduzidos com a actual Lei das Finanças Locais permitiu minimizar algumas das distorções que são identificadas ao longo deste trabalho.

Em termos globais pode-se observar que dos cerca de 4,7 mil milhões de euros geridos pelas Autarquias do Continente, em 2005, o Algarve apenas gere cerca de 350 milhões de euros, a preços constantes, o que corresponde a uma parcela de 7,5% do total, sendo a NUT com menos receita total em termos absolutos, como se constata pelo gráfico 1. No entanto, dado que a dimensão das NUTS que compõem o Continente é muito diferenciada (o Algarve apenas compreende 16 Municípios dos 278, contra, por exemplo, o Norte que inclui 86), a análise deverá ser feita em termos médios, a qual é retratada no gráfico 5.2.

Gráfico 5.2 - Receita Média dos Municípios por NUTS II, a Preços Constantes  
Ano Base 1995=100



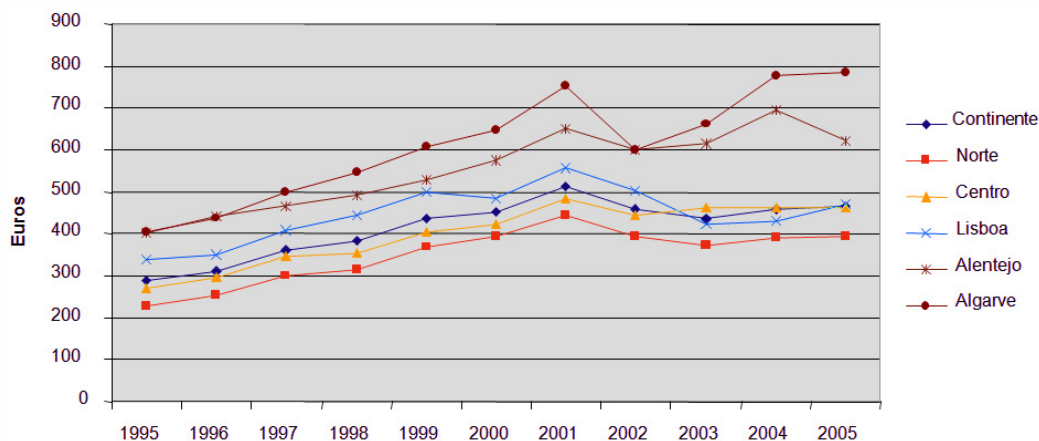
Fonte: DGAA, INE, Cálculos do autor

Com exceção de Lisboa, que inclui os Municípios da área metropolitana, os Municípios fora da Grande Lisboa dispõem de orçamentos médios significativamente inferiores. Em média, durante o período em análise, todos os demais Municípios do Continente tiveram para gerir cerca de 18% das receitas médias de Lisboa (o Algarve teve, em média, 24,5%).

Atendendo a que a densidade demográfica no Continente é heterogénea importa completar o retrato da distribuição das receitas pelas regiões tendo por base a localização da população no território. Nesse sentido, e considerando que o Algarve é uma zona eminentemente turística, de forma a obviar ao enviesamento que resulta de se considerar exclusivamente a população residente, a análise apresentada no gráfico 5.3 considera o somatório da população residente com a população flutuante. No cálculo da população flutuante<sup>14</sup> apenas foram contabilizadas as dormidas registadas em estabelecimentos hoteleiros classificados, pelo que a análise “peca por defeito”, dado serem desconhecidos os dados relativos às dormidas em meios de alojamento não classificado. A população flutuante considerada coincide com a utilizada para efeitos da atribuição do Fundo Geral Municipal às Autarquias, tema desenvolvido na secção seguinte do presente trabalho, quando a composição das transferências da Administração Central, para os Municípios, for abordada.

<sup>14</sup> A fórmula considerada para o cálculo da população flutuante é a seguinte: número total de dormidas em meios de alojamento classificado/365 dias.

Gráfico 5.3 - Receitas Totais *per capita*, Incluindo População Flutuante, por NUTS II, a Preços Constantes  
Ano Base 1995=100



Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Quando se toma como referência a população o retrato muda significativamente com a região do Algarve com uma receita média *per capita* (incluindo população flutuante) muito acima da média do Continente, enquanto Lisboa acompanha de perto a média. Realça ainda que o diferencial entre a região do Algarve e o Continente acentuou-se nos onze anos em análise, o qual muito resultou, como adiante se verá, de um acréscimo na capacidade da Região de gerar receitas fiscais provenientes dos impostos sobre a propriedade. De facto, a Região dispunha, em 1995, de 2,3 da receita média *per capita* do Continente, passando para 2,5, em 2005.

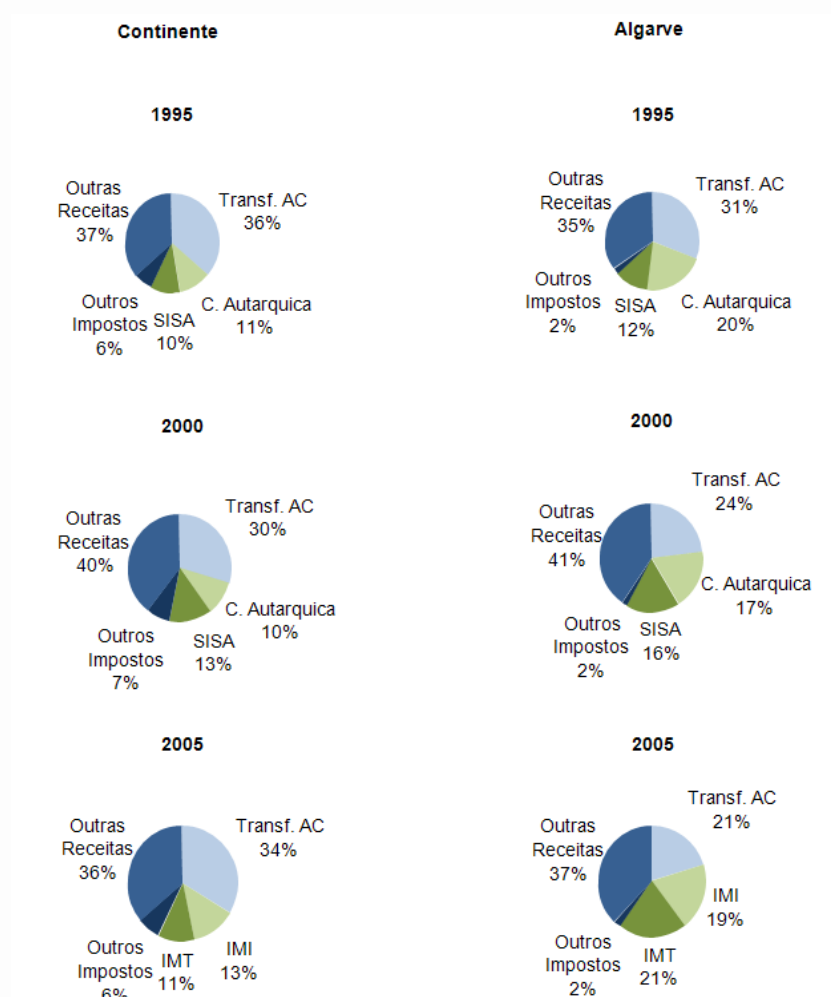
Mais de metade das receitas dos municípios não dependem de uma opção de política local uma vez que a receita é maioritariamente composta por transferências provenientes da Administração Central e pela partilha dos impostos que são gerados no município mas sob os quais os governos locais (Autarquias) não têm poder de influência na determinação das suas taxas: Sisa e Contribuição Autárquica. De facto, em termos gerais, os Municípios não decidem sobre a base de tributação dos impostos a cobrar e só dispõem de liberdade para escolher a taxa de incidência de alguns impostos, dentro de um intervalo estreito, previamente fixado pela Administração Central. Neste sentido, os instrumentos de política fiscal local são escassos, resumindo-se essencialmente, como referido, à fixação de algumas taxas.

Em resultado desta escassa liberdade para estabelecer uma política fiscal, os Autarcas e os municípios não sentem de forma directa a escolha pública local do lado da receita, uma vez que a orientação de política emana da Administração Central. A reduzida capacidade de decisão dos governos locais pelo lado da receita desvirtua a necessária transparência relativa à proveniência e aplicação das receitas públicas, desresponsabilizando os governos locais da obrigatoriedade de prestar contas sob a forma como capta ou gera receitas, incidindo a avaliação da *performance* dos governos locais essencialmente sobre as escolhas que resultam da utilização dos instrumentos do lado da despesa pública.

O gráfico 5.4 apresenta a composição da receita, no Continente e no Algarve, em 1995, 2000 e 2005. Fazendo uma análise comparativa constata-se que, na globalidade, os municípios do Continente dependem mais das receitas provenientes das transferências da Administração Central do que a região do Algarve, dependência essa que veio gradualmente a diminuir, representando, em 2005, apenas 21%, no Algarve, contra 34% no Continente. Em paralelo, as receitas provenientes dos impostos sobre a propriedade: Sisa e Contribuição Autárquica aumentaram significativamente, em dez anos, no Algarve,

variação essa muito superior à observada para o Continente, sendo, respectivamente de 32 para 40% e de 21 para 24%, de 1995 para 2005.

Gráfico 5.4 – Composição das Receitas Totais



Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: Os impostos Contribuição Autárquica e Sisa foram substituídos, a partir de 2005, respectivamente, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI) e pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

Curiosamente os outros impostos não registam alteração na sua representatividade durante o mesmo período, sendo, no entanto, de referir a diminuta importância que assumem para o Algarve, situação que será analisada com maior detalhe na secção 4 deste trabalho. De notar ainda que as “outras receitas” na região do Algarve seguem de perto a evolução observada no Continente, o que é explicado pela evolução das transferências oriundas dos fundos estruturais e do endividamento, os quais acompanham, respectivamente, os fluxos financeiros dos quadros comunitários de apoio e as limitações impostas ao endividamento pelo Governo Central.

A evolução das receitas totais da Região do Algarve que, globalmente, evoluiu positivamente esconde, no entanto, dois outros fenómenos: 1) uma distribuição não homogénea das receitas, havendo

claramente uma distinção entre Municípios onde a actividade económica predominante é o turismo, junto à orla costeira, e os Municípios de interior; e 2) uma evolução das receitas com ritmos diferenciados no tempo, apresentando a segunda metade da década taxas de crescimento muito inferiores às da primeira metade, chegando, em alguns municípios a registar-se variações negativas.

No que se refere à distribuição das receitas totais pelos Municípios do Algarve, o gráfico 5 apresenta a evolução observada durante o período em análise, tendo a informação sido organizada de acordo com o valor médio de receitas obtidas pelos municípios, agrupando-os, conseqüentemente, em três grupos: os que mais receitas obtiveram, em valor absoluto, os que obtiveram valores intermédios e os que arrecadaram um menor valor de receita.

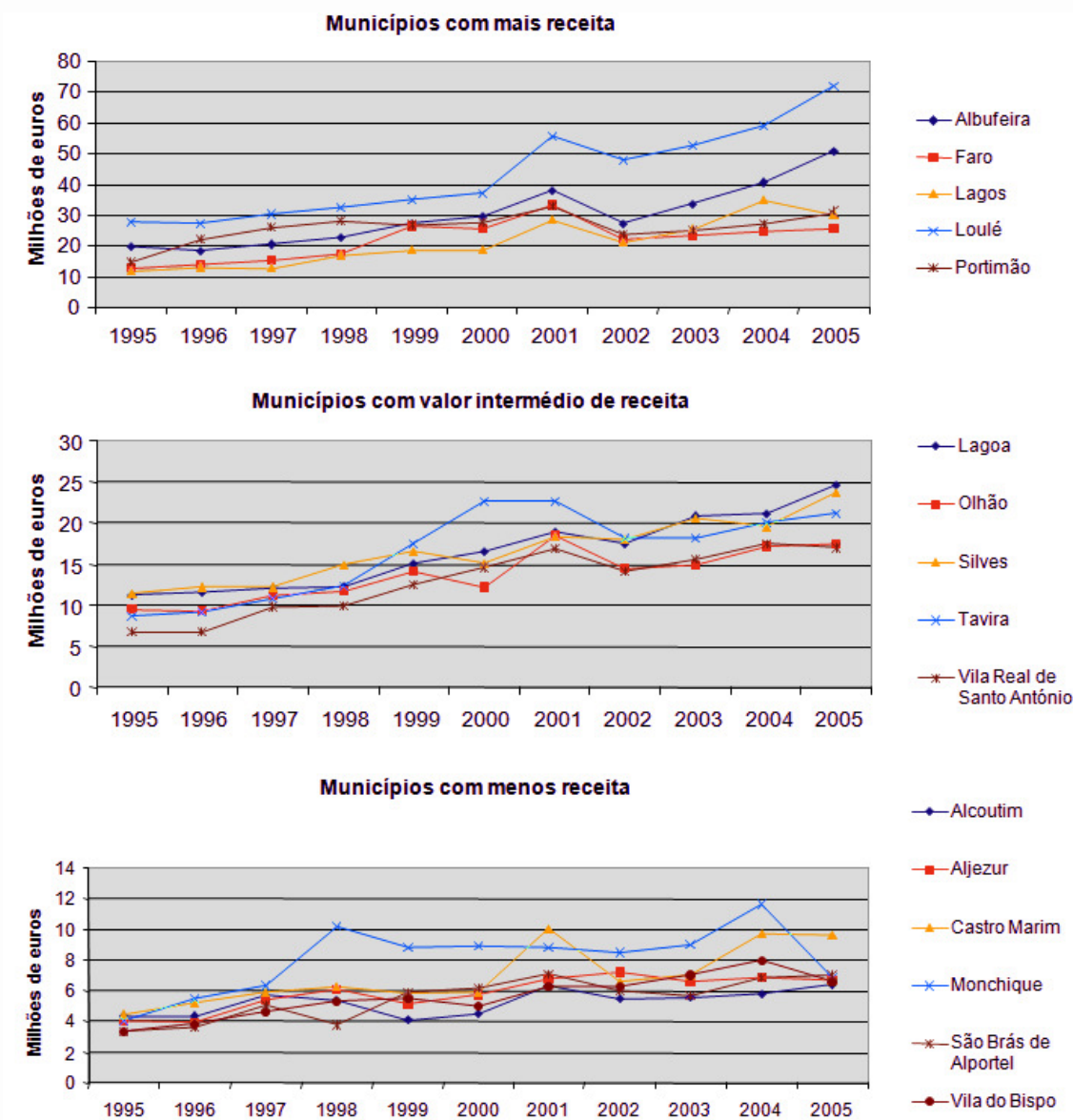
Da análise do gráfico 5.5 sobressai que os Municípios com menor volume de receita apresentam uma evolução errática nas receitas ao longo do tempo, o que compromete a desejável estabilidade na provisão dos bens públicos locais, situação que deriva da sua maior dependência de fontes de financiamento externas ao próprio município, nomeadamente de transferências.

Quer os Municípios com maior volume de receitas, quer os Municípios com valor intermédio apresentam uma evolução mais estável, evidenciando uma tendência geral para um crescimento positivo desde 2002. As únicas excepções são os Municípios de Faro e de Portimão, com crescimentos reais da receita total bastante reduzidos.

Complementando essa análise verifica-se que os Municípios que, em 1995, já arrecadavam mais de metade das receitas da Região do Algarve, aumentaram a sua percentagem em 2005, o que significa que se acentuou o hiato entre os municípios com mais e menos receitas (vide gráfico 5.6).

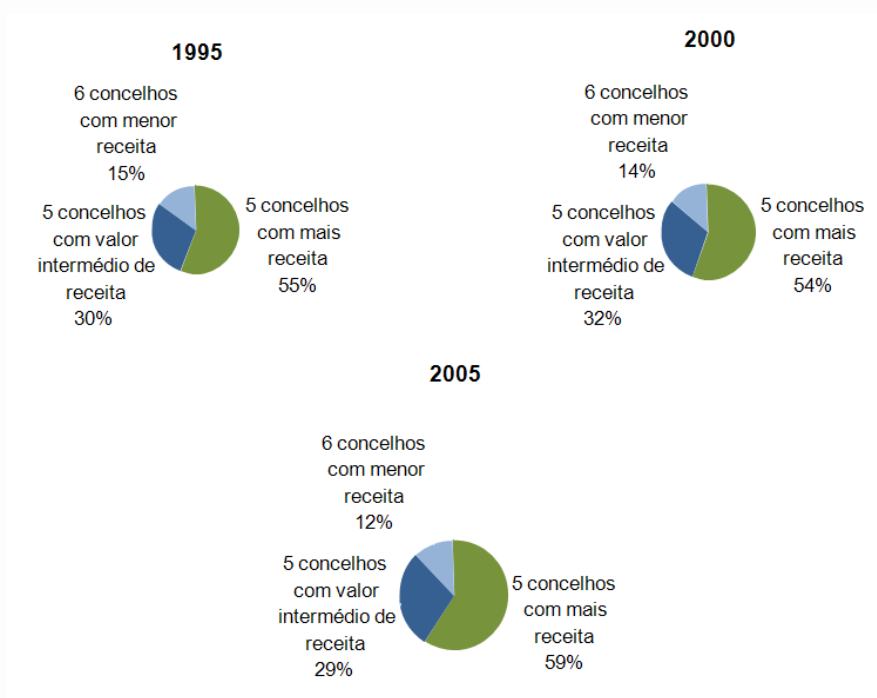
A distribuição das receitas totais pelos Municípios do Algarve, ao longo do tempo, reforçou a posição, já de si dominante, dos cinco Municípios do litoral com maior volume de receita. No entanto, quando analisamos a distribuição das receitas em termos agregados pelas regiões NUTS II não se verificam alterações na sua distribuição territorial, conforme pode ser observado pelo gráfico 5.7.

Gráfico 5.5 – Receitas Totais dos Municípios do Algarve, a Preços Constantes  
Ano Base 1995 = 100



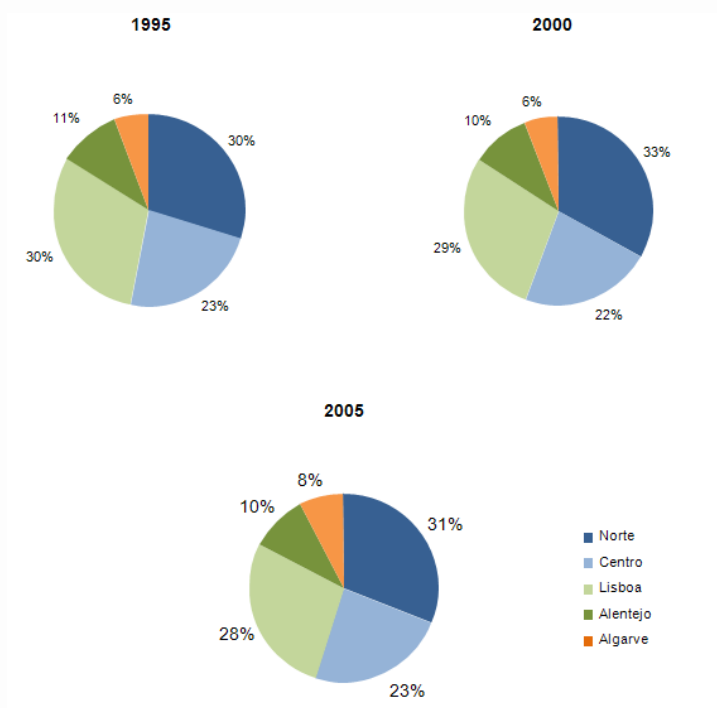
Fonte: DGAA, INE, Cálculos do autor

Gráfico 5.6 – Distribuição das Receitas Totais pelos Municípios do Algarve



Fonte: DGAA, INE, Cálculos do autor

Gráfico 5.7 – Distribuição das Receitas Totais por NUTS II



Fonte: DGAA, INE, Cálculos do autor



Quando se olha para a evolução das receitas totais no período em análise constata-se que, na primeira metade da década, as receitas municipais cresceram, a preços constantes, a um ritmo superior ao da segunda metade, em todo o Continente. No entanto, quando a análise incide sobre o Algarve observa-se que essa redução no ritmo de crescimento foi muito menos significativa do que no resto do Continente, conforme se constata pela tabela 5.1.

Tabela 5.1 – Taxas de Crescimento das Receitas Totais, a Preços Constantes

Ano Base 1995=100

	Receitas Totais					Receitas Totais per capita incluindo população flutuante				
	Varição 1995-1999	Varição 1999-2005	Varição 2000-2005	Varição 1995-2004	Varição 1996-2005	Varição 1995-1999	Varição 1999-2005	Varição 2000-2005	Varição 1995-2004	Varição 1996-2005
Continente	0,50	0,12	0,10	0,63	0,54	0,52	0,07	0,03	0,59	0,49
Norte	0,58	0,11	0,04	0,73	0,57	0,63	0,07	0,00	0,72	0,55
Centro	0,42	0,18	0,15	0,68	0,52	0,50	0,14	0,09	0,72	0,56
Lisboa	0,51	0,00	0,05	0,35	0,46	0,47	-0,06	-0,03	0,26	0,34
Alentejo	0,35	0,18	0,11	0,78	0,44	0,32	0,17	0,08	0,73	0,41
Algarve	0,55	0,45	0,39	1,09	1,09	0,51	0,29	0,21	0,92	0,80
Albufeira	0,38	<b>0,87</b>	<b>0,74</b>	1,06	<b>1,77</b>	0,26	0,49	0,31	0,55	1,01
Alcoutim	-0,06	0,56	0,41	0,34	0,46	-0,01	0,81	0,71	0,58	0,79
Aljezur	0,29	0,29	0,16	0,71	0,68	0,25	0,18	0,02	0,53	0,48
Castro Marim	0,30	0,65	0,62	1,17	0,84	0,32	0,67	0,65	1,22	0,89
Faro	<b>1,04</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,00</b>	0,92	0,82	<b>0,94</b>	<b>-0,09</b>	<b>-0,11</b>	0,73	0,62
Lagoa	0,34	0,64	0,50	0,88	1,14	0,35	0,35	0,28	0,60	0,78
Lagos	0,60	0,61	0,62	1,99	1,30	0,58	0,39	0,40	1,60	0,96
Loulé	0,27	<b>1,05</b>	<b>0,94</b>	<b>1,13</b>	<b>1,61</b>	0,17	<b>0,76</b>	<b>0,56</b>	0,73	<b>1,08</b>
Monchique	1,18	<b>-0,22</b>	<b>-0,23</b>	1,87	0,25	0,91	<b>-0,17</b>	<b>-0,30</b>	1,61	0,17
Olhão	0,48	0,25	0,44	0,81	0,90	0,46	0,11	0,27	0,60	0,67
Portimão	0,79	<b>0,13</b>	<b>0,11</b>	0,81	0,38	0,75	<b>0,04</b>	<b>0,00</b>	0,64	0,24
São Brás de Alportel	0,78	0,19	0,14	1,06	0,95	0,55	-0,10	-0,25	0,44	0,28
Silves	0,44	0,44	0,57	0,71	0,96	0,51	0,32	0,54	0,69	0,88
Tavira	<b>1,03</b>	0,21	-0,07	1,32	1,32	<b>1,06</b>	0,14	-0,11	1,21	1,22
Vila do Bispo	0,63	0,21	0,33	1,39	0,74	0,95	0,22	0,60	1,81	1,09
Vila Real de Santo António	0,86	0,36	0,16	1,62	1,53	0,81	0,18	-0,01	1,16	1,13

Fonte: DGAA, INE, Cálculos do autor

Contudo, fazendo uma análise ao nível de cada município, verifica-se que o comportamento das receitas foi bastante diferenciado. De facto, enquanto Albufeira e Loulé registaram crescimentos reais significativos nas suas receitas, reforçando significativamente o seu volume durante a segunda metade da década em análise, em contraponto encontram-se Municípios como Faro, Monchique, Portimão e Tavira, cujas receitas haviam registado um crescimento acima da média até 1999 para passarem a ter crescimentos bastante insignificantes ou mesmo negativos desde então. Ao longo da presente exposição tenta-se perceber as razões por detrás desta perda de receitas destes municípios.

### 5.3. O papel das transferências da Administração Central

As transferências da Administração Central visam colmatar as assimetrias na distribuição das receitas fiscais de forma a permitir um nível mínimo de equidade na provisão de bens públicos locais às populações. Neste sentido, as transferências devem evoluir mais nas zonas do Continente onde os

municípios evidenciam maior dificuldade em gerar receitas próprias, os quais se localizam, predominantemente, no interior.

De acordo com o gráfico 5.4 (ver secção anterior), as transferências da Administração Central têm vindo a perder importância relativa no Algarve. Importa saber se 1) essa evolução tem sido acompanhada por outras regiões do Continente e se 2) dentro do Algarve houve uma discriminação positiva para os municípios anteriormente identificados como dispostos de menor volume de receita. Importa garantir a salvaguarda da equidade para os municípios que, estando incluídos numa região considerada mais rica, têm uma especificidade própria, uma vez que dispõem de uma menor capacidade de captar actividades económicas e de fixar população, dispostos, conseqüentemente, de uma menor base tributável, sendo, por isso, mais dependentes das transferências.

Embora teoricamente as transferências devam garantir a equidade horizontal e vertical, a verdade é que em Portugal apenas o Fundo de Coesão Municipal (FCM) tem inerente este princípio, como seguidamente se verá. De facto, os municípios recebem outras transferências da Administração Central que não têm essa orientação, visando apenas canalizar de novo para os municípios a parcela correspondente aos impostos neles cobrados, embora arrecadados a nível central, de acordo com fórmulas previamente fixadas.

No período em análise estiveram em vigor duas leis das Finanças Locais: a Lei n.º 1/87 e a Lei n.º 42/98, que definiram a moldura legislativa até à última revisão da Lei das Finanças Locais, já em 2007 (Lei n.º 2/2007), fora, portanto, do período considerado para efeitos da presente análise. Entre 1995 e 1998 os municípios tinham direito a receber do Orçamento do Estado uma transferência designada Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o qual tinha por base de cálculo a evolução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em termos nacionais, sendo depois considerados um conjunto de critérios para atribuição do valor global calculado para o Continente a cada Município. De entre esses critérios apenas 5% tinham uma relação directa com os diferenciais de capacidade de gerar receita fiscal, através do designado Índice de Compensação Fiscal (ICF) (ver a este propósito redacção do artigo 12º da Lei n.º 2/92 de 9 de Março, que veio alterar o artigo 10º da Lei n.º 1/87). Este ICF era “determinado em função das diferenças negativas entre a capitação de cada município e a capitação média, em cada unidade territorial (no caso em apreço: Continente), das colectas de contribuição autárquica, do imposto sobre veículos e da sisa, ponderados pela população do município”.

A Lei n.º 42/98 introduziu alterações importantes no sentido de autonomizar as transferências que visam minimizar assimetrias existentes entre municípios no que se refere à capacidade de gerar receita fiscal. De acordo com esta Lei as Autarquias passaram a receber dois Fundos: o Fundo Geral Municipal (FGM) e o Fundo de Coesão Municipal (FCM), os quais tinham por base de cálculo as receitas provenientes dos seguintes impostos: IVA, imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC).

O FCM era distribuído pelos municípios tendo por base o cálculo de dois índices: o índice de carência fiscal (ICF) e o índice de desigualdade de oportunidades (IDO), representando este último a “diferença de oportunidades positiva para os cidadãos de cada município, decorrente da desigualdade de acesso a condições necessárias para poderem ter uma vida mais longa, com melhores níveis de saúde, de conforto, de saneamento básico e de aquisição de conhecimentos” (redacção do ponto 3 do artigo 13º da Lei n.º 42/98). A partir de 2001, com a Lei n.º 94/2001, que veio alterar a redacção do artigo 10º da Lei n.º 42/98, acresceu, ao FGM e ao FCM, o Fundo de Base Municipal (FBM), cuja verba global era repartida de forma igual por todos os municípios.

Confirma-se com a autonomização das questões da equidade introduzidas na Lei n.º 42/98, a preocupação com a transparência na identificação das transferências que resultam da reafecção

territorial das receitas fiscais geradas em cada município daquelas que visam minimizar diferenciais de desenvolvimento económico. A Lei das Finanças Locais que entrou em vigor após 2007 veio reforçar esta perspectiva introduzindo um Fundo Social Municipal (FSM), o qual pretende compartilhar no financiamento das atribuições sociais, a saber: educação, saúde e acção social, dos municípios com menor capacidade fiscal.

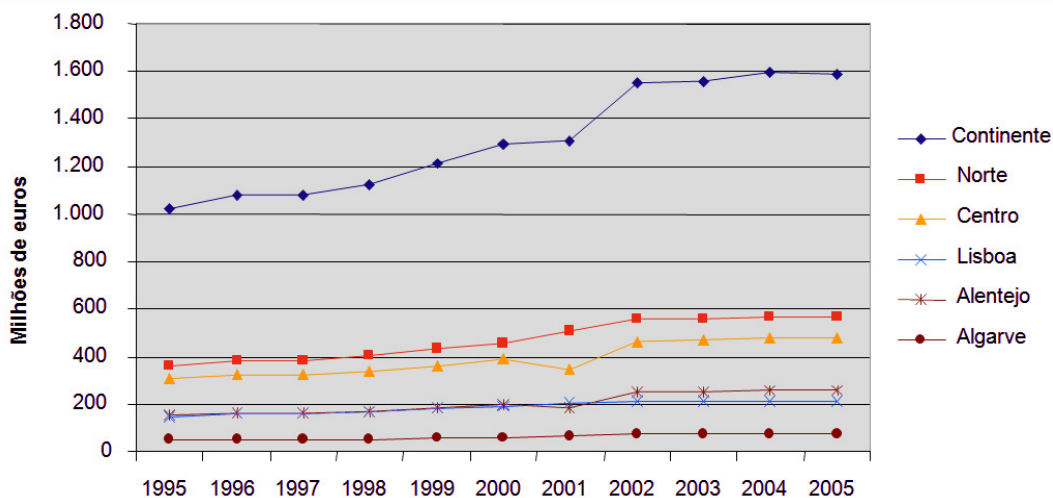
Do exposto resulta que a tranche global de transferências da Administração Central para os municípios tende a evidenciar uma taxa de crescimento positiva nos municípios mais desenvolvidos pelo acréscimo da quota parte nas receitas fiscais e nos municípios menos desenvolvidos pelas transferências que visam a equidade.

Não sendo objecto central do presente trabalho efectuar um estudo detalhado das transferências da Administração Central, a análise incidirá sobre a sua evolução global, descendo a um nível de pormenor apenas para a região do Algarve.

Tendo em conta o gráfico 5.8, o Algarve é a região que menos receita proveniente de transferências da Administração Central recebe, em termos absolutos, a preços constantes, tendo nos últimos dez anos registado um crescimento abaixo da média nacional. No entanto, quando a análise considera a população residente e flutuante, verifica-se que as transferências entradas nos municípios do Algarve acompanharam a evolução média do Continente, conforme se pode constatar pelo gráfico 5.9.

Gráfico 5.8 - Transferências da Administração Central, por NUTS II, a Preços Constantes

Ano Base 1995 = 100



Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

A tabela 5.2 confirma que a taxa a que tem evoluído as transferências da Administração Central para o Algarve tem vindo a decrescer, comparativamente com o Continente. No entanto, como a análise não incide apenas sobre as transferências que visam reduzir assimetrias regionais, constata-se que o crescimento das transferências para os municípios com maior capacidade de gerar receita tem crescido a um ritmo superior ao da média da região, que se traduziu, em termos absolutos, que os valores transferidos tenham sido, em 2005, aproximadamente de menos 6 milhões de euros para os municípios com menor receita do que para os municípios com maior receita (menos 21%).

Gráfico 5.9 - Transferências da Administração Central *per capita*, Incluindo População Flutuante, por NUTS II, a Preços Constantes

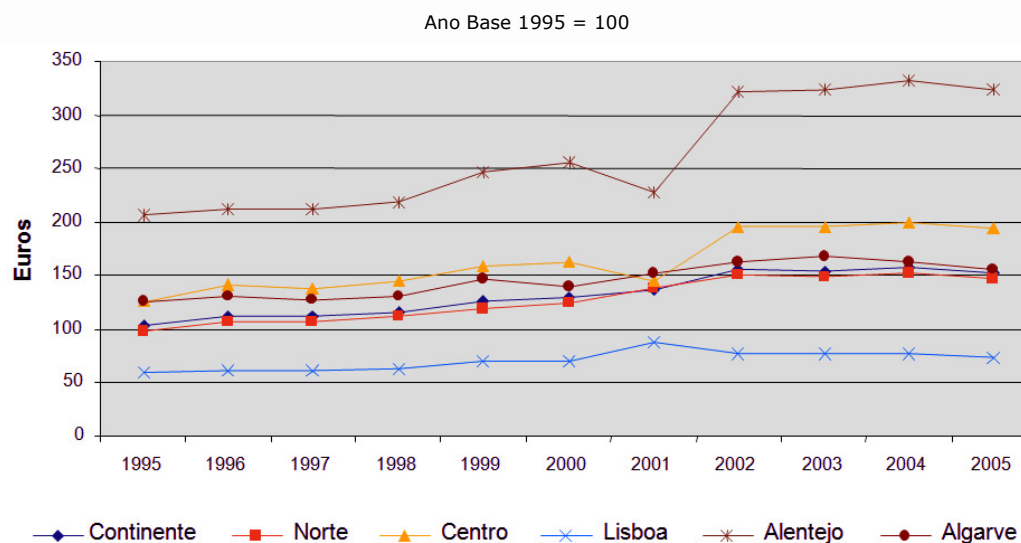


Tabela 5.2 - Taxa de Variação das Transferências da Administração Central, a Preços Constantes

Ano Base 1995 = 100

	Variação 1995-1999	Variação 1999-2005	Variação 2000-2005	Variação 1995-2004	Variação 1996-2005
<b>Continente</b>	0,19	0,31	0,23	0,56	0,47
<b>Algarve</b>	0,18	0,26	0,20	0,49	0,44
Municípios com mais receita	0,26	0,16	0,13	0,47	0,43
Municípios com valor intermédio de receita	0,14	0,24	0,18	0,41	0,37
Municípios com menos receita	0,11	0,43	0,33	0,59	0,54

Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Legenda: Municípios com mais receita: Albufeira, Faro, Lagos, Loulé e Portimão; Municípios com valor intermédio de receita: Lagoa, Olhão, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António; Municípios com menor receita: Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo.

Por força das alterações legislativas acima referenciadas, introduzidas em 1998, com efeitos a partir de 1999, na forma de atribuição das transferências da Administração Central, constata-se um reforço acentuado do ritmo de crescimento das verbas transferidas para os municípios com menor volume de receita, ou seja para aqueles que apresentam uma menor capacidade fiscal.

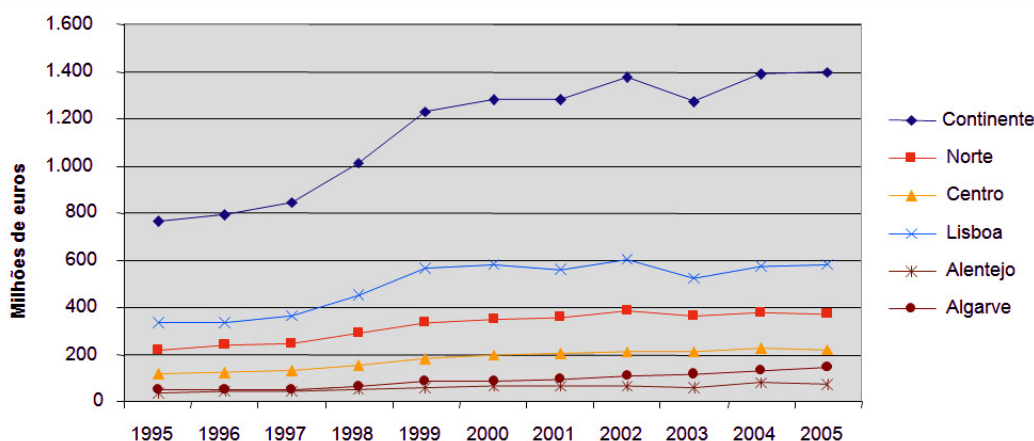
## 5.4. A composição dos impostos municipais

A Região do Algarve tem apresentado, globalmente, uma crescente capacidade de gerar receitas fiscais, conforme ficou patente no gráfico 4, passando as receitas fiscais a representar 42% do total das receitas, em 2005, quando, em 1995, se cifrava nos 34%. Em contraste, as receitas fiscais no Continente passaram de uma representação de 27%, em 1995, para 30%, em 2005, o que evidencia que o Algarve tem gerado nos anos mais recentes uma receita fiscal muito acima da média nacional.

Importa salientar que a evolução observada nas receitas fiscais do Algarve decorre do crescimento muito acentuado das receitas associadas aos impostos sobre a propriedade: Sisa e Contribuição Autárquica, uma vez que os demais impostos: Imposto sobre Veículos e Derrama continuaram a ter uma representação insignificante no conjunto das receitas. Os impostos sobre a propriedade: Contribuição Autárquica e Sisa deram origem, a partir de 2005, a dois novos impostos: o Imposto sobre Imóveis (IMI) e o Imposto sobre Transacções (IMT).

O gráfico 5.11 apresenta a evolução, a preços constantes, dos quatro impostos acima referidos, de onde sobressai o crescimento exponencial, na região do Algarve, a partir de 2001, das receitas fiscais *per capita* incluindo população flutuante, enquanto no resto do Continente as receitas fiscais praticamente estabilizaram. De facto, entre 2001 e 2005, a taxa de crescimento das referidas receitas *per capita*, incluindo população flutuante, no Algarve, foi de 53,5%, contra um crescimento de 3,2%, no Continente. Análise idêntica pode ser apresentada para os valores em termos absolutos que cresceram, naquele período, respectivamente, 58 e 9%. No entanto, como se pode observar no gráfico 5.10, embora esta evolução seja muito diferenciada da evolução registada no resto do Continente, as receitas fiscais auferidas pela Região do Algarve representam apenas 11% das receitas fiscais afectas aos municípios do Continente, contra 7%, em 1995.

Gráfico 5.10 - Total dos 4 impostos: Sisa, C.Aut., Imp. s/ Veic. e Derrama, por NUTS II, a Preços Constantes  
Ano Base 1995 = 100

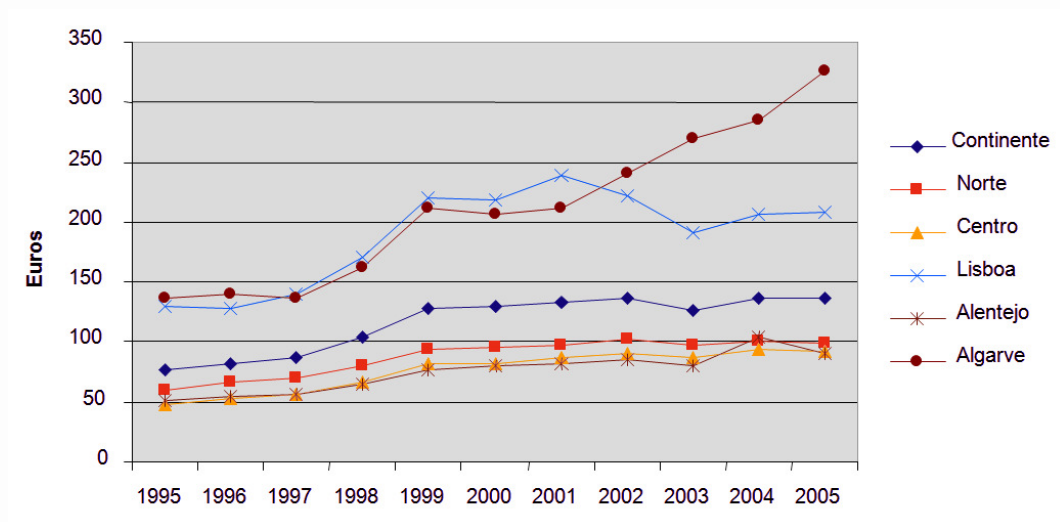


Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: Os impostos Contribuição Autárquica e Sisa foram substituídos, a partir de 2005, respectivamente, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI) e pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

Gráfico 5.11 - Total dos 4 impostos: Sisa, C. Aut., Imp. s/ Veículos e Derrama, *per capita*, Incluindo Pop. Flutuante, por NUTS II, a Preços Constantes

Ano Base 1995 = 100



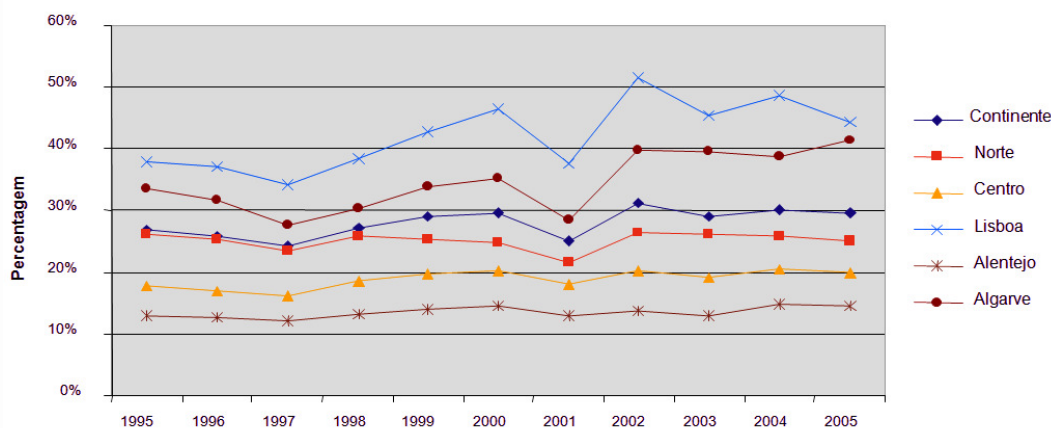
Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: Os impostos Contribuição Autárquica e Sisa foram substituídos, a partir de 2005, respectivamente, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI) e pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

Com base no gráfico 5.12 pode-se afirmar que, com excepção da Regiões de Lisboa e do Algarve, a representatividade das receitas fiscais no total das receitas tem-se mantido praticamente constante. Em paralelo são igualmente as duas regiões do Continente que maior autonomia apresentam face a outras fontes de financiamento, conforme se pode observar pelas respectivas linhas, as quais se situam sempre acima da linha relativa à posição de autonomia fiscal do Continente.

O acréscimo acentuado do peso das receitas fiscais no total das receitas, naquelas duas regiões, é significativo a partir de 2001, havendo, no entanto, um decréscimo, a partir de 2002, para Lisboa, e uma estabilização do valor observado em 2002, no Algarve. Importa ainda destacar que, em 2005, as receitas fiscais no total das receitas na Região do Algarve representavam quase tanto quanto na Região de Lisboa (41 e 44%, respectivamente).

Gráfico 5.12 - Peso dos 4 Impostos nas Receitas Totais, por Regiões NUTS II

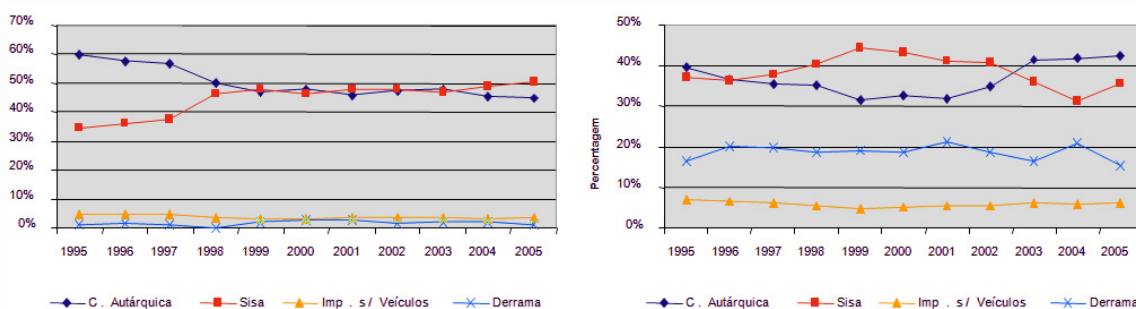


Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: Os quatro impostos totalizam as verbas fiscais auferidas através da Contribuição Autárquica, Sisa, Imposto sobre Veículos e Derrama. Os impostos Contribuição Autárquica e Sisa foram substituídos, a partir de 2005, respectivamente, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI) e pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

Seguidamente será visto que esta evolução se ficou a dever ao crescimento acentuado das receitas provenientes da actividade imobiliária, com especial relevo para a expansão das receitas provenientes da Sisa, conforme se pode observar pelo gráfico 5.13, em claro contraste com a evolução observada no Continente. Outra diferença significativa é a representatividade da derrama, praticamente sem qualquer relevo para a Região do Algarve, mas uma fonte de receita fiscal complementar às receitas da actividade imobiliária, para o Continente. Este assunto será retomado ainda nesta secção e na secção seguinte quando se discutir as opções de política fiscal adoptadas pelos governos locais da Região do Algarve e as suas implicações no comportamento empresarial.

Gráfico 5.13 – Composição das Receitas Fiscais



Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

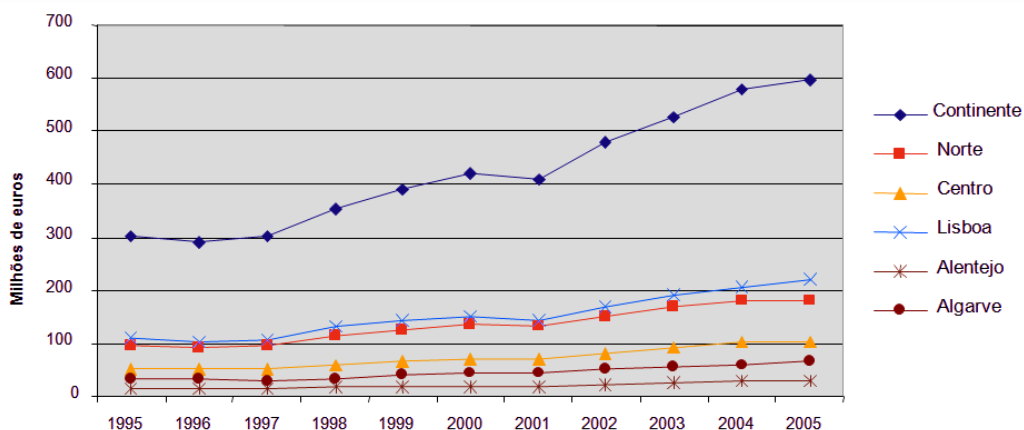
Nota: Os impostos Contribuição Autárquica e Sisa foram substituídos, a partir de 2005, respectivamente, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI) e pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

Passando à análise de cada um dos impostos *per si*, e começando pela evolução da Contribuição Autárquica, observa-se que as receitas provenientes daquele imposto sobre a propriedade aumentaram, quer em termos de volume, quer *per capita* (incluindo população flutuante), durante o período em análise, como se pode confirmar pelos gráficos 5.14 e 5.15. No entanto, confrontando essa evolução

com a representatividade daquele imposto no total dos quatro impostos anteriormente referidos, constata-se que o mesmo veio de forma consistente a decrescer, contrariamente ao que aconteceu noutras regiões do Continente, o que claramente evidencia um enviesamento da composição da receita fiscal na Região do Algarve a favor de outra receita fiscal, como se verá de seguida: a Sisa (ver gráficos 5.13 e 5.16).

Em contraste com a evolução da Contribuição Autárquica, constata-se, pela leitura dos gráficos 5.16 e 5.17 que o outro imposto sobre a propriedade: a SISA registou, na Região do Algarve, um crescimento muito acentuado, principalmente a partir de 1998, contrariando a tendência do Continente, onde as receitas provenientes daquele imposto manifestaram uma redução a partir de 2002, embora com alguma recuperação a partir de 2004. De facto, a taxa de crescimento das receitas de Sisa, entre 1999 e 2005, a preços constantes, foi de 88%, no Algarve, face a um decréscimo de 8%, no Continente, naquele período.

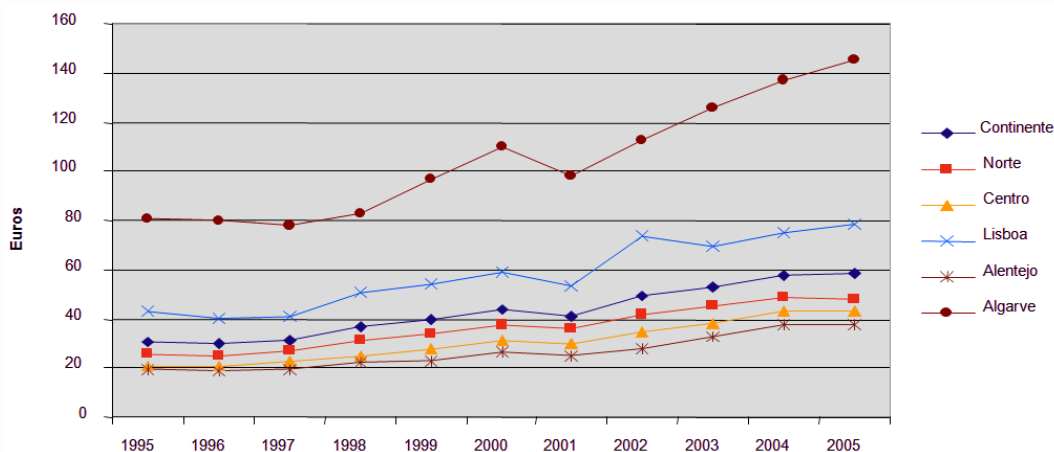
Gráfico 5.14 - Contribuição Autárquica por NUTS II, a Preços Constantes  
Ano Base 1995 = 100



Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: A Contribuição Autárquica foi substituída, a partir de 2005, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI).

Gráfico 5.15 - Contribuição Autárquica *per capita*, Incluindo População Flutuante, por NUTS II, a Preços Constantes  
Ano Base 1995 = 100



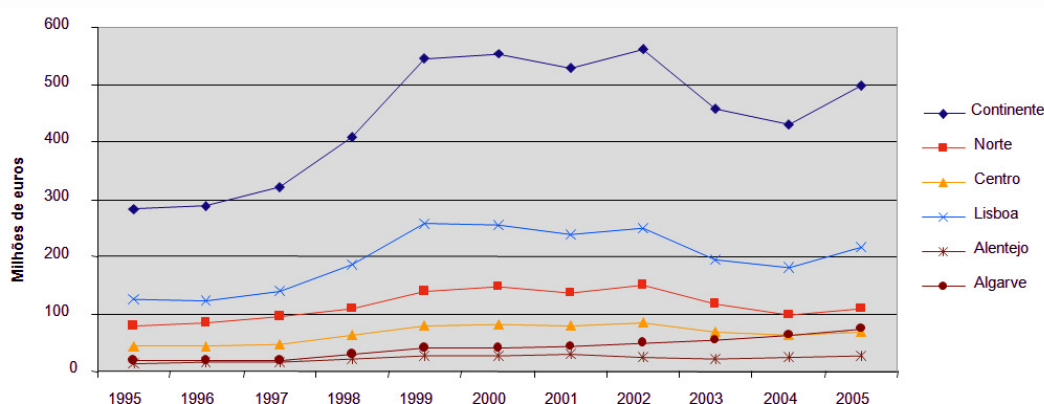
Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: A Contribuição Autárquica foi substituída, a partir de 2005, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI).



Gráfico 5.16 - Sisa, por NUTS II, a Preços Constantes

Ano Base 1995 = 100

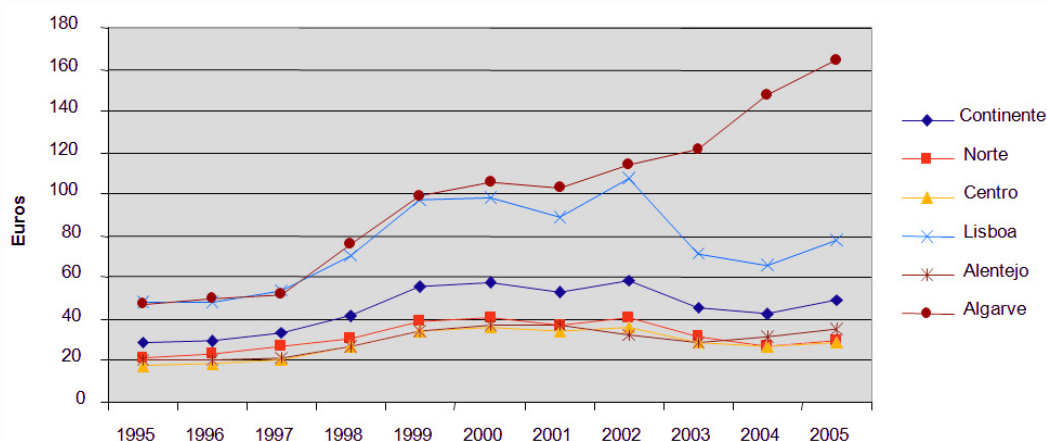


Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: A Sisa foi substituída, a partir de 2005, pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

Gráfico 5.17 - Sisa *per capita*, Incluindo População Flutuante, por NUTS II, a Preços Constantes

Ano Base 1995 = 100



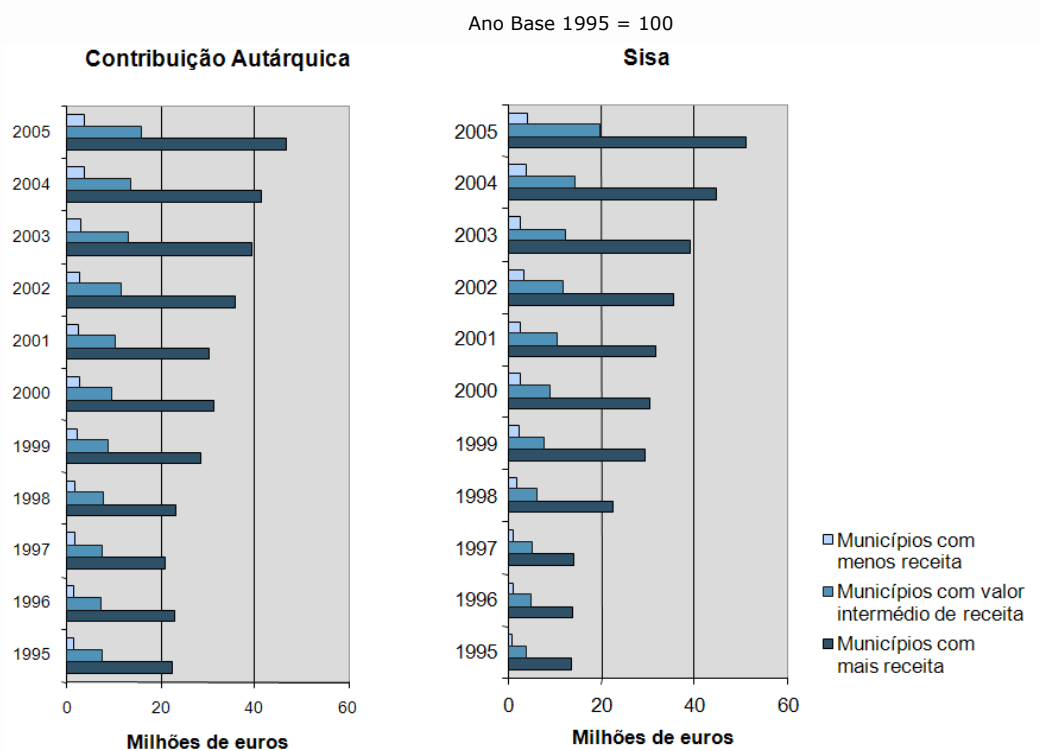
Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: A Sisa foi substituída, a partir de 2005, pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

Esta evolução exponencial do imposto de Sisa arrecadado na Região do Algarve torna-se ainda mais patente quando se confronta a parcela que a região representava no total da colecta daquele imposto no Continente, em 1995, com o valor que assume em 2005: 7 e 15%, respectivamente.

A evolução das receitas fiscais provenientes de impostos sobre a propriedade não foi, no entanto, homogénea em toda a região do Algarve, como se pode observar pelos gráficos 5.18 e 5.19. De facto, o crescimento mais abrupto foi observado nos municípios com maior actividade turística, junto ao litoral, onde é maior a procura de segunda habitação para férias e onde estão localizados os mais significativos empreendimentos turísticos.

Gráfico 5.18 – Repartição da Contribuição Autárquica e da Sisa pelas Diferentes Tipologias de Municípios do Algarve



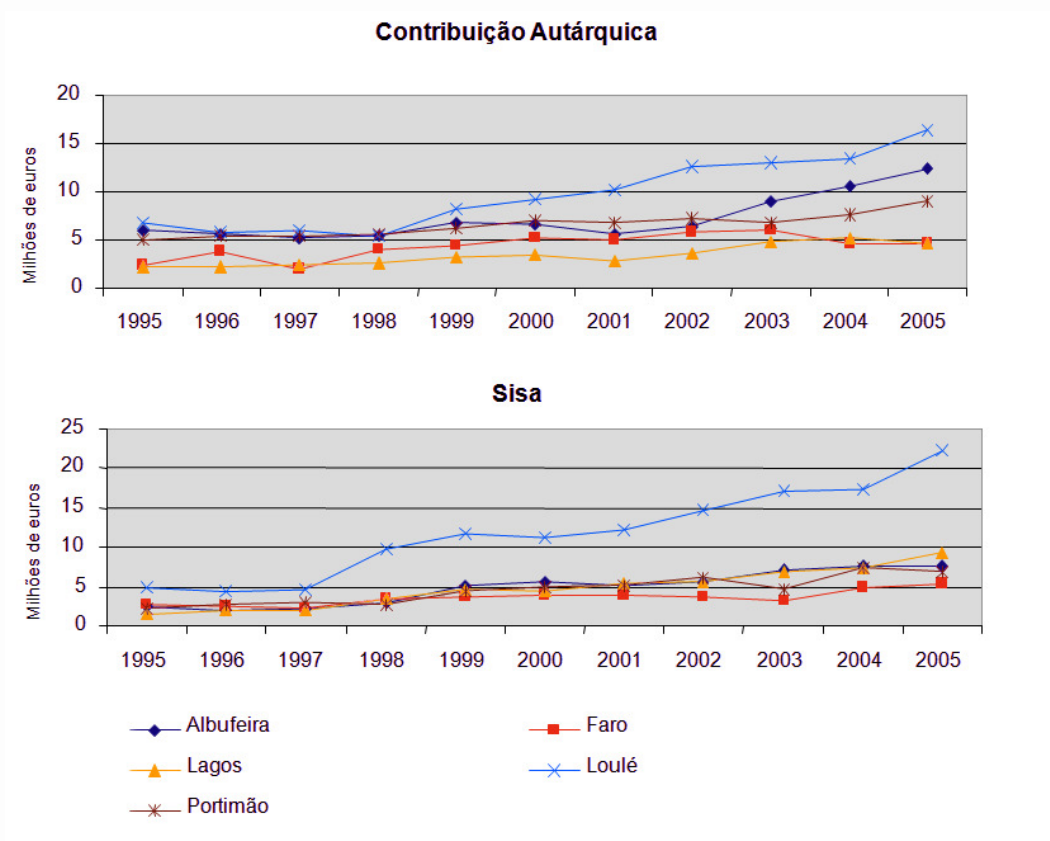
Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: Os impostos Contribuição Autárquica e Sisa foram substituídos, a partir de 2005, respectivamente, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI) e pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

Legenda: Municípios com mais receita: Albufeira, Faro, Lagos, Loulé e Portimão; Municípios com valor intermédio de receita: Lagoa, Olhão, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António; Municípios com menor receita: Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo.

Olhando mais em pormenor para a evolução das receitas provenientes da Contribuição Autárquica e da Sisa nos grupos de Municípios com mais receita e com valor intermédio de receita, constata-se que, mesmo dentro destes grupos, a evolução foi heterogénea. No grupo dos Municípios com mais receita, representado no gráfico 5.19, sobressai a evolução, sem paralelo, do município de Loulé com taxas de crescimento média e global, de 1998 para 2005, a preços constantes, de 18% e de 200%, na Contribuição Autárquica e de 13% e de 127%, na Sisa. No concelho de Albufeira verifica-se também um crescimento acentuado da Contribuição Autárquica, de 2001 para 2005, a preços constantes – 90%.

Gráfico 5.19 – Evolução dos Principais Impostos nos Municípios com Mais Receita no Algarve  
Ano Base 1995 =100

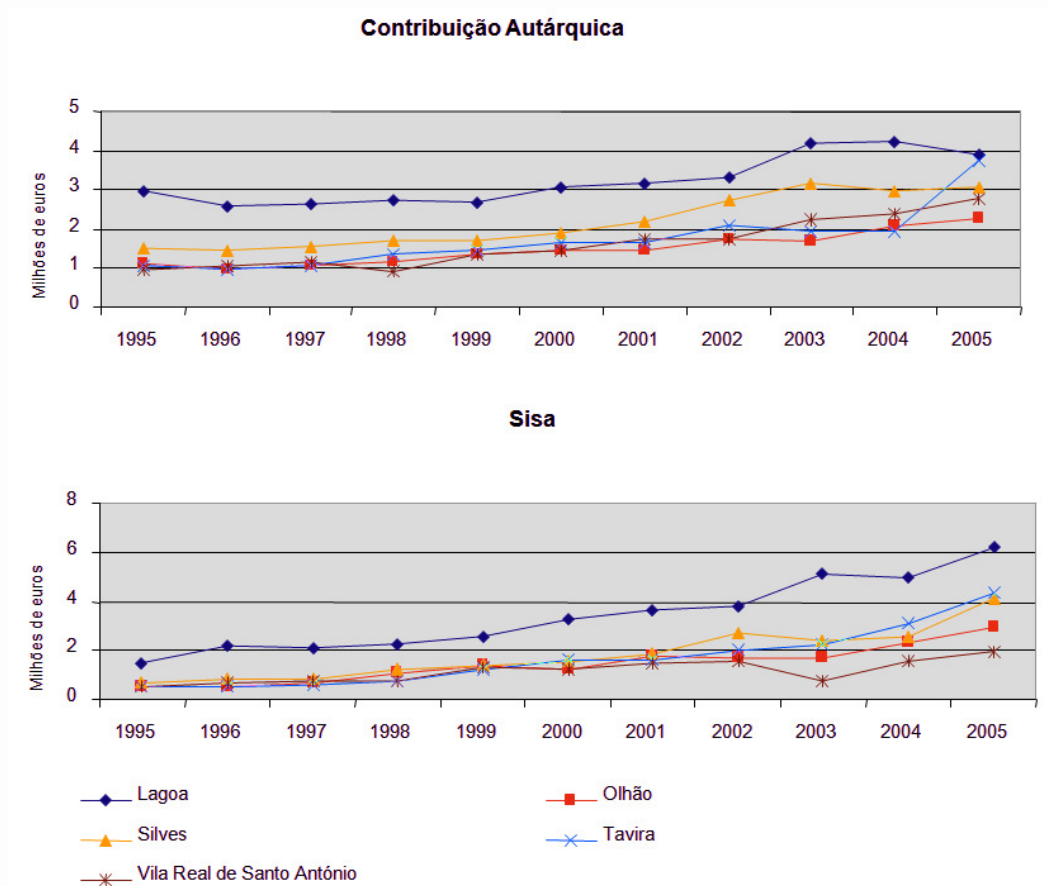


**Fonte:** DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: Os impostos Contribuição Autárquica e Sisa foram substituídos, a partir de 2005, respectivamente, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI) e pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

No que se refere aos municípios com valor intermédio de receita destaca-se, dos demais, o concelho de Lagoa, como aquele que mais recebe de Contribuição Autárquica e de Sisa (ver gráfico 5.20). Neste tipo de municípios há a realçar o ritmo de crescimento das receitas provenientes daqueles dois tipos de impostos, que, a partir de 1999/2000 para 2005, apresentaram taxas de crescimento acima das taxas de crescimento dos municípios com maior receita, o que parece indiciar uma tentativa de acompanhar a política destes no sentido de aproveitar massivamente a actividade imobiliária e daí retirar proveito em termos de receitas fiscais que incidem sobre a propriedade.

Gráfico 5.20 – Evolução dos Principais Impostos nos Municípios com Valor Intermédio de Receita no Algarve  
Ano Base 1995 =100



Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: Os impostos Contribuição Autárquica e Sisa foram substituídos, a partir de 2005, respectivamente, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI) e pelo Imposto sobre Transações (IMT).

De facto, da análise da tabela 5.3 é possível verificar que, no caso da Sisa, os municípios com valor intermédio de receita observaram o dobro do crescimento daquela receita comparativamente aos municípios com mais receita, a partir de 1999/2000 para 2005, o que pode ser sinónimo de uma ocupação excessiva do território, com as conseqüentes implicações para a sustentabilidade económica e ambiental da Região.

Seguidamente a atenção incide sobre o imposto de derrama. De acordo com a legislação em vigor no período em análise: Lei n.º 1/87 e Lei n.º 42/98, os municípios puderam fixar anualmente uma taxa de derrama, calculado sob o IRC das empresas, num limite máximo de 10% (artigos 5º e 18º, respectivamente). Como se observou no gráfico 5.13, as receitas provenientes da derrama têm tido uma reduzida expressão na Região do Algarve, sendo um instrumento de política fiscal ao dispor dos Municípios do Algarve, a que só alguns municípios recorreram e, mesmo esses, nem sempre utilizando a taxa máxima admitida. No período em análise, neste trabalho, apenas os municípios de Faro, Lagos e Tavira utilizaram este instrumento, e, nem mesmo esses, recorreram todos os anos à sua utilização. Em termos globais, no Algarve, a derrama só assume importância como fonte de financiamento para o município de Faro, representando, em 2005, 14% da receita fiscal e 7% das receitas totais.

Tabela 5.3 – Taxas de Crescimento da Contribuição Autárquica e da Sisa por Tipo de Município do Algarve, a Preços Constantes

Ano Base 1995 = 100

	Contribuição Autárquica					Sisa				
	Variação 1995-1999	Variação 1999-2005	Variação 2000-2005	Variação 1995-2004	Variação 1996-2005	Variação 1995-1999	Variação 1999-2005	Variação 2000-2005	Variação 1995-2004	Variação 1996-2005
Municípios com mais receita	0,27	0,64	0,50	0,84	1,06	1,17	0,73	0,69	2,29	2,74
Municípios com valor intermédio de receita	0,13	0,84	0,66	0,79	1,22	1,07	1,48	1,20	2,77	3,06
Municípios com menos receita	0,23	0,82	0,33	1,22	1,30	1,37	0,67	0,56	2,85	2,53

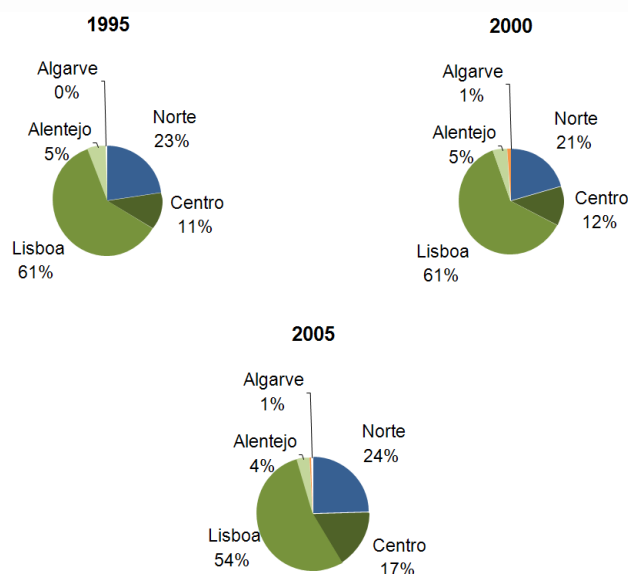
Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: Os impostos Contribuição Autárquica e Sisa foram substituídos, a partir de 2005, respectivamente, pelo Imposto sobre Imóveis (IMI) e pelo Imposto sobre Transacções (IMT).

O gráfico 5.21 evidencia a ausência de receitas no Algarve provenientes da fiscalidade directa sobre a actividade empresarial, destacando-se a Região de Lisboa como aquela que mais recebe de derrama, embora, em 2005, tenha perdido alguma relevância a favor das Regiões Centro e Norte.

A ideia que aparentemente fundamentará a decisão dos municípios da Região do Algarve de prescindir de uma parte das suas receitas potenciais terá a ver com uma tentativa de discriminar positivamente as empresas e sociedades que decidam colocar a sua sede no Algarve. Contudo, como será discutido na secção seguinte deste trabalho, esse incentivo não se mostrou ser, por si só, uma condição suficiente de atracção para que, empresas e sociedades com actividade económica na região do Algarve, colocassem aí a sua sede, acabando as mesmas por preferir colocar a sede noutros municípios, nomeadamente em Lisboa, onde inclusive estão sujeitos a derrama. Neste sentido, o valor de derrama que resulta da actividade económica gerada no Algarve acaba praticamente por financiar apenas municípios fora da Região.

Gráfico 5.21 – Repartição por Regiões das Receitas Provenientes da Derrama



Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

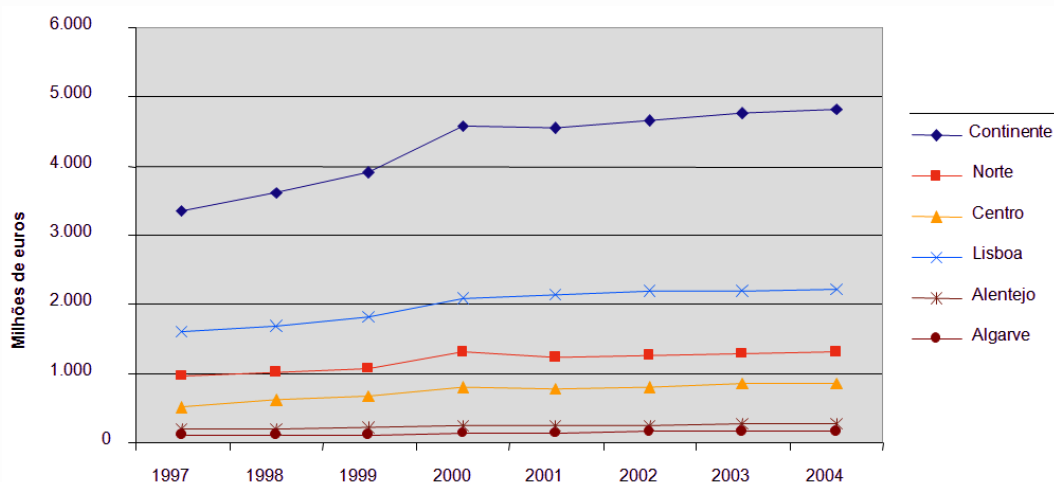
Esta conclusão torna-se mais evidente quando se analisa a evolução do tecido empresarial da região comparativamente à evolução das receitas provenientes da derrama, o que será apresentado na secção 5 deste trabalho.

Por último, decorrente da utilização do seu valor para efeitos de cálculo das transferências da Administração Central para os municípios, como ficou referenciado no secção 3 deste trabalho, analisa-se a evolução dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS). De facto, com a Lei n.º 42/98 das Finanças Locais, no seu artigo 10º, passou a entrar para efeitos de cálculo das transferências financeiras para as autarquias locais, conjuntamente com o IRC e o IVA, os impostos provenientes da cobrança do IRS, na proporção de 30,5% da média aritmética do total dos três impostos. A importância das receitas cobradas via IRS veio a ser aumentada com a actual Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, embora já fora do âmbito da presente análise, autonomizando a receita a atribuir a cada município por via daquela fonte: *“Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no nº1 do artigo 78º do Código do IRS”* (redacção do nº1 do artigo 20º).

O gráfico 5.22 permite constatar que as receitas fiscais provenientes de IRS praticamente estabilizaram no Continente, a partir de 2000, a preços constantes. Em termos absolutos, o Algarve é a região do Continente que menos imposto gera, representando, em 2004, apenas 4% do total de IRS arrecadado no Continente. No entanto, entre 1997 e 2004, as receitas fiscais provenientes de IRS cresceram, na região do Algarve, acima do observado no Continente, 76 e 44%, respectivamente.

Este retrato é diferente quando analisamos a evolução do imposto *per capita* – ver gráfico 5.23 – onde se observa, no Algarve, uma clara tendência para um crescimento continuado no tempo, enquanto as outras regiões evidenciam um crescimento muito ténue na receita de IRS, a partir de 2000.

Gráfico 5.22 - IRS por NUTS II, a Preços Constantes  
Ano Base 1995 = 100



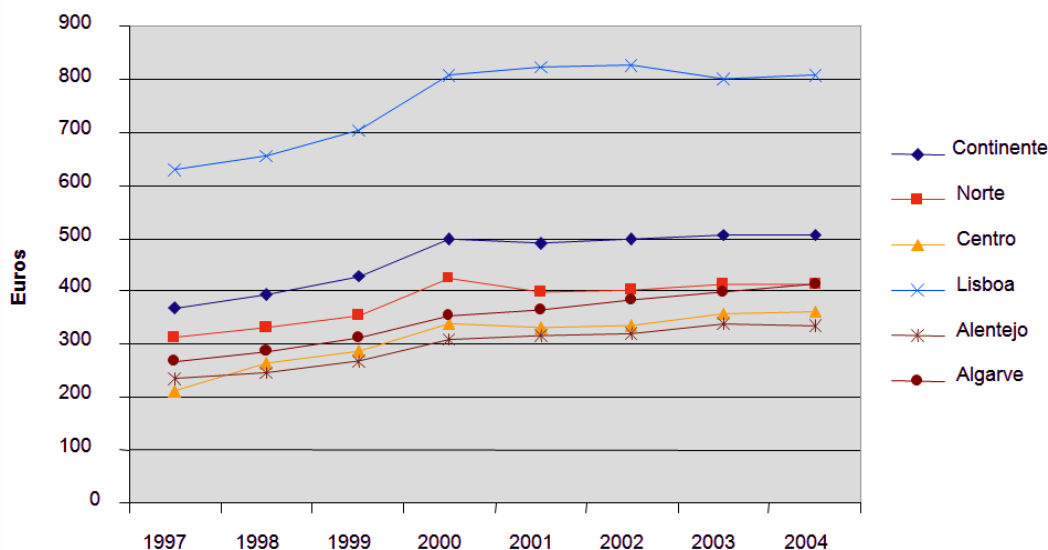
Fonte: ANM, Cálculos do autor

Da análise das receitas fiscais das autarquias locais emerge que as principais fontes de financiamento para os municípios da Região do Algarve são a Contribuição Autárquica e a Sisa, isto é, receitas que resultam da aplicação de impostos sobre a propriedade, as quais estão associadas à actividade da construção civil e imobiliária. As actividades ligadas ao sector do turismo traduzem acréscimo de receitas

municipais não de forma directa através da tributação da sua actividade económica, uma vez que como ficou anteriormente explicado, a derrama não tem praticamente expressão no Algarve, mas indirectamente, através do estímulo à construção de novas habitações, de novos empreendimentos e outros meios de alojamento, os quais geram os impostos sobre a propriedade já referidos, com os consequentes acréscimos de receita fiscal para o orçamento municipal.

Gráfico 5.23 - IRS *per capita*, por NUTS II, a Preços Constantes

Ano Base 1995 = 100



Fonte: ANM, Cálculos do autor

Esta forma de financiamento municipal, quase exclusivamente centrada no imposto sobre a propriedade, cria condições favoráveis à massificação da ocupação do território, uma vez que quanto maior a área para construção, maior o potencial de receitas fiscais a auferir pelas Autarquias. Neste sentido, o enfoque em apenas uma fonte de financiamento fiscal cria um incentivo para a valorização excessiva dessa fonte de financiamento, colocando a uma região como o Algarve, com forte pendor da actividade turística, alguns graves problemas de uso e ocupação dos solos.

Havendo o incentivo fiscal haverá racionalmente uma tendência para que os decisores políticos locais favoreçam a actividade imobiliária, criando condições facilitadoras da existência de enviesamentos na ocupação equilibrada do território, podendo, esta actuação, comprometer, a prazo, o desenvolvimento sustentado da região.

De seguida aborda-se a questão de como a política adoptada pelos governos locais de não tributação do rendimento gerado pela actividade económica exercida no Algarve não tem contribuído para a fixação da sede das empresas e sociedade, as quais mantêm uma preferência por colocar a sede noutras zonas do Continente, mesmo em municípios onde estão sujeitas a derrama. Isto significa que parte da receita fiscal gerada no Algarve acaba por beneficiar outras regiões do Continente, uma vez que a derrama não paga no Algarve acaba por ser tributada "else where".

Uma maior participação nas receitas fiscais das receitas provenientes do imposto sobre o rendimento das empresas e sociedades permitiria diversificar as fontes de financiamento fiscais e aliviar a dependência dos impostos que recaem sobre a propriedade, atenuando alguma da pressão existente para a excessiva ocupação do território.

## 5.5. A dinâmica empresarial e as finanças locais

A presente secção pretende apresentar uma rápida fotografia da evolução do número de empresas e sociedades existentes na região do Algarve face ao resto do Continente, perspectivando, numa segunda fase, qual o montante de imposto de derrama passível de ter sido cobrado, se a sua incidência dependesse de onde o meio empresarial exerce a sua actividade económica e não do local (município) onde colocam a sede. Esta abordagem poderia traduzir-se em mais imposto para a região do Algarve, via IRC cobrado às empresas e sociedades, que reverteria para o orçamento das Autarquias do Algarve, em vez de ficar afecto a outras regiões do Continente. É importante clarificar que se trata apenas de uma reafecção das verbas cobradas de derrama no Continente e não de um acréscimo da carga fiscal às empresas e sociedades.

De facto, o princípio da equivalência fiscal requer uma relação estreita entre beneficiário e contribuinte, significando que quem beneficia de um dado bem público deve ser quem para ele contribui. Assim, havendo receitas fiscais geradas numa determinada região as mesmas devem ser benefício dessa região. Efectivamente, a actividade económica de uma região acede a um conjunto de *facilities* públicas, para cuja produção os municípios de uma dada região incorreram e/ou incorrem em custos, pelo que os benefícios fiscais resultantes da actividade económica devem igualmente reverter para os municípios que suportam aqueles encargos financeiros e não para outros.

O gráfico 5.24 mostra a evolução empresarial do Algarve face às demais regiões do Continente. O Algarve é a região do Continente com menor número de empresas e sociedades sedeadas na região. Embora o Algarve tenha, em 2005, mais 29% de empresas e 66% de sociedades do que em 1995, enquanto que os mesmos valores no Continente foram mais 25% de empresas e mais 83% de sociedades, a verdade é que o Algarve representa apenas 5,7% das empresas e 4,8% das sociedades do Continente, em 2005 (os valores, em 1995, eram 5,5% e 5,3%, respectivamente). Cumulativamente, o peso das empresas no número total de empresas e sociedades, era em 2005, na região do Algarve de 77,5%, enquanto a média do Continente era de 74,7%.

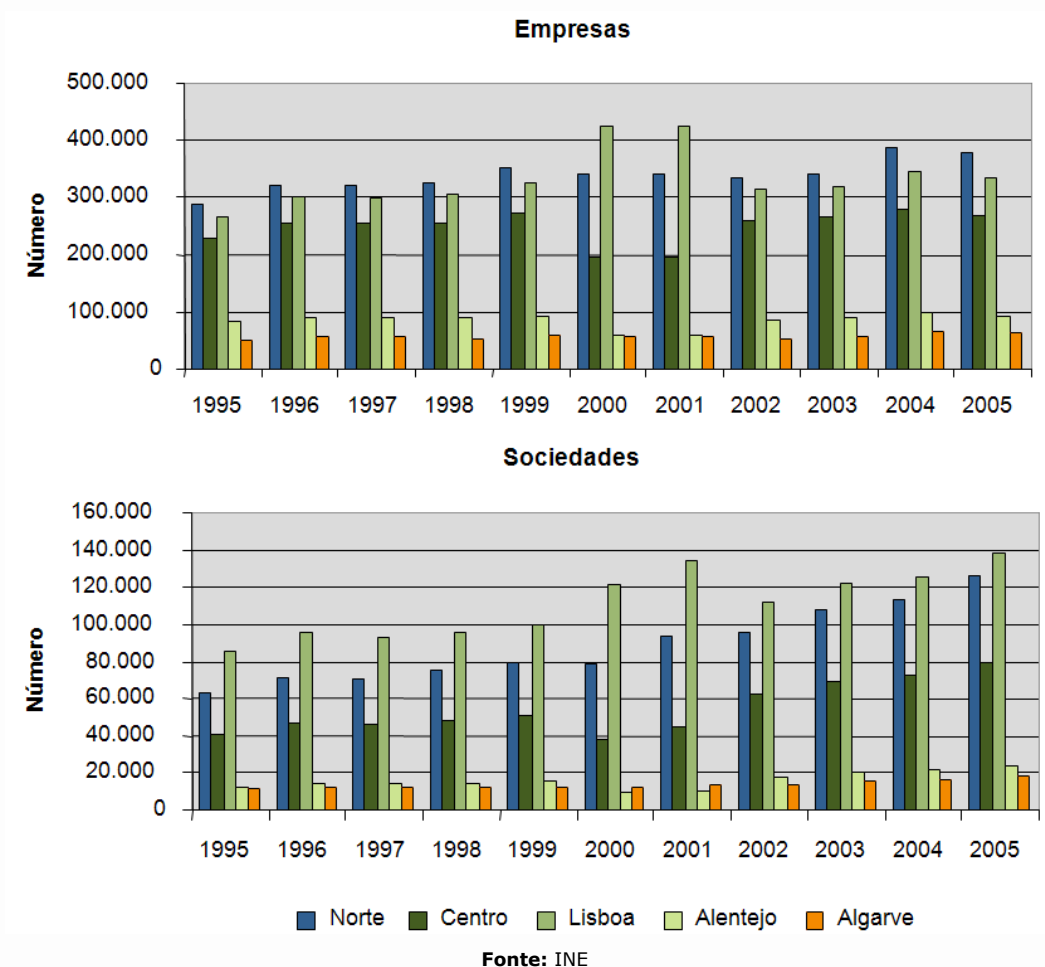
Olhando mais em pormenor para as dinâmicas temporais observa-se que enquanto que o número de novas empresas, embora com uma taxa de crescimento na segunda metade do período em análise acima da taxa de crescimento observada no Continente, desacelerou face à primeira metade, a evolução do número de sociedades foi inversa com taxas de crescimento bastante acentuadas na segunda metade do período considerado. Esta evolução parece evidenciar uma recente (últimos cinco anos) capacidade de captar sociedades para o Algarve, embora essa atractividade não seja territorialmente homogénea como se pode constatar pela tabela 5.4 e gráfico 5.25.

De facto, são os municípios de Albufeira, Castro Marim e Loulé que maior dinâmica apresentaram, na segunda metade do período em análise, na captação de novas sociedades. De realçar, pela negativa, com taxas de crescimento relativamente mais modestas de novas sociedades, abaixo da média regional, de alguns municípios com valor elevado de orçamento municipal como Portimão e Faro, este último com taxa de derrama desde 1998. Isto não significa que estes dois municípios não tenham captado um volume acentuado de novas sociedades, que o fizeram, embora a um ritmo ligeiramente inferior à média regional.

O município de Portimão evidencia, em contrapartida, uma maior capacidade de atracção de novas empresas, entre 1999 e 2005, conjuntamente com os municípios de Albufeira e Loulé.



Gráfico 5.24 – Evolução do Número de Empresas e Sociedades, por Regiões NUTSII



A análise da dinâmica empresarial não pode deixar de ter em conta a repartição das empresas e sociedades em número absoluto pela região do Algarve. Se à anterior análise juntarmos a repartição das empresas e sociedades pelos municípios do Algarve constata-se, pelo gráfico 5.25, que, durante os últimos dez anos, houve um reforço da actividade empresarial em torno de três grandes eixos: Albufeira, Faro, Loulé e Portimão.

Num patamar intermédio de atracção de novas empresas e sociedades emergem os Municípios de Lagos, Lagoa, Olhão, Silves e Tavira. Alguns destes Municípios são prolongamentos dos eixos prioritários da localização empresarial acima referidos.

Tabela 5.4 – Taxas de Variação do Número de Empresas e de Sociedades

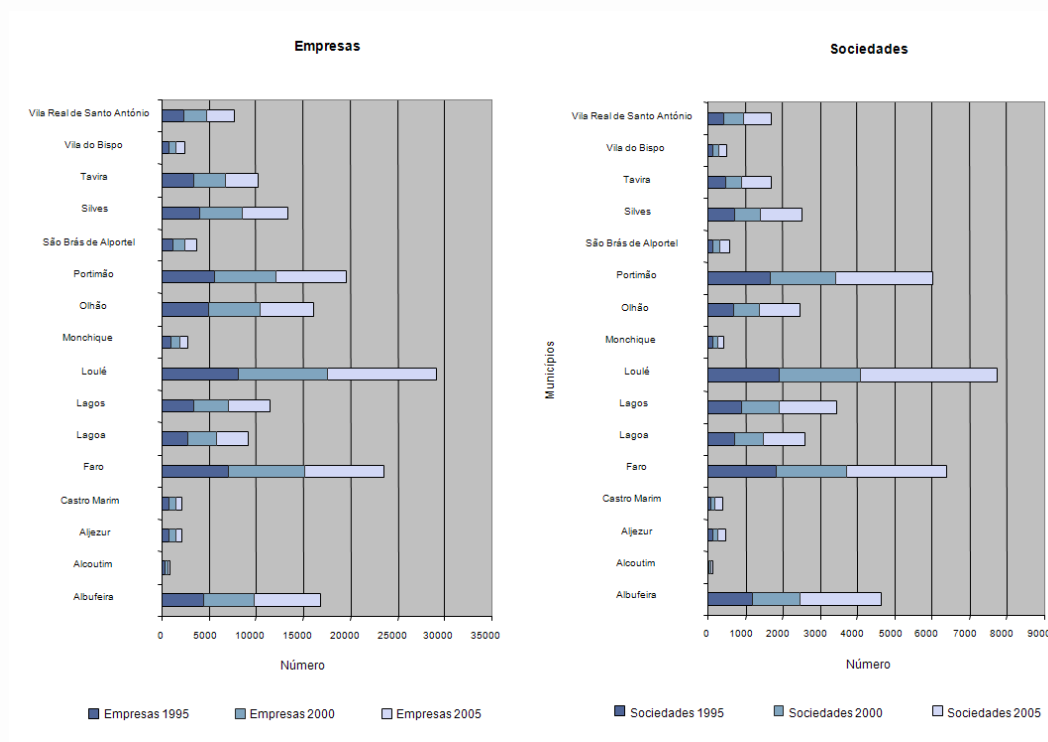
	Número de empresas					Número de sociedades				
	Varição 1995- 1999	Varição 1999- 2005	Varição 2000- 2005	Varição 1995- 2004	Varição 1996- 2005	Varição 1995- 1999	Varição 1999- 2005	Varição 2000- 2005	Varição 1995- 2004	Varição 1996- 2005
Continente	0,21	0,03	0,06	0,29	0,11	0,21	0,51	0,50	0,65	0,61
Norte	0,22	0,08	0,11	0,34	0,18	0,27	0,59	0,61	0,80	0,77
Centro	0,19	-0,01	0,38	0,21	0,05	0,25	0,57	1,10	0,78	0,71
Lisboa	0,24	0,02	-0,22	0,31	0,11	0,17	0,39	0,15	0,47	0,45
Alentejo	0,15	0,00	0,55	0,21	0,06	0,24	0,57	1,60	0,77	0,69
Algarve	0,17	0,10	0,13	0,32	0,15	0,05	0,59	0,58	0,46	0,49
Albufeira	<b>0,25</b>	<b>0,29</b>	<b>0,31</b>	<b>0,60</b>	<b>0,39</b>	0,05	<b>0,76</b>	<b>0,73</b>	<b>0,56</b>	<b>0,66</b>
Alcoutim	0,24	-0,22	-0,19	-0,01	-0,17	0,73	0,40	0,49	0,93	0,59
Aljezur	0,19	0,03	0,07	0,29	0,08	0,09	0,47	0,45	0,46	0,39
Castro Marim	0,18	-0,03	-0,01	0,20	0,04	0,17	<b>0,82</b>	<b>0,85</b>	<b>0,86</b>	<b>0,85</b>
Faro	0,16	0,05	0,08	0,26	0,09	0,05	<b>0,40</b>	<b>0,42</b>	<b>0,33</b>	<b>0,33</b>
Lagoa	0,16	0,09	0,11	0,27	0,12	0,02	0,52	0,49	0,35	0,38
Lagos	0,16	0,16	0,19	0,37	0,21	0,06	0,60	0,57	0,47	0,51
Loulé	<b>0,20</b>	<b>0,18</b>	<b>0,21</b>	<b>0,44</b>	<b>0,28</b>	0,07	<b>0,77</b>	<b>0,73</b>	<b>0,66</b>	<b>0,67</b>
Monchique	0,05	-0,17	-0,14	-0,08	-0,20	-0,08	0,53	0,51	0,28	0,34
Olhão	0,14	0,03	0,08	0,25	0,08	0,02	0,53	0,59	0,38	0,42
Portimão	<b>0,16</b>	<b>0,13</b>	<b>0,16</b>	<b>0,32</b>	<b>0,18</b>	0,02	<b>0,51</b>	<b>0,49</b>	<b>0,37</b>	<b>0,42</b>
São Brás de Alportel	0,09	0,02	0,06	0,17	0,02	0,04	0,62	0,72	0,42	0,54
Silves	0,15	0,06	0,08	0,25	0,11	-0,03	0,59	0,58	0,36	0,42
Tavira	0,11	-0,02	0,02	0,12	-0,01	0,00	0,69	0,76	0,44	0,55
Vila do Bispo	0,18	0,06	0,10	0,28	0,10	0,20	0,35	0,31	0,50	0,38
Vila Real de Santo António	0,17	0,08	0,12	0,33	0,11	0,11	0,54	0,54	0,57	0,49

Fonte: INE, Cálculos do autor

Confrontando a evolução de empresas e sociedades localizadas na região do Algarve com os municípios da região com maior orçamento municipal, constata-se que os cinco municípios com maior receita: Albufeira, Faro, Lagos, Loulé e Portimão concentravam, em 1995, 57% das empresas e 67% das sociedades, passando a absorver, em 2005, respectivamente, 61% e 68%.

Deste cruzamento surge uma aparente correlação entre concentração da actividade económica e captação de receitas fiscais que reforçam os orçamentos daqueles municípios. Esta relação não é, no entanto, directa, como já ficou anteriormente referido, dada a quase ausência de cobrança de derrama nos municípios algarvios. Sendo assim, com excepção de Faro, capital de distrito, todos os outros municípios anteriormente referidos são municípios com uma forte predominância do sector turístico, reforçando a ideia de que a actividade turística e as actividades conexas da construção e da imobiliária, permitem àquele sub-conjunto de municípios dispor de orçamentos bastante acima de outros municípios com menor intensidade de actividade turística.

Gráfico 5.25 – Repartição por Municípios das Empresas e Sociedades da Região do Algarve

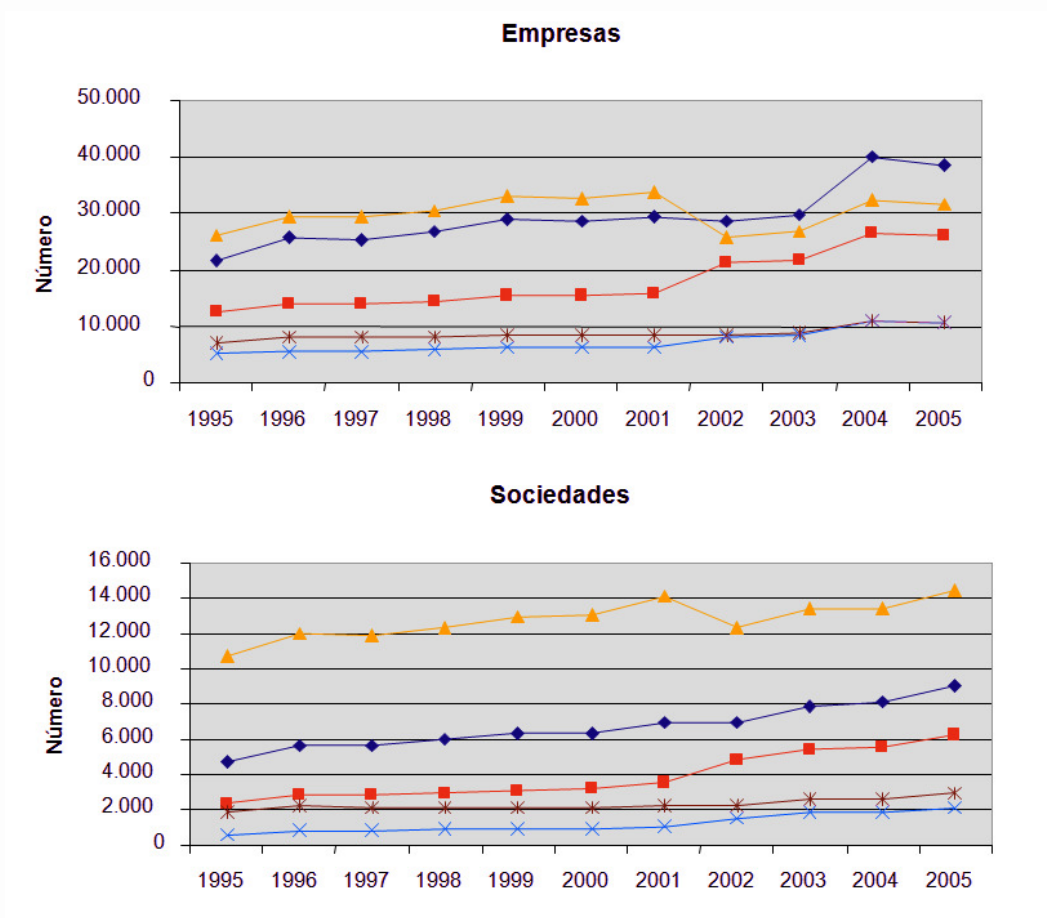


Fonte: INE

A anterior análise pode transmitir a ideia de que a região tem vindo a atrair muitas novas empresas e sociedades, o que, de facto, se verificou em alguns municípios. No entanto, essa análise é parcial. Se atendermos que a actividade económica por excelência da região do Algarve é o turismo, então será racional esperar que as empresas e sociedades que operam no Algarve tivessem a sua sede fiscal na região, mas de facto essa não é a situação dominante, como se verá de seguida.

De facto, do confronto do gráfico 26 com o gráfico 5.27 sobressai algo surpreendente. O Algarve representa cerca de 50% das dormidas em alojamento classificado do Continente mas o número de empresas e sociedades do sector turístico com sede na região é mínimo. Mais, o Algarve tem vindo a perder importância relativa face ao Continente, uma vez que 10% das empresas e 9% das sociedades do sector do turismo do Continente tinham sede na região, em 1995, sendo o respectivo valor, em 2005, de 9% e 8%.

Gráfico 5.26 – Evolução do Número de Empresas e de Sociedades do Sector do Turismo, por NUTS II



Fonte: INE

Nota: Os valores correspondem à secção H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares) da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE) – Revisão 2, entre 1995 e 2002, e Revisão 2.1, a partir de 2003

Em oposição, as regiões do Norte e do Centro têm vindo a ganhar relevo na captação de novas empresas e sociedades do sector turístico. Até a região do Alentejo, embora a uma escala mais diminuta, tem evidenciado uma crescente capacidade de atracção de empresas e sociedades turísticas, igualando, praticamente, em 2005, o número de empresas e sociedades com sede na região do Algarve. De notar igualmente uma quebra acentuada na região de Lisboa, entre 2001 e 2002, na capacidade de captar empresas e sociedades do sector turístico.

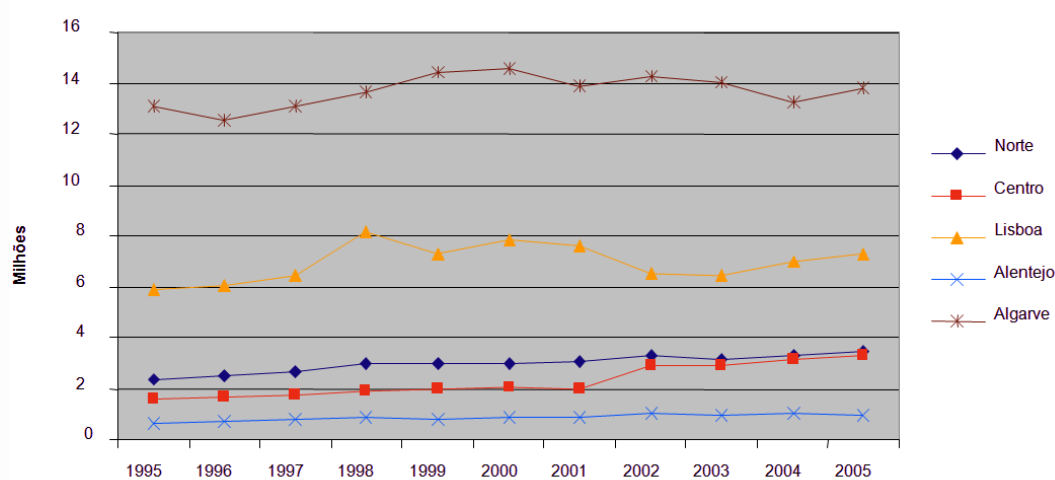
A crescer há igualmente uma perda da representatividade do número de sociedades do sector turístico no total das sociedades com sede no Algarve, tendo decrescido 3%, entre 1995 e 2005, passando a representar, em 2005, 14% das sociedades com sede na região. O decréscimo homólogo no Continente foi apenas de 1%. O Algarve continua a ser, no entanto, a região que maior proporção apresenta de sociedades do sector turístico: 14%, no Algarve, contra 9%, no Continente, em 2005.

Em contrapartida, a representatividade do número de empresas do sector turístico no total das empresas do Algarve cresceu de 14%, em 1995, para 17%, em 2005, enquanto que no Continente a representatividade passou, naquele período, de 8% para 10%.

Cumulativamente, a relação número de empresas do sector do turismo com o número total de empresas e sociedades daquele sector não registou alterações, no Algarve, entre 1995 e 2005, representando cerca de 79%, enquanto que no Continente as empresas daquele sector passaram de uma representatividade de 78% para 77%, o que significa um ganho, embora pequeno da importância relativa das sociedades no sector.

A escassa representação da região do Algarve em termos de empresas e sociedades com sede na região não tem depois adequação à representatividade das dormidas. De facto, tendo presente o gráfico 5.27, o número de dormidas no Algarve foi, em média, no período entre 1995 e 2005, o dobro, face à região mais próxima em termos de valor de dormidas – Lisboa.

Gráfico 5.27 - Número de Dormidas, por NUTS II



Fonte: INE

Há, no entanto, de realçar que as dormidas no Algarve decresceram de uma representatividade de 56% no total das dormidas em meios de alojamento classificado do Continente, em 1995, para 48%, em 2005. Acompanhando a emergência de novas empresas e sociedades do sector turístico nas regiões do Norte e do Centro, têm-se registado ganhos na representatividade das dormidas naquelas regiões, correspondendo, em 2005, respectivamente a 13 e 11% das dormidas do Continente, quando em 1995 os respectivos valores eram 10 e 7%.

Olhando em particular para a situação dos municípios do Algarve, pelo gráfico 5.28 pode verificar-se que a concentração de empresas e sociedades do sector do turismo em torno de três Municípios: Albufeira, Loulé e Portimão não sofreu alterações durante a década em análise. De facto, têm sede nestes três Municípios, em 2005, conforme gráfico 29, 34% das empresas e 53% das sociedades do sector do turismo do Algarve. Esta análise está em harmonia com a estrutura das dormidas naqueles Municípios, que representaram, em 2005, 72% das dormidas em meios de alojamento classificado no Algarve – ver gráfico 5.30.

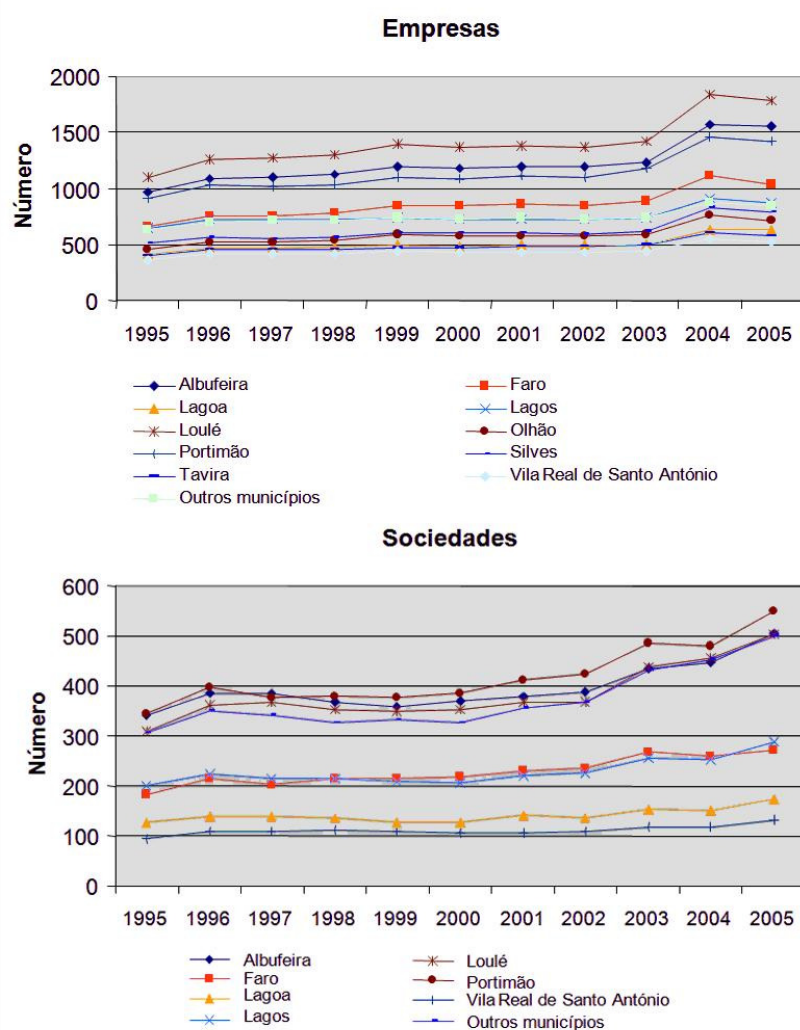
Como a representatividade das dormidas, no Algarve, face ao Continente, não encontra tradução no número de empresas e sociedades com sede na região, observa-se que o volume de negócios das sociedades do sector do turismo fica maioritariamente associado às sociedades com sede em Lisboa.

Efectivamente, em 2005, as sociedades com sede em Lisboa criavam cerca de 50% do volume de negócios do sector do turismo, quando o Algarve apenas era responsável por 12%, abaixo das regiões do Norte e do Centro com, respectivamente, 20 e 13%. O gráfico 5.31 apresenta o retrato desta

situação, a qual estará em conformidade com o número de sociedades do sector do turismo com sede no Algarve (14%, em 2005 – ver gráfico 5.26) mas muito afastado da realidade da actividade do sector no Continente, uma vez que o Algarve concentra cerca de 50% das dormidas (ver gráfico 5.27).

A questão que se coloca é a seguinte: se grande parte do volume de negócios da actividade do sector do turismo é contabilizado na região de Lisboa, onde inclusive é cobrada derrama (todos os 18 municípios da região de Lisboa receberam imposto de derrama, em 2005, 17 dos quais cobraram a taxa máxima admitida – 10%), parte das receitas geradas pela actividade turística na região do Algarve servirão para financiar outras regiões do Continente, induzindo um desfasamento entre contribuinte e beneficiário, isto é, comprometendo claramente o princípio da eficiência.

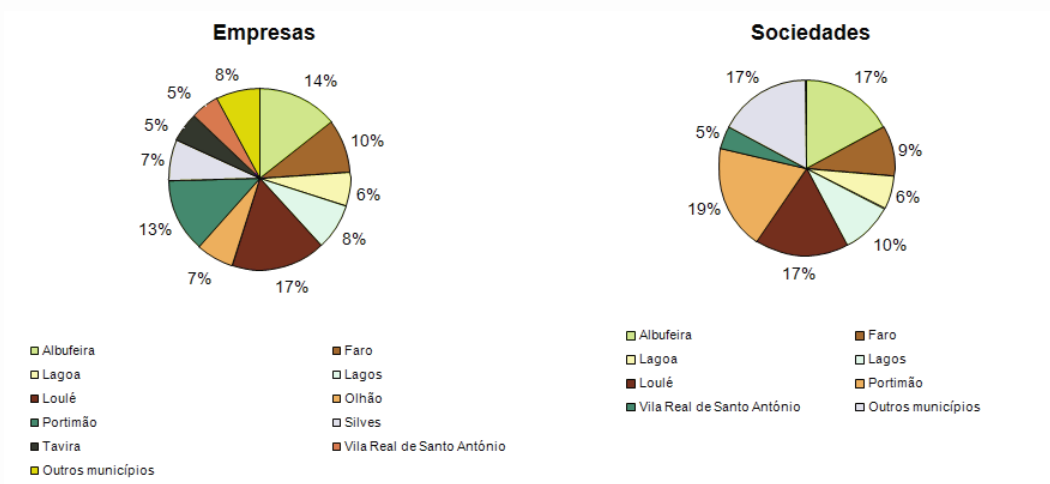
Gráfico 5.28 – Evolução do Número de Empresas e de Sociedades do Sector do Turismo, por Municípios do Algarve



Fonte: INE

Nota: Os valores correspondem à secção H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares) da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE) – Revisão 2, entre 1995 e 2002, e Revisão 2.1, a partir de 2003

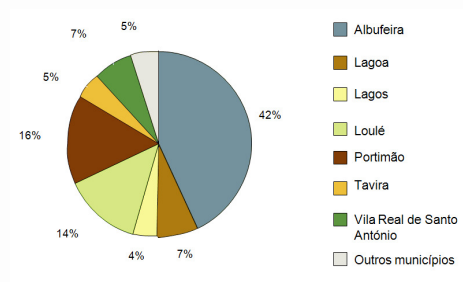
Gráfico 5.29 – Repartição do Número de Empresas e de Sociedades do Sector do Turismo por Municípios do Algarve, em 2005



Fonte: INE

Nota: Os valores correspondem à secção H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares) da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE) – Revisão 2, entre 1995 e 2002, e Revisão 2.1, a partir de 2003

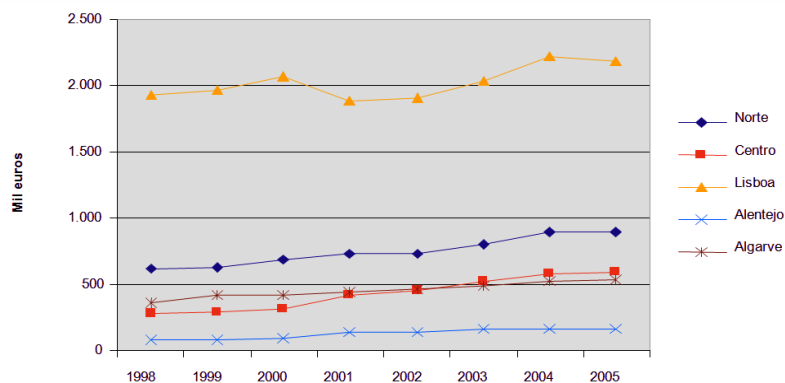
Gráfico 5.30 - Repartição das Dormidas por Municípios do Algarve, em 2005



Fonte: INE

Gráfico 5.31 - Volume de Negócios das Sociedades do Sector do Turismo, por NUTS II, a Preços Constantes

Ano Base 1995 = 100



Fonte: INE

Nota: Os valores correspondem à secção H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares) da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE) – Revisão 2, entre 1995 e 2002, e Revisão 2.1, a partir de 2003

Daqui resulta que uma política de desoneração da actividade empresarial, por parte dos governos locais (Autarquias) da região do Algarve, tendo em vista fomentar a escolha da região para a sede das empresas e sociedades, por via da isenção do pagamento do imposto de derrama, não constituiu, por si só, um incentivo para que as mesmas decidissem ter a sua sede nessa região.

Não sendo possível alterar as principais determinantes que são levadas em linha de conta pelas empresas e sociedades para se localizarem noutras regiões que não a região do Algarve, é, no entanto, possível reafectar a parte da actividade económica gerada no Algarve, e que é ganho de outras regiões, de forma a que a tributação que recai sobre essa actividade sirva para financiar a provisão de bens públicos locais, dos quais as empresas e sociedades beneficiam mas para cujo custo não participam. Efectivamente, os impostos cobrados a estas empresas e sociedades participam a provisão de bens públicos locais a outros municípios que não têm o encargo de financiar infra-estruturas, equipamentos, entre outros, os quais têm de ser dimensionados não só para a população residente mas igualmente para a população flutuante que ocorre à região, sem os quais qualquer oferta turística de qualidade estaria comprometida. Trata-se, portanto de um *spillover* negativo para a região do Algarve.<sup>15</sup>

A actual lei das finanças locais – Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, já veio de alguma forma obviar a esta situação ao prever, no seu artigo nº2, do Art.14º, que a tributação deverá ter em atenção a distribuição territorial dos estabelecimentos das empresas e sociedades:

“...sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria colectável superior a (euro) 50 000, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.”

Esta alteração é muito importante porque deverá alertar os governos locais para a vantagem de passar a cobrar imposto de derrama sobre a actividade económica que efectivamente é exercida no seu município, dado que ao ajustarem beneficiário e contribuinte, encontram uma forma de aliviar a pressão sobre a necessidade de obtenção de receitas por via da actividade imobiliária, diversificando as fontes de financiamento das autarquias. Cumulativamente, há ainda a vantagem de haver uma maior transparência e *accountability*, uma vez que as empresas e sociedades ao verem as suas contribuições fiscais serem canalizadas para os orçamentos dos municípios onde exercem a sua actividade económica vão ser mais exigentes para com a forma como os seus impostos são gastos pelos governos locais. Esta é uma actuação que se pretende para o futuro, uma vez que as leis em vigor, no período em análises não permitiam uma desagregação da actividade económica por “centros de custo”, isto é por, sede de estabelecimentos.

Se essa lógica tivesse presidido à afectação territorial do volume de negócios da actividade turística, os valores contabilizados seriam bastante diferentes. A metodologia adoptada para encontrar os correspondentes valores, resultantes dessa possível reafecção, é seguidamente descrita.

Primeiro, procedeu-se à reafecção do volume de negócios das sociedades do sector do turismo tendo por base o critério: distribuição territorial das dormidas em meios de alojamento classificado. Seguidamente, tendo por base o rácio existente entre empresas e sociedades da actividade turística, projectou-se o volume de negócios das empresas daquele sector. Para as outras actividades económicas

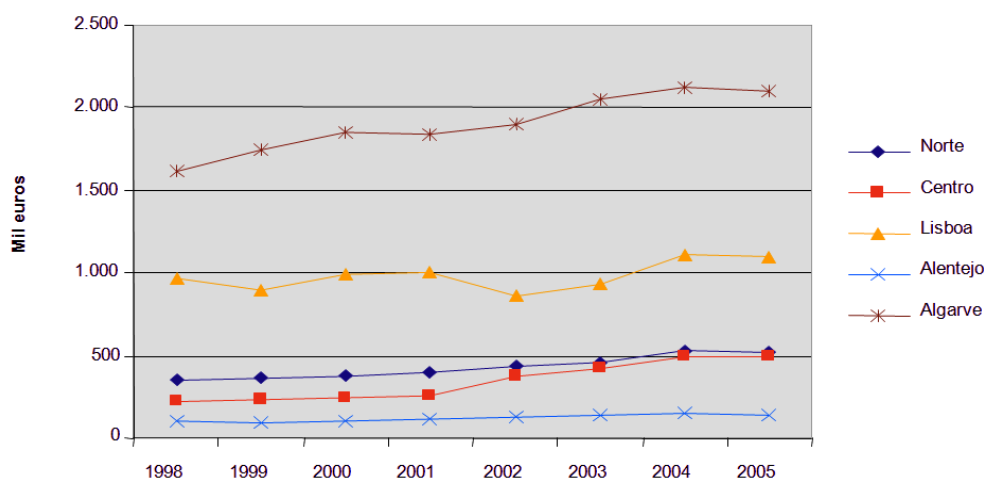
<sup>15</sup> O facto de o financiamento municipal não ter em conta o município onde a actividade económica é gerada, o que implicaria um ajustamento na fiscalidade que incide sobre as empresas e sociedades, induz ainda um outro enviesamento nas transferências a atribuir a cada Autarquia, uma vez que as mesmas têm igualmente em conta o IRC cobrado (não gerado) num dado município.



não se procedeu a qualquer alteração do volume de negócios em relação aos valores oficiais. O somatório do volume de negócios estimado do sector do turismo com o volume de negócios das demais actividades económicas permitiu encontrar o volume de negócios global das empresas e sociedades da região do Algarve, ajustado apenas na componente associada à actividade turística. Tendo em conta esse volume de negócios perspectivou-se, para o Continente, qual o pagamento por conta do imposto da derrama sobre cada unidade de volume de negócio (embora seja sabido que a derrama era calculada, durante o período em análise, sobre a colecta do IRC, a qual não se encontra estatisticamente disponível) efectuado por cada empresa/sociedade. Aplicando esse rácio ao volume de negócios projectado para a região do Algarve foi possível encontrar o imposto de derrama que poderia ter sido cobrado pelos municípios da região. Por fim, foram confrontados esses resultados com o imposto de derrama que efectivamente reverteu para a região.

Assim, da reafecção do volume de negócios das sociedades no sector do turismo, contabilizado pelo INE, tendo por base a distribuição territorial das dormidas, que constitui a primeira fase da projecção do volume de negócios da região do Algarve, foi possível encontrar novos valores para o volume de negócios das sociedades turísticas, traduzidos pelo gráfico 5.32, o qual é distinto do retrato apresentado no gráfico 5.31.

Gráfico 5.32 - Projecção do Volume de Negócios das Sociedades do Sector do Turismo com Base na Distribuição das Dormidas, por NUTS II, a Preços Constantes  
Ano Base 1995 = 100

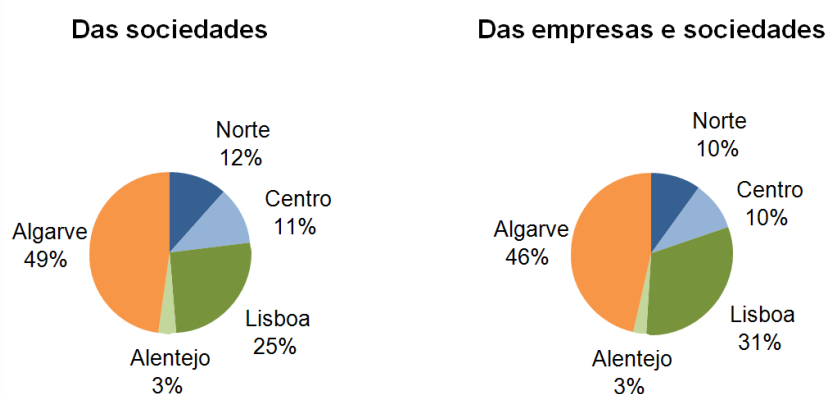


Fonte: Cálculos do autor

Tendo por base o rácio número de empresas no número de sociedades registadas no sector do turismo, no Algarve, projecta-se o volume de negócios das empresas do sector do turismo. Na abordagem da projecção do volume total de negócios do sector do turismo foi adoptada uma perspectiva conservadora, uma vez que foi considerado que as empresas do sector do turismo, depois de termos em conta a distribuição territorial das dormidas gerariam 50% do volume de negócios do sector, enquanto que o IAPMEI, referindo-se a dados do INE para 2004, indica que as empresas do sector do turismo deram origem a 81,6% do volume de negócios do sector. Isto significa que os valores calculados para o volume de negócios do sector do turismo estarão eventualmente medidos por defeito e não por excesso.

Os valores perspectivados para o volume de negócios das sociedades do sector do turismo e conjuntamente para empresas e sociedades do mesmo sector, tendo em conta a distribuição das dormidas por NUTS II, traduziu que o volume de negócios, daquele sector, na região do Algarve, passasse a representar, em 2005, 49% e 46%, respectivamente, conforme se pode observar no gráfico 33, contra os 12% efectivamente contabilizados pelo INE relativos ao volume de negócios das sociedades do sector do turismo do Algarve, face ao Continente (ver gráfico 5.31).

Gráfico 5.33 – Repartição Projectada do Volume de Negócios do Sector do Turismo, por NUTS II, com Base na Distribuição das Dormidas, em 2005

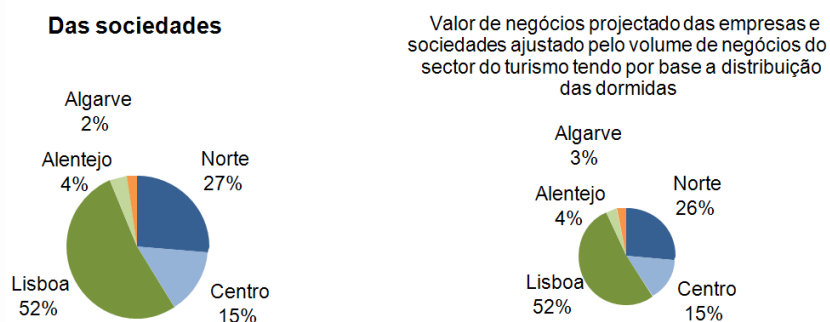


Fonte: Cálculos do autor

A reafecção do volume de negócios do sector do turismo, tendo por base a distribuição das dormidas, conduziu a um pequeno reajuste na parcela do volume de negócios que o total da actividade económica da região do Algarve representa no Continente, de 2% para 3%, em 2005, conforme se pode confirmar pelo gráfico 5.34.

A reafecção territorial do volume de negócios do sector do turismo não foi estendida a outros sectores de actividade económica, embora o fenómeno do desajustamento entre o local da sede das empresas e sociedades e o local onde exercem a sua actividade possa acontecer igualmente noutras actividades, como sejam por exemplo, as empresas e sociedades de construção civil ou de actividade imobiliária. Neste sentido, os valores globais projectados para o volume de negócios das empresas e sociedades, para cada uma das regiões NUTS II do Continente, ainda poderia ser alvo de uma nova reafecção. Considerou-se que, para o efeito da presente análise, a diferença mais significativa na afectação territorial do volume de negócios seria observada no sector do turismo. Assim, para os outros sectores de actividade, que não o sector do turismo, foi considerada a repartição territorial do volume de negócios apresentada pelo INE.

Gráfico 5.34 – Repartição do Volume de Negócios do Total da Actividade Económica, por NUTS II, em 2005



Fonte: INE, Cálculos do autor

Os valores considerados para o volume de negócios das empresas no total do volume de negócios de sociedades e empresas são, mais uma vez, conservadores, dado que representavam, em 2004, na nossa análise, cerca de 50% e informação do IAPMEI, reportando o INE, refere, para aquele ano, uma representatividade de 56,8% no Continente.

Tendo presente o volume global estimado de negócios para cada uma das regiões do Continente é possível reafectar as receitas fiscais provenientes do imposto de derrama, de acordo com a região onde a receita foi gerada.

Do confronto da derrama cobrada na região do Algarve com a do Continente, constata-se que, entre 2000 e 2005, em média, na região do Algarve por cada mil euros de volume de negócios apenas 0,2 euros entraram nos orçamentos das Autarquias da região, enquanto que a média no Continente foi de 0,6 euros.

Deste confronto ressalta que parte da receita cobrada por via da derrama resultante da actividade económica exercida na região do Algarve acaba por ser contabilizada como receita fiscal de outros municípios fora da região, causando um desajustamento entre contribuinte e beneficiário de bens públicos locais.

Convém esclarecer, mais uma vez, que a presente abordagem não onera a carga fiscal das empresas e sociedades, uma vez que o valor da derrama, globalmente pago, não é afectado, trata-se apenas de reafectar a receita fiscal aos municípios onde as empresas e sociedades exercem a sua actividade económica. Até porque, como já foi anteriormente referido, por exemplo, na região de Lisboa todas as empresas e sociedades, com sede naquela região, pagaram em 2005, taxa de derrama, a larga maioria praticando a taxa máxima, sendo que os únicos beneficiários dessas receitas foram os municípios daquela região, quando os custos resultantes da provisão de bens públicos locais, necessários para que as empresas e sociedades exerçam, em parte, ou integralmente, a sua actividade estejam a onerar os orçamentos de outros municípios.

Admitindo para o Algarve uma taxa de derrama, calculada sobre o volume de negócios, das empresas e sociedades, após reajustamento do volume de negócios do sector do turismo, com base na distribuição das dormidas, idêntica ao valor médio encontrado para o Continente, é possível afirmar que, em média, entre 2000 e 2005, ficaram fora da região do Algarve cerca de 3% das receitas fiscais, correspondendo, em média, a menos 3,8 milhões de euros de receita fiscal<sup>16</sup> que deveriam ter entrado nos orçamentos dos municípios da região do Algarve e que tiveram outros beneficiários.

<sup>16</sup> Calculado da seguinte forma, a preços constantes:

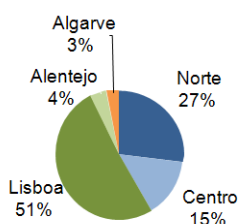
Admitindo esse reajustamento, a receita proveniente da derrama no Algarve poderia ter representado, em 2005, pelo menos 4% das receitas fiscais regionais, contra o valor efectivo de 1,3%, absorvendo 3% das receitas provenientes daquele imposto do Continente, contra os actuais 1% - ver gráfico 5.21. Embora o acréscimo em termos absolutos nas receitas fiscais possa não ser muito significativo, para municípios como Albufeira e Portimão, com elevada actividade turística e que não recebem qualquer receita por via de derrama, as receitas fiscais dos respectivos orçamentos camarários, em 2005, poderiam ter visto reforçadas em 6%. Este acréscimo corresponderia a mais de 1 milhão de euros para cada um daqueles dois municípios, que sendo naturalmente receita gerada naqueles municípios vão beneficiar outros municípios fora da região do Algarve.

Os valores apresentados correspondem a considerar que cada município da região do Algarve estipularia uma taxa de derrama de cerca de 5%, metade do permitido pela legislação em vigor, durante o período em análise. Se apenas quatro dos cinco municípios com maior capacidade de gerar receita: Albufeira, Faro, Loulé e Portimão fixassem a taxa máxima do imposto (10%), enquanto os demais mantinham a taxa de 5%, tal permitiria que a representatividade das receitas deste imposto no total das receitas fiscais regionais pudesse atingir os 8%, correspondendo a reter na região 5% das receitas cobradas no Continente daquele imposto. O gráfico 5.35 apresenta a possível representatividade da derrama afecta à região do Algarve face às demais regiões do Continente nas duas situações.

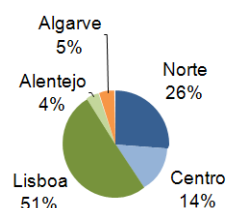
Embora a fórmula de afectação das verbas resultantes da cobrança do imposto de derrama venha a registar melhorias com a nova lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007), ao nível da correspondência entre beneficiários e contribuintes do meio empresarial, o facto é que tal não altera o problema de fundo existente nos orçamentos municipais da região do Algarve: a excessiva dependência das receitas fiscais provenientes dos impostos sobre a propriedade. De facto, mesmo considerando esta reconfiguração na distribuição territorial das receitas da derrama, os impostos IMI e IMT continuarão a ser a fonte, por excelência, de financiamento.

Gráfico 5.35 – Repartição Projectada do Imposto de Derrama por NUTS II, Corrigida pela Repartição do volume de Negócios das Empresas e Sociedades do Sector do Turismo, em 2005

Considerando uma taxa de derrama de 5%



Considerando, em alguns municípios, a taxa máxima de derrama



Fonte: Cálculos do autor

Efectivamente, como se pode confirmar pelo gráfico 5.36, a alteração referida no imposto de derrama introduziu apenas um pequeno ajustamento: os impostos sobre a propriedade passariam a representar

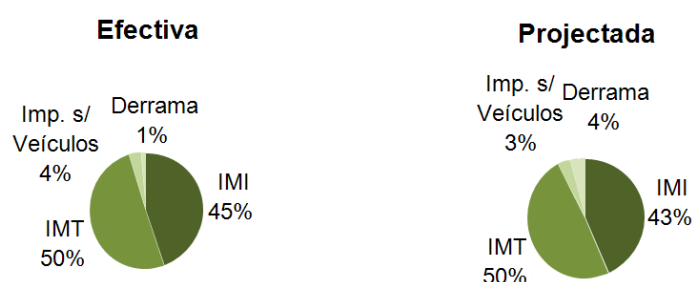
(Receita de derrama projectada para a região do Algarve – Receita de derrama contabilizada nos orçamentos dos municípios da região do Algarve)/Total dos 4 impostos contabilizados nos orçamentos dos municípios da região do Algarve: Sisa, Contribuição Autárquica, Impostos sobre Veículos e Derrama.

93% das receitas fiscais, contra os 95% efectivamente observados nas contas de gerências das Autarquias da região do Algarve, em 2005.

Neste sentido, sabendo-se que os governos locais (autarquias) procuram racionalmente maximizar o volume de orçamento que dispõem para gerir, uma vez que dotações orçamentais superiores significam que as autarquias e o correspondente executivo eleito são detentores de uma influência e de um poder superiores para, nomeadamente, condicionar as decisões dos poderes públicos centrais, então, os mesmos serão, igualmente, por inerência, maximizadores das receitas fiscais. Quando a propriedade assume um papel nuclear na criação das receitas fiscais locais, o governo local transforma-se num maximizador da ocupação do território, tendendo a expandir o mais possível a área passível de gerar essas receitas fiscais.

Assim, só impondo regras bem definidas quanto à possível ocupação do solo (para o qual se espera o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve – PROTAlgarve – venha a dar um contributo efectivo) é possível dosear o ímpeto da utilização massiva do solo para actividades imobiliárias que traduzam mais receitas decorrentes dos impostos sobre a propriedade. Para obviar ao incentivo racional, mas ao mesmo tempo perverso, de comprometer o futuro equilibrado de um dado município, uma vez que os interesses financeiros imediatos dos governos locais podem conduzir a desenvolvimentos territoriais não sustentados e não sustentáveis do ponto de vista ambiental e de ordenamento, um quadro legal restritivo torna-se imprescindível.

Gráfico 5.36 – Repartição das Receitas Fiscais da Região do Algarve, em 2005



Fonte: Cálculos do autor

A pressão sobre os impostos sobre a propriedade tem vindo a revestir, nalguns municípios do Algarve, uma representatividade acentuada quando comparada com o contexto nacional. De facto, da análise da tabela 5.4 é possível confirmar que, embora as receitas totais da região do Algarve, em 2005, representassem 73% das receitas totais do município de Lisboa, em contrapartida a região correspondia a 111% das receitas de IMI daquele município e a 90% das receitas de IMT. Igualmente relevante é a posição de alguns municípios do Algarve, como, por exemplo, Loulé e Lagos com, respectivamente, o 3º e 10º lugar na ordenação dos municípios do Continente com maior volume de receita arrecadada de IMT, o que indicia um elevado número de transacções imobiliárias. Se a estes dados adicionarmos que os valores são, respectivamente, 12 e 5 vezes maiores que a média nacional e 66 e 28 vezes superiores à mediana nacional, a dúvida relativa à adequada ocupação do solo de alguns municípios da região do Algarve pode-se, com toda a propriedade, colocar.

Se nada for feito para delimitar o ímpeto para a ocupação do território com novas edificações, a principal actividade da região do Algarve – o turismo – pode, a prazo, ficar comprometida, uma vez que turismo de qualidade preconizado para a região não se coaduna com a massificação de pessoas e de construções.

Tabela 5.5 – Importância dos Impostos sobre a Propriedade para os Cinco Municípios com Maior Volume de Receita da Região do Algarve, em 2005

Un: Euros

	(A) Rec. Total	Ranking	(B) IMI	Ranking	(C) IMT	Ranking	((B)+(C))/(A)
Lisboa (1)	661 502 454	1º	80 728 963	1º	111 611 461	1º	0,29
<b>Algarve (2)</b>	<b>481 963 494</b>		<b>89 306 701</b>		<b>100 968 611</b>		
(2)/(1)	0,73		1,11		0,90		
Loulé	96 737 208	7º	22 073 714	7º	29 969 374	3º	0,54
Albufeira	68 831 280	15º	16 655 373	11º	10 141 073	13º	0,39
Portimão	41 430 260	31º	12 021 820	18º	9 158 996	17º	0,51
Lagos	41 105 727	34º	6 133 449	32º	12 533 085	10º	0,45
Faro	34 887 106	41º	6 261 148	30º	7 162 329	25º	0,38
Média	22 685 349		2 896 465		2 410 795		0,23
Mediana	12 029 704		659 066		454 253		0,09

Fonte: DGAA, INE, ANM, Cálculos do autor

Nota: Valores a preços correntes

Da análise resulta, de forma clara, que os municípios situados junto ao litoral da região do Algarve, pela posição geográfica que ocupam, a qual é tida como privilegiada para a actividade dominante na região – o turismo, conseguem atrair mais população e mais empresas e, conseqüentemente maior ocupação do território, a qual gera, por sua vez, maior volume de receitas fiscais provenientes dos impostos sobre a propriedade. De facto, quando se confronta a realidade dos municípios do litoral com os municípios mais do interior a situação é bastante diferente, com os municípios de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo a apresentarem receitas de IMI e IMT abaixo da média do Continente.

Neste entendimento, a concentração da população, da actividade económica e do imposto sobre a propriedade estão portanto correlacionados. No entanto, a variável relevante para a gestão orçamental dos governos locais da região do Algarve, no que se refere à actividade económica, não é o local onde as sociedades e empresas têm a sua sede, uma vez que a derrama, fonte de financiamento ligada de forma directa à actividade empresarial, não é valorizada. Em contrapartida, sendo os governos locais entidades maximizadoras da dimensão dos seus orçamentos, a actividade empresarial torna-se importante no sentido que fixa populações, contribuindo e gerando ela própria, através da ocupação do território, as pretendidas receitas fiscais, obtidas com base nos impostos sobre a propriedade.

## 5.6. Conclusões

A teoria das finanças públicas locais assenta num conjunto de pressupostos que dificilmente encontram integral tradução na forma como os diversos governos locais são efectivamente financiados. A existência de diversos *trade-offs* justificam que não seja ajustada a aplicação directa de qualquer modelo teórico, pelo que, na prática, em qualquer economia onde existam poderes descentralizados, a sociedade terá sempre de conviver com algum enviesamento em relação à situação tida como ideal. No entanto, é importante conhecer esses enviesamentos de forma a tentar minimizar os seus efeitos negativos,

principalmente se os mesmos poderem condicionar um desenvolvimento harmonioso de um subconjunto de um dado território nacional.

Tendo por base esta realidade, dedica-se, neste trabalho, atenção à forma de financiamento dos governos locais no Continente de Portugal e, em particular, da região do Algarve.

Da análise dos números apresentados ao longo da exposição é possível retirar algumas conclusões, com implicações para o modelo de desenvolvimento regional: 1) os governos locais valorizam a actividade empresarial não pelas receitas fiscais directas que geram e que resultam da sua actividade, mas como pólos aglutinadores que dão origem à procura de bens imobiliários, os quais acabam por incrementar os orçamentos municipais por via dos correspondentes impostos sobre a propriedade; 2) os governos locais, dentro das suas atribuições, devem assegurar a provisão de bens públicos locais que permitam às empresas e sociedades rentabilizar a sua actividade, pelo que as mesmas devem contribuir, através dos seus impostos, para essa provisão; no entanto, a existência de várias distorções conduzem a que as empresas e sociedades que exercem a actividade económica na região do Algarve acabem por financiar outros municípios fora da região; 3) sendo os impostos sobre a propriedade a principal e, quase única, fonte de financiamento fiscal dos municípios do litoral da região do Algarve, tal implica que os governos locais acabem por estimular excessivamente a utilização do solo, dado que os mesmos são, por inerência, maximizadores da receita municipal.

Do presente trabalho emana como condição necessária para obviar aos principais problemas que uma excessiva dependência dos impostos sobre a propriedade pode gerar, a existência de mecanismos reguladores da ocupação do território, por forma a evitar abusos na sua utilização, preservando a qualidade de vida das populações e do ambiente. Limitando a possibilidade de crescimento das receitas fiscais por aquela via tal criará a necessidade, por parte dos governos locais, de diversificarem as suas fontes de financiamento fiscal. Esse reajustamento pode fomentar o desenvolvimento económico ao colocar um enfoque superior na actividade económica, em si mesma, e não como uma fonte geradora de imposto sobre a propriedade. Se o mecanismo regulador for eficaz, as empresas e sociedades vão pagar impostos que revertem para os municípios onde exercem a sua actividade. Simultaneamente, se esse mecanismo permitir um nível acentuado de transparência, por forma a que o meio empresarial e a sociedade no seu conjunto perceba de onde provêm as fontes de financiamento dos seus governos locais, então a fiscalização da forma como as receitas públicas locais são geridas será mais efectiva. Com essa envolvente será expectável uma aplicação das verbas pagas pelos contribuintes, em bens públicos locais, realmente pretendidos pela sociedade, mais eficiente, traduzindo, no final, "a vontade do povo", que é o principal fundamento, conforme visto anteriormente, para que seja bem sucedido o processo de descentralização em qualquer economia.

## Capítulo 6. Inovação numa Região Turística: um Desafio no Algarve

### Introdução: Interesse da Inovação em Portugal

A inovação é actualmente é problemática essencial em termos de desenvolvimento territorial quer em termos de políticas públicas, quer em termos de interesse académico. Como objecto de análise a inovação tem sido alvo crescente de análises, desde os estudos precursores da contabilidade do crescimento de Solow, até às abordagens recentes da inovação, enquanto, fenómeno multidimensional, interactivo de carácter evolucionista, de geografia variável e com grande relação com os arranjos institucionais existentes no território. A inovação pode ser vista como um processo complexo que resulta em novas soluções para problemas existentes a que outros atribuem valor. Pode ter várias formas, desde o “tradicional” novo produto ou processo a formas diferenciadas de encarar determinado problema.

O interesse da *policy-making* fica bem expresso nos diversos níveis de actuação, desde uma ambiciosa Agenda de Lisboa, como referencial estratégico da competitividade europeia através de uma maior aposta na inovação, um Plano Tecnológico, um projecto mobilizador e preocupado em articular e dotar de coerência sistémica uma série de iniciativas nacionais, influenciando o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, colocando as questões da competitividade e da inovação no centro das preocupações dos investimentos a concretizar com o envelope financeiro de 2007-13. No Algarve, a estruturação do QREN, originou uma Estratégia Regional que pretende transformar o Algarve. Aproveitando esta (provável) última oportunidade, de com o apoio dos fundos estruturais, uma vez que a região se encontra em *phasing-out*, de fortalecer a base económica regional, promovendo o desenvolvimento de actividades económicas que possam levar o Algarve para níveis de desenvolvimento económico e social e qualidade de vida que comparáveis com as regiões mais dinâmicas da União Europeia (UE). Nesse sentido, a região preparou um Plano Regional de Inovação (PRIAlgarve), documento apresentado em 2008 e que pretende sintetizar a situação contextual do Algarve em termos de inovação, apontando caminhos inovadores possíveis de acordo com a estratégia desenhada para a região. Este plano teve constantemente como referência teórica a preocupação de articular por um lado a compatibilização entre actores de procura e oferta de inovação, e por outro o fortalecimento das relações entre os actores de forma a densificar um débil (inexistente?) Sistema Regional de Inovação (SRI).

Este capítulo, beneficiando da realização do plano, procura apresentar alguns dos aspectos caracterizadores da inovação na região, a evolução de indicadores estatísticos, com enfoque na Investigação e Desenvolvimento (I&D), assim como a discussão de alguns factores de natureza institucional que favorecem (ou não) a aplicação do conceito de Sistema Regional de Inovação no território algarvio, como o reforço das componentes do sistema, a identidade regional ou a definição administrativo-funcional. Na parte final do capítulo, o sector do turismo, tantas vezes criticado pelo seu papel destrutivo mas ainda mais vezes sobrestimado enquanto único sector da região, é apresentado enquanto motor do desenvolvimento, capaz de arrastar e gerar procuras significativas em outros sectores em franca expansão na região, mas que deverá incorporar lógicas e rotinas inovadoras para



garantir um *upgrade*, através da diferenciação e introdução de novos produtos, possibilitando uma compatibilização e reforço positivo entre sistemas – o sistema regional de inovação e o sistema de turismo.

## 6.1. Uma Síntese sobre a Situação da Inovação em Portugal

A inovação em Portugal tem sido alvo de muitos estudos e de tentativas de actuação em termos de políticas. Duas das obras mais relevantes dos últimos anos foram organizadas por Caraça e Godinho (1997) e Rodrigues *et al* (2001). Nestas obras colectivas recolhiam-se as visões de numerosos autores portugueses que sintetizavam as principais ideias estabilizadas acerca da inovação. Em particular, a segunda obra surgia na sequência da preparação de um importante documento estratégico, o PROINOV, que a não ter sido abandonado prematuramente poderia ter tido sido importante contributo para o relançamento da economia portuguesa. Apesar de não ter sido concretizado o PROINOV acabou por influenciar o desenho de vários instrumentos de políticas, em particular as ideias do QREN ou de versões regionalizadas de planos e estratégias de inovação<sup>17</sup>. Nestes documentos alguns autores discutiam a existência ou não de um Sistema Nacional de Inovação em Portugal. Como destaca Corado Simões (2003: 56) as relações entre as várias componentes deste sistema são ténues ou inexistentes e uma insuficiente estruturação fortemente dependente de *inputs* externos como a tecnologia ou o investimento directo estrangeiro. O mesmo autor (2004: 4) referia como continua a ser relativamente consensual o interesse escasso da sociedade portuguesa como um todo nas questões da inovação, o que acaba por ser uma forte barreira à competitividade nacional. Portugal, continua presentemente a apresentar indicadores de inovação modestos. Muitas análises *SWOT* ao Sistema Nacional de Inovação (SNI) português convergem na identificação dos principais problemas. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes, o que dificulta a resposta aos desafios e oportunidades da competitividade global. A análise do SNI português evidencia alguns aspectos positivos, segundo Corado Simões (2004: 7), um número relativamente grande de actores envolvidos; a melhoria da capacidade das universidades no campo da investigação, a experiência acumulada das instituições públicas em desenhar ou implementar programas operacionais, a existência de algumas empresas altamente competitivas e de alguns clusters dinâmicos. No entanto, apresenta fraquezas que condicionam o seu sucesso, como ligações débeis entre os diferentes actores, limitações relevantes nas capacidades internas de inovar dos vários actores, um sistema financeiro tradicional avesso ao risco e pouca relevância de *business angels*, sistemas de garantia mútua, capital de risco e capital semente, uma falta de um entendimento claro sobre qual o caminho a seguir para a inovação (ausência de uma estratégia integrada, a visão existente baseia-se muito numa visão linear da inovação). As iniciativas recentes nesta temática não parecem, até agora, ter conseguido suprimir os défices anteriormente indicados. Corado Simões (2004: 6) destaca a situação difícil das empresas portuguesas, que têm uma capacidade interna limitada de inovar e um ambiente externo adverso, enfrentando um desafio duplo, i) a pressão inovadora de empresas de países mais desenvolvidos e com maior propensão a inovar e mais preparadas para uma competição baseada em recursos intangíveis, e ii) empresas de novos estados-membros da UE que beneficiam de recursos laborais significativamente mais preparados e mais baratos. As empresas terão, deste modo, de fazer uma melhoria muito intensa das suas capacidades inovadoras, não só em termos de tecnologia adoptada

<sup>17</sup> Desenvolvidos maioritariamente no âmbito de programas europeus como as *Regional Innovation Strategies* ou o Programa de Acções Inovadoras.

mas também em relação à interpretação das necessidades e tendências de mercado e às competências organizacionais, incluindo a gestão dos arranjos cooperativos.

Apesar das políticas públicas reconhecerem o dinamismo das empresas enquanto elemento central na inovação, os vários programas e medidas têm sido marcados, segundo a UCPT (2005: 25), por uma divisão clara entre políticas de Ciência e políticas de Empresa, resultando daí alguma falta de coerência entre os vários instrumentos. A separação foi iniciada durante o QCA I com os programas CIENCIA e PEDIP, tem tido algumas tentativas ténues de aproximação e fortalecimento de complementaridades. Não podemos no entanto referir que com o QREN esta proximidade se tenha concretizado em algo muito ambicioso. O ambiente macroeconómico pode ser outro factor a afectar a *performance* do SNI português. Aurora Teixeira (2005: 51) refere como as variações no crescimento e estabilidade da economia influenciam intensamente os investimentos em I&D. A análise feita ao período 1969-2001 mostra um crescimento rápido nos gastos em I&D, cerca de 5% ao ano, acompanhando o crescimento médio anual do PIB no mesmo período (4,2%). Em momentos de crise económica houve um recuo na I&D. O período 1971-76 ficou marcado por um decréscimo anual médio de 6,3% em investimento em I&D. A crise dos anos 90 levou também a quebra no ritmo do investimento em Investigação e Desenvolvimento (2,3% de média anual). Entre 1995 e 2001 o país voltou a experimentar um novo período de aceleração económica que conduziu a um crescimento médio anual da I&D em 9,9% (Teixeira, 2005: 52). Mowery e Rosenberg (1994:292) referem outra importante limitação macroeconómica à inovação que tem acontecido em Portugal. A difusão nacional das novas tecnologias é consideravelmente mais rápida em economias onde as taxas de poupança são superiores, uma vez que taxas baixas aumentam o custo e as taxas de formação do capital.

## 6.2. Construir um Sistema de Inovação no Algarve

### 6.2.1. O Algarve: Caracterização Regional

Constatadas algumas das características essenciais do SNI português vamos focar o nível regional. A inovação é um processo territorializado, Ferrão (2002), que assume na escala regional um nível muito relevante de actuação e de análise. Temos sempre no entanto de ter em conta que por detrás da realidade regional da inovação esconde-se sempre um carácter nacional como destacaram Carrincazeaux e Gaschet (2006). Apesar de Portugal não ser um país regionalizado<sup>18</sup> têm existido tentativas de montar estratégias regionais de inovação aproveitando programas comunitários. O Algarve foi um desses casos, com o desenvolvimento do Ettirse (Artigo 10º do FEDER), uma estratégia de transferência de tecnologia para o sudoeste europeu (2001), com o desenvolvimento do INOVA Algarve, no âmbito do Programa de Acções Inovadoras do FEDER (2004) e com o PRI Algarve – Plano Regional de Inovação do Algarve, no âmbito do projecto TransINOV do Programa de Cooperação Transfronteiriça INTERREG IIIA (2007). Na tabela 6.1 é apresentado um conjunto de indicadores estatísticos da região do Algarve, comparando com os valores nacionais e média comunitária da UE27.

<sup>18</sup> Excepto no que se refere às regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

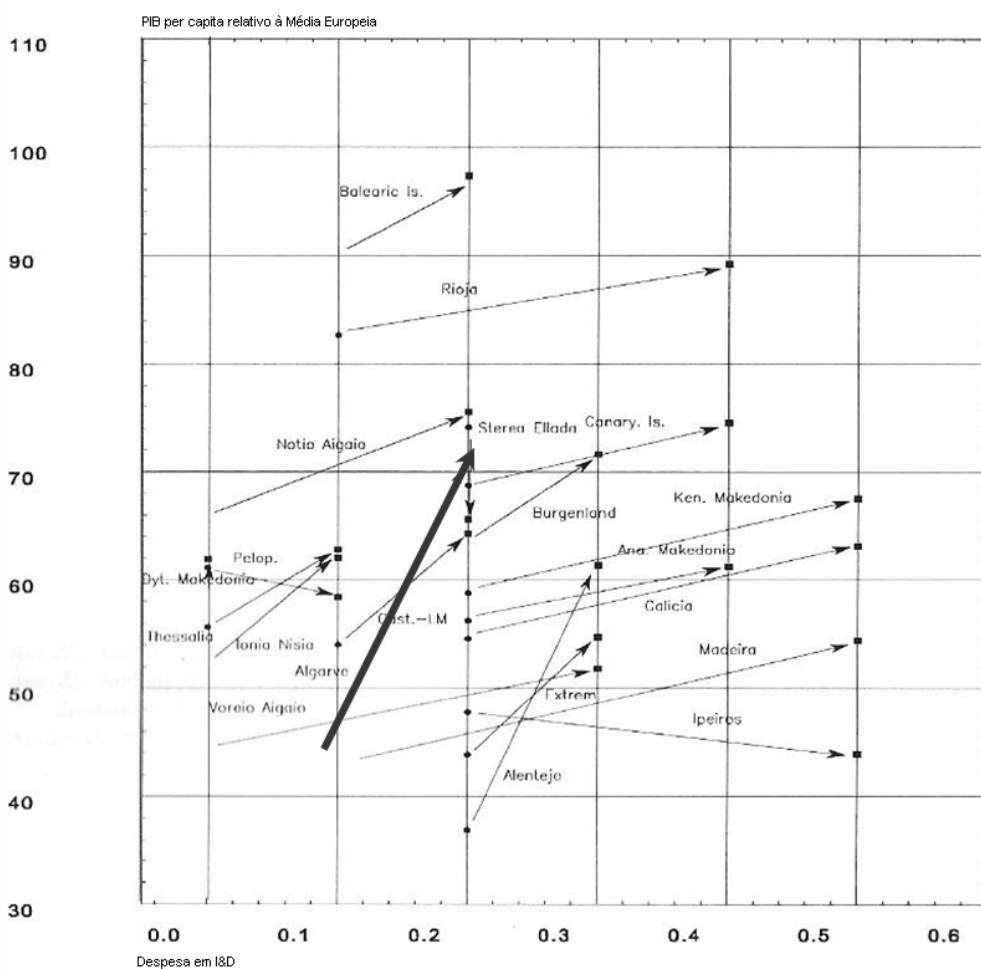
Tabela 6.1 - O Algarve na União Europeia – Síntese de Indicadores Estatísticos

Região		Algarve	Portugal	EU27	
População	População total (milhares de hab.), 2004		408	10502	489671
	Densidade Populacional (hab./km <sup>2</sup> ), 2004		81,9	114,2	116,0
	Crescimento Populacional (variação anual %), 1995-2004		1,7	0,5	0,3
Economia	PIB pc in PPC (Índice, EU27=100), 2004		77,1	74,8	100,0
	PIB pc/empregado em Euros (Índice, EU27=100), 2004		59,4	57,8	100,0
	Crescimento do PIB (variação anual %), 1995-2004		3,4	2,6	2,3
	Emprego por sector (% do Emprego total), 2005	Agricultura	6,7	11,8	6,2
		Industria	20,7	30,6	27,7
		Serviços	72,6	57,6	66,1
	Despesas em I&D (% do PIB), 2004		0,2	0,7	1,8
Despesas em I&D do sector empresarial (% do PIB), 2004		0,0	0,3	1,2	
Mercado Laboral	Taxa de Emprego (%), 2005	Idades 15-64	68,0	67,5	63,3
		Mulher 15-64	59,9	61,7	55,9
		Idades 55-64	54,2	50,5	42,2
	Taxa de Desemprego (%), 2005	Total	6,2	7,6	9,0
		Feminino	7,7	8,7	9,8
		Jovem (15-24)	15,7	16,1	18,8
		Longa Duração (% do Desemprego total)	32,7	48,2	46,0
Estrutura Etária	% de população 2004	< 15	14,7	15,7	16,3
		15 - 64	66,7	67,4	67,3
		65 +	18,7	16,8	16,4
Educação	Nível Educacional dos Indivíduos com idades compreendidas entre 25-64 anos (% do total), 2005	Baixo	69,2	73,5	29,1
		Médio	16,9	13,6	48,6
		Alto	13,9	12,8	22,4
Indicadores Económicos de Lisboa (média re-escalada com base nos valores relativos à média da EU27), 2004-2005		0,45	0,42	0,51	

Fonte: Comissão Europeia (2007)

Aspectos centrais a destacar no Algarve são a baixa densidade populacional, um crescimento populacional muito intenso no período 1995-2004, PIB *per capita* com um valor limitado mas superior à média nacional, crescimento do PIB acentuada, um peso muito intenso dos serviços, um mercado laboral dinâmico, despesas em I&D muito baixas (quase inexistentes se tivermos em conta a componente privada), nível educacional muito baixo mas uma performance superior à média nacional em termos dos indicadores de Lisboa, mas inferior à média comunitária, como reflectido na informação recolhida em European Commission (2007).

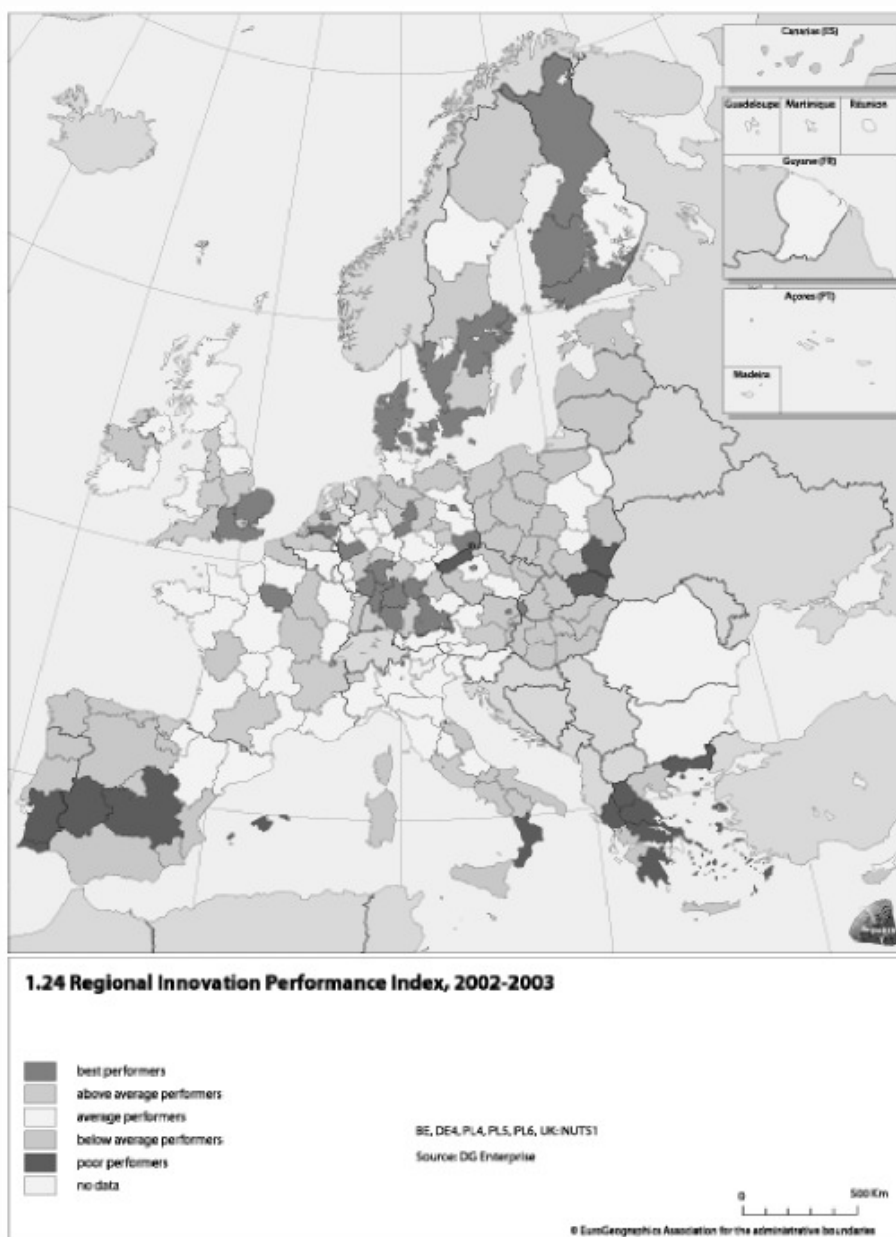
Gráfico 6.1 - Crescimento Económico vs. Variação de Despesas em I&D



Fonte: Rodriguez-Pose (2001: 291)

Um contraste muito interessante, destacado por Rodriguez-Pose (2001), é o intenso crescimento do PIB no Algarve (uma das regiões com maior incremento) com uma quase nula melhoria nas despesas em I&D. Esta situação é reflectida pelo Gráfico 6.1, uma deslocação vertical acentuada, que é explicada pelo autor pela existência de um sector turístico robusto, que capta grande parte dos investimentos na região e que potenciou um crescimento rápido da região.

Figura 6.1 - Performance Regional Inovadora



Fonte: Comissão Europeia (2007)

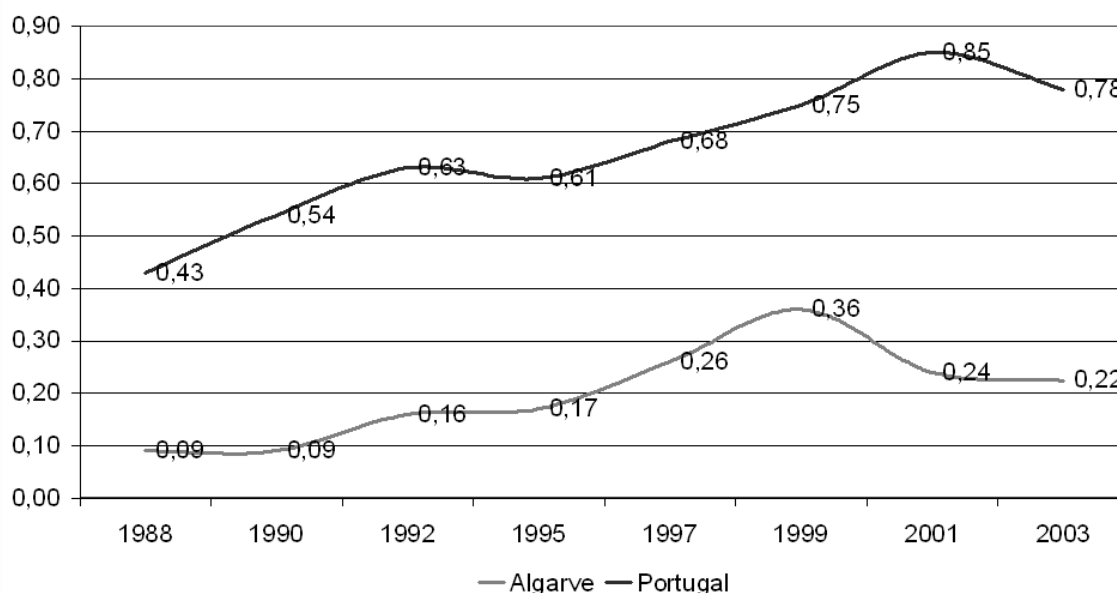
A situação débil do Algarve em termos de indicadores de inovação é destacada também pela análise recente no âmbito do European Innovation Regional Scoreboard (Comissão Europeia, 2007), onde o Algarve é uma das regiões com uma das mais fracas performances agregadas, enquadrado no grupo dos *poor performers*. Estes resultados são confirmados por numerosos estudos, como por exemplo, os apresentados na XII Congresso Anual (2006) da APDR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional: *Inovação e Desenvolvimento Regional: uma análise empírica ao comportamento das regiões portuguesas no contexto europeu* de João Lourenço Marques, Gonçalo de Sousa Santinha e Eduardo Anselmo Castro; *Clusters de Regiões na União Europeia* de Cristina del Campo, Carlos M. F. Monteiro e

João O. Soares, e *As dimensões latentes da Inovação: o caso das regiões europeias* de Hugo Pinto e João Guerreiro.

Analisando, com base em Lança (2001), OECD (2004), os estudos do OCES (2006a) e GPEARI (2007), a I&D podemos verificar a evolução em termos do peso das despesas relacionadas no PIB, os recursos humanos neste tipo de actividades, os sectores de execução e a origem do financiamento.

Face à evolução das despesas de I&D face ao PIB notamos uma tendência de crescimento continuado, abrandado pelas crises de 1992-93 e 2001, sendo de destacar a grande distância que separa o Algarve da média nacional. Como referido anteriormente este tipo de despesas é muito dependente do ciclo económico, algo evidenciado pela Figura. Apesar da tendência de crescimento os valores mantêm-se ainda muito distantes da média comunitária a vinte e sete estados-membros (1,8%) e da média de três por cento apontada pela Estratégia de Lisboa.

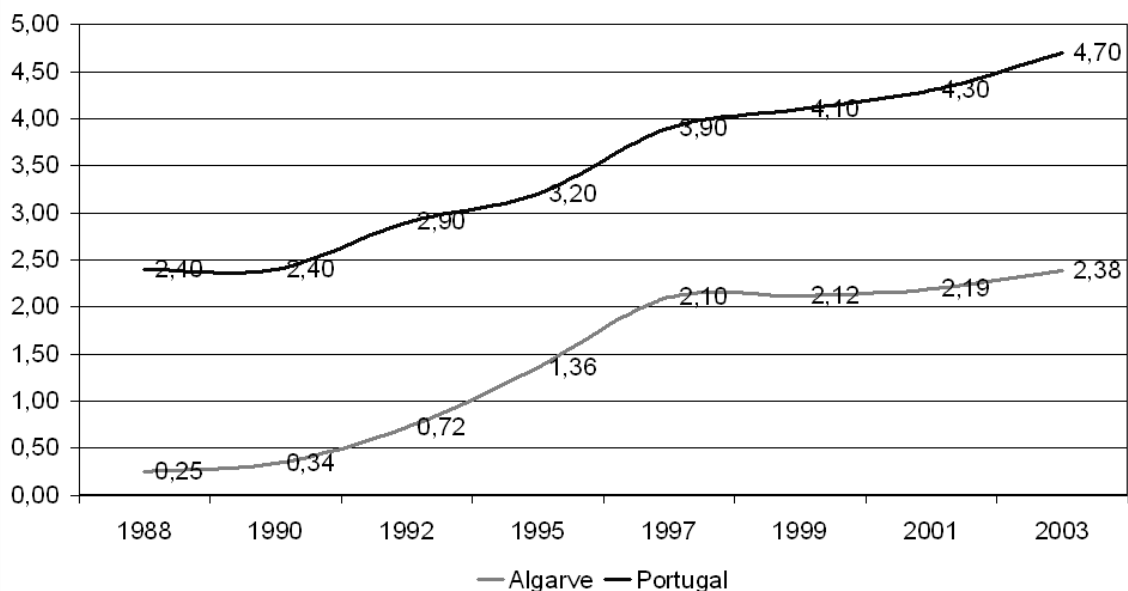
Gráfico 6.2 - Evolução das Despesas em I&D em Percentagem do PIB



Fonte: Elaboração Própria baseado em GPEARI (2007)

Quando analisamos a evolução dos recursos humanos em actividades de I&D constatamos um contínuo crescimento quer em Portugal quer no Algarve, apesar dos valores serem muito distantes da média europeia que ronda os dez indivíduos (equivalente a tempo integral) por cada mil habitantes a trabalharem em actividades de I&D, e dos valores no caso algarvio serem manifestamente insuficientes. A partir de 1997 nota-se na região um abrandamento do ritmo de aumento dos recursos humanos em I&D. Uma das causas possíveis é a expansão da dimensão da Universidade do Algarve, grande empregadora regional, estar a abrandar o seu ritmo de crescimento após anos de rápida e necessária expansão.

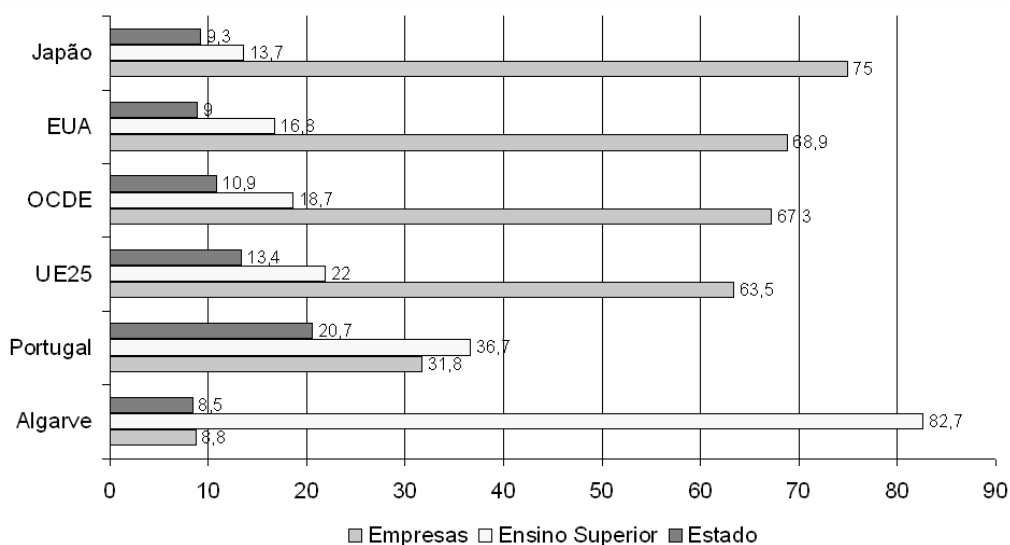
Gráfico 6.3 - Evolução dos Recursos Humanos (ETI) em I&D em Permilagem da População Activa



Fonte: Elaboração Própria baseado em GPEARI (2007)

Existe um contraste evidente em termos de execução. No Algarve é o ensino superior que executa parte substancial da I&D (82,7%), em Portugal os sectores de execução da I&D são mais fragmentados, apesar do predomínio do ensino superior (36,7%), as empresas já têm um papel mais relevante (31,8% das despesas em I&D) e o estado efectua o restante (2,7%). Os outros casos espelham o papel essencial do sector empresarial na execução da I&D; a UE25, a OCDE, os EUA e o Japão apresentam valores superiores a 60%. O Japão apresenta o resultado mais elevado, 75% da I&D é executada nas empresas.

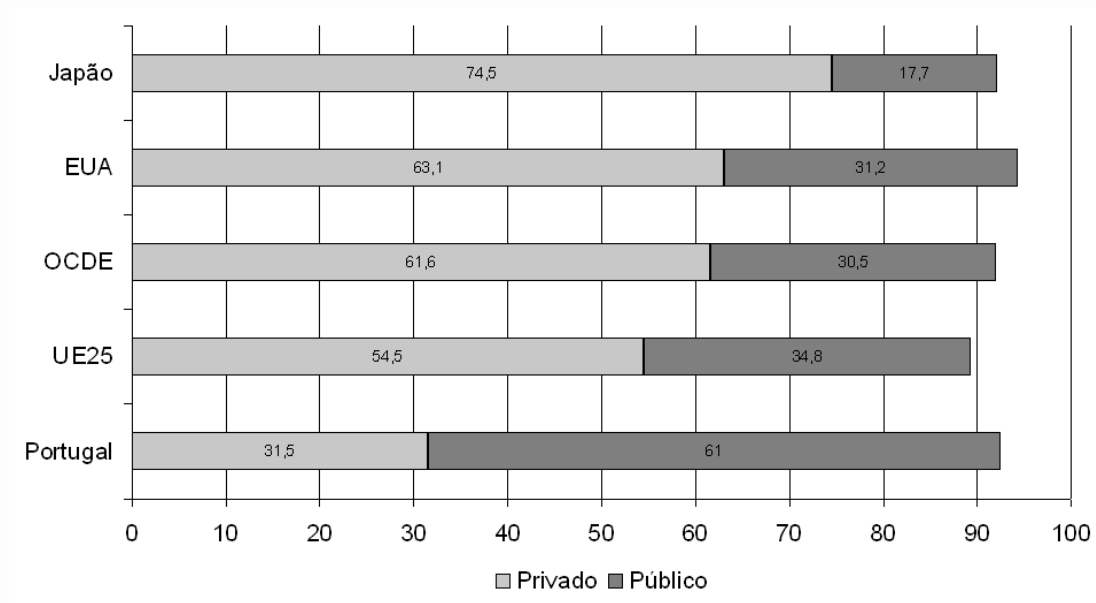
Gráfico 6.4 - Sectores de Execução da I&D (valores em %)



Fonte: Elaboração Própria baseado em GPEARI (2007)

A análise da origem do financiamento em I&D (Gráfico 6.5) também é distinta no caso português para os outros casos analisados. O Algarve não foi analisado por inexistência de dados comparáveis. No entanto, dado a evidência do quadro anteriores é de supor que a parte de financiamento da despesa em I&D suportada pelas empresas na região seja ainda inferior ao valor médio nacional. Destaca-se que em termos de execução as empresas algarvias executavam 8,9% do total de I&D face aos 31,8% de média nacional. Em Portugal o Sector Público assume a responsabilidade do financiamento das despesas em I&D (61% face a 31,5% do sector privado). Em todos os outros casos é o sector privado a financiar a maioria da I&D (54,5% na UE25, 61,6% na OCDE, 63,1% nos EUA e 74,5% Japão).

Gráfico 6.5 - Financiamento da I&D (valores em %)



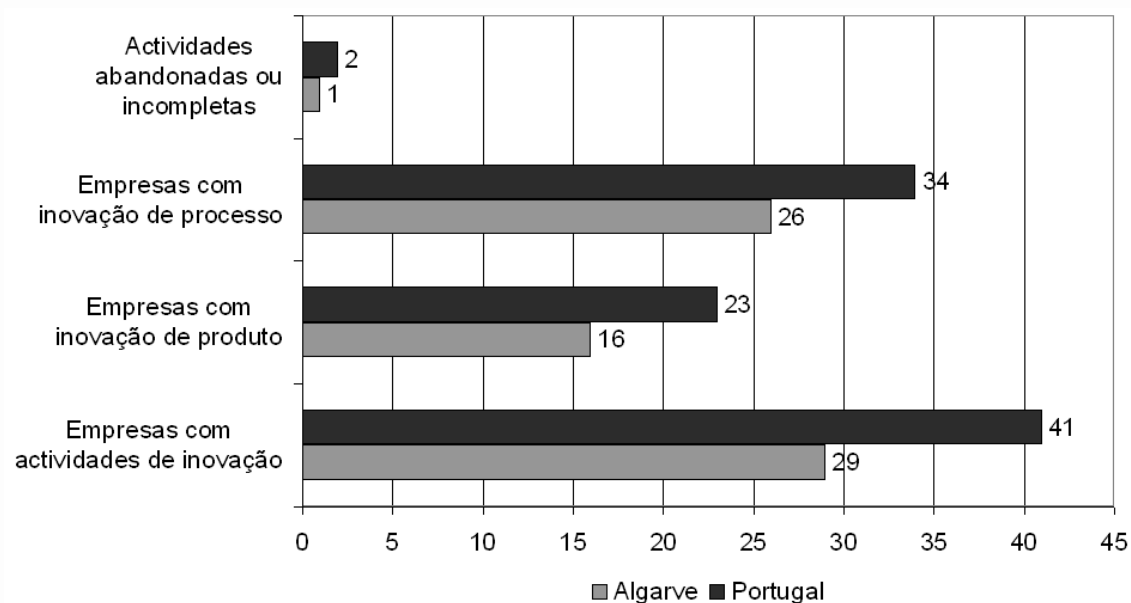
Fonte: Elaboração Própria baseado em GPEARl (2007)

Os *Community Innovation Surveys* (CIS), que vão na quarta edição, procuram avançar um pouco no entendimento da estrutura geral dos processos de inovação, respondendo a questões relativas aos principais *inputs*, *outputs*, objectivos das actividades inovadoras e colaborações entre actores. Analisando a situação específica do Algarve e Portugal utilizando a informação do OCES (2006b) verificam-se alguns resultados interessantes.

O Algarve apresenta sempre uma situação mais fraca quando comparada com a média nacional, apenas 29% das empresas teve actividades de inovação face aos 41% nacionais. A inovação de processo é mais comum que a inovação de produto.



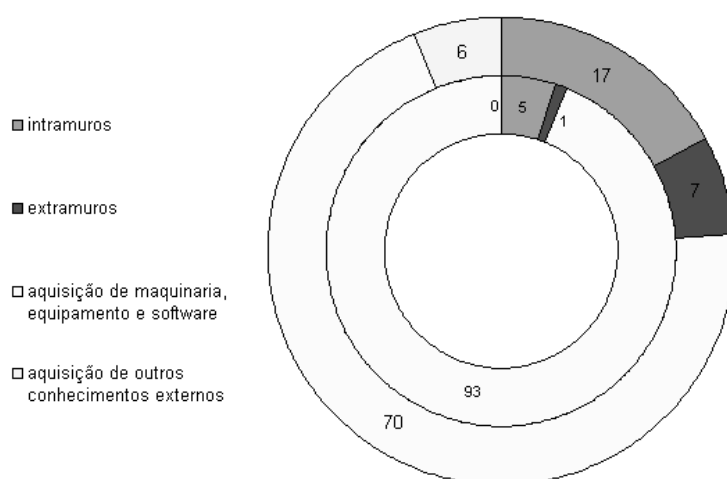
Gráfico 6.6 - Actividades Inovadoras (valores em %)



Fonte: Elaboração Própria baseado em OCES (2006)

O Gráfico 6.6 ilustra o tipo de despesas em actividades de inovação, sendo o anel exterior o caso português e o anel interior o algarvio. Notamos o peso residual das actividades intramuros (5% no Algarve face a 17% de média nacional), extramuros (1% face a 7% de média nacional) e aquisição de outros conhecimentos externos (0% e 6% respectivamente). A maior parte das despesas de inovação relacionam-se com a aquisição de maquinaria, equipamento e software (93% no Algarve e 70% de média nacional).

Gráfico 6.7 - Tipos de Despesas em Inovação (valores em %)

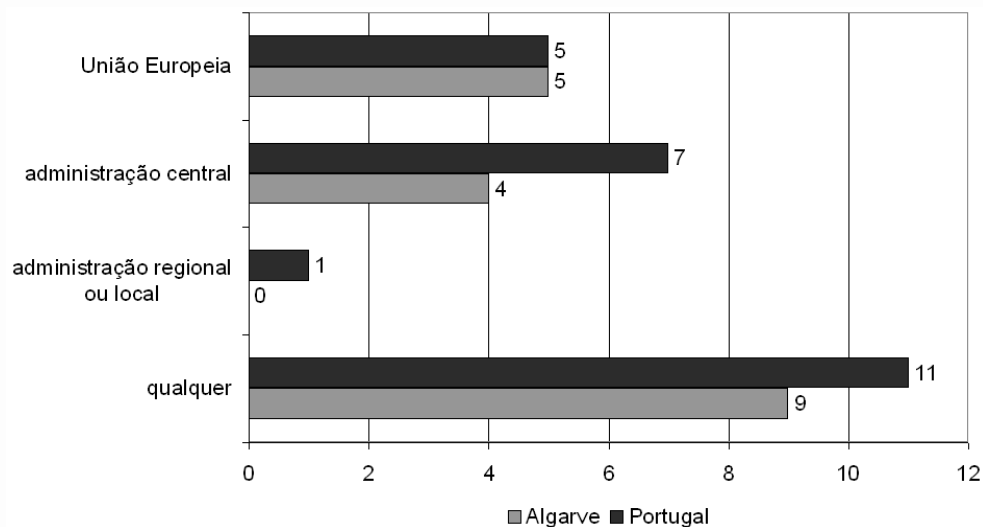


Fonte: Elaboração Própria baseado em OCES (2006)

No entanto, um dado positivo é a intensidade de Inovação (Despesa em Inovação/Volume de Negócios de Empresas com actividades de inovação) é 7% no Algarve face a 2% na média nacional, revelando uma dinâmica interessante das empresas inovadoras.

Em termos de financiamento, notamos em ambos os casos a percentagem limitada de empresas que afirmam ter recebido apoio público para as actividades de I&D. De realçar, o desfasamento do apoios relativos à administração central (7% na média nacional mas apenas 4% no valor regional do Algarve).

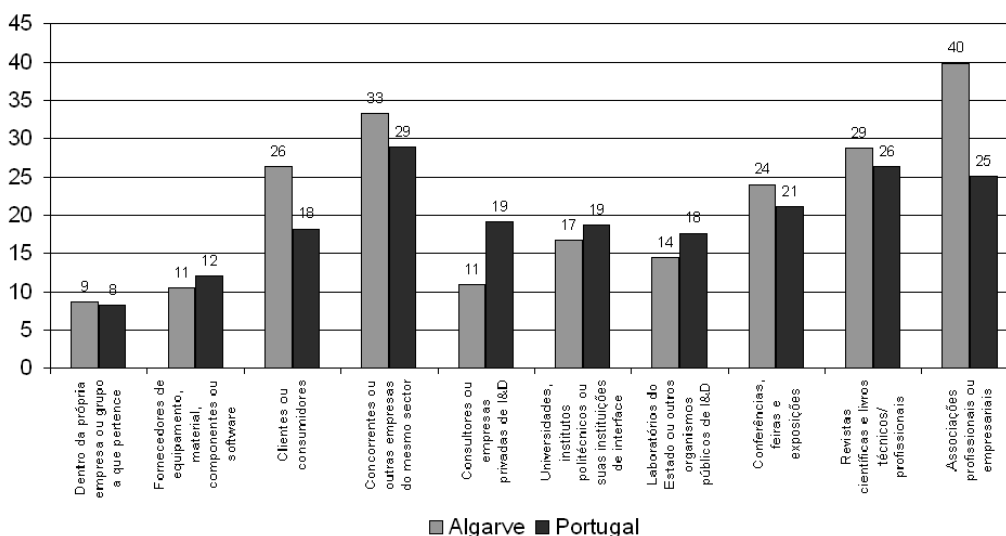
Gráfico 6.8 - Empresas que obtiveram financiamento para I&D (valores em %)



Fonte: Elaboração Própria baseado em OCES (2006)

No Algarve a principal fonte de inovação são as associações empresariais e profissionais (40%) seguidas de outras empresas concorrentes ou do sector (29%).

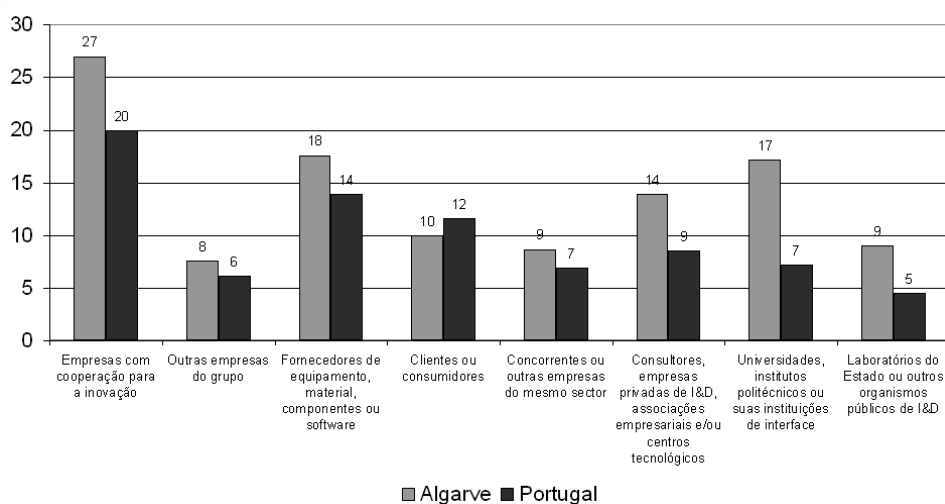
Gráfico 6.9 - Fontes de Inovação (valores em %)



Fonte: Elaboração Própria baseado em OCES (2006)

As empresas referem que a cooperação em matéria de inovação é feita principalmente com outras empresas. No Algarve de destacar a importância que as universidades, institutos politécnicos ou suas instituições de interface assumem (17% face a uma média nacional de 7%).

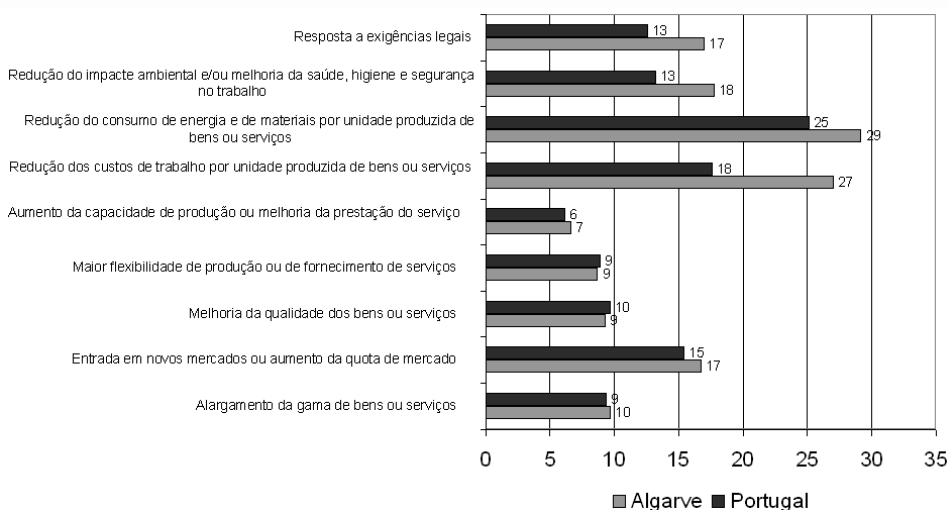
Gráfico 6.10 - Cooperação (valores em %)



Fonte: Elaboração Própria baseado em OCES (2006)

Os impactos mais importantes da inovação para as empresas no Algarve referem-se à redução do consumo de energia e de materiais por unidade produzida de bens ou serviços (29%) e na redução dos custos de trabalho (27%). De notar que a média das empresas nacionais valoriza o mesmo ordenamento de impactos mas com uma menor importância atribuída face a outros efeitos também referenciados como a entrada em novos mercados ou aumento da quota de mercado.

Gráfico 6.11 - Efeitos da Inovação (valores em %)



Fonte: Elaboração Própria baseado em OCES (2006)

Em relação aos factores de impedimento para a inovação são muito semelhantes quer para empresas inovadoras quer para empresas não inovadoras. Os factores referem-se à falta de informação de mercados e falta de informação sobre a tecnologia. No caso das empresas não inovadoras no Algarve um factor muito referido é o domínio consolidado do mercado de empresas já estabelecidas.

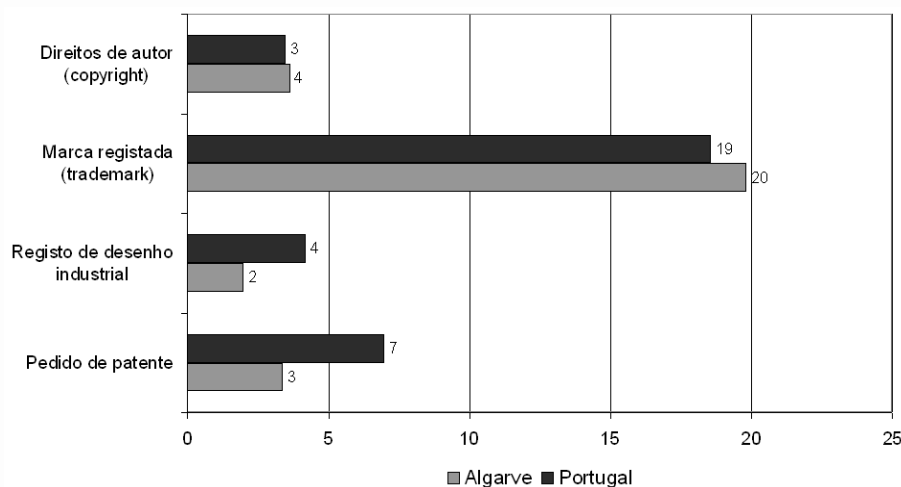
Tabela 6.2 - Factores de Impedimento (valores em %)

Factores de Impedimento	Algarve	Portugal	Algarve	Portugal
	Empresas Inovadoras		Empresas Não Inovadoras	
Insuficiência de capitais próprios ou do grupo a que pertence	19	14	17	13
Falta de financiamento de fontes externas	15	15	25	16
Custos com a inovação demasiado elevados	15	10	16	8
Falta de pessoal qualificado	21	25	21	21
Falta de informação sobre tecnologia	40	34	28	29
Falta de informação sobre os mercados	37	31	35	29
Dificuldade em encontrar parceiros para cooperação em projectos e inovação	17	21	22	18
Mercado Dominado por empresas estabelecidas	24	21	30	17
Incerteza na procura/mercado para os bens ou serviços novos	29	19	19	17
Desnecessário por já existirem inovações anteriores	29	27	29	25
Desnecessário pela inexistência de procura/ mercado para inovações	26	25	28	23

Fonte: Elaboração Própria baseado em OCES (2006)

Face à utilização de mecanismos de protecção da propriedade industrial por empresas inovadoras referir um comportamento semelhante entre o Algarve e Portugal em termos de direitos de autor e na protecção da marca registada, mas uma performance mais limitada em termos de registo de desenho industrial e pedidos de patente.

Gráfico 6.12 - Protecção de Propriedade Industrial - Empresas Inovadoras (valores em %)



Fonte: Elaboração Própria baseado em OCES (2006)

### 6.2.2. A Noção de Sistema de Inovação e o Algarve

Os Sistemas Regionais de Inovação (SRI) são um conceito com uma forte componente de teorização mas trazido muitas vezes para o campo operacional desde o seminal trabalho de Braczyk *et al* (1997) tendo sido aplicado de forma generalizada na Política Regional Europeia, casos do RIS (*Regional Innovation Strategies*) até ao Programa de Acções Inovadoras. Segundo Doloreaux e Dionne (2007) o conceito de SRI transcende as reflexões sobre modelos económicos territoriais. Este conceito para além de ter inspirado trabalhos recentes na Economia Institucionalista e na Economia Regional da Inovação, que sublinham a importância dos processos de inovação e interações entre diferentes actores e o seu ambiente e as externalidades que afectam a produção nos territórios, conseguiu superar a inovação como um processo linear baseado na I&D e ver a região como suporte da afectação de recursos, para mostrar a inovação como um processo interactivo que resulta em formas colectivas de aprendizagem. A componente tácita do conhecimento é mais fácil de transmitir caso se desenvolvam formas de partilha colectiva no interior de um contexto institucional, político e social adequado como relatado por Asheim e Isaksen (2002). A proximidade física pode ter um papel importante no reforço de tipos formais e informais de cooperação.

Usualmente as empresas são colocadas no centro do SRI. É o seu sucesso que permitirá ou não a geração de inovações e de desenvolvimento do território. Existem em seu redor instituições e organismos de conhecimento (centros tecnológicos, agências de desenvolvimento, sociedades de financiamento, entidades de ensino e formação, organismos de apoio à inovação, serviços de apoio à empresas, organismos de I&D e de transferência de tecnologia. Um terceiro nível do SRI refere-se ao ambiente económico, social e cultural, ou seja, o contexto institucional no qual as actividades económicas se desenrolam na região, e que permitem enquadrar as condições na qual o SRI vai evoluir, como por exemplo, a existência de determinados activos intangíveis, como o grau de confiança entre os actores.

São as interações e sinergias entre os três níveis referidos que permitem o sucesso de um SRI. Reunindo determinadas condições favoráveis pode imaginar-se que será mais provável a empresa interagir com outros organismos, empresas e ambiente, obtendo os contributos externos essenciais ao processo inovador. As vantagens das regiões são determinadas pela combinação de vários factores orientados para os benefícios da proximidade e concentração espacial dos actores: facilitação das trocas, criação externalidades (mão-de-obra qualificada, activos especializados, matéria-prima, etc.) e aumento do capital social (assegurando a partilha de boas-práticas). As características do ambiente são assim essenciais pela criação de externalidades que permitem custos decrescentes e pelas regras do jogo que se impõem aos actores e que favorecem ou não a inovação.

Os SRI permitem sistematizar as diferentes formas de interdependência que existem numa região para o desenvolvimento tecnológico, mas é importante referir que existe um papel muito importante na interligação entre o SRI e outros sistemas, como por exemplo, o Sistema Nacional de Inovação, os seus organismos-chave, ou com grandes empresas internacionais, porque estas relações permitem analisar igualmente alguns factores de aprendizagem do território que não são internamente localizadas. Alguns trabalhos começam actualmente a questionar a verdadeira ancoragem territorial dos SRI uma vez que a importância de factores extra-regionais parece ter uma importância determinante.

O SRI é um conceito complexo, que não se limita a medir a inovação no território regional mas sim o dinamismo, capacidade de adaptação e de aprendizagem de uma região, de forma a utilizar activos, tangíveis e intangíveis, internos ou externos, para o fortalecimento das actividades inovadoras, e deste

modo da competitividade do território. Uma definição de síntese pode ser o Sistema Regional de Inovação como um arranjo administrativamente definido de actores e organizações (empresas, autoridades, universidades e centros de investigação) engajados na inovação e na aprendizagem interactiva da região, Doloreux e Bitard (2005), caracterizados pela existência de recursos territoriais, intangíveis, institucionais e relacionais comuns, Guerreiro (2005).

O Algarve parece ter características essenciais para estruturar um SRI. A experiência na criação de estratégias tecnológicas e de inovação (Ettirse, Inovalgarve, Programas Operacionais regionais), um sector dinâmico capaz de arrastar outros sectores de actividade, o turismo, uma universidade consolidada, nichos de mercado interessantes de elevado valor acrescentado ligados às ciências do mar, energias renováveis, agro-alimentar, TIC – tecnologias de informação e de comunicação e sistemas inteligentes, ciências da saúde (capacidade científica e empresarial). A própria delimitação funcional do Algarve, a coincidência entre várias dimensões relevantes, como o distrito, a CCDR, o governo civil, a região de turismo e outras) é um aspecto interessante e sem paralelo em Portugal. Existe uma lógica de pertença (ser algarvio) e a identificação pelos outros desse território (ir ao Algarve). O consenso público sobre o caminho do crescimento (inovação em vez de betão) também está definido, sem que isso impeça a construção prevista de uma série de infra-estruturas cuja inexistência continua a limitar o desenvolvimento empresarial (incubadoras, parques de ciência e tecnologia, zonas industriais). Começa a aumentar o interesse empresarial (mais empresas preocupadas em inovar, a modernização de empresas existentes e criação de *start-ups* e *spin-offs* – interligado a sucessos recentes dos concursos de ideias). Existem as principais componentes essenciais de um SRI e começa a emergir alguma colaboração e funcionamento em rede entre actores regionais (por exemplo, a Plataforma Regional do FINICIA) e começam alguns actores importantes da inovação a assumir os seus papéis como o CRIA – Centro Regional para a Inovação do Algarve. Por outro lado existem factores limitadores como as parcerias público-privadas fracas (capital social e confiança), um patamar de I&D que não permite ultrapassar o Paradoxo da Inovação (Oughton *et al*, 2002), que mostra que as regiões que mais necessitam de inovar para convergir, necessitam de investimentos maiores e que resultam em resultados/dividendos menores – criando uma tendência para a concentração – economias de aglomeração e de experiência). Não existe uma governação regional para liderar/coordenar o processo (o que seria facilitado se houvesse regionalização – como se passa com as regiões espanholas). Por fim, existe um custo de oportunidade de investir noutros sectores que não o turismo (um fenómeno semelhante ao mal holandês e que concentra os recursos e degrada a base económica regional).

O Algarve pode ser compreendido como um SRI policêntrico envolvendo dinâmicas inovadoras de várias aglomerações urbanas associadas, por exemplo, os eixos urbanos como Faro-Loulé-S.Brás-Olhão-Tavira ou a Portimão-Lagoa-Lagos. As cidades são muitas vezes apontadas como o suporte central à dinâmica de inovação, Vazquez Barquero (2002: 121) destaca como as cidades formam o espaço físico das empresas e dos sistemas produtivos locais. As cidades que fornecem um mercado de trabalho, serviços públicos e privados e um sistema de transportes e de comunicações, que permite às empresas e aos sistemas produtivos reduzirem custos médios e utilizarem economias de aglomeração geradas no seu interior. A proximidade física proporcionada pela cidade facilita intercâmbios de informação e de conhecimentos dentro das redes de empresas, permitindo a partilha de regras e formas de comportamento, o que reduz a incerteza e contribui para a diminuição dos custos de transacção das empresas. A cidade é o espaço em que se produz a atmosfera industrial se difunde o conhecimento técnico e são viabilizados os pontos de encontro das redes de empresas, daí resultando todo o tipo de economias. Um meio urbano inovador necessita de massa crítica / ligação em rede, de um ambiente

institucional favorável (enfoque na sustentabilidade: ambiental – transporte, energias, ...; económica – acesso a capital, emprego, dinâmica empresarial; social – participação, cidadania, desigualdade).

A inovação depende em larga medida de um ambiente favorável para o qual são atraídas as pessoas criativas. Florida em *“The Rise of the Creative Class”* mostra o surgimento de uma nova classe dominante na nossa sociedade actual. Esta classe criativa, como designa Florida (2002) valoriza a criatividade, o individualismo, a diferença, o mérito. É já dominante em termos de rendimentos face às outras classes (denominadas classe trabalhadora e classe de serviços) e também em termos de valores que tendem a ser imitados e apropriados pelas outras classes. É uma classe incapaz de fazer grandes sacrifícios pela organização onde trabalha (porque sabe que dificilmente este será o emprego da sua vida) e despreza o dinheiro face à perda de identidade ou de valorização pessoal. É uma classe que parece nunca estar a trabalhar mas que nunca se consegue desligar do trabalho. Quando pensávamos que a tecnologia nos iria desprender do local o que tem vindo a acontecer é que este surge ainda com uma maior importância. Os locais dinâmicos concentram-se nas regiões e cidades que oferecem potencialidades económicas mas também um ambiente social e cultural que atrai as pessoas criativas e possibilita o seu estilo de vida. Não é por coincidência que os ambientes que oferecem certos tipos de comodidades prevalecem sobre outros que nada parecem oferecer. A qualidade de vida torna-se central na dinâmica de inovação. O Algarve enquanto metrópole linear e com uma densidade populacional relevante, onde existem relações policêntricas numa rede de cidades e de pertença partilhada, parece oferecer aspectos atractivos em termos de qualidade de vida. Existem serviços e infra-estruturas turísticas que servem também os residentes. A mentalidade aberta e a grande intensidade de visitantes potencia as trocas de conhecimento e de informação. Esta situação levanta interrogações pertinentes, a responder numa futura oportunidade, que condições são afinal essenciais para criar dinamismo económico, potenciar o meio inovador atraindo pessoas criativas: incentivos à criação de empresas ou oferta cultural? Incubadoras de Base Tecnológica ou uma vida social desinquieta?

### **6.3. A Importância Regional do Turismo**

#### **6.3.1. A Composição das Actividades Turísticas**

O sector do turismo não tem sido, em geral, associado a inovação, uma vez que a sua componente científica e tecnológica é muitas vezes exígua. Por outro lado, a inovação surge nos serviços com uma dimensão muito mais intangível quando comparada com a indústria e na maior parte das vezes como incremental, de natureza organizacional ou de marketing, ligada à pressão dos fornecedores. No entanto, há que destacar que o sector tem entrado com forte dinamismo na Sociedade da Informação, com uma utilização generalizada das TIC, principalmente se considerarmos a análise das empresas de alojamento turístico, com a utilização de reservas *online* e de sistemas de informação. As preocupações com matérias relativas à certificação dos sistemas de gestão da qualidade e ambiente também são indicadores de preocupações menos centradas no lucro imediato e de apostas estratégicas em produtos com carácter diferenciado, que são percebidos pela procura (cada vez mais exigente) com um valor superior pelo qual está disposta a pagar.

A delimitação do turismo é uma tarefa difícil: é um sector transversal onde a oferta é constituída por um complexo de actividades cuja procura resulta de motivações variadas e em constante mudança. Várias

actividades do sector são utilizadas pelo turista em regime de 'não-exclusividade', ou seja, fornecendo bens e serviços que também servem os residentes. Certas actividades são facilmente identificáveis como turísticas, as agências de viagens, os operadores turísticos, a hotelaria; algo que se torna mais difícil se analisarmos a restauração, os transportes públicos, as acessibilidades, os serviços recreativos, desportivos e culturais, entre outros. Deste modo o turismo é um sector que envolve transversalmente, directa e indirectamente, múltiplas actividades económicas da região e que tem um forte efeito multiplicador. A complexidade de actuar estrategicamente no turismo deriva da grande quantidade de actores que envolve, e que têm de ser compreendidos como elementos muito importantes para o desenvolvimento de todo o sector. As empresas, as câmaras municipais, as agências de desenvolvimento, e outros agentes institucionais assumem todos papéis centrais no desenvolvimento do sector, que será apenas possível com um elevado esforço de concertação.

Segundo Bull (1992) apesar das discordâncias sobre a delimitação do turismo existem elementos que todos consideram fundamentais: as necessidades e motivações dos turistas, a selecção de destinos, viajar para fora de casa, a interacção entre visitantes e operadores turísticos, e finalmente os impactos sobre os turistas, a comunidade, a economia e o ambiente. Esta visão sistémica pode ser o ponto de partida para uma abordagem integrada do sector, de modo a influenciar a decisão e planeamento das actividades. Mill and Morrison (1986), Gunn (1988) e Edgell (1984, 1990), alguns dos autores pioneiros na aplicação de sistema ao turismo, sugerem que o sistema de turismo é composto por quatro componentes: mercado, viagens, destinos e marketing. O mercado examina a decisão de viajar ou de praticar turismo. Assim os modelos do comportamento do consumidor são mecanismos de análise dos processos que estão na base das escolhas e decisões dos turistas: para onde, quando e como viaja, a procura turística. As viagens analisam os fluxos turísticos prevendo a sua evolução, os grandes segmentos e os tipos de transporte utilizados, que resultam no conhecimento do formato da procura turística. Os destinos, englobando as atracções e serviços, devem saber actuar interactivamente, através de uma estratégia clara e um ambiente regulador favorável. O Marketing é o meio através do qual as áreas-destino chegam aos potenciais visitantes e mercados. O sistema básico de turismo não opera isolado, sofre a influência de numerosos factores externos tais como: a extensão e a qualidade dos recursos naturais e culturais, o tecido empresarial, a capacidade de organização e governação. Licínio Cunha (2006) defende que o sistema funcional de turismo constitui o fulcro de todo o desenvolvimento da actividade turística uma vez que reflecte as interacções que se estabelecem entre os elementos que o integram. De um modo geral, o sistema de turismo está em interacção com outros sistemas (económico, social, político legal, tecnológico e ecológico) e é composto por vários subsistemas: o sujeito turístico e o objecto turístico (a empresa, a localização, ...), e por este motivos a complexidade do sistema de turismo é um todo que não pode ser entendido através de um olhar unilateral, Baud-Bovy (1982).

A visão sistémica do turismo admite apontar para uma indústria turística sendo esta constituída por uma grande diversidade de organizações que oferecem bens e serviços aos visitantes. Bull (1992) à semelhança de Holloway (1989) tentou classificar esta indústria em sectores propondo a seguinte estrutura: transportes, alojamento, atracções construídas, serviços de suporte ao sector privado, serviços de suporte ao sector público e intermediários. Em Portugal a necessidade de criar uma divisão por sectores da indústria tem sido sentida, tendo existido algumas tentativas de construir uma Conta Satélite de Turismo (CST). Os sectores identificados para a CST são o alojamento, os transportes, a restauração, as *rent-a-car*, os serviços recreativos e de lazer, os serviços culturais e as atracções. Em sentido estrito o turismo não é uma indústria. A diversidade faz com que as receitas e custos associados ao sector estejam dispersas por um leque alargado de actividades. O turismo é marcadamente associado ao sector dos serviços, por definição fornecendo um produto de natureza intangível. As PME's



predominam, situação que tem desvantagens - associadas principalmente à limitada dimensão comercial e pouca capacidade de negociação, e vantagens - tendência para as receitas permanecerem no destino. Os agentes turísticos são caracterizados por uma forte interdependência que pode ser rentabilizada caso se efectue uma combinação de esforços que resultem na clusterização. A criação de parcerias estratégicas pode ser vista como um factor-chave para potenciar o investimento. Os projectos a desenvolver deverão ter uma lógica integrada, geradores de massa crítica em empresas, saberes e estruturas de apoio capazes de acrescentar valor. Os projectos ancorantes de desenvolvimento serão aqueles que evidenciam capacidade para criarem polarizações de actividades, contribuindo para a estruturação da oferta turística e na consolidação dos fluxos de investimento.

A visão sistémica do turismo tem importantes consequências de política. Soluções parciais puramente técnicas não são viáveis uma vez que o planeamento exige a noção das interacções internas e externas do sistema. O planeamento deverá ser um processo estratégico, socialmente construído através de uma aproximação holística. As políticas devem ser objecto de compatibilização com as especificidades sociais económicas e físicas de cada destino.

### 6.3.2. Expressão Regional

No Algarve o eixo de actividades ligadas ao turismo apresenta um peso muito forte. O clima ameno durante todo o ano, as condições naturais ligadas ao mar e ao ambiente, o património histórico, a gastronomia, a diferenciação em áreas-chave como o Golfe têm dado ao destino Algarve uma notoriedade internacional. O turismo assume-se como motor económico da região, sendo a base para as actividades que reúnem maiores percentagens do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e da população empregada. Apesar deste peso, o futuro do sector no Algarve tem sido visto com alguma apreensão. Há muito que os problemas do sector estão diagnosticados. É crucial um desvio do produto "sol e praia", qualificar os recursos existentes promovendo um (re)ordenamento do território e apostar em outros segmentos de maior valor acrescentado: cruzeiros, desportos náuticos, turismo cultural ou turismo rural. O Algarve tem-se mantido um destino atractivo apesar de assente principalmente no binómio "sol e praia". O turismo integra na sua cadeia de valor um conjunto de actividades que se relacionam a montante quer a jusante com o alojamento e restauração (considerado a base do sector) e que condicionam de forma intensa toda a estrutura produtiva regional. Do ponto de vista conceptual, o alojamento é uma questão central para o turismo (o visitante torna-se turista se pernoitar no destino), do ponto de vista prático porque dá as condições necessárias para que a estadia se possa realizar. A diversificação do produto turístico no Algarve tem vindo a ser feita principalmente com o golfe de alta qualidade, a náutica de recreio, os cruzeiros, alguns eventos, as unidades de tratamentos de saúde e beleza e o turismo de negócios, que não sofrem tão intensamente os efeitos da sazonalidade do "sol e praia".

Segundo a WTTC (2003) o turismo assume um forte peso nas contas regionais no Algarve. Estima-se que represente 45% do PIB regional (66% se considerarmos actividades induzidas) e 60% do emprego. O alojamento e restauração têm no sector uma grande importância. Face ao total da economia algarvia representa, com base em dados do INE (2005), 13,0% do VAB e 12,0% do emprego. Face ao total nacional de alojamento e restauração, o Algarve representa 16,9% do VAB gerado no sector e 8,9% do emprego. Existem 2.619 sociedades em actividade com sede na região. Existem também outras actividades inseridas na cadeia de valor do turismo que têm forte expressão regional. Um exemplo claro

é o comércio por grosso e a retalho, que potenciado pelo turismo, representa cerca de 31% do total de empresas do Algarve, 14,0% do VAB e 18,2% do emprego. O conjunto que engloba as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, também tem um peso importante na região (18,3% do VAB e 6,7% do emprego). A construção civil também tem sido um sector muito dinâmico no Algarve, associado ao imobiliário e turismo, assumindo um forte contributo no VAB, mas exercendo muitas vezes uma intensa pressão para a expansão das zonas de construção.

Uma análise comparativa entre o Algarve e Portugal de alguns indicadores de hotelaria, INE (2005), revelam o dinamismo do sector na região. As dormidas em estabelecimentos hoteleiros e similares alcançaram as 13.252.873 dormidas (38,8% do total nacional). Se analisarmos as dormidas por 100 habitantes o valor é ainda mais relevante, ascendendo a 3.220,9, valor quase dez vezes maior que o nacional (342,2). Os principais mercados emissores de turistas para o Algarve são o Reino Unido, Portugal, Alemanha e Países Baixos. O peso de Portugal enquanto mercado emissor estará subestimado face à realidade devido ao enorme peso das camas paralelas (provavelmente em termos reais o país será o maior emissor de turistas). A permanência é maior no Algarve (5,4 noites face a 3,1). Se tivermos em conta apenas os hóspedes estrangeiros, o Algarve apresenta mais uma vez valor superior à média nacional (6,4 noites face a 4,0). A proporção de hóspedes estrangeiros é também superior no Algarve (65,4% para 52,7%). A capacidade de alojamento por milhar de habitantes é cerca de dez vezes maior (234,5 face a 24,1). O Algarve recebeu em 2004 5,9 hóspedes por habitante (um hóspede por habitante é o valor médio nacional). A taxa de ocupação é de 40,9% (face aos 38,6% nacional). O Algarve possui actualmente 425 estabelecimentos de alojamento (sendo 85 hotéis), o que representa 21,7% do total nacional. A capacidade de alojamento atinge 96.487 camas (38% do total nacional). Em termos dos proveitos de aposento ascendem a 310965 milhares de euros (29,3% do total de Portugal). Se analisarmos os proveitos por aposento por capacidade de alojamento o Algarve tem nesse particular uma situação mais desfavorável que a média nacional (3,22 milhares de euros para 4,17).

O Aeroporto de Faro assume para o turismo um papel central, permitindo a entrada de grande parte dos turistas que visitam a região. O número de passageiros desembarcados ascende a 2.187.117, o que representa 29,4% do total nacional. As companhias de *Low-Cost* assumem um papel cada vez mais importante. Iniciaram-se em 1996 e desde aí nunca pararam de crescer, alterando a estrutura do tráfego, provocando a queda dos voos charter e dos voos de companhias tradicionais. Em 2004 o *Low-Cost* representou 39,5% dos movimentos aéreos e 36,8% dos passageiros.

### 6.3.3. Elementos de Inovação no Turismo

Segundo muitos autores, como por exemplo de Jong *et al* (2003) ou Miles (2005), analisar a inovação nos serviços requer uma abordagem diferenciada. No turismo analisar a inovação exige um esforço acrescido num duplo sentido, compreender a inovação em todo o sector, e o comportamento de cada actor individualmente. Do ponto de vista sectorial, o próprio destino deverá afirmar-se através da consolidação de uma visão estratégica sobre o seu próprio caminho e da interrelação entre os actores e o território, facilitando o processo inovador em cada um dos próprios actores. O turismo tem sido visto como um sector onde a inovação tende a não existir. Esta é uma visão "tecnologista" que tende a ser contrariada por vários estudos que compravam o sector como inovador. O que acontece é que a inovação tem um carácter menos tecnológico, isto é, a inovação está menos ligada ao desenvolvimento de novas tecnologias. No entanto, o conceito de inovação compreende fenómenos cada vez mais alargados, e assim sendo a aplicação de NTIC nos processos produtivos, as mudanças organizacionais,

novas formas de marketing e desenvolvimento de novos produtos, são formas de inovar. Uma das características da inovação no sector é que esta está muito dependente da procura existente. As empresas, assumem um comportamento reactivo, só tendem a inovar se o turista exigir.

É importante no quadro regional reforçar aposta do turismo enquanto especialização regional e não concentração de recursos, compreendendo a necessidade de uma densificação de relações a montante e a jusante das actividades turísticas fundamentais. A ligação às NTIC, mas também à racionalização energética, uso de novos materiais, ou valorização do património natural e cultural podem ser essencial na valorização do produto turístico. Inovar no sector terá de compreender a diferenciação do produto “sol e praia” (conferindo-lhe mais valor), a diversificação do produtos (apostar em diferentes áreas de interesse) e diversificar mercados (alargar/focalizar os públicos-alvo).

É fundamental dar um salto qualitativo em termos de oferta. As evidências demonstram que as empresas preocupadas com a qualidade adoptam comportamentos facilitadores da inovação. Inovar no “sol e praia” relaciona-se intimamente com a compreensão de todos os serviços de apoio que este produto necessita e ainda ter uma forte atenção nas questões da sustentabilidade.

Ao nível individual, a inovação no turismo pode ter facetas muito variadas, desde a certificação de sistemas de gestão, adopção de NTIC, reposicionamento face a mercados e produtos. A oferta de inovação está relativamente consolidada nos vários centros de I&D da universidade e em empresas especializadas. No entanto, a procura de inovação, em particular, as PME turísticas, deve compreender a necessidade de adaptação a um mercado competitivo, onde reagir já não chega, é necessário prever e actuar proactivamente. A inovação no turismo do Algarve pode ser reforçada por um conjunto de actividades que apostam sobretudo na diferenciação do seu produto, afastando-o da oferta tradicional intimamente relacionada com as condições climáticas e naturais.

O Golfe tem sido nos últimos anos a aposta clara do turismo algarvio na óptica de reduzir a sazonalidade e apostar num produto de grande valor acrescentado, representando cerca de 8,5% das receitas totais de Turismo na região, ou seja, cerca de 330 000 000€ anuais, Martins (2004). O Algarve tem-se assumido como destino de excelência deste desporto tendo organizado grandes eventos internacionais, como o Algarve Open de Portugal, o Algarve World Cup in Portugal (*World Golf Championships*), o Algarve Seniors Open de Portugal ou o Algarve Ladies Open de Portugal. Recentemente foi distinguido como o “*Established Golf Destination of the Year*”, melhor destino de Golfe do mundo pela International Association of Golf Tour Operators (IAGTO). O Golfe algarvio tem como principais mercados emissores a Inglaterra e a Alemanha, sendo que este tipo de turista é potencialmente mais gastador que o turista médio segundo o mesmo estudo (2004:33). O Golfe acaba por influenciar toda a fileira do turismo, porque apenas 1/3 das despesas ficam confinadas ao campo de jogo. No entanto, surgem limitações ao Golfe que devem ser corrigidas, porque este tipo de turismo não é panaceia para o desenvolvimento regional. O número de campos no Algarve (média de 18 buracos) deve situar-se num intervalo entre 29 e 41 campos. Mesmo o limite máximo já não é o mais indicado para as empresas que vêm as suas rentabilidades descerem. Dentro deste limite também ficam garantidas e salvaguardadas as questões ambientais, desde que os vários campos reúnam condições sistemáticas de gestão dos recursos ambientais, em particular a água. Os campos a serem aprovados no futuro deverão reunir duas condições importantes, elevados padrões de qualidade para que o Golfe da região mantenha o seu perfil excelência e que se garanta na área de influência de cada empreendimento um número mínimo de cinco voltas, porque é o que a procura exige para um destino de Golfe. De outra forma, está-se a incentivar empreendimentos imobiliários e não o Golfe.

O Turismo Náutico apresenta um valor acrescentado de elevado potencial uma vez que atrai um tipo de turista de rendimentos muito elevados, arrastando uma vaga de empreendimentos residenciais,

comerciais e imobiliários. O Turismo Náutico está fortemente dependente das condições infraestruturais existentes, com particular relevância para as marinas. A costa algarvia apresenta condições naturais de excelência para ser considerada uma porta de entrada para o Mediterrâneo, e um porto seguro para o Atlântico. Actualmente o Algarve conta com factores de excelência para o acolhimento de embarcações de diferentes dimensões, existindo quatro marinas, Vilamoura, Lagos, Portimão e Albufeira. A marina de Vilamoura assume uma posição central neste conjunto de infra-estruturas, primeiro porque é a mais reputada e conhecida, segundo porque apresenta um conjunto de serviços que a distinguem pela excelência, atraindo regularmente um conjunto de embarcações e navegadores de renome internacional. No entanto, as restantes marinas têm assumido um grande dinamismo, preocupando-se não só em oferecer serviços de qualidade a preços altamente competitivos face ao resto do mercado europeu, mas também organizar eventos e actividades que atraiam novos visitantes e que projectem o nome do Algarve enquanto destino náutico. Não surpreende portanto que elevada percentagem das embarcações encostadas sejam estrangeiras. As marinas representam investimentos muito elevados, que pressupõem uma recuperação lenta dos capitais, têm uma estrutura cara, que só poderá ser viabilizada com um conjunto de actividades relacionadas, em particular, investimentos imobiliários, ou serviços de suporte à náutica que possibilitem uma recuperação mais rápida do capital investido. A existência destes serviços de suporte, entre outros, o reboque, a limpeza, a reparação de fibras, a pintura, podem constituir condições de arranque para a emergência de uma indústria náutica, caso se consiga adicionar a estes serviços essenciais outros que incorporem mais conhecimento e potencial inovador, como por exemplo, a construção e design Náutico. Para o Turismo Náutico assume importância a promoção do destino Algarve nas principais feiras e revistas da especialidade. Esta promoção deve ter uma visão integrada da região como um todo e das várias marinas numa relação de cooperação que permita o alcançar de uma dimensão adequada de massa crítica. Os vários actores regionais no turismo, em particular os actores institucionais (como as próprias câmaras municipais), em particular a Região de Turismo devem estar preocupada com a difusão desta actividade, interligando-a com a promoção feita em outras vertentes turísticas regionais. Para a projecção do destino na náutica de recreio assume ainda capital importância a realização de eventos desportivos náuticos com relevo internacional e a dinamização do desporto na região.

Com a reestruturação da zona do rio Arade, Portimão viu confirmadas as suas potencialidades como destino interessante para os cruzeiros assumindo-se já como um porto seguro para navios que pretendem entrar ou sair do Atlântico a partir do Mediterrâneo. O Turismo de Cruzeiros no porto de Portimão, é aposta a consolidar para o futuro. Pacotes que favoreçam a viagem ao longo da extensa costa algarvia assumem particular relevância. Este novo tipo de produto turístico tem um papel particularmente relevante porque atrai visitantes que de outra forma não teriam passagem pelo Algarve, nomeadamente os norte-americanos, completando e aproveitando o binómio tradicional do "sol e praia". Em 2004 fizeram escala no Porto de Cruzeiros de Portimão 21 navios que transportaram 6500 passageiros. Em 2005, as escalas duplicaram, para 42 movimentos representando 6,6 por cento no total de movimentos em Portugal, e número de passageiros cresceu 554 por cento, passando para aproximadamente 36 mil (Observatório do Algarve, 01-06-2006).

Outro segmento importante para a diferenciação do turismo algarvio é a realização de grandes eventos, que consigam atrair a atenção sobre a região durante um período limitado, e que permitam uma associação inequívoca ao destino. Exemplos deste tipo de turismo são a Concentração de Motos em Faro e o Festival do Marisco em Olhão. No entanto, um vector importante a adicionar é que, ao contrário dos exemplos anteriores, os novos eventos a criar devem ser projectados para a época baixa, evitando estrangulamentos e favorecendo a redução da sazonalidade. O Turismo de Eventos também pode ser

alicerçado em aspectos históricos e culturais, como o Carnaval de Loulé ou a Procissão de Aleluia em São Brás do Alportel, que atrai um elevado número de turistas/visitantes. O património histórico-cultural algarvio deve ser utilizado de forma a mostrar que a região é um território com História, local de cruzamento de povos, ideias, religiões favorecendo o conhecimento e a investigação. Para que o património possa assumir uma função requalificadora do território a criação de “projectos-âncora” fortes que contribuam para a diferenciação do Algarve, potenciando as especificidades locais. O interesse por estes aspectos fica patente ao constatarmos que o conjunto de 12 museus no Algarve receberam 548.241 visitantes em 2003, e as 35 galerias de arte e outros espaços receberam ainda 261.273 visitantes.

As condições climatéricas, a proximidade do aeroporto internacional e a existência de boas vias de comunicação terrestres são elementos essenciais que diferenciam a região para o Turismo de Congressos e Conferências. A realização deste tipo de encontros parece ter um forte potencial de crescimento, suportado também pela oferta de vários auditórios, diversas salas, e equipamentos hoteleiros, o que conjugado com os recursos turísticos da região, tornam a estadia atractiva. A melhoria das acessibilidades e o incremento das relações e acções de cooperação inter-regional poderão contribuir para o desenvolvimento deste tipo de produto.

O Turismo em Espaço Rural (TER), apesar da fraca capacidade instalada, tem vindo a assumir uma importância crescente, que permite reduzir a concentração da oferta turística na orla costeira. O número de estabelecimentos e camas cresceu respectivamente 30,4% e 32,8%, muito acima dos valores nacionais (3,1% e 5,1%) apesar de cotar-se ainda como a região com menor oferta do país. É um mercado cada vez mais valorizado, que permite integrar algumas especificidades locais e regionais, como a gastronomia ou o artesanato regional. No entanto, é um produto complementar e não uma alternativa ao modelo tradicional, uma vez que a sua procura tem características muito específicas, e a oferta também não tem nem escala suficiente nem condições de suporte. Um aspecto muito positivo é que tem muitas vezes o impacto de provocar a dinamização socio-económica de áreas em declínio (como acontece no interior algarvio). O TER está fortemente relacionado com o Turismo Ambiental e com os desportos de natureza, que no Algarve encontram condições naturais óptimas (escalada, passeios de bicicleta, caminhada, etc.). Várias iniciativas têm sido desenvolvidas, principalmente pelas câmaras municipais, como a definição de caminhos, trilhos e roteiros.

O Turismo de Saúde é um nicho de mercado no qual o Algarve deve reforçar a sua presença. Em primeiro lugar existe uma procura potencial deste tipo de serviço, fruto em particular da visita de muitos aposentados, principalmente do centro/norte da Europa (principais mercados emissores de turistas). Em segundo lugar, as condições climatéricas e naturais, como a existência de termas, favorecem o estabelecimento de uma atenção maior a este segmento. O Algarve possui necessidade de atrair uma base de diplomados na área da Saúde, que com facilidade poderia ser direccionada para o Turismo de Saúde. Espera-se também que o potencial de crescimento regional nas ciências bio-médicas se concretize de forma a valorizar ainda mais esta valência. Neste mercado as instituições privadas, como o Hospital Particular do Algarve ou o Complexo Termal das Caldas de Monchique, surgem como forma de suprimir as carências regionais. Com a construção do Hospital Central do Algarve espera-se fortalecer o eixo de intervenção e investigação na área da Saúde.

### **6.3.4. Competências Técnicas das Actividades do Turismo no Algarve**

A complexidade do turismo e das múltiplas actividades que compreende provocam dificuldades acrescidas na altura de compreender as competências técnicas do sector. O próprio IQF – Instituto de Qualidade na Formação mostrou a complexidade de analisar este sector em termos formativos (IQF: 2005). Existe uma grande variedade de perfis profissionais específicos do sector e ainda maior de perfis profissionais comuns com outros sectores, caracterizados por tipos de competências mais elementares ou aprofundadas. Contudo como o sector é gerador de um grande volume de emprego há que analisar com alguma atenção as condicionantes e desafios que se levantam. Uma percentagem elevada do emprego no sector é actualmente caracterizado por um nível reduzido de qualificações e, mais importante, de competências desadequadas. O contacto com o turista necessita de uma formação profissional específica e competências apropriadas que possam funcionar como referência de Qualidade do serviço turístico. Mesmo as áreas em que o nível de pré-requisitos não é elevado, é crucial apostar no reforço das competências, porque os serviços necessitam de uma capacidade de relação com os clientes com maior atenção a factores qualitativos. Existindo a experiência regional para favorecer a formação de mão-de-obra qualificada, em particular a capacidade da Escola de Turismo e Hotelaria do Algarve em formar técnicos com o perfil adequado, é importante que os empregadores se consciencializem da necessidade de recrutar pessoal com competências específicas adequadas à actividade. No Algarve o sector tem, em termos de quadros médios e superiores, uma mão-de-obra adequada, capaz de se adaptar às necessidades do mercado laboral regional, sendo ainda um exportador líquido de diplomados na áreas de estudo relativas ao turismo, com destaque para a gestão hoteleira.

### **6.4. Perspectivas de Futuro para um Turismo mais Inovador**

O turismo no Algarve assume-se como a principal actividade económica capaz de proporcionar uma base para o desenvolvimento regional, mostrando tendências de crescimento em todo o mundo. É consensual que o turismo tem sofrido e provocado constrangimentos na região, principalmente se olharmos o caos urbanístico, o desenvolvimento desequilibrado dos serviços de apoio, a elevada sazonalidade, a dependência excessiva face ao mercado britânico e insuficiências ao nível da qualidade. No entanto, foi a dinâmica do sector que permitiu ao Algarve uma evolução económica muito forte, permitindo a aproximação ao nível de vida de regiões mais desenvolvidas. O turismo é um sector com uma capacidade de arrasto muito grande, influenciando um leque alargado de actividades a montante e a jusante do alojamento, a construção, imobiliária, a restauração, os serviços de transporte, serviços prestados às empresas, o comércio.

Existe uma perda estrutural de competitividade no sector, verificável pelos níveis baixos da percepção da satisfação do turista. O desenvolvimento do sector têm-se baseado num modelo insustentável baseado num produto homogéneo (“sol e praia”) face a outros destinos, no aumento continuado de número de turistas, sem atenção à capacidade de carga do destino, dando prioridade a benefícios de curto prazo, com uma forte pressão sobre o ambiente e a paisagem. Dizer que o Algarve tem de tentar diversificar o seu produto do puro “sol e praia” não é novidade. Mas esta diferenciação não tem como base excluir este produto ou ignorar a sua importância mas tomá-lo como centro para mudanças que incorporem

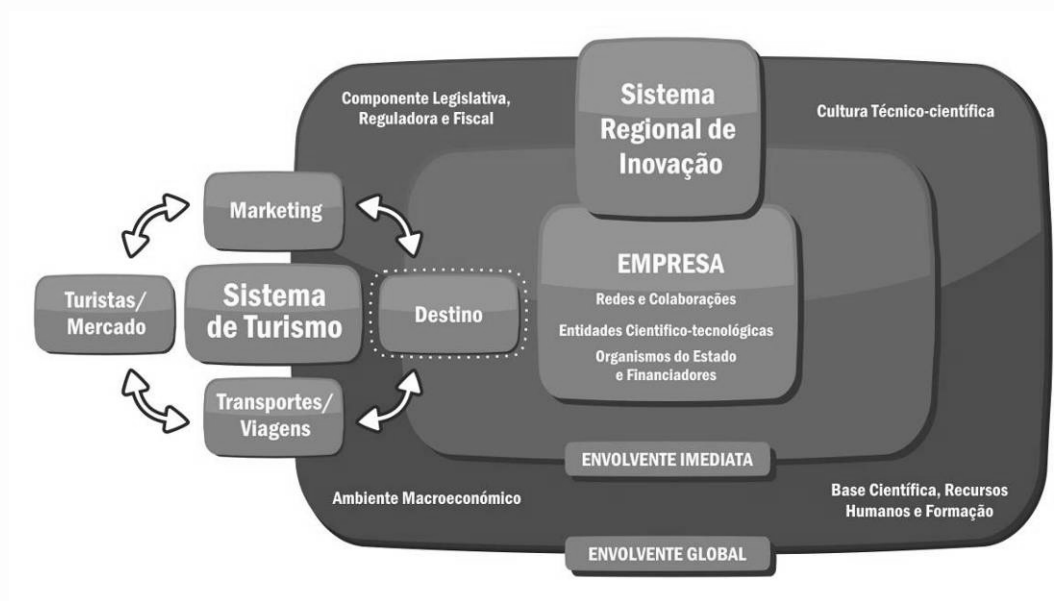
mais valor. Este potencial poderá ser aproveitado, como referido anteriormente, por exemplo, com os desportos náuticos, a náutica de recreio, os cruzeiros. Mas temos de compreender que o produto turístico essencial é o “sol e praia”, é o que distingue a região de outros destinos próximos. O turismo é um fenómeno de proximidade. É crucial (re)qualificar a oferta de alojamento e de restauração. Neste particular a adopção de NTIC, de sistemas de gestão e de tecnologias mais eficientes e preocupadas com o ambiente podem ser ferramentas importantes. A qualificação profissional é muito importante e as políticas de recursos humanos têm de estar alinhadas com as necessidades empresariais. Toda a rede viária tem de ser melhorada, em particular as questões relativas à sinalização. As *short-breaks* assumem cada vez maior relevância. Deste modo, a proximidade do Algarve face aos mercados emissores europeus tem de ser evidenciada, quando em competição com destinos mais longínquos. Neste particular as *Low-cost* têm de ser utilizadas activamente como uma forma eficiente de atrair mais turistas na época baixa. Outras vertentes em que será importante apostar, na óptica de diversificação, é na afirmação do destino Algarve no TER, natureza, saúde e em congressos. O Golfe assumiu-se no Algarve como actividade de excelência, no entanto o sucesso dos campos existentes não pode ser replicado continuamente porque se corre o risco de perder as características de qualidade que têm marcado este produto. Para além disto existem patamares (os 41 campos) que não devem ser ultrapassados sob pena de surgirem elevados custos ambientais e económicos.

O que foi dito até este ponto já foi reflectido em muitos documentos e análises anteriores da CCDR Algarve ou o PRTA – Plano Regional de Turismo do Algarve (1999). No entanto tem faltado uma actuação mais consistente e eficaz. Para que esta se concretize é crucial que o turismo tenha uma orgânica capaz de responder às solicitações. Os vários actores do turismo têm de criar uma visão mobilizadora do turismo no Algarve a longo prazo, que incorpore os vectores de qualidade, sustentabilidade e competitividade, focando a diversificação e a inovação, mas também as especificidades locais e complementaridades e percebendo o Algarve como um todo. Tem de ser compreendida a capacidade de carga regional, sendo que a evidência é que esta é largamente excedida em todas as épocas altas. Apesar da importância central a promoção do destino, onde se sobrepõem interesses, a RTA – Região de Turismo do Algarve reúne competências para fomentar as apostas estratégicas para o sector na região, o seu espectro de actuação deverá ser alargado com um maior leque de competências.

A integração entre o sistema de turismo e o sistema regional de inovação é essencial. As interdependências dos dois sistemas são evidentes e a sua compatibilização é crucial para o sucesso da região. O turismo do futuro não se adequa com despreocupações face à inovação, qualidade e satisfação. Actuar estrategicamente no Algarve num destes sistemas requer que se tenha em grande atenção as dinâmicas existentes no outro sistema. O reforço da competitividade do turismo passa por um reforço inovador nas actividades do sector e em todas as actividades de suporte e fornecedores. Por outro lado, o aumento da capacidade inovadora da região passa por aceitar que a região não pode virar costas ao turismo, mas que o deverá potenciar como capaz de se interligar a sectores de elevado valor acrescentado e de potenciar um *upgrade* valorativo do produto turístico actualmente oferecido.



Figura 6.2: Integração do SRI com o Sistema de Turismo



Fonte: Elaboração Própria

A imagem anterior (Figura 6.2) ilustra a integração dos dois sistemas efectuada através dos impactos que as actuações no Sistema Regional de Inovação causam no destino turístico. Esta abordagem é essencial de valorização do destino, com impactos também ao nível da informação e marketing assim como em termos de transportes e viagens. O reforço do SRI pode permitir um *upgrade* dos produtos do destino, quer por via dos fornecedores e serviços especializados mais adequados quer através da estruturação de uma visão estratégica partilhada alicerçada nos actores da governação regional.

## 6.5. Conclusões

Em Portugal as dinâmicas de inovação continuam a apresentar algumas limitações. A ausência de alguns actores indispensáveis, o baixo nível educacional e uma limitada cooperação são indicadores que restringem um Sistema Nacional de Inovação competitivo. A região do Algarve apresenta algumas especificidades interessantes e que possibilitam imaginar neste território a arquitectura embrionária de um Sistema Regional de Inovação: identidade regional, sectores de actividade e de investigação onde existe capacidade instalada ou potencial de crescimento, qualidade de vida atractiva para a classe criativa, planeamento estratégico e governação regional assegurada por actores relevantes como a CCDR Algarve ou a Universidade do Algarve. No entanto, esta possibilidade é criticada pelos cépticos. Como pode estruturar-se um SRI, num território onde os actores têm uma capacidade pequena de interacção, onde o nível regional não tem dimensão governativa e a capacidade e performance inovadora são exíguas? A estruturação de um SRI eficaz na região é uma meta ambiciosa mas que a região se propõe alcançar com o horizonte de 2013. O sucesso de criar uma região competitiva e coesa dependerá da forma como o turismo, o sector mais dinâmico, que catapultou o Algarve para fora das regiões pobres da UE, se integrar com as dinâmicas inovadoras da região criando procura de serviços



avanzados em conhecimento, e do próprio sector criar dinâmicas inovadoras, quer através de um *upgrade* e diferenciação dos produtos oferecidos, quer pela criação de novos produtos onde existem fortes potencialidades latentes. O turismo envolve uma complexa rede de actores e instituições que originam a noção de sistema de turismo. Este capítulo sugere a possibilidade de integração destes dois conceitos muito utilizados no planeamento regional. Uma região, como o Algarve, que se quer afirmar como competitiva e coesa, fortalecendo as actividades inovadoras, mas que por outro lado, é uma região fortemente turística tem de conseguir compatibilizar os dois sistemas. A integração dos dois sistemas é efectuada através de actividades de reforço do destino, a sua articulação estratégica, robustecimento de atracções e de produtos de maior valor acrescentado. O funcionamento de empresas competitivas, o fortalecimento de uma base científica e cultura técnica que responda às necessidades do turismo, recursos humanos com qualificação e formação adequada, e uma ambiente regulador ajustado são potenciadores de um *upgrade* do destino. O sucesso do Algarve e do turismo na região não são realidades desconexas. O sucesso da região não se coaduna com um turismo desligado do território e das pessoas do Algarve.

## Referências Bibliográficas

- Asheim Bjorn e Arne Isaksen (2002) *Regional Innovation Systems: The Integration of Local 'Sticky' and Global 'Ubiquitous' Knowledge*, *Journal of Technology Transfer*, 27, 77-86;
- Baud-Bovy, M. (1982) *New concepts in planning for tourism and recreation*, *Tourism Management*. 3(4), pp.308-313;
- Braczyc, H.J., Philip Cooke e Martin Heidenreich (eds) *Regional Innovation Systems – The role of governances in a globalized world*, 1ª edição, Londres, UCL Press;
- Brochado, A. (2002) A análise de clusters: técnica de classificação na análise espacial, in Costa J., (ed.) *Compêndio de Economia Regional*, Coimbra, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 742-765;
- Bull C. (1992) *Tourism in Australia*. Part 1. *Landscape Australia* 1/1992, pp. 16 – 20;
- Carrincazeaux, C. e Gaschet, F. (2006) *Knowledge and the diversity of innovation systems: a Comparative analysis of European regions*, *Cahiers du GRES*, 29, Université Montesquieu-Bordeaux IV;
- CCDR Algarve (2007), *Algarve – Estratégia de Desenvolvimento*, CCDR Algarve (Dezembro de 2006);
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2005), *Plano Nacional de Emprego 2005-2008* - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (Outubro de 2005);
- Comissão Europeia (2007) *Regiões em crescimento, Europa em crescimento – Quarto relatório sobre a coesão económica e social*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias;
- Conseil de la Science et de la Technologie (2006) *La Gouvernance du Système Québécois d'Innovation*, Québec, Gouvernement du Québec;
- Corado Simões, Vítor (2004) *Annual Innovation Policy for Portugal – European Trendchart on Innovation*, European Commission DG Enterprise, Bruxelas;
- Corado Simões, Vítor (2003) O sistema nacional de inovação em Portugal: diagnóstico e prioridades, in Rodrigues, Maria João, Arminda Neves e Manuel Mira Godinho (eds) *Para uma Política de Inovação em Portugal*, Dom Quixote, Lisboa;
- Cunha, Licínio (2006) *Economia e Política do Turismo*, Verbo, Lisboa;
- de Jong, J.P.J.; Bruins, A.; Dolfsma, W.; Meijaard, J. (2003) "Innovation in service firms explored: what, how and why? Literature review", *Stategic Study B200205*, Zoetermeer, EIM Business and Policy Research;
- Delgado, A. P. e I. M. Godinho (2002) Medidas de localização das actividades e de especialização regional, in Costa, J. S. (eds.), *Compendio de Economia Regional*, Coimbra, APDR, 723-742;
- Direcção Geral de Turismo (2002) *Turismo em Portugal, política, estratégia e instrumentos de intervenção*, DGT, Lisboa;
- Doloreux, David e Pierre Bitard (2005), *Les systèmes régionaux d'innovation : discussion critique*, *Géographie Économie Société*, 7, 21-36 ;
- Doloreaux, David e Stève Dionne (2007) *Evolution d'Un Système d'Innovation en Région Rurale : le Cas de LaPocatière dans une Perspective Historique (1987-2005)*, Université du Québec, Rimouski ;
- Dunn, E. S. (1960), "A Statistical and Analytical Technique for Regional Analysis", *Regional and Urban Economics*, 2, pp. 249-255;
- Edgell, D.L. (1990) *International Tourism Policy*. New York: Van Nostrand Reinhold;

- Edgell, D.L. (1984) US government policy on international tourism. *Tourism Management*. 5(1), pp.67-70;
- Ferrão, João (2002) *Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação*, Interacções – Revista Internacional de Desenvolvimento local, Vol. 3, nº 4, 17-26;
- Florida, R. (2002) *The Rise of the Creative Class*, New York, Basic Books;
- Guerreiro, João (2005) As funções da universidade no âmbito dos Sistemas de Inovação, in VÁRIOS, *Estudos II*, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, Faro, 131-148;
- Godinho, Manuel Mira e João Caraça (eds) *O Futuro Tecnológico – Perspectivas para a Inovação em Portugal*, Oeiras, Celta Editora;
- GPEARI (2007) *Investigação e Desenvolvimento em Portugal – 1982 a 2003*, Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, documento online disponível para download em URL [http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/I\\_Dempportugal1982\\_2003\\_20092007.pdf](http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/I_Dempportugal1982_2003_20092007.pdf) a 31-03-2008;
- Gunn, C. A. (1988), *Tourism Planning*, Nova Iorque, Taylor and Francis, 2.ª edição;
- Hair, J., R. Anderson, R. Tathan, e W. Black, (1995) *Multivariate Data Analysis with Readings*, 4<sup>th</sup> edition, New Jersey, Prentice-Hall;
- Holloway, J.C., (1989) *The business of tourism*, Londres, Pitman;
- Instituto Nacional de Estatística (1997) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 1996*, Évora, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (1998) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 1997*, Évora, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (1999) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 1998*, Faro, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2000) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 1999*, Faro, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2001) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2000*, Faro, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2002) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2001*, Faro, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2003) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2002*, Faro, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2004) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2003*, Faro, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2005) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2004*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2006a) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2006b) *Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2006c) *Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2006d) *Anuário Estatístico da Região do Centro 2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;

- Instituto Nacional de Estatística (2006e) *Anuário Estatístico da Região do Norte 2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2006f) *Anuário Estatístico da Região de Portugal 2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2007a) *Anuário Estatístico da Região do Algarve 2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2007b) *Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2007c) *Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2007d) *Anuário Estatístico da Região do Centro 2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2007e) *Anuário Estatístico da Região do Norte 2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2007f) *Anuário Estatístico da Região de Portugal 2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2007g) *Retrato Territorial de Portugal 2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (2007h) *País em Números 1991-2005*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto Nacional de Estatística (vários anos), *Contas regionais*, INE, Lisboa;
- IQF (2005) *O Turismo em Portugal*, Coleção Estudos Sectoriais, Instituto para a Qualidade na Formação, Lisboa;
- Lança, Isabel Salavisa (2001) *Mudança Tecnológica e Economia – Crescimento, Competitividade e Indústria em Portugal*, Oeiras, Celta Editora;
- Lattin, J., J. Carrol e P. Green (2003) *Analyzing Multivariate Data*, Toronto, Thomson;
- Maroco, J. (2003) *Análise Estatística com utilização do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo;
- Martins, Manuel Victor (coord.) (2004) *O Golfe no Algarve – o Presente e o Futuro*, Faro, Universidade do Algarve;
- Miles, Ian (2005) Innovation in services, in J. Fagerberg, D. C. Mowery e R. R. Nelson (Eds.), *The Oxford Handbook of Innovation*, Oxford University Press, Oxford;
- Mill, R. C., e Morrison, A. M. (1985), *The Tourism System: An Introductory Text*, Nova Jérсия, Prentice-Hall;
- Mowery, David C. e Nathan Rosenberg (1994), *Technology and the Pursuit of Economic Growth*, 3ª edição, Cambridge University Press, Nova Iorque;
- Oates, W. E. (1972), *Fiscal Federalism*, New York: Harcourt Brace Jovanovich;
- OCES (2006a) *IPCTN 03 Sumários estatísticos*, documento online disponível em URL [http://www.oces.mctes.pt/docs/ficheiros/Sumarios\\_IPCTN\\_2003.pdf](http://www.oces.mctes.pt/docs/ficheiros/Sumarios_IPCTN_2003.pdf) em 31-03-2008;
- OCES (2006b) *4º Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 4)*, documento online disponível para download em URL [http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/Quadrosintese\\_CIS4\\_finalrev.pdf](http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/archive/doc/Quadrosintese_CIS4_finalrev.pdf) em 31-03-2008;
- OECD (2004) *OECD Science, Technology and Industry Outlook – Highlights*, Paris, OECD Publications;
- OECD (2005a) *Oslo Manual – Guidelines for Collecting and interpreting innovation data*, 3rd edition, Paris, OECD Publications;
- OECD (2005b) *Main Science and Technology Indicators*, Paris, OECD Publications;

- Olson, M., Jr. (1969), "Strategic theory and its implications – The principle of "fiscal equivalence": the division of responsibilities among different levels of government", *American Economic Review*, 59(2), pp.479-487;
- Oughton, Christine, Mikel Landabaso e Kevin Morgan (2002) *The Regional Innovation Paradox: Innovation Policy and Industrial Policy*, *Jornal of Technology Transfer*, nº 27, 97-110;
- Pereira, A. (2004) SPSS – Guia Prático de Utilização – Análise de Dados para Ciências Sociais, 5ª edição, Lisboa, Edições Sílabo;
- PROINOV (2000) *Síntese da estratégia europeia de Lisboa*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa;
- Rodrigues, Maria João, Arminda Neves e Manuel Mira Godinho (eds) (2003) *Para uma Política de Inovação em Portugal*, Dom Quixote, Lisboa;
- Rodriguez-Pose, Andrés (2001) *Is R&D in lagging areas of Europe worthwhile? Theory and empirical evidence*, *Papers in Regional Studies*, nº 80 275-295;
- Reis, E. (1997) *Estatística Multivariada Aplicada*, Lisboa, Edições Sílabo;
- Samuelson, P.A. (1954), "The pure theory of public expenditures", *Review of Economics and Statistics*, 36, pp.387-389;
- Serviço Regional de Estatística do Açores (2006) *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2005*, Angra do Heroísmo, Serviço Regional de Estatística do Açores;
- Serviço Regional de Estatística da Madeira (2006) *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira 2005*, Funchal, Serviço Regional de Estatística da Madeira;
- Serviço Regional de Estatística do Açores (2007) *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2006*, Angra do Heroísmo, Serviço Regional de Estatística do Açores;
- Serviço Regional de Estatística da Madeira (2007) *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira 2006*, Funchal, Serviço Regional de Estatística da Madeira;
- Teixeira, Ângelo (2006), *Tipologia Sócio-Económica das freguesias da região do Algarve, 1991-2001*, Faro, Universidade do Algarve – Faculdade de Economia, Tese de Mestrado não publicada;
- Teixeira, Aurora (2005) *I&D e capacidade de inovação portuguesa, 1960-2001*, *Economia Pura*, nº 70, Ano VII, 44-52;
- Tiebout, C. M. (1956), "A pure theory of local expenditures", *Journal of Political Economy*, 64(5), pp.416-424;
- UCPT - Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico (2005) *Os Actores do Quadro da Inovação*, documento de trabalho nº 2, Lisboa;
- Vázquez Barquero, António (2002) *Desenvolvimento Endógeno em tempos de Globalização*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 97-121;
- WTTC (2003) *The Algarve – The Impact of Travel and Tourism on Jobs and the Economy*, relatório, World Travel and Tourism Council, disponível *online* no URL [http://www.wttc.travel/bin/pdf/original\\_pdf\\_file/algarve2003.pdf](http://www.wttc.travel/bin/pdf/original_pdf_file/algarve2003.pdf) em 20 de Maio de 2008.

**ANEXOS**

## Anexos

### A1 – Análise Factorial - Teste de Bartlett´s e Estatística KMO

Tabela A1.1 – Teste de Bartlett´s e Estatística KMO – Tema População

Teste de Bartlett´s	Aprox. Qui-Quadrado	117,61
	Graus de liberdade	21
	<i>P-value</i>	0,00
Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra		0,79

Fonte: Output SPSS

Tabela A1.2 – Teste de Bartlett´s e Estatística KMO – Tema Mercado de Trabalho

Teste de Bartlett´s	Aprox. Qui-Quadrado	141,71
	Graus de liberdade	15
	<i>P-value</i>	0,00
Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra		0,79

Fonte: Output SPSS

Tabela A1.3 – Teste de Bartlett´s e Estatística KMO – Tema Energia

Teste de Bartlett´s	Aprox. Qui-Quadrado	54,19
	Graus de liberdade	10
	<i>P-value</i>	0,00
Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra		0,68

Fonte: Output SPSS

Tabela A1.4 – Teste de Bartlett´s e Estatística KMO – Tema Construção e Habitação

Teste de Bartlett´s	Aprox. Qui-Quadrado	93,55
	Graus de liberdade	28
	<i>P-value</i>	0,00
Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra		0,72

Fonte: Output SPSS

Tabela A1.5 – Teste de Bartlett´s e Estatística KMO – Tema Empresas

Teste de Bartlett´s	Aprox. Qui-Quadrado	9,31
	Graus de liberdade	3
	<i>P-value</i>	0,03
Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra		0,63

Fonte: Output SPSS

Tabela A1.6 – Teste de Bartlett's e Estatística KMO – Tema Mercado Monetário e Financeiro

<b>Teste de Bartlett's</b>	<b>Aprox. Qui-Quadrado</b>	75,04
	<b>Graus de liberdade</b>	15
	<b>P-value</b>	0,00
<b>Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra</b>		0,70

Fonte: Output SPSS

Tabela A1.7 – Teste de Bartlett's e Estatística KMO – Tema Finanças Autárquicas

<b>Teste de Bartlett's</b>	<b>Aprox. Qui-Quadrado</b>	78,62
	<b>Graus de liberdade</b>	21
	<b>P-value</b>	0,00
<b>Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra</b>		0,63

Fonte: Output SPSS

Tabela A1.8 – Teste de Bartlett's e Estatística KMO – Tema Saúde

<b>Teste de Bartlett's</b>	<b>Aprox. Qui-Quadrado</b>	39,24
	<b>Graus de liberdade</b>	3
	<b>P-value</b>	0,00
<b>Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra</b>		0,61

Fonte: Output SPSS

Tabela A1.9 – Teste de Bartlett's e Estatística KMO – Tema Educação

<b>Teste de Bartlett's</b>	<b>Aprox. Qui-Quadrado</b>	65,70
	<b>Graus de liberdade</b>	10
	<b>P-value</b>	0,00
<b>Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra</b>		0,66

Fonte: Output SPSS

Tabela A1.10 – Teste de Bartlett's e Estatística KMO – Tema Ambiente

<b>Teste de Bartlett's</b>	<b>Aprox. Qui-Quadrado</b>	25,58
	<b>Graus de liberdade</b>	10
	<b>P-value</b>	0,00
<b>Kaiser-Meyer-Olkin Medida de adequação da amostra</b>		0,68

Fonte: Output SPSS



## A2 – Análise Factorial – Factores, valores próprios e variância

Tabela A2.1 – Factores, valores próprios e variância – Tema População

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	5,009	71,560	71,560
2	1,246	17,807	89,367
3	0,434	6,196	95,563
4	0,141	2,015	97,578
5	0,094	1,337	98,915
6	0,048	0,680	99,595
7	0,028	0,405	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Tabela A2.2 – Factores, valores próprios e variância – Tema Mercado de Trabalho

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	4,435	73,914	73,914
2	1,036	17,262	91,177
3	0,364	6,072	97,249
4	0,149	2,481	99,729
5	0,014	0,228	99,957
6	0,003	0,043	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Tabela A2.3 – Factores, valores próprios e variância – Tema Energia

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	3,305	66,108	66,108
2	1,066	21,324	87,432
3	0,366	7,311	94,743
4	0,216	4,315	99,057
5	0,047	0,943	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Tabela A2.4 – Factores, valores próprios e variância – Tema Construção e Habitação

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	4,758	59,478	59,478
2	1,279	15,982	75,460
3	0,845	10,569	86,029
4	0,518	6,478	92,506
5	0,288	3,599	96,105
6	0,190	2,370	98,475
7	0,102	1,278	99,754
8	0,020	0,246	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Tabela A2.5 – Factores, valores próprios e variância – Tema Empresas

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	1,936	64,545	64,545
2	0,700	23,325	87,870
3	0,364	12,130	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Tabela A2.6 – Factores, valores próprios e variância – Tema Mercado Monetário e Financeiro

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	3,928	65,467	65,467
2	1,031	17,185	82,652
3	0,597	9,944	92,596
4	0,316	5,273	97,870
5	0,101	1,676	99,546
6	0,027	0,454	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Tabela A2.7 – Factores, valores próprios e variância – Tema Finanças Autárquicas

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	3,370	48,143	48,143
2	1,952	27,883	76,027
3	1,019	14,561	90,588
4	0,416	5,950	96,538
5	0,114	1,622	98,160
6	0,071	1,011	99,171
7	0,058	0,829	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Tabela A2.8 – Factores, valores próprios e variância – Tema Saúde

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	2,541	84,699	84,699
2	0,410	13,678	98,377
3	0,049	1,623	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Tabela A2.9 – Factores, valores próprios e variância – Tema Educação

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	3,260	65,205	65,205
2	1,228	24,568	89,774
3	0,354	7,073	96,846
4	0,129	2,584	99,430
5	0,029	0,570	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Tabela A2.10 – Factores, valores próprios e variância – Tema Ambiente

Componente	Variância Total Explicada		
	Valores Próprios Iniciais		
	Total	% de Variância	Acumulado %
1	2,752	55,044	55,044
2	1,189	23,782	78,827
3	0,488	9,769	88,596
4	0,307	6,142	94,738
5	0,263	5,262	100,000

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

### A3 – Análise Factorial – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings

Tabela A3.1 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema População

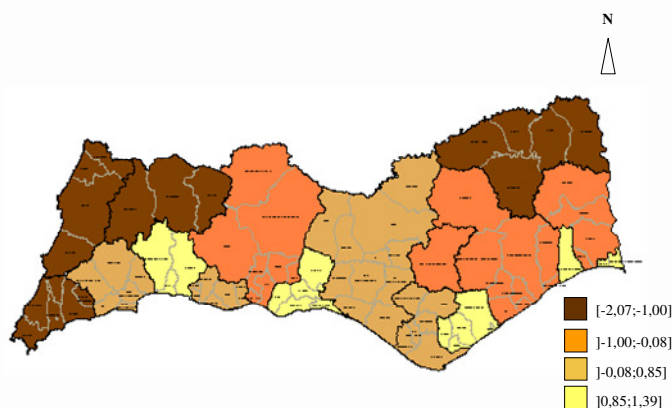
Indicador	Factor 1 - Dinâmica Populacional	Factor 2 - Multiculturalidade
Proporção da população que tem como principal meio de vida o trabalho	<b>0,92</b>	0,36
Densidade Populacional	<b>0,89</b>	-0,06
Taxa de natalidade	<b>0,84</b>	0,46
Dimensão média das famílias clássicas	<b>0,87</b>	-0,15
Proporção da população residente jovem	<b>0,78</b>	0,57
Índice de Envelhecimento	<b>-0,89</b>	-0,36
Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira	0,01	<b>0,98</b>

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Método de Rotação: Varimax com normalização Kaiser

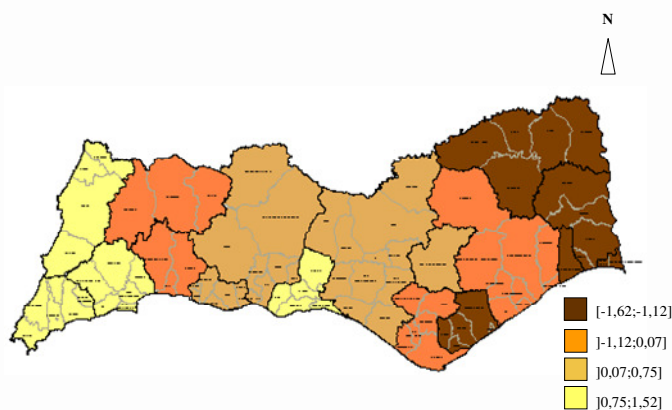
Fonte: Output SPSS

Figura A3.1 – Factor – Dinâmica Populacional



Fonte: Elaboração própria

Figura A3.2 – Factor – Multiculturalidade



Fonte: Elaboração própria

Tabela A3.2 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Mercado de Trabalho

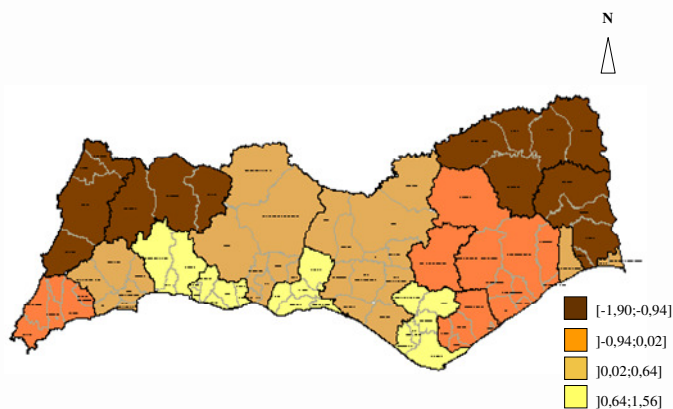
Indicador	Factor 1 - Emprego	Factor 2 - Desemprego
Taxa de actividade das mulheres	<b>0,99</b>	0,05
Taxa de actividade	<b>0,98</b>	0,01
Taxa de emprego da população em idade activa	<b>0,98</b>	-0,03
Proporção da população residente empregada nos serviços	<b>0,94</b>	0,05
Ganho médio mensal	<b>0,81</b>	-0,22
Taxa de desemprego	-0,01	<b>0,99</b>

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Método de Rotação: Varimax com normalização Kaiser

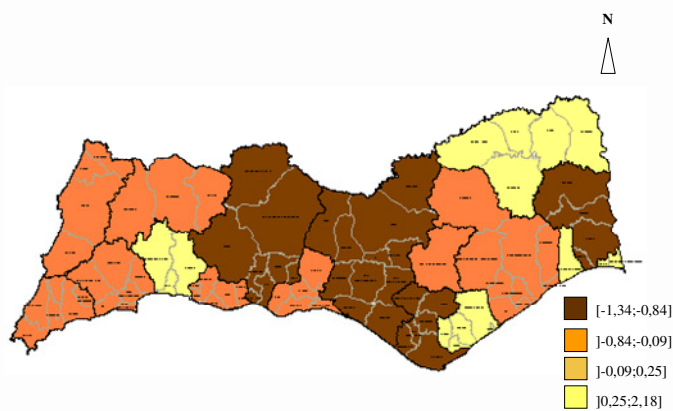
Fonte: Output SPSS

Figura A3.3 – Factor – Emprego



Fonte: Elaboração própria

Figura A3.4 – Factor – Desemprego



Fonte: Elaboração própria

Tabela A3.3 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Energia

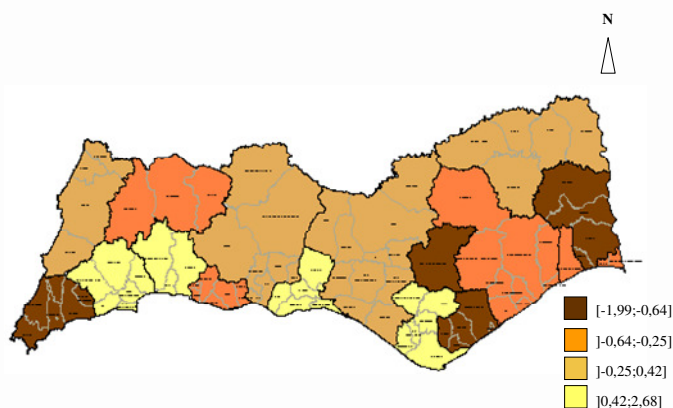
Indicador	Factor 1 - Consumo de combustíveis fósseis	Factor 2 - Consumo de electricidade
Consumo de combustível automóvel por habitante	<b>0,96</b>	0,10
Consumo de gasolina por habitante	<b>0,86</b>	0,42
Consumo de gás por habitante	<b>0,84</b>	0,22
Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	0,10	<b>0,95</b>
Consumo de energia eléctrica por consumidor - Total	0,40	<b>0,84</b>

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Método de Rotação: Varimax com normalização Kaiser

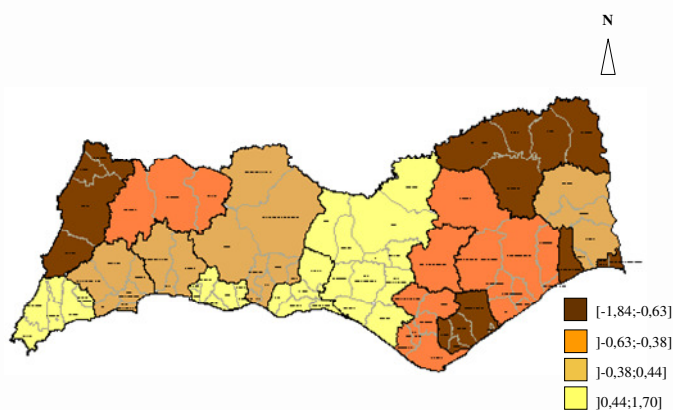
Fonte: Output SPSS

Figura A3.5 – Factor – Consumo de combustíveis fósseis



Fonte: Elaboração própria

Figura A3.6 – Factor – Consumo de energia eléctrica



Fonte: Elaboração própria

Tabela A3.4 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Construção e Habitação

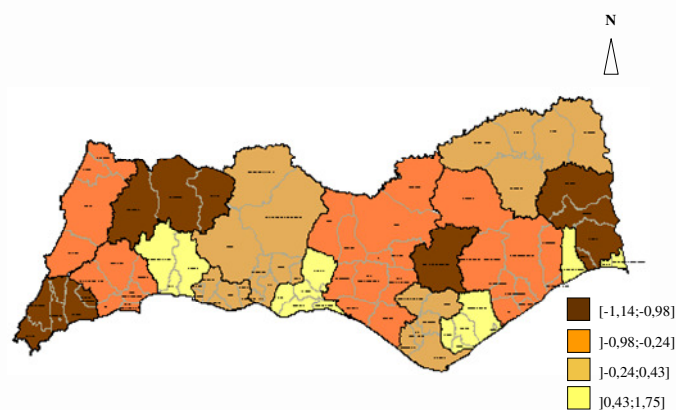
Indicador	Factor 1 - Intensidade de construções	Factor 2 - Conforto e Encargos com alojamento
Densidade de Alojamentos	<b>0,87</b>	0,32
Nº médio de alojamentos por pavimento	<b>0,78</b>	0,40
Densidade de Edifícios	<b>0,76</b>	0,35
Nº médio de pavimentos por edifício	<b>0,64</b>	0,54
Nº médio de divisões por alojamento	<b>-0,91</b>	0,03
Valor médio dos prédios urbanos transaccionados	0,08	<b>0,93</b>
Indicador de conforto (dos alojamentos)	0,39	<b>0,75</b>
Encargos médios mensais com alojamentos familiares clássicos	0,23	<b>0,75</b>

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Método de Rotação: Varimax com normalização Kaiser

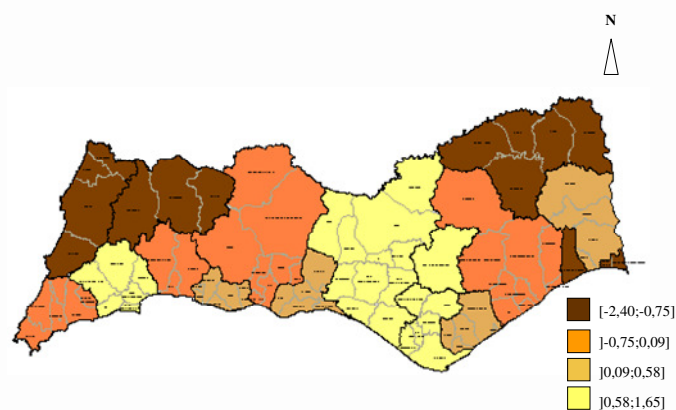
Fonte: Output SPSS

Figura A3.7 – Factor – Intensidade de construções



Fonte: Elaboração própria

Figura A3.8 – Factor – Conforto e Encargos com Alojamento



Fonte: Elaboração própria

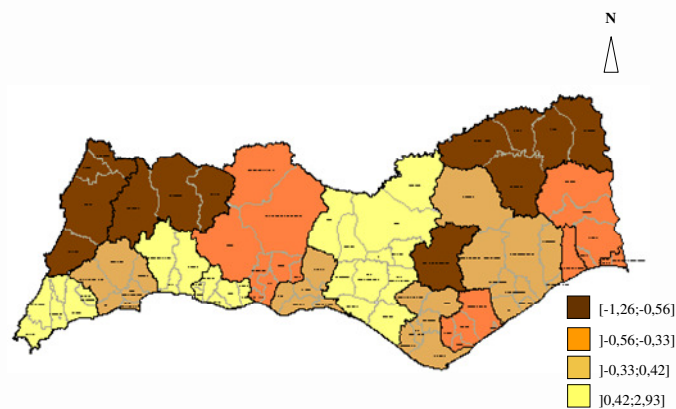
Tabela A3.5 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Empresas

Indicador	Factor 1 - Emprego em Sociedades e Conhecimento
Proporção de emprego em sociedades anónimas	<b>0,87</b>
Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	<b>0,84</b>
Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento	<b>0,69</b>

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Figura A3.9 – Factor – Emprego em Sociedades e Conhecimento



Fonte: Elaboração própria



Tabela A3.6 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Mercado Monetário e Financeiro

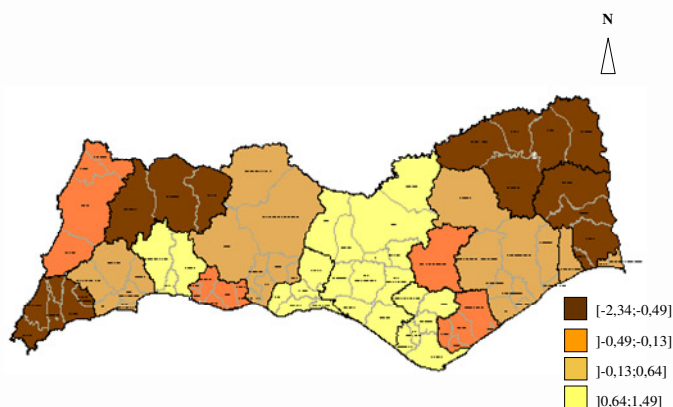
Indicador	Factor 1 - Procura de Serviços financeiros	Factor 2 - Oferta de estab. financeiros e terminais multibanco
Operações por habitante (caixas automáticas multibanco)	<b>0,92</b>	0,30
Levantamentos em caixas automáticas multibanco por habitante	<b>0,91</b>	0,28
Volume de crédito à habitação por habitante	<b>0,76</b>	0,41
Taxa de crédito à habitação	<b>-0,85</b>	0,09
Estab. de bancos, caixas eco. e caixas de crédito agrícola por 10000 hab.	0,05	<b>0,94</b>
Terminais de caixas automáticas multibanco por 10000 habitantes	0,57	<b>0,64</b>

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Método de Rotação: Varimax com normalização Kaiser

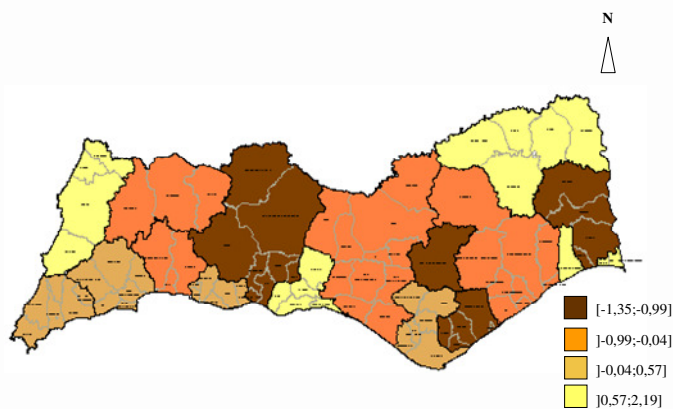
Fonte: Output SPSS

Figura A3.10 – Factor – Procura de Serviços Financeiros



Fonte: Elaboração própria

Figura A3.11 – Factor – Oferta de estabelecimentos financeiros e terminais multibanco



Fonte: Elaboração própria

Tabela A3.7 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Finanças Autárquicas

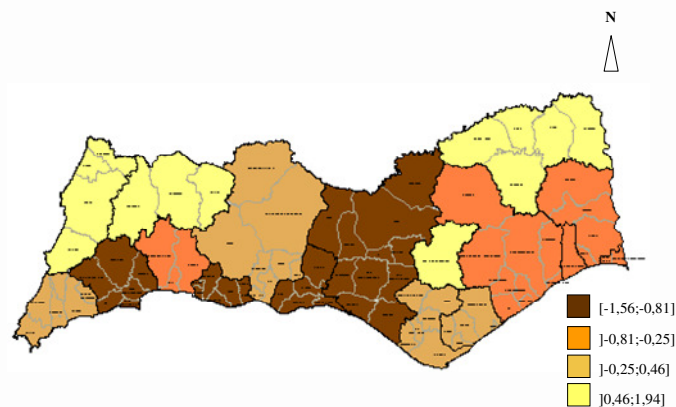
Indicador	Factor 1 - Incapacidade fiscal local	Factor 2 - Receitas <i>per capita</i>	Factor 3 - Situação orçamental e estrutura de despesas
Proporção dos fundos municipais no total das receitas	<b>0,93</b>	0,24	-0,10
Índice de carência fiscal	<b>0,87</b>	-0,37	-0,16
Proporção dos impostos no total das receitas	<b>-0,90</b>	-0,32	0,19
Receitas por habitante	0,19	<b>0,95</b>	-0,02
Relação entre receitas e despesas	-0,27	0,11	<b>0,87</b>
Proporção da aquisição de bens de capital no total das despesas	0,36	0,52	<b>-0,68</b>
Proporção das despesas com pessoal no total das despesas	0,31	-0,62	<b>0,66</b>

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Método de Rotação: Varimax com normalização Kaiser

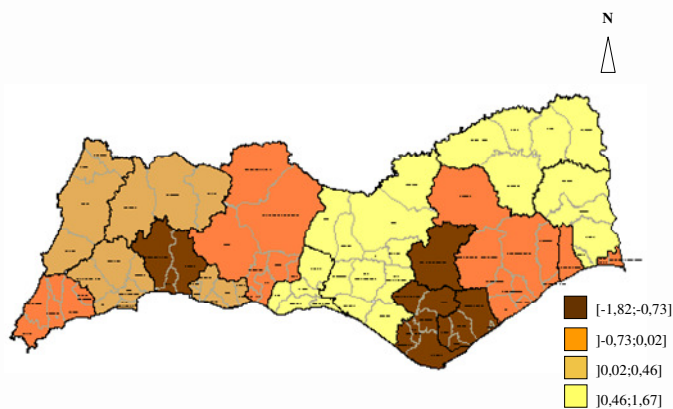
Fonte: Output SPSS

Figura A3.12 – Factor – Incapacidade fiscal local



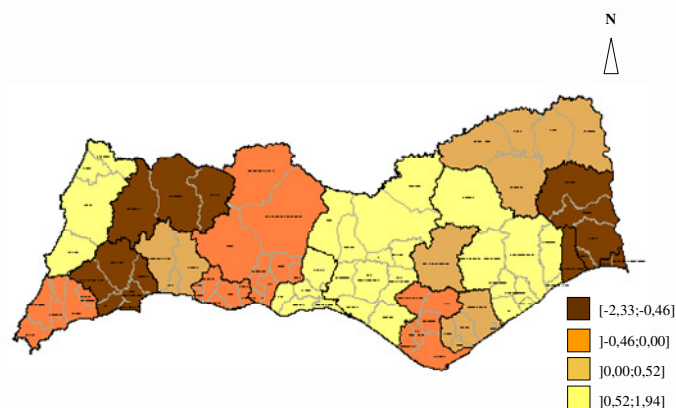
Fonte: Elaboração própria

Figura A3.13 – Factor – Receita per capita



Fonte: Elaboração própria

Figura A3.14 – Factor – Situação orçamental e estrutura de despesa



Fonte: Elaboração própria

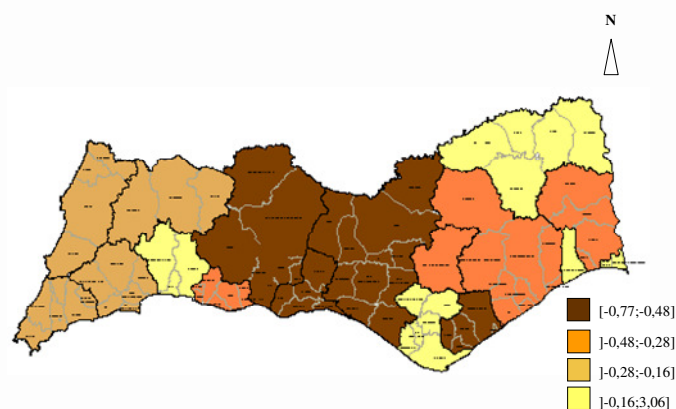
Tabela A3.8 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Saúde

Indicador	Factor 1 - Disponibilidade de Cuidados/Serviços de saúde
Enfermeiros por 1000 habitantes	0,97
Médicos por 1000 habitantes	0,94
Consultas por habitante	0,85

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Fonte: Output SPSS

Figura A3.15 – Factor – Disponibilidade de cuidados/serviços de saúde



Fonte: Elaboração própria

Tabela A3.9 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Educação

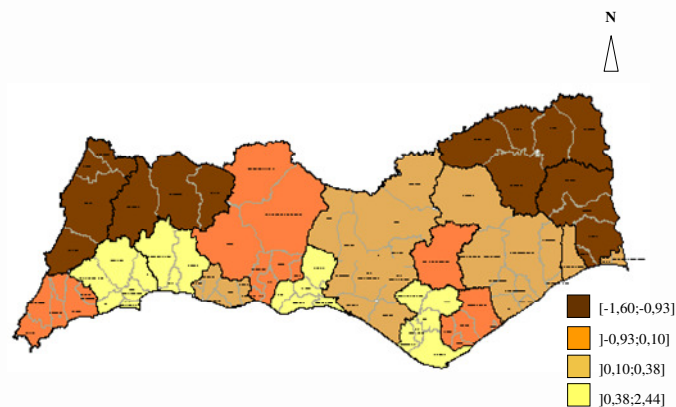
Indicador	Factor 1 - Qualificações académicas	Factor 2 - Sucesso Escolar
Proporção da população com o ensino secundário	<b>0,97</b>	-0,02
Proporção da população com o ensino superior	<b>0,95</b>	0,20
Taxa de analfabetismo total	<b>-0,80</b>	0,51
Taxa de pré-escolarização	<b>-0,77</b>	0,39
Taxa de retenção e desistência no ensino básico	0,00	<b>-0,97</b>

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Método de Rotação: Varimax com normalização Kaiser

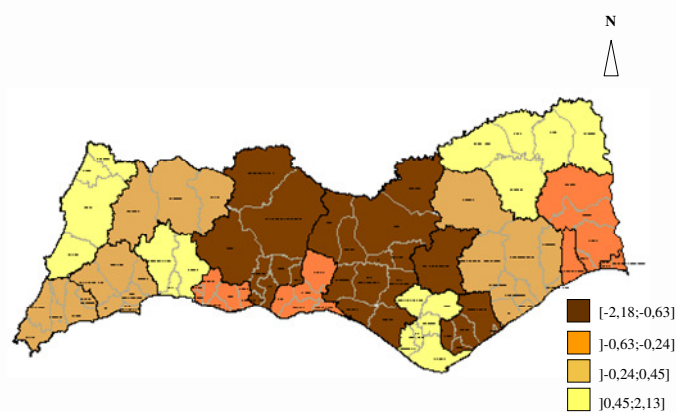
Fonte: Output SPSS

Figura A3.16 – Factor – Qualificações académicas



Fonte: Elaboração própria

Figura A3.17 – Factor – Sucesso escolar



Fonte: Elaboração própria

Tabela A3.10 – Matrizes dos pesos factoriais ou loadings – Tema Ambiente

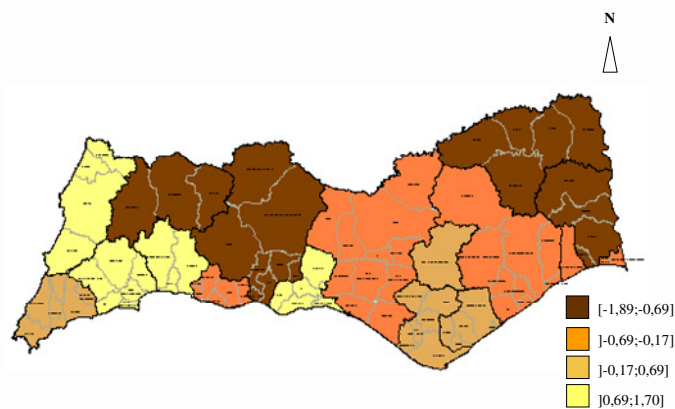
Indicador	Factor 1 - Disponibilidade de Serviços/equipamentos ambientais	Factor 2 - Despesa ambiental
Proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais	<b>0,87</b>	0,19
Proporção de população servida por ETAR	<b>0,85</b>	0,09
Proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água	<b>0,83</b>	0,21
Consumo de água residencial e dos serviços por habitante	0,28	<b>0,86</b>
Despesa por habitante na gestão de águas residuais	0,08	<b>0,93</b>

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Método de Rotação: Varimax com normalização Kaiser

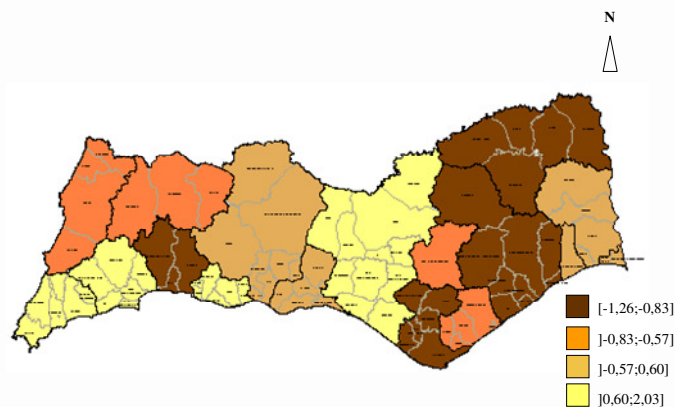
Fonte: Output SPSS

Figura A3.18 – Factor – Disponibilidade de serviços/equipamentos ambientais



Fonte: Elaboração própria

Figura A3.19 – Factor – Despesa ambiental



Fonte: Elaboração própria



UNIÃO EUROPEIA  
Fundos Estruturais

*prime*  
Programa de Incentivos à  
Modernização da Economia